



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARCELLA VIEIRA VIANA

**A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ  
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1968)**

Brasília

2023

MARCELLA VIEIRA VIANA

**A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ  
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1968)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, pela linha História Social e suas múltiplas formas.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

Brasília

2023

MARCELLA VIEIRA VIANA

**A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ  
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1968)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Mestra em História.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres (Orientador)  
Universidade de Brasília (UnB)

---

Profa. Dra. Maura Leal da Silva  
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

---

Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria  
Universidade de Brasília (UnB)

Se a resistência de um povo outrora martirizado por um invasor não existisse, seria preciso sem dúvida inventá-la.

Jacques Sémelin

Dedico este trabalho à minha família, que sempre me deu apoio irrestrito, ainda que não soubessem.

## AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é muito bom. Dá uma sensação de ânimo, de esperança, de capacidade produtiva inimaginável. Escrever um trabalho acadêmico é bom. Fazer ciência é bom. Mas não quando estamos vivendo uma pandemia e muito menos quando o nosso povo está sob um governo genocida e amante da ditadura. Torna-se péssimo quando muitos estão morrendo e a própria ciência está sendo negada. Eu contraí Covid-19 duas vezes e precisei parar a escrita para trabalhar na CPI da Pandemia, no Senado Federal. Parei pela doença, pela luta por justiça e pela minha sobrevivência. Descobri que é o contrário de bom escrever quando as bolsas científicas estão sendo cortadas e as universidades sucateadas. Definitivamente, pode ter sido bom, mas não foi fácil. Gerar esse trabalho em meio ao apagão que aconteceu no Amapá e que me obrigou a ministrar aula no escuro, me impediu de assistir outras aulas porque não havia conexão com a internet, foi desafiador. Escrever uma dissertação é bom, quando dá para escrevê-la. Torna-se difícil produzir quando essas circunstâncias nos levam à uma instabilidade mental sem precedentes, mas, insisto, escrever uma dissertação é muito bom. Apesar de eu ter aprendido na prática, que pode ser muito difícil.

No entanto, muitas pessoas fizeram esse caminho até aqui possível, e, pelas peculiaridades que já citei, arriscarei mencioná-las nominalmente. Agradeço à minha família por todo o apoio, na saúde, na doença, na solidão, na companhia, no afeto, no amor. Minha mãe, Aramichella, meu pai, Marcelo, minha avó Marina e meus irmãos Carlos Bruno, Marina, Letícia, Marcos, David e Luiza foram meu suporte principal. Sem vocês, não daria. Obrigada. Aos amigos que estiveram por aqui mesmo diante do cansaço, do esgotamento, da apatia. Quando adoeci e renasci, foi muito importante ter vocês aqui: Maurício, Élide, Beatriz, Fernanda, Carlos Henrique e Amanda do Couto, a quem direciono um agradecimento especial por toda ajuda, apoio e incentivo que me deu durante as piores e melhores fases que passei, incluindo os aspectos técnicos deste trabalho. Obrigada!

Quando eu pensei em desistir da pesquisa porque estava cansada, um grupo precisou de mim e me devolveu aos arquivos, à pesquisa, às atividades, e me tornou ativa outra vez na academia. Meus sinceros agradecimentos ao Grupo de Pesquisa Democracias e Ditaduras – GPDD/Unifap, que me fez renascer nesse universo, me deu espaço e ambiente para produzir, divulgar, debater e compartilhar. Em nome das minhas amadas Júlia Monnerat e Maura Leal,

sobre as quais não guardo segredo acerca da minha admiração e amor, meu mais sincero obrigada.

Por fim, agradeço com muito carinho o meu orientador Mateus Gamba, que acreditou em mim, confiou na minha capacidade e segurou na minha mão quando eu achei que não ia mais conseguir andar sozinha. A você, meu mestre, dedico todas as melhores linhas que eu possa ter escrito.

Espero que gostem da leitura.

## RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar o Movimento Estudantil do Território Federal do Amapá (TFA) entre os anos de 1964 e 1968, à luz do Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Amapá, produzido entre os anos de 2013 e 2016. Para alcançar o objetivo da pesquisa, além do relatório, analiso o arquivo não publicado, que inclui as oitivas e documentos oficiais que foram cedidos pela Comissão Estadual da Verdade do Amapá (CEV-AP) para a realização da presente pesquisa. Utilizando a História Oral, a História Social e a História do Tempo Presente, este trabalho problematiza as relações do Movimento Estudantil diante da militarização do Estado, e observa os atos de resistência e apoio ao golpe civil-militar por parte dos estudantes, entendendo que, mesmo submetidos à um ambiente político-administrativo diverso da maioria do país, eles superaram boa parte das especificidades territoriais que poderiam prejudicar a própria existência do movimento. Constatou-se que estudantes externalizaram, até onde foi possível, suas pautas, apoios e reivindicações à ditadura civil-militar. Assim, a análise feita sobre os agrupamentos estudantis no TFA identifica movimentações intencionais e cotidianas, desprendendo-se de qualquer inferência à inércia.

Palavras-chave: Movimento Estudantil. Ditadura. Território Federal do Amapá. Comissão Estadual da Verdade.



## **ABSTRACT**

The present research aims to analyze the Student Movement of the Federal Territory of Amapá between 1964 and 1968, according to the Report of the Amapá State Truth Commission, produced between 2013 and 2016. In addition to the report, I analyze the unpublished documents, which include the hearings and official records provided by the CEV-AP for the conduct of the present research. Based on Oral History, Social History, and History of the Present Time methods, this study discusses the relations of the Student Movement in face of the militarization of the Brazilian State, and it examines the acts of resistance and support to the civil-military coup on the part of the students, understanding that, even subjected to a distinct political-administrative environment from the majority of the country, they overcame many of the territorial peculiarities that could jeopardize the very existence of the movement. It was found that students externalized, as far as possible, their agendas, support, and demands to the civil-military dictatorship. Thus, the analysis of the student groupings in the TFA identifies intentional and daily actions, far from any inference of inertia.

**Keywords:** Student Movement, Brazilian Dictatorship, Federal Territory of Amapá , Amapá State Truth Commission.

## LISTA DE SIGLAS

AVC: Acidente Vascular Cerebral.  
CEV-AP: Comissão Estadual da Verdade do Amapá.  
CIA: Central Intelligence Agency  
CCC: Comando de Caça aos Comunistas.  
CNV: Comissão Nacional da Verdade.  
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.  
CSN: Conselho de Segurança Nacional.  
ESG: Escola Superior de Guerra.  
FBI: *Federal Bureau of Investigation*  
ICOMI: Indústria e Comércio de Minérios S.A.  
IPM: Inquérito Policial Militar.  
JOC: Juventude Operária Católica.  
JEC: Juventude Estudantil Católica.  
JOT: Juventude Oratoriana do Trem.  
JUC: Juventude Universitária Católica.  
ME: Movimento Estudantil  
MR8: Movimento Revolucionário 8 de Outubro  
SFICI: Serviço Federal de Informações e Contrainformações.  
SNI: Serviço Nacional de Informações  
TFA: Território Federal do Amapá.  
UBES União dos Estudantes do Brasil.  
UECSA: União dos Estudantes Secundaristas do Amapá.  
UnB: Universidade de Brasília  
UNE: União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
LISTA DE SIGLAS.....	10
SUMÁRIO.....	11
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL DURANTE A DITADURA: A EFUSÃO NACIONAL E O APAGAMENTO TERRITORIAL.....	17
1.1. O CENÁRIO NACIONAL.....	17
1.2. AS MOVIMENTAÇÕES ESTUDANTIS DURANTE A DITADURA CIVIL- MILITAR NO BRASIL.....	20
CAPÍTULO 2: O LUGAR DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DO TFA.....	34
2.1 A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL NO TFA.....	40
2.2 A RESISTÊNCIA DENTRO DA UECSA.....	53
CAPÍTULO 3: RESISTÊNCIA CAMUFLADA: “A ÚNICA OPÇÃO DISPONÍVEL”.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
FONTES.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79
APÊNDICE.....	82

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa o Movimento Estudantil no Território Federal do Amapá à luz do Relatório Estadual da Verdade do Amapá – “Francisco das Chagas Bezerra – Chaguinha”, em especial as oitivas coletadas pela Comissão. Ao todo, são trinta e oito depoimentos coletados entre os anos de 2013 e 2016 em Macapá, capital do Estado do Amapá.<sup>1</sup>

Apesar da utilização de entrevistas orais, cabe destacar que foram reunidas, também, suas transcrições para a colaboração nesta pesquisa, reduzindo a necessidade de enfoque principal em História Oral. Apesar disso, no decorrer do trabalho, destaco sua utilização e a necessidade de análise sob essa ótica metodológica.

Além disso, o presente trabalho conta com o cruzamento de informações destas entrevistas, do relatório final da CEV-AP e de pesquisas específicas sobre o ME no TFA. Faz-se necessário destacar também que o recorte ao redor do Movimento Estudantil secundarista, deu-se em razão da não existência de instituições de Ensino Superior no TFA dentro do período abordado por esta pesquisa.

A metodologia utilizada pela CEV-AP para a coleta das entrevistas obedeceu às orientações da Comissão Nacional da Verdade, e seguiu um roteiro previamente estabelecido. Os atores buscados para as oitivas, no geral, foram testemunhas, vítimas e familiares além de agentes colaboradores do regime militar, sendo estes últimos de mais difícil acesso. Para alcançar esta última parcela de atores, a CEV-AP precisou recorrer ao Ministério Público Federal, mas não obteve pleno sucesso. No espaço dos agentes colaboradores do regime, pracinhas que serviram na “Guerrilha do Araguaia” e agentes da extinta “Guarda Territorial do Amapá” foram os únicos alcançados.<sup>2</sup>

A Comissão da Verdade do Estado do Amapá foi a primeira a ser instituída na Amazônia<sup>3</sup> e, para além de contribuir com o acervo da Comissão Nacional da Verdade e seguir os seus parâmetros, capitaneou uma organização documental até então ausente no Amapá. No Estado, com a ausência de um Acervo Público e do número limitado de pesquisas relacionadas

---

<sup>1</sup>Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Amapá., Disponível em <http://www.cev.ap.gov.br/artigo/RELAT%C3%93RIO%20-%20COMISS%C3%83O%20ESTADUAL%20DA%20VERDADE%20DO%20AMAP%C3%81.pdf>. Acesso em 15 mai 2021.

<sup>2</sup> Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Amapá., p. 18. Amapá, 2017.

<sup>3</sup> Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Amapá., p. 5. Amapá, 2017.

ao Movimento Estudantil, os dados coletados pela CEV-AP são fontes importantes na colaboração da construção de pesquisas acerca da memória estudantil.

Adoto aqui como parâmetro de análise dessa documentação, as ações desenvolvidas por estudantes em defesa de seus interesses coletivos, considerando o movimento como sendo um importante espaço de atuação política e ingresso dos mesmos na vida política da sociedade, ou ainda, como define Feuer “como uma coalização de estudantes inspirada por uma rebelião emocional em que estão latentes a desilusão e a rejeição dos valores da velha geração” (FEUER, 1969 apud BRINGEL, 2009).

Ainda que este trabalho tenha como enfoque principal a atuação estudantil, ele se orienta pelo combate ao esquecimento das práticas autoritárias do regime ditatorial, inclusive em locais com especificidades condicionadas à estrutura governamental, como era o caso do Amapá, que à época era um Território Federal. Além disso, debato os atos e grupos de resistência, sem deixar de considerar a heterogeneidade presente nas atuações do Movimento Estudantil do TFA no período a que se propõe. Busco também contribuir, de alguma forma, na construção do acervo de uma memória estudantil para o Estado do Amapá, que, até o momento, é inexistente ou conta com poucos trabalhos espaçados na Universidade Federal do Amapá.

Partindo desse pressuposto, este trabalho se coloca diante da História Social, mais especificamente sob a forma de abordagem ou tipo de História vista de baixo, a qual, como abordagem, segundo Jim Sharpe (1992, p. 54) “serve como um corretivo à história da elite” e como tipo, oferece abordagem alternativa, abre a “possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica”. O objetivo ao seguir essa categoria analítica, é demonstrar e debater como membros de classes subalternas sob uma ótica social e política, agiram de forma a causar determinado impacto e afetaram a sociedade em que viviam. No caso deste trabalho em especial, a análise ocorre sobre os estudantes, através de seus movimentos oficiais ou não durante a ditadura civil-militar entre os anos 1964 e 1968 no Território Federal do Amapá, e como eles se situam em não terem sido apenas “um dos problemas com que o governo tinha que lidar” (THOMPSON, 2001, p. 85)

A motivação dessa pesquisa angariou, de diversas frentes, algumas justificativas. De acordo com João Roberto Martins Filho, “no começo dos anos 60, uma politização até então desconhecida tomou conta do meio universitário brasileiro”<sup>4</sup>. Os universitários representavam a parcela da população que tinha acesso ao ensino superior que estava em ascensão intelectual,

---

<sup>4</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. **1968: Faz 30 anos**. Campinas/SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp; São Carlos/SP: Editora UFScar, 1998, p. 14.

e isso corroborava para a compreensão política do que estava por acontecer. Isso foi diferente no Território Federal do Amapá que, na época, não contava com instituições de Ensino Superior.

O Movimento Estudantil foi um dos principais oponentes dos governos militares e o principal responsável pela “explosão” do ano de 1968 no país, fazendo jus às lutas que vinham travando nos últimos anos dentro das universidades, das escolas, propondo melhorias e soluções para os problemas delas, o que sempre se tratou de sua fundamentação básica. No Amapá, na época ainda território federal, a conjuntura foi diferente. O local já vivia sob a égide autoritária e ditatorial, fazendo com que a sociedade tardasse em compreender o que estava acontecendo.

Especificamente quanto aos estudantes, só se teve entendimento do que se passava quando as agremiações foram fechadas e quando seus participantes saíram do território para somar com outros estados nos Congressos da União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES. “A convivência com práticas autoritárias, as privações de liberdades, a subordinação e a censura à liberdade de expressão faziam parte das relações institucionalizadas e do cotidiano da sociedade amapaense muito anterior ao ano de 1964.” (SILVA, 2013, p. 2)

Seguindo este parâmetro, os estudantes mesmo que organizados, eram detentores de uma possível perpetuação da prática de seus pais, os então funcionários públicos ligados diretamente ao governo, e isso dificultava qualquer tipo de manifestação e contribuía para que os movimentos se atrelassem ao estado.

No Amapá, pode-se observar o crescimento das organizações sociais, mas em razão da própria estrutura de poder que detinha um grande centralismo administrativo, essa autonomia não fora impulsionada por uma maior abertura entre o Estado e sociedade, pelo contrário. O governo de Terêncio Porto, também se utilizou do aparelho repressivo do governo para cooptar o movimento sindical, em ascensão no Território, a partir de meados da década de 50. (SILVA, 2013, p.11)

Focault (1979) discorre sobre o poder atentando para sua dissolução, demonstrando como o mesmo não se reduz aos aparelhos de Estado ou mesmo às macro relações sociais. Ele se infiltra, permanece, é sustentado, e segundo Dorival da Costa dos Santos (2001, p. 43), “somente assim a construção teórica denominada de cultura política pode ganhar status interpretativo”. E foi assim, como uma infiltração ou herança, que os filhos e filhas desta elite política se adequaram à cultura pré-estabelecida de acordo com o que era proposto em território local, e isso começou a florescer a partir do momento da implantação do Território, que traz consigo o aumento da infraestrutura educacional, permitindo o alargamento da participação estudantil não só nas escolas, mas dentro dos movimentos sociais.

Na contramão do que ocorreu em boa parte do país, a União dos Estudantes Secundaristas do Amapá – UECSA, considerada na época a principal agremiação estudantil oficial do estado, não só apoiou o golpe, como promoveu eventos contra a “ameaça comunista” nacional. E, do outro lado, organizações como o Clã do Laguiño, faziam “barulho” pelo TFA, marcando posição de uma parcela considerável de estudantes que era contra o golpe estabelecido. Uma heterogeneidade possível de se analisar através das oitivas coletadas pela Comissão Estadual da Verdade do Amapá e da análise de documentos da época.

François Bédarida (em Ferreira, 2012, p.109), ao se referir à História do Tempo Presente, aponta que a característica básica dessa forma de abordagem é a presença de testemunhos vivos, que podem vigiar e contestar o pesquisador, destacando sua vantagem de ter estado presente no momento do desenrolar dos fatos. As pesquisas sobre a ditadura civil-militar no Brasil dificilmente podem ser desenvolvidas longe dessa análise. Muitos estudantes que resistiram ou apoiaram o golpe no TFA e cederam entrevista à CEV-AP, ainda estão vivos e acompanham o desenrolar da própria história que viveram. Alguns, inclusive, figuram na cena política do Amapá, como é o caso do casal João Alberto Rodrigues Capiberibe (ex-senador da República) e Janete Maria Góes Capiberibe (atual vereadora de Macapá em 2023). Há, de toda forma, para além do cuidado metodológico e do compromisso com a pesquisa historiográfica, o acompanhamento preciso da História do Tempo Presente nesta pesquisa.

Sustenta-se que a abordagem deste tema se torna relevante, uma vez que é necessário compreender a trajetória do movimento estudantil no estado e suas relações para que possamos ter a chance de entender como e/ou porque os movimentos apoiaram ou não o regime totalitário no TFA. A utilização das fontes reunidas e cedidas pela CEV-AP é um marco importante no desenrolar da formação desse acervo.

O recorte temporal (1964 a 1968) tem como base o período em que fora possível externar, de maneira um pouco mais incisiva, a oposição política ao regime em espaços públicos e através de entidades representativas oficialmente estruturadas, tendo em vista que após o Ato Institucional nº 5, a repressão tomou novos e mais grosseiros rumos, impedindo a resistência aberta e esfacelando entidades representativas estudantis.

É importante discorrer também sobre a construção do caráter regional durante a constituição do Território Federal do Amapá, e como essa construção favoreceu o esquecimento de particularidades importantes para uma real compreensão do sentido de se estudar uma história regional do Amapá. De acordo com Indira Marques (2008, p. 30), “no Amapá, a ação da elite político-administrativa foi fundamental para forjar simbólica e objetivamente o caráter regional e também a imagem de progresso do TFA como predestinado ao futuro estado”, ou

seja, não se tratava de uma região totalmente estabelecida, mas de um processo constitutivo que teve participação direta de uma ação política da base territorial. A reivindicação regionalista é uma resposta ao estigma que fora produzido no território. Faz-se necessário reivindicação de existência e identidade regional onde, conseqüentemente, instala-se a pesquisa histórica.

Portanto, o problema central deste trabalho instala-se na já exposta ausência de pesquisas com foco prioritário ou unitário no tema no Estado. Mas isso somente não esgota a investigação. A resistência estudantil é discutida aqui a partir da ideia de que “Nem toda ação é resistência, mas toda resistência demanda ação.” (YAMASHITA, 2013, p. 13) e, apesar de pesquisas como a de Dorival dos Santos (2001) e de Randolfe Rodrigues (2009) apontarem a resistência estudantil, muitas vezes, apenas como atos de “vandalismo” ou expressões de rebeldia isoladas, trabalho ao redor do conceito de que “o que chamamos de resistência é geralmente a fase avançada de uma oposição social e política que obteve sucesso em se organizar e fixar objetivos” (SÉMELIN, 1994, p.57).

No Território Federal do Amapá existiam agrupamentos com objetivos fixos e compreensão clara acerca do que era o golpe civil-militar e isso afasta a possibilidade de que eram atos de “vandalismo”, como entendiam as autoridades locais:

Um grupo de jovens saía de bicicleta, quase sempre à noite, para quebrar placas de sinalização, lâmpadas de iluminação pública, apedrejar órgãos públicos, depredar veículos oficiais. Estes atos eram considerados pelas autoridades locais expressões de vandalismo, mas, também, podem ser vistos como formas de resistência e de afrontamento ao poder estabelecido. (CEV, 2017, P .36)

Desta maneira, esta pesquisa apresenta-se com o intuito de debater o movimento estudantil secundarista durante o golpe civil-militar no Território Federal do Amapá a partir do enfoque em sua resistência ao poder estabelecido, além de fomentar o debate acerca dos movimentos sociais e suas atuações diante de ditaduras como a que ocorreu no Brasil entre os anos de 1964 e 1985.

Para tanto, este trabalho foi desenvolvido em três capítulos. O primeiro capítulo – *O Movimento Estudantil no Brasil Durante a Ditadura: a efusão nacional e o apagamento territorial* – analisa as movimentações estudantis no Brasil durante a ditadura civil-militar na expectativa de aproximar conceitos, ações e práticas (entre nacional e territorial), não sob interpretação comparativa, mas para buscar uma análise mais ampla sobre o que era o movimento estudantil à época, o que ele representava e o que os estudantes promoveram para que, de alguma forma, os militares o adotassem como um dos principais focos de repressão.



Além disso, é feita uma discussão acerca do apagamento desse tipo de análise se tratando do ME do Território Federal do Amapá.

Analiso também neste primeiro momento, as investidas do golpe sobre a educação, as medidas institucionalizadas que foram promovidas para reprimir movimentações estudantis e já introduzimos o ambiente territorial para que se faça, a partir de então, uma análise do todo que é proposto.

O segundo capítulo – *O lugar do Movimento Estudantil do TFA* – faz uma análise mais minuciosa de uma das fontes analisadas (relatório da Comissão Estadual da Verdade do Amapá), na expectativa de posicionar a juventude estudantil do TFA enquanto um movimento repleto de especificidades, defendendo a concepção de que é extremamente difícil: o aspecto comparativo entre movimentos estudantis quando colocados em conjunturas espaciais, políticas e administrativas totalmente distintas. Neste capítulo também é feita a discussão com a História Oral a partir da utilização dos depoimentos orais concedidos por estudantes da época da ditadura à CEV-AP. Neste capítulo também já adentro a discussão dos focos de resistência de agrupamentos estudantis do TFA e os focos de apoio indicados pela fonte.

No terceiro e último capítulo – *Resistência Camuflada: “a única opção disponível”* – é feita a discussão acerca das possibilidades de manifestação de resistência, as características do Território Federal do Amapá que vinculavam o ME a determinados tipos de ações, além do debate sobre a resistência cotidiana.

Desta maneira, essa pesquisa está sendo apresentada no intuito de analisar as movimentações estudantis no TFA durante a ditadura, mas também de promover o combate ao esquecimento, ao apagamento histórico de atores negligenciados pelos documentos – muitas vezes destruídas pelos golpistas.

## **CAPÍTULO 1: O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL DURANTE A DITADURA: A EFUSÃO NACIONAL E O APAGAMENTO TERRITORIAL**

O Movimento Estudantil no Brasil sempre teve grande capacidade de mobilização, reflexo de seus atos e manifestações anteriores ao golpe, e isso o tornou um dos principais movimentos de oposição ao regime militar.

Para garantir uma análise mais ampla, é justo que se discorra sobre a atuação nacional não em comparação, mas em parâmetro às movimentações territoriais. Não é um dos objetivos desta pesquisa justificar apagamentos ou promover distanciamentos entre as ações de resistência, pelo contrário. O intuito é aproximar os conceitos para que, a partir deles, seja feita a análise específica das movimentações estudantis territoriais.

### **1.1. O CENÁRIO NACIONAL**

Durante o governo de Jânio Quadros e João Goulart (como presidente e vice respectivamente), além do tensionamento causado pelas Reformas de Base, a Política Externa Independente proporcionou disputas consideráveis entre os setores populares e dominantes da sociedade. Sobretudo, é salutar mencionar que a década de 1960 foi um período de “terror anticomunista”, de Guerra Fria (polarização) e de incertezas sobre o futuro do Brasil.

O Brasil vivia uma crise econômica muito forte, e isso levou Jânio Quadros a compreender a importância de um reposicionamento do Brasil nas relações externas e para atingir tal objetivo, ele propôs novas diretrizes para a política internacional, as quais traziam aproximações com países socialistas como Hungria, Albânia e Bulgária, além, é claro, da União Soviética, e isso atraía diretamente o olhar dos Estados Unidos para o Brasil que neste momento, mostrava alinhamento aos seus principais opositores.

Nos governos de Jânio e Jango, prevaleceu a ideia da Política Externa Independente, onde o principal objetivo era gerar riquezas e vencer a crise, independentemente de onde elas viessem, e como o diálogo com os Estados Unidos não prosperava, não lhes restavam alternativas.

Entretanto, a ideia da Política Externa Independente desagradou os setores conservadores da sociedade brasileira e o terrorismo do “fantasma comunista” passou a ser alimentado por essas classes, discurso esse que fora bem recebido pela classe média e pelos militares.

Após a renúncia de Jânio Quadros e da luta pela legalidade da permanência de seu vice no cargo de presidente, o governo de Jango agora trazia um novo contexto político-social, com características consideradas progressistas não apenas no caráter econômico. Além de tudo, carregou consigo as crises econômicas e político-institucionais e a crise no sistema partidário. Jango era um reformista, que apostava na conciliação das classes e no papel do Estado como mediador, mas dificilmente poderia ser considerado um comunista, a não ser que essa caracterização fosse fortemente sustentada pelos Estados Unidos, através da mesma parcela conservadora do país que rejeitava a política econômica do governo Jango e “demonizava” a ideia comunista em solo brasileiro e a aproximação com os países socialistas. Durante o governo Jango:

Na esfera da sociedade civil, no campo do reformismo social, destacaram-se, por exemplo, a atuação cotidiana das ligas camponesas, do movimento estudantil e das organizações sindicais. Em uma conjuntura marcada pela guerra fria, o crescimento expressivo de manifestações organizadas por essas associações, reivindicando reformulações expressivas nas políticas públicas sociais e na relação governamental com os investidores estrangeiros, contribuiu para o adensamento de uma polarização política bastante peculiar àquele tempo de dicotomia internacional. (DELGADO, 2009, p. 126)

Em 31 de março de 1964, quando teve fim, de forma golpista, o governo de João Goulart, iniciou o período em que o Brasil viveu sob uma ditadura civil-militar, que só findaria em 1985. Jango havia assumido em 1961 após a renúncia de Jânio Quadros. Entretanto, sua forma de conduzir a política, com ênfase nas políticas trabalhistas, desagradou os setores mais conservadores da sociedade brasileira da época, que se unindo às forças armadas, realizaram um golpe, que, segundo Carlos Fico (2004, p. 113):

[...] evidente que, em se tratando de um fenômeno complexo, todas as variáveis intervenientes, de natureza macroestrutural ou micrológica, devem ser consideradas. As transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipes, o ânimo golpista dos conspiradores, especialmente dos militares – todas são causas que devem ser levadas em conta.

De acordo com Napolitano (2011, p. 210), “o esboço de uma política reformista, calcada em três estratégias – a nacionalização da economia, a ampliação do corpo político da nação e a reforma agrária– seria substituída por um regime militar anticomunista e antirreformista”. A política e a forma de governo entre os militares se baseavam basicamente nesse anticomunismo e na rejeição à política de massas, mas, no entanto, suas formas de exercer e colocar em prática

esses ideais não era consenso entre eles, o que é demonstrado na forma de comando do país que variou bastante de ditador para ditador.

O primeiro governo sob a ditadura militar no Brasil foi o de Castelo Branco, que inaugurou uma época de repressão política, censura, torturas e assassinatos, atos estes que foram frequentes durante toda a era ditatorial. Em 1967, assume a presidência do Brasil o general Arthur da Costa e Silva, período em que acontece um considerável aumento de medidas repressivas, que visava a garantia da “segurança nacional” conforme argumentam Del Priore e Venâncio (2001, P. 368):

Alegando a ameaça comunista e acentuando uma tendência de endurecimento, que vinha desde o ano anterior – com a eleição do general Costa e Silva em 25 de maio de 1966 –, o governo militar tende a se tornar cada vez mais ditatorial. Nesse contexto é fortalecida a doutrina de segurança nacional, que tornava prioridade entre as forças armadas a luta contra a ameaça interna e não mais a defesa contra inimigos estrangeiros.

A doutrina de “segurança nacional” tinha suas raízes no modelo estadunidense, e havia a tentativa de adaptá-la às circunstâncias brasileiras, buscando, desta forma, “resgatar o desejo secular do Brasil de se tornar uma potência mundial e colocar as Forças Armadas como defensoras da civilização cristã ocidental contra o comunismo” (BORGES e SERBIN, 2001, P. 36).

Tendo como base as premissas desta referida doutrina, os militares encontraram nos Atos Institucionais uma forma eficaz de enrijecer o regime. Logo, “Em 13 de dezembro de 1968, o governo do general Costa e Silva promulga aquele que é comumente apontado como a maior demonstração do caráter repressivo da ditadura militar brasileira, o Ato Institucional nº 5” (ANTONIOLLI, 2010, P. 13).

Em 1969, o general Emílio Garrastazu Médici assume a presidência do país. Chiavenato (1994, P. 78) destaca algumas das principais características de seu governo:

Médici inaugurou o período mais duro da repressão, contra a crescente oposição clandestina [...] Em pouco tempo, porém, os resultados artificiais da sua política de “Segurança e Desenvolvimento” iriam aparecer, demonstrando que a propaganda e a censura encobriam a deteriorização das bases econômicas, enquanto povo e principalmente a classe média alta festejavam a conquista da Copa do Mundo e um consumismo desvairado.

A partir de 1974, o cenário começa a mudar. “O novo presidente da República, general Ernesto Geisel, deu início a um processo de abertura política “lenta, gradual e segura”” (ARAÚJO, 2013, p. 209). O objetivo era promover uma espécie de transição para um regime

mais liberal, que, no entanto, manteria sem voz a oposição e movimentos populares. A partir de então, começara a se visualizar uma saída para a ditadura civil-militar.

Entre 1979 e 1985, o Brasil viveu um processo de transição política, passando da ditadura para os marcos do Estado Democrático de Direito. Essa transição era o resultado do aprofundamento da conjuntura anterior, vivida durante o governo Geisel (1974-1978): de um lado, o projeto de “abertura controlada” do regime e, de outro, a mobilização de setores populares que procuravam “alargar” o espaço democrático. O sucessor de Geisel, o presidente João Batista Figueiredo, deu continuidade ao projeto de abertura dos militares. Em agosto de 1979 foi sancionada a Lei de Anistia; em novembro do mesmo ano, foi extinto o bipartidarismo. (ARAÚJO; SILVA; SANTOS, 2013, p. 39)

É basilar destacar que os movimentos sociais e todos os setores que resistiram à ditadura permaneceram em campo na tentativa de instituir a redemocratização do Brasil de forma efetiva e fixa.

## 1.2. AS MOVIMENTAÇÕES ESTUDANTIS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

As histórias do Movimento Estudantil e da União Nacional dos Estudantes (UNE) se entrelaçam, a partir deste período, com a história do golpe civil-militar. Os estudantes eram considerados “elementos de “alta periculosidade” para a segurança nacional aos olhares “eternamente vigilantes” das novas autoridades” (POERNER, 2004, p. 201).

De acordo com Arthur Poerner (2004, p. 201), ser estudante no período ditatorial no Brasil, equivalia a ser “subversivo”. O tratamento da ditadura para com os estudantes se dava de forma simplista: uma espécie de tratamento de choque para acabar com a “subversão” dos jovens estudantes, que vinham almejando a ampliação de direitos, especialmente educacionais.

O pensamento da ditadura quanto à universidade e aos estudantes se resumia numa “solução”: o “tratamento de choque” – como diria o sr. Roberto Campos – para “acabar com a subversão”. Tratava-se (...) de expulsar o demônio da rebelião patriótica daqueles corpos jovens, substituindo-o pelo anjo da subordinação aos interesses antinacionais. Para que esse objetivo (...) fosse alcançado (...) valia tudo: suspender, expulsar, prender e torturar estudantes; demitir professores; invadir faculdades; intervir, policialmente, nas entidades estudantis; proibir qualquer tipo de reunião ou assembleia estudantil; acabar com a participação discente nos órgãos colegiados da administração universitária; decretar a ilegalidade da UNE, das nações dos estudantes nos Estados e dos diretórios acadêmicos; destruir a Universidade de Brasília; deter, enfim, o processo de renovação do movimento estudantil e da universidade em nosso país. (POERNER, 1995, p. 204)

A existência de um grupo tão grande de potenciais opositores, como era entendido o Movimento Estudantil da época, não só levava perigo às políticas que estavam sendo e que seriam aplicadas pelo regime militar, mas oferecia risco para a efetivação das mesmas e ao reconhecimento do golpe pela parte da população que estava apática ou que ainda reconhecia o golpismo como uma forma necessária de intervenção.

Essa rivalidade alimentada contra os estudantes foi escancarada durante os anos da ditadura civil-militar. Os detentores do poder não se esforçaram para esconder e a Universidade e os estudantes foram perseguidos desde o princípio.

No dia 1º de abril de 1964, o golpe militar mostrou, instantaneamente, a sua disposição com os estudantes. Destituído o governo legal, a UNE foi invadida, saqueada e queimada num paroxismo de ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica. A ditadura, impondo ao país um curso de desenvolvimento em que todos os aspectos da vida nacional se subordinam aos interesses de outra nação (conforme o ministro Juraci Magalhães, *o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil*), não poderia deixar de ter seu pensamento quanto à universidade e ao estudantado...” (A verdade do movimento estudantil. *Jornal do Brasil*, 6 nov.1966 apud POERNER, 1979, p. 219).

O caso da sede da União Nacional dos Estudantes ter sido “instantaneamente” atacada é um importante indicativo do significado, simbólico ou não, que o Movimento Estudantil já tinha no imaginário militar. Isso, de toda forma, resultaria na propagação dessa noção nos estados, e mais profundamente nos territórios federais<sup>5</sup> que, à época, eram importantes estratégias governistas de aplicação de políticas do regime.

A ditadura civil-militar não se preocupou em esconder seus ataques à educação, aos professores e ao movimento estudantil. Logo após o golpe, a Universidade de Brasília foi invadida, e os militares que detinham o poder nomearam o reitor-interventor Zeferino Vaz para controlar a Universidade.

Em maio de 1965, o professor de filosofia Ernani Maria Fiori, considerado um pensador “suspeito” pelos ditadores, foi admitido no quadro da UNB, que já se encontrava sob o comando e supervisão de Zeferino Vaz. A partir de então, o reitor-interventor começou a sofrer inúmeras pressões por não ter solicitado permissão do Serviço Nacional de Informação (SNI) para a contratação do professor. (SANTANA, 2007)

---

<sup>5</sup> Os Territórios Federais foram mecanismos adotados pelo Governo Central brasileiro para estimular a ocupação de áreas de reduzida densidade demográfica, administrar sua potencialidade natural e garantir o domínio da região fronteiriça nacional. (PORTO, 1999, p. 1)

Professores da universidade passaram a se organizar na expectativa de defender o professor Ernani Maria Fiori, e pediam que ele tivesse seu caso julgado de acordo com as normas da instituição. Essa movimentação fez com que as tensões internas aumentassem, acarretando, inclusive, a expulsão de um acadêmico, o que resultou em uma greve estudantil, marcada por diversas manifestações contra a intervenção do regime que estava pondo fim à autonomia universitária. O reitor-interventor Zeferino Vaz aguardou a chegada das férias para efetivar a demissão do professor Fiori. (SANTANA, 2007)

Com o retorno do período letivo, as tensões continuaram aumentando e houve a manutenção das arbitrariedades na UNB. “Vários universitários foram presos por determinação de militares encarregados do Inquérito Policial Militar (IPM) da UNE” (SANTANA, 2007, p. 66) e, em resposta, os estudantes se organizaram em torno de mais uma greve, que trouxe consequências, dentre as quais Poerner destaca:

Um dos alunos tentou o suicídio na prisão; uma aluna teve de ser internada numa clínica psiquiátrica; outro aluno foi submetido a torturas, durante dois meses de prisão; o movimento grevista se ampliou para abranger, também, protestos contra a demissão do professor Fiori, contra o fechamento do restaurante da universidade e contra a ameaça de aumento nos preços das refeições; e, finalmente, o reitor-interventor Zeferino Vaz abandonou seu cargo, sob o repúdio estudantil, por sua “cumplicidade com as tentativas de esmagar a cultura e a liberdade de pensamento e de expressão”. (POERNER, 2004, p. 208)

Após a demissão de Zeferino Vaz, outro reitor-interventor foi nomeado: Laerte Ramos de Carvalho. Laerte assumiu com a promessa de demitir docentes apenas em consonância com os critérios da universidade.

A contradição do então reitor-interventor não tardou a chegar. Laerte demitiu o professor e diretor do Instituto de Ciências Humanas Roberto Las Casas, após sofrer intensa pressão do governo militar. Os professores voltaram a se reunir, e em assembleia decidiram:

1) repudiar as atitudes arbitrárias do reitor-interventor, responsabilizando-o pela crise na universidade; 2) hipotecar solidariedade aos coordenadores demitidos, não aceitando a designação dos seus substitutos; 3) deflagrar uma greve de protesto, de 24 horas, contra as pressões externas exercidas sobre a universidade e contra a demissão do professor Las Casas. (POERNER, 2004, p. 208)

Em apoio aos professores e a todo corpo docente atingido pelas decisões arbitrárias recém tomadas, os estudantes, também em assembleia geral, declararam greve por tempo indeterminado. “Dentre as suas exigências, estavam: a renúncia de Laerte Ramos de Carvalho

e a aplicação dos estatutos da UnB no julgamento das demissões, com a finalidade de evitar novos atos que atentassem contra a autonomia universitária.” (SANTANA, 2007, p. 67)

A essa altura, os atos abusivos cometidos contra a UNB já geravam repercussão por todo o Brasil:

Em Salvador, os universitários entraram em greve, por 48 horas, em sinal de protesto contra a barbárie cometida na capital federal. Na Câmara Federal, se instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que ouviu, na madrugada do dia 22 de outubro, o sr. Laerte Ramos confessar a existência de “um alto nível intelectual entre os estudantes” da Universidade de Brasília – cuja estrutura o próprio reitor-interventor elogiava – e admitir que “a Reitoria conta com um excelente corpo docente”. Interpelado pelo relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, o reitor-interventor sustentou que a derradeira crise na universidade se originara na insistência do Ministério da Educação em exigir a demissão do professor Roberto Las Casas – consumada em 8 de outubro –, muito embora o coordenador do instituto a que pertencia o professor e ele próprio, Laerte Ramos, tivessem efetuado apelos para que a demissão não fosse concretizada. (POERNER, 2004, p. 209)

Entretanto, a repercussão e os atos e manifestações que se espalharam pelo Brasil, não foram suficientes para conter a arbitrariedade a que os militares submetiam a Universidade de Brasília. Os atos continuaram, mais professores foram demitidos e o Movimento Estudantil continuou sendo reprimido, como no “episódio em que 16 estudantes foram presos na Rodoviária de Brasília, quando protestavam silenciosamente contra a possibilidade de perda do ano letivo dos seus 1.200 colegas. Dois desses estudantes foram violentamente agredidos pela polícia durante o confronto.” (SANTANA, 2007, p. 68)

O que aconteceu na Universidade de Brasília não foi um caso isolado. A UNE atuou em diversos estados brasileiros e promoveu discussões tendo como foco a universidade, as classes populares e a realidade do país. (SANTOS, 2009). A luta estudantil se intensificou no decorrer da década de 60, e os estudantes foram responsáveis por boa parte dos atos de resistência à ditadura.

Em 1966, a União Nacional dos Estudantes decretou o dia 22 de setembro como o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura, e os estudantes saíram em passeata em vários estados brasileiros e foram publicamente reprimidos. Este evento logo ficaria conhecido como “setembrada”, que resultou, também, no “Massacre da Praia Vermelha” em que os estudantes foram mantidos presos e foram agredidos na Faculdade de Medicina do Rio. (SANTOS, 2009).

O ano de 1968, por sua vez, teve uma onda de protestos não só no Brasil, mas em boa parte do mundo:

Em 1968, o Brasil passou por uma onda de protestos contra a ditadura que teve influências de toda a conjuntura histórico-cultural que pairava sobre o mundo como o “maio francês”, a chamada contracultura, os protestos nos EUA contra a Guerra do



Vietnã e a favor do movimento negro, os protestos no Terceiro Mundo contra o imperialismo dos países desenvolvidos etc. (SANTOS, 2009, p. 105)

Esse levante no Brasil chegou através de um ato simbólico: os protestos pela morte do estudante secundarista Edson Luís, no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro. Essa também foi a causa principal da conhecida “Passeata dos Cem Mil”, também ocorrida no Rio de Janeiro, e juntou estudantes, artistas, população em geral e intelectuais.

Outro acontecimento que merece destaque foi o XXX Congresso da UNE em Ibiúna, onde 800 pessoas foram detidas, entre eles líderes estudantis como Luís Travassos, Vladimir Palmeira e José Dirceu (SANTOS, 2009).

Era claro para os golpistas que existia, para fins de efetividade em todo o país, a necessidade de uma repressão institucionalizada e “legalizada” aos estudantes e suas entidades representativas, e isto se deu de forma apressada durante o governo Castello Branco, com a proposta de criação da Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, que “visou, especialmente, à extinção do movimento estudantil. Para acabar com a participação política, a lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as suas entidades” (POERNER, 2004, p. 212)

Suplicy de Lacerda era o ministro da educação no primeiro ano de mandato do então presidente Castello Branco e foi o responsável pelo envio da proposta ao Congresso Nacional.

A partir da demonstração das intenções do ministro da educação, as entidades estudantis começaram a reorganizar o ME. Com esse intuito, foi realizada, nos dias 24 e 25 de junho de 1964, uma reunião extraordinária do Conselho Nacional dos Estudantes, na sede da União Metropolitana de Estudantes (UME), no Calabouço, no Rio de Janeiro. Nesse encontro, foi composta uma frente de diferentes tendências que elegeu uma junta para dirigir a UNE, já que a diretoria da entidade havia sido dissolvida após o golpe de 64. (SANTANA, 2007, p. 62)

Nessa ocasião, Suplicy anunciou sua sugestão aos reitores sobre a suspensão de eleições acadêmicas até que sua proposta de lei fosse apreciada e promulgada para que, só então, houvesse a regulamentação das entidades estudantis. “O ministro acreditava que, com a lei, seria possível evitar que estudantes ativistas ocupassem os órgãos de representação estudantil, bem como garantiria a liberdade de voto naqueles que não “subverteriam” a ordem nas universidades.” (SANTANA, 2007, p. 62).

Em outubro de 1964, ocorreu o V Fórum Universitário onde o então ditador Castello Branco discursou e reforçou o objetivo do regime de manter a universidade sob seu controle, e,

para isso, continuou utilizando um discurso anticomunista. Entretanto, negou que esse controle seria efetivado através de instrumentos legais:

Natural (...) que a mocidade estudantil, com os transbordamentos e os entusiasmos tão próprios da juventude, se sinta chamada para participar e influir nos rumos do País. Por isso mesmo o dever dos que têm a seu cargo orientá-la não deverá ser o de tentar sopitar-lhe os anseios, e sim fazer com que estes não sejam desviados para rumos perniciosos à própria vida universitária (...).

E se aceno esse pensamento é para não pairar dúvida quanto à posição do Governo em face do movimento estudantil. Bem sei, e isso é de vosso inteiro conhecimento, que, em tal movimento, existem setores vinculados à subversão. Cumpre localizá-los e detê-los. Mas, a verdade é que isso jamais será obtido por meio de leis, decretos ou regulamentos. (...).

Aos reitores e professores, graças à autêntica posição de liderança no meio estudantil, deverá caber a importante missão de tornar irrelevante, se não insignificante, a ação deletéria dos que se encontram, não a serviço da classe acadêmica ou das aspirações nacionais, mas inspirados pelo desejo de subverter e destruir.

(...) muitos se têm deixado arrastar por interpretações inexatas, quando obrigados a considerar setores menos voltados para o aperfeiçoamento da comunidade universitária do que para o fortalecimento das próprias ideologias. E é justamente isso que cumpre evitar, fazendo com que a Universidade, embora permitindo o debate e o choque das idéias, não se transforme num campo em que o ensino, afinal, passasse a ocupar lugar secundário, tais as paixões desencadeadas em seu meio (...).

Não tereis mais que temer o ambiente de subversão e inquietação no qual os objetivos políticos se sobrepunham a todas as conveniências do ensino. Agora, livres das distorções a que estavam submetidas as

Universidades, encontrareis o ambiente próprio à fecunda convivência entre mestres e discípulos, todos voltados para o desenvolvimento da cultura nacional.<sup>6</sup>

Castello Branco deixava clara a sua intenção em frear as ações do Movimento Estudantil que discordassem da forma de atuação da ditadura estabelecida. Ele menciona a existência de setores vinculados à subversão sem, todavia, citá-los ou mostrar comprovações dessa existência, ou tampouco justifica enquadrar o ME nesse espaço. O que nos leva a compreender a tática simplista da ditadura: se não está a favor, está contra. Essa era uma mensagem direcionada à boa parcela do movimento estudantil que já atuava contra as atitudes golpistas implantadas no país a partir de 1964.

O ditador também fala em “localizá-los e detê-los” e mais à frente diz que isso não será feito através de leis e decretos. Na tentativa de invocar um perfil “brando”, Castello Branco acaba por fortalecer o caráter ilegal da ditadura, que buscava se infiltrar nas escolas e espaços frequentados pelo ME de forma autoritária e também infiltrada, como é possível ver mais à

---

<sup>6</sup> Discurso do presidente Castello Branco, IN: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Superior. **A Universidade e a revolução nacional**, 1964, s/p, *apud* SANFELICE, 1986, p. 78.

frente, quando ele menciona uma participação direta de reitores e professores na atividade repressiva que estava impondo.

No discurso de Castello Branco há também um medo explícito sobre o que esses estudantes organizados dentro das instituições poderiam causar à ditadura civil-militar. O ditador define toda e qualquer ação estudantil que discorde da ditadura, como uma guinada destinada a “rumos perniciosos”, reconhecendo a expectativa autoritária de pregar o anticomunismo nas instituições de ensino e perseguir os grupos que ousassem resistir.

Mais à frente, Castello fala em não transformar a universidade em um local onde o ensino se tornasse secundário. Essa fala trata-se de uma explanação sobre como os golpistas visualizavam a Educação. O ensino era visto por eles a partir da Doutrina da Segurança Nacional (DSN), e as reformas educacionais promovidas pelos militares no decorrer da ditadura, tinham o propósito de “manter sob controle a educação e, ao mesmo tempo, formar mão de obra segundo as demandas do Estado e do mercado” (GOMES; MENESES CAETANO; LOBO, 2022).

A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada pelo Decreto nº 25.705 em 22 de outubro de 1948, e organizada em consonância com a Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949, objetivando delinear as diretrizes para a segurança nacional em conexão com o desenvolvimento econômico do país. Concebida pelo Alto Comando das Forças Armadas no Brasil e sob inspiração do National War College norte-americano, a ESG congregou, em suas fileiras, militares e empresários com a finalidade de promover diretrizes para o fortalecimento do desenvolvimento e segurança nacional no cenário da Guerra Fria. Consequentemente, entre 1952 e 1956, a instituição elaborou a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) vinculada aos interesses dos EUA e partidária da conjugação de esforços no combate ao comunismo. O auge da influência política da ESG ocorreu entre os anos de 1960 e 1970. (GOMES; MENESES CAETANO; LOBO, 2022, p. 8).

Muitos alunos egressos dessa ESG participaram da efetivação do golpe no Brasil, alguns ocupando, inclusive, lugares importantes no regime. Destacam-se os nomes de Delfim Netto, Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen, que foram ministros de Estado. De forma consequente, os princípios da ESG foram fortalecidos em toda a ditadura, e, não obstante, os pressupostos ideológicos dessa doutrina se adequavam perfeitamente com o que Castello Branco trazia em seu discurso. Os que seguiam os pressupostos ideológicos da DSN acreditavam que “a infiltração do comunismo nas diferentes esferas da sociedade ou do Estado seria um dos meios pelos quais os subversivos buscam a destruição da ordem”. (GOMES; MENESES CAETANO; LOBO, 2022, p. 9).

Esse medo constante do comunismo e a propagação da existência desse “perigo” servia para legitimar as ações repressivas do Estado, incluindo as demandadas sobre a educação. Os ditadores, para além de reprimir as movimentações sociais, buscavam a adequação da educação aos propósitos evocados pela Doutrina de Segurança Nacional. Já não poderia haver espaço para pensamento crítico e questionamentos ao poder estabelecido. Os golpistas queriam o alinhamento da educação aos princípios da DSN, ao tecnicismo e ao favorecimento da expansão do capital.

Assim, em 9 de novembro de 1964, foi aprovada a Lei nº. 4.464, também conhecida por Lei Suplicy. Fazendo uma breve análise dela, pode-se constatar que sua imposição não só tentava limitar e reprimir a atuação do Movimento Estudantil, “mas procurava acabar com a participação política dos estudantes e destruir a autonomia e representatividade das suas entidades em todos os níveis, transformando estas últimas em simples apêndices do Ministério da Educação.” (SANTANA, 2007, p. 65)

Entre os anos de 1964 e 1969, mesmo com a invasão e repressão dos instrumentos e organizações legais que os estudantes ocupavam há anos, os “estudantes mantiveram uma atividade política intensa, criando ‘entidades livres’ – diretórios e centros acadêmicos paralelos aos oficiais, já que estes, pela Lei Suplicy, estavam sob o controle direto do governo” (ARAÚJO, 2007, p. 157)

A partir da Lei Suplicy, a UNE foi substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes e o Movimento Estudantil passava a ser diretamente tutelado pelo Ministério da Educação, que estabelecia normas para as eleições, datas, números de participantes por diretório e ainda garantia a possibilidade de haver convocação do Diretório pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Federal de Educação, ferindo um dos princípios basilares de funcionamento de uma entidade representativa: a autonomia.

Essa tutela em âmbito nacional, como se pode ver, deu-se depois de diversas movimentações estudantis que estavam organizadas em entidades representativas. Os atos eram feitos à luz do dia, escondidos ou escrachados, noticiados e chegando, inclusive, à necessidade de tomada de decisão por parte dos militares: o atrelamento das organizações ao Regime Militar. No TFA já havia uma tutela do Governo Federal sobre todas as estruturas oficiais e organizadas e era didaticamente impossível ser resistente ao modelo sem chamar qualquer tipo de atenção.

De acordo com os Dados Anuários Estatístico do Território Federal do Amapá – Anos XII (1963); XXIII (1974) e XXIV (1975), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no início da década de 1960, a população do Amapá era composta por 68.889 habitantes. Destes, quase 40 % concentravam-se na capital, Macapá. (CEV-AP, 2017).

Nota-se que, além de forte característica rural, o TFA tinha uma população pequena, contida, onde todo mundo se conhecia. Seria difícil praticar qualquer ato de resistência ao golpe de forma muito aberta e, também por isso, os focos dos atos resistentes se concentraram em organizações clandestinas ou “camufladas em espaços direcionados para o lazer e atividades esportivas” (SILVA, 2017, p. 210)

Em grande parte do país, as pesquisas sobre o movimento estudantil durante a ditadura tratam a resistência na forma literal da palavra, respeitando um consenso histórico sobre a resistência ser, em suma, o outro lado de quem estava no poder, aqueles que resistiam à construção que estava sendo exercida.

Mas há, sobretudo, a consideração das heterogeneidades do ME, como citações ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e de diversas outras siglas anticomunistas que surgiram no país, especialmente nos principais ambientes acadêmicos da época como nas faculdades de Direito da Universidade de São Paulo e da Universidade Mackenzie onde “estudantes direitistas resolveram agir de modo deliberado contra o sindicalismo, o comunismo, etc.” (LOPES, 2014, p. 30).

## 1.2. O GOLPE DENTRO DO GOLPE: O ATO INSTITUCIONAL Nº 5

Foi através de mais um ato institucional que o regime militar cerceou o pouco de liberdade que ainda restava no país. Considerado “o mais draconiano que já houve na legislação brasileira”, segundo o professor Miguel Reale Júnior, presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (*Jornal da Tarde*, SP, O 477, 3 dez. 1977, 1º cad., p. 20), o AI-5 previa, entre muitas outras providências:

- 1) Fechar o Congresso Nacional, bem como inúmeras assembleias legislativas e câmaras de vereadores;
- 2) Transferir ao Poder Executivo as principais funções ainda conservadas pelo Legislativo;
- 3) Decretar a intervenção federal em muitas cidades;
- 4) Voltar a intensificar os decretos de suspensão de direitos políticos de opositoristas pelo prazo de dez anos (até mesmo Carlos Lacerda, um dos líderes civis do golpe de 1964, foi atingido) e de cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (o que significou novo expurgo no Congresso);
- 5) Impedir a apreciação dos atos de punição pelo Poder Judiciário (houve um ato destes ainda em 1968, alcançando 13 pessoas, e 28 em 1969, atingindo 662);
- 6) Suspender as garantias constitucionais vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos funcionários públicos; e
- 7) Suspender a aplicação do *habeas corpus* “nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social, e a economia popular”. (POERNER, 2004, p. 275)

A ditadura civil-militar, através do AI-5, descortinou uma ditadura que já estava desenhada por eles e já era compreendida pelos que se propunham a resistir a essa acepção de poder estabelecida. Foi dessa forma na maioria dos estados brasileiros inclusive no TFA que, apesar de já viver sob essa égide ditatorial bem antes do golpe, contou com entidades em pleno funcionamento até 1965. Foi o caso das sedes da União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Amapá (UECSA) e do Grêmio Literário e Cívico Rui Barbosa, do Colégio Amapaense, que foram fechadas em 1965, por força dos Atos Institucionais 1, 2 e 3. (SILVA, 2017, p. 218).

Neste momento entram em cena as movimentações mais abafadas, com medo da morte, da prisão e da tortura. No Território Federal do Amapá aqueles que se movimentaram contra o regime tiveram seus atos encaixados na historiografia em “vandalismo”, “molecagem”, ou “movimentos meramente culturais”, ignorando o conceito volúvel da palavra resistência.

Para Reinhart Koselleck (1992, 2006) um dos principais cuidados a se tomar é o de levar em consideração que nem toda palavra é um conceito. A partir do momento em que a palavra pode ser teorizada, discutida a partir das fontes, temos um conceito. O conceito demanda teorização, escreve-se uma história a partir dele. É por isso, também, que “um conceito deve ser tratado a partir de uma perspectiva diacrônica, ou seja, deve-se ter sempre em mente que ele é passível de mudança durante o tempo.” (YAMASHITA, 2013, p. 10)

Alio-me, a partir daqui, às reflexões do historiador Jacques Sémelin (1994), que defende a “resistência” como uma noção relativa, estritamente ligada ao conjunto de práticas políticas, sociais e culturais desenvolvidos por uma sociedade ocupada. O conceito de resistência que defendo e que me coube análise às movimentações estudantis no TFA, está ligado à noção de que resistir é agir, e mesmo que alguns atos não estejam totalmente direcionados a ferir o regime militar, quando passam a transgredir, infringir leis ou destoar do governo imposto, tornam-se chaves da engrenagem do movimento que, por fim, sem elas, não funcionaria.

### 1.3 O AMBIENTE TERRITORIAL

As escolhas dos governadores dos Estados e Territórios Federais eram ditadas pelos comandos das regiões militares e dos oficiais que serviam à presidência. Desde muito antes da ditadura civil-militar ser implantada no país, a própria criação do TFA mantinha íntimas relações com o tal imaginário militar de poder que atacava os estudantes.

As polícias militares estaduais eram controladas por um departamento do Ministério da Guerra, e comandadas por oficiais gerais ou coronéis do exército. No caso do Amapá, até 1975, a função policial foi exercida pela Guarda Territorial, sob o comando direto dos governadores. Portanto, o Amapá não estava a margem dessa

cultura. Pelo contrário, a própria transformação em Território Federal, em 1943, mais de duas décadas antes da implantação da ditadura civil-militar, já contava com um controle direto das forças armadas sobre a administração territorial, uma vez que a região era considerada estratégica de defesa nacional e administrada diretamente pela União. (CEV-AP, 2017, p. 24)

Durante o período do golpe, as investidas ditatoriais eram mais incisivas ainda no ambiente escolar, através da conhecida “disciplina militar”, que contava com o cantar do hino na entrada das aulas e o fervor das festas cívicas de 07 e 13 de setembro (data da criação do TFA). (CEV-AP, 2017, p. 24). O TFA possui suas particularidades e a classe estudantil, mesmo sendo conduzida a fazer parte dessa militarização, sofreu com a repressão militar em diversos níveis.

O Estado do Amapá não possui um arquivo público que colete e organize documentações oficiais, e sua principal biblioteca pública (Elcy Lacerda), tem um acervo bastante limitado. A dificuldade de reunir informações sobre o período da ditadura civil-militar no Amapá é um fator limitante, mas nada comparado à escassez de fontes específicas sobre a atuação do Movimento Estudantil local da época. Os depoimentos orais coletados e organizados pela CEV-AP são fundamentais na superação dessa etapa e ainda melhor, aumentam as perspectivas de pesquisa sobre o tema.

O Território Federal do Amapá até sua transformação em Estado através da Constituição de 1988, estava sob um cenário diverso de outras localidades do Brasil. Ainda não havia o direito de eleição de governadores que eram, até então, indicados diretamente pelo Governo Federal.

A criação do TFA ocorreu em 1943, através do Decreto-Lei nº 5812, que também criou os Territórios Federais Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu, “de partes desmembradas, respectivamente, dos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina”. (SILVA, 2017, p. 15). De acordo com a historiadora Maura Leal da Silva, os objetivos da criação do Território Federal do Amapá visaram:

... garantir a proteção da fronteira norte do país, e atender, através da conciliação, aos interesses de uma elite regional e local que reivindicavam uma atuação política mais efetiva para essas regiões, com a manutenção e aquisição de novos privilégios, buscando ao mesmo tempo garantir as pretensões intervencionistas do governo federal sobre essas áreas. (SILVA, 2017, p. 15)

É importante ressaltar que os territórios federais supracitados foram criados em uma época bastante peculiar para a história mundial: em plena Segunda Guerra Mundial. Logo, justifica-se a partir disso, a mencionada proteção da fronteira. Mas também faz sentido analisar

essa reorganização político-administrativa através da ótica do fortalecimento dos ideais nacionalistas, que vinha ganhando forças com os conflitos mundo a fora. (SILVA, 2017).

Essa centralidade, típica do nacionalismo, que o governo federal buscava ao evocar para si o controle desses entes, encontrava justificativa na Segunda Grande Guerra, mas, sobretudo, garantia privilégios e efetivava o intervencionismo através da alegação de uma atuação política mais afetiva nessas áreas. A partir disso, o governo indicava, alterava, comandava territórios estratégicos para a defesa do país e para o desenvolvimento nacional.

A constituição do TFA foi inteiramente forjada na submissão às indicações do governo federal. As práticas de poder buscavam estabelecer, de acordo com o historiador Dorival dos Santos (2001), uma espécie de “tutela permanente” sobre a região.

Com a criação do Território Federal, a região que atualmente compreende o Estado do Amapá passou a receber vários intermediários do poder federal, indicados em grande maioria sem qualquer rigor técnico-administrativo e afinidade com os problemas aos quais passariam a gerenciar. Foram vários os “adjetivos” dados aos governadores territoriais que visavam qualificá-los: alienígenas, paraquedistas, coronéis biônicos, governadores de provetas e missionários provetas, foram alguns deles. Contudo, não vieram sós, uma vez que com eles vieram vários “burocratas” que passaram a constituir a elite local do período. (SILVA, 2017, p. 256)

Essa ausência de rigor técnico-administrativo nos leva a inferir a ausência de zelo em relação à proteção nacional em detrimento do excesso de fortalecimento de privilégios e favores políticos porque, afinal, não era pouca coisa ter sob seu comando um Território Federal posicionado em local estratégico, recém-criado, pronto para tornar-se casa de quem fosse.

Os tais “paraquedistas” não chegavam sozinhos, ou seja, para além do seu próprio poder, eles tinham o poder de chefiar equipes, multiplicar comandos e habitar de forma vertical um Território criado sob a justificativa de atuação política efetiva para determinada parcela da sociedade.

É importante debater este cenário territorial aqui porque dele muito permaneceu até os anos de 1960, quando se deflagrou o golpe civil-militar. Apesar do crescimento populacional evidente, as características de uma sociedade rural ainda prevaleciam (SILVA, 2017) e a “aparência provinciana, ordeira e até submissa da sociedade amapaense” (SANTOS, 2001) ainda era fortemente percebida.

Mesmo que sem tecnicidade, sem eleição e sem qualquer consulta à população do TFA, os enviados pelo governo federal eram bem recepcionados pela elite local que procurava resguardar seus próprios privilégios:



...a elite política e econômica local, ao ver-se impossibilitada de articulação direta com o núcleo do poder nacional, submetia-se servilmente aos interesses dos prepostos, sob a condição de não interferência nos seus privilégios econômicos e políticos. Sob a égide deste pacto, controlavam rigorosamente o restante da sociedade, reprimindo autoritariamente a mais ínfima manifestação de oposição a este status quo. (SANTOS, 2001, p. 41)

Essa subordinação, aliada à insistente colocação da elite amapaense ao lado da elite nacional, ajudou a fazer do Território Federal do Amapá um ambiente estruturalmente fértil para a chegada de um ditador enviado pelo golpe. O processo ainda seria o mesmo: o governo não seria eleito, seria indicado pelo governo federal e chegaria disposto a perpetuar privilégios.

Em suma, já permeava no Amapá, muito antes do golpe, o autoritarismo, “a convivência com práticas autoritárias, as privações de liberdades, a subordinação e a censura à liberdade de expressão faziam partes das relações institucionalizadas e do cotidiano da sociedade amapaense muito anterior ao ano de 1964” (SILVA, 2013, p. 2), isso não quer dizer que este era um cenário exclusivo do Amapá.

No entendimento de Lucilia Neves Delgado, “João Goulart atuou com firmeza, no escopo da democracia política, pela efetivação de uma democracia social nacionalista e reformista, trouxe real desconforto aos conservadores que com ela não concordavam” (2010, p.128), no entanto, agira diferente em relação ao Amapá quando em dezembro de 1962 indicou para governo deste Território o tenente coronel Terêncio Furtado de Mendonça Porto, que teve um governo marcado por grande endurecimento político e perseguições.

Os desmandos do governo territorial provocaram uma onda de medo e terror entre segmentos da população amapaenses, que agrupados na sua maioria, em torno do grupo do PTB, articularam-se junto ao governo nacional com intuito de tentar depor o governo de Terêncio Porto.” (SILVA, 2013, p. 10)

Seguindo este mesmo parâmetro, o tenente coronel Terêncio Furtado utilizou a força repressiva do estado para cooptar movimentos sociais, ordenou prisões, centralizou a estrutura política do território e pode-se dizer que o transformou em um ambiente acessível para aceitação do golpe militar de 1964, mesmo que esta não tenha sido diretamente sua intenção. Desta forma, se manteve atrelado às mudanças da conjuntura nacional, uma vez que os territórios eram extremamente subordinados ao governo federal.

Não é difícil compreender a posição do Tenente-Coronel Terêncio Porto, com relação ao rumo que o Amapá deveria seguir no novo cenário nacional. Sua formação militar se adequava mais a conjuntura que estava sendo instalada do que a anterior. Tanto

que, nos primeiros dias, logo após o Golpe, o governador ordenou uma série de prisões, que teve como alvo principal os membros do PTB e os sindicalistas, que passaram a ser taxados de comunistas. (SILVA, 2013, p. 13)

Ainda que a indicação de Terêncio Porto pareça um tanto quanto contraditória devido ao já mencionado escopo da política reformista de Jango, cabe destacar a mudança “repentina” de posicionamento do Tenente-Coronel a partir da instalação do golpe civil-militar. De acordo com Dorival Santos, “No Amapá, até então, não era conhecido um adepto sequer da ideia de desestabilização do Governo João Goulart” (2001, p. 81).

Com a chegada do golpe, começou uma corrida para tentar provar lados o que, a partir de 1964, passava a ser somente um: o da ditadura. Caso contrário, qualquer governo seria deposto.

Uma das primeiras atitudes do governador Terêncio Porto foi desqualificar a desocupação de João Goulart da presidência. Mandou divulgar uma matéria no jornal Amapá, órgão oficial da imprensa do Território, no qual repudiava a atitude de Jango, classificando-a como de um homem fraco, medroso e covarde. A matéria se diferenciava de outra, de uma semana anterior, divulgada no mesmo jornal, que definia João Goulart como “dotado de uma vocação extraordinariamente inata para dirigir homens e povos”. (SILVA, 2013, p. 13)

Não tardou para que o próprio governador Terêncio Porto, encaixado na elite do TFA à época, se mostrasse também um mero ditador, muito mais ocupado em proteger seus próprios privilégios do que sustentar seu apoio às investidas reformistas do Governo Jango.

É necessário que a “recepção” do golpe no Território Federal do Amapá seja compreendida e analisada sob a ótica de que essa não era uma situação exatamente nova para a população amapaense, nem tampouco para as autoridades.

A sociedade amapaense conviveu com um Estado autoritário que deixou marcas profundas e características enraizadas, que impedia lideranças políticas e movimentos sociais de identificar o período ditatorial como de maior privação de liberdade e furto da democracia. “A reação defensiva em favor do golpe de 64, por setores da elite amapaense, tanto do lado do governo territorial, quanto do lado da oposição, aqui identificada como os petebistas e sindicalistas, precisa ser interpretada a partir de interesses diversos.” (SILVA, 2013, p. 15)

É salutar destacar a forte dependência das elites amapaenses e do território de forma geral em relação ao governo federal, que, associada ao isolamento geográfico e político do TFA, resultava em uma certa apatia dos setores dominantes quando se tratava da evolução política nacional.

Tudo girava em torno da manutenção dos cargos e privilégios destes donos do poder, e isso tornava irrelevante quem ou que tipo de poder estaria à frente do Brasil. Resultado disso, foi que “ao eclodir o golpe civil-militar de 1964, parte significativa da elite amapaense não havia realmente decidido qual lado aderir” (SANTOS, 2001, p. 46).

O próprio governador Terêncio Porto, que já havia produzido investidas para trazer o presidente João Goulart ao Território Federal do Amapá, mudou sua opinião imediatamente, e passou a tomar medidas que transparecessem seu apoio ao golpe civil-militar em favor da manutenção do seu cargo, o que não fora suficiente, já que em 15 de maio de 1964 o governador foi substituído pelo general Luiz Mendes da Silva, homem de confiança do então ditador Castello Branco, e que seria o responsável por consolidar as medidas ditatoriais de uma vez no Território Federal do Amapá.

## **CAPÍTULO 2: O LUGAR DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DO TFA**

Apesar dos atos de apoio ao golpe por parte de uma parcela de estudantes, especificamente agrupados na UECSA, a posição do movimento estudantil do TFA não destoou completamente dos estados do restante do país. O ME foi responsável por muitas ações de resistência, “recebeu apoio de partidos e organizações sindicais e atuou na clandestinidade” (CEV, Amapá. 2017, p. 28).

A dinâmica desse movimento, no entanto, carece de análises que abarquem seus contextos regional, territorial e estrutural. O Território, que à época não contava com instituições de ensino superior, teve um movimento estudantil secundarista organizado através de “grupos independentes, grêmios, organizações e dissidências” (CEV, Amapá, 2017, p. 28). Algumas outras características se baseiam na ausência de uma Instituição de Ensino Superior no Território, o que conservava o movimento organizado restrito à Educação Básica; na maciça presença de filhos e filhas de funcionários da máquina estatal no sistema público de ensino; e na intensa propaganda feita pelo governo nas escolas. Portanto, o controle direto que o governo territorial buscou exercer sobre a UECSA, desde a sua criação, teria levado parte de estudantes do movimento secundarista a apoiar o golpe. (CEV, Amapá, 2017, p. 30)

Esse controle direto, ao qual o Relatório da Comissão Estadual da Verdade se refere, diz respeito, por exemplo, a atos como a criação do primeiro Estatuto da UECSA, que, em seu Artigo 3 estabelecia, entre outros objetivos da entidade, que ela devia “(f) colaborar com as autoridades de ensino” (Estatuto da UECSA, 12/07/1950). De acordo com Randolfe Rodrigues, a UECSA, logo nesse primeiro Estatuto, demonstra “uma clara preocupação em caracterizar a UECSA não como uma entidade questionadora das autoridades constituídas; ao contrário, como uma colaboradora destas” (Rodrigues, 2009, p. 126).

Apesar dessa movimentação da UECSA ter uma clara influência externa à entidade, esta não foi a única corrente que prevaleceu no decorrer dos anos sob o agrupamento. Em depoimentos cedidos à Comissão Estadual da Verdade do Amapá, opiniões e posturas divergentes também foram observadas. (CEV, Amapá, 2017, p. 30)

É preciso, a partir daqui averiguar a construção do Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Amapá Francisco das Chagas Bezerra – Chaguinha, em seus pormenores. Quais elementos o compõem, em que momento as entrevistas foram levantadas, com quem esse documento oficial dialoga, que tipos de narrativas estão presentes nele. Todo esse processo contribui para a acepção da pesquisa histórica por parte, inclusive, do leitor. Em suma, incorreremos em uma análise da fonte para correlacionar com a metodologia.

A priori foi necessário definir quais das fontes utilizadas para a construção do relatório seriam utilizadas para estabelecer a análise da pesquisa. Levando em consideração a ausência de um arquivo público no Amapá e as limitadas fontes escritas disponíveis sobre Movimento Estudantil durante o período, as fontes orais, cedidas à pesquisa em sua integralidade, foram selecionadas para fazer essa mediação. Justifica-se, inclusive, pelo próprio relatório da CEV-AP, em sua maior parte, ter sido constituído pelo relato destas fontes orais.

O relatório foi apresentado no ano de 2017 após o recolhimento de dados, pesquisa e levantamento de fontes e organização do documento feito desde o ano de 2013. A CEV-AP foi criada por iniciativa do Governo do Estado do Amapá por meio da Lei 1.756, de 24 de junho de 2013.<sup>7</sup> Foi a primeira Comissão da Verdade a ser criada na Amazônia e acompanhou, para sua elaboração, as diretrizes e finalidades estabelecidas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). A Comissão cedeu para realização desta pesquisa, os supracitados depoimentos orais que foram recolhidos durante os anos de trabalho da equipe.

De acordo com Jorge Eduardo Lozano (2006, p. 16), a “história oral é mais do que uma decisão técnica ou de procedimento”, ela não tem como objetivo exclusivo a formação de arquivos orais nem tampouco se trata da elaboração de roteiros esquematizados que necessariamente precisam ser seguidos e posteriormente transcritos. Ela é, antes, “um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais” (LOZANO, 2006, p. 16).

A importância da utilização da história oral aqui não se trata somente da exploração da subjetividade dos atores sociais que viveram na época da ditadura civil-militar no Amapá nem da oposição à “objetividade” de fontes escritas, mas se apresenta como acréscimo de novos atores que, por um motivo ou outro, deixaram de ser considerados nos escritos. Para François “a história oral não somente suscita novos objetos e uma nova documentação (...) como também estabelece uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história” (2006, p. 9).

Como já fora destacado anteriormente, o Movimento Estudantil, não teve espaço cativo nos trabalhos sobre o período. Foram apenas recortes, perpassados ou reproduzidos, às vezes apenas mencionados, que não correspondem a importância historiográfica do movimento do TFA da época. A utilização da História Oral nesse trabalho não se dá apenas nessa “descoberta” de novos atores, mas na consideração do esquecimento de atores das lutas sociais do período.

A História Oral, ao propor um interesse pela oralidade, tenta destacar sua análise “na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais” (Lozano, 2006, p. 17) e permite, sobretudo,

[...] ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações

---

<sup>7</sup> Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Disponível em: [http://www.al.ap.gov.br/ver\\_texto\\_consolidado.php?iddocumento=43867](http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_consolidado.php?iddocumento=43867). Acesso em 15 de maio de 2021.

entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes versões e testemunhos. (ALBERTI, 1989, p. 3).

A utilização da História Oral na análise das oitivas da CEV-AP me auxiliou, justamente, na compreensão de um contexto social e historiográfico (ditadura civil-militar), a partir do enfoque na classe estudantil, e na contribuição para a construção da historiografia de uma sociedade sob determinado período (1964-1968). Estabelecer essas relações entre o geral e o particular ampliou a perspectiva sobre a pesquisa.

O trabalho desse método de pesquisa histórica levou em consideração o âmbito subjetivo da experiência humana e amplia, no nível social, a categoria de produção dos conhecimentos históricos. Fazer História Oral é produzir conhecimentos históricos científicos, não se trata de uma reunião de relatos da “vida dos outros”.

Utilizo aqui as entrevistas cedidas em sua integralidade, como fora transcrita pela equipe e, algumas, executei a transcrição. O rigor científico na realização das mesmas pela CEV-AP, é comprovada a partir e inclusive de sua composição. A comissão foi composta por membros indicados pelo Governo do Estado do Amapá, respeitando critérios técnicos, profissionais e de experiência teórica ou prática relacionados ao estudo da ditadura civil-militar e defesa dos direitos humanos. Foram realizadas 38 oitivas com homens e mulheres que de alguma forma vivenciaram a ditadura no TFA. Foram utilizados documentos de apoio na construção do relatório, como documentos pesquisados em arquivos públicos setoriais, secretarias de estado, do judiciário estadual e da imprensa oficial, jornais, periódicos, além de documentos coletados com os próprios entrevistados.

O nome escolhido para o relatório faz referência a Francisco das Chagas Bezerra, o “Chaguinha”, cearense da cidade de Quixadá, nascido em 15 de novembro de 1907. De acordo com a apresentação do relatório, “Chaguinha era um homem simples e simboliza a história de muitos outros homens e mulheres que exerceram um papel significativo na resistência política no Amapá.” (CEV-AP, 2017, p. 7). Ainda de acordo com o relatório, a escolha do nome se deu pela forte representação de Chaguinha como um homem simples e resistente à ditadura no TFA.

Chaguinha mudou-se para Belém do Pará em 1949, onde se filiou ao Partido Comunista do Brasil (PCB), partido pelo qual, futuramente, seria candidato a deputado estadual. Depois, Chaguinha mudou-se para o Amapá onde trabalhou como vendedor de plantas. Em 1964, Chaguinha foi preso pela ditadura em razão da sua filiação no Partido Comunista, e foi encarcerado na Fortaleza de São José de Macapá. Em 1973 foi preso novamente, acusado de

subversão e comunismo, mas, depois de vinte dias, a ditadura, sem conseguir enquadrá-lo nos supostos crimes, o soltou. (CEV-AP, 2017)

De acordo com o Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Amapá, “Chaguinha influenciou, significativamente, na formação política de inúmeros jovens estudantes que sonhavam com um mundo livre, justo e igualitário. Morreu em Macapá, em 1996.” (2017, p. 7). Chaguinha era um homem simples, e, para a comissão, simbolizava a história de homens e mulheres que resistiram à ditadura civil-militar no Amapá.

A Comissão da Verdade Nacional nasceu sob a justificativa de uma reparação histórica, mas também em respostas às recomendações e punições que o país vinha tomando por não “passar sua história a limpo”.

No Brasil, somente quase trinta anos depois do fim da ditadura e cinquenta de seu começo, é criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) pela Presidenta Dilma Rousseff, com a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011<sup>8</sup> como uma das providências que o País precisou tomar diante da condenação que sofreu pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em virtude do episódio conhecido como Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”, 1972-1975), durante a ditadura civil-militar no País (1964-1985). (DALTOÉ, 2016, p. 154).

Ou seja, outros países que, em algum momento de sua história estiveram sob uma ditadura, já haviam construído seus relatórios e punido os responsáveis pelos diversos crimes cometidos em seus regimes. O Brasil, a partir da criação da CNV, criou um espaço institucional para que não mais apenas a academia falasse sobre o assunto, mas o próprio Estado participasse desse debate.

A CNV não foi a única nem a primeira no sentido de imprimir gestos de leitura e interpretação que buscassem, conforme Indursky (2013), exorcizar a memória desse ciclo sombrio da nossa história, todavia faltava ainda à nação um espaço legitimado pelo Estado para apurar os graves delitos cometidos durante o regime. A CNV vem, portanto, representar um importante instrumento para ajudar a reconstruir essa fase da nossa história sob um outro ponto de vista, a partir do relato das próprias vítimas e/ou de seus familiares nas audiências que promoveu por todo o País. Trata-se de um novo espaço de dizer, de uma narrativa outra. (DALTOÉ, 2016, p. 154).

Essa reunião de esforços, como já se pode enxergar, também nasceu com o objetivo de despertar uma narrativa. É um “novo espaço”, sob “outro ponto de vista”, a partir do relato de

---

<sup>8</sup> BRASIL. Decreto Lei 12528 de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/112528.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112528.htm)>. Acesso em 10 nov. 2022.

vítimas e familiares destas. É claro o alinhamento à defesa dos direitos humanos, mas, tendo em vista que esses direcionamentos principiológicos foram estendidos às comissões estaduais da verdade, também é um fato a ser considerado no decorrer da historização da atuação do Movimento Estudantil do TFA durante o regime militar.

Entre esses princípios da CNV está a sua finalidade, que se trata de: (...) esclarecer os casos de torturas, mortes, desaparecimentos, ocultação de cadáveres, identificando e tornando públicas as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas aos crimes contra os direitos humanos. (BRASIL. Lei 12.528/2011, art. 1). A Comissão Estadual da Verdade do Amapá, por sua vez, trouxe como objetivos:

- I - Esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do art. 1º da Lei 1756, de 24 de junho de 2013;
- II - Identificar e tornar públicas as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do art. 1º da Lei 1756, de 24 de junho de 2013, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;
- III - Encaminhar, à Comissão Nacional da Verdade, toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar no alcance dos objetivos aqui dispostos;
- IV - Colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violação de direitos humanos, observadas as disposições legais;
- V - Recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos;
- VI - Promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações. (CEV-AP, 2017, p. 5)

É importante fazer a mediação da fonte com a História Oral e a História do Tempo Presente, uma vez que as comissões, taxativamente, não tinham como objetivo único ou sequer principal, historicizar de forma acadêmica ou científica a ditadura civil-militar, mas tinha enfoque nos direitos humanos.

A História do Tempo Presente tem “balizas móveis”, “moradas provisórias” que se deslocam à medida em que as testemunhas vão desaparecendo (Bedárida, 2012). Trata-se, ainda, de acordo com Hobsbawm (1998), do período onde se produzem eventos que pressionam o historiador a investigar o significado que eles atribuem ao passado, o olhar em função do hoje que dá significação, de forma ou outra, a esse passado.

Quando as comissões trazem dentre os seus objetivos levantamentos de fatos históricos visando responsabilização de atores vivos ou, ainda, a recomendação de medidas e de políticas públicas, faz-se a utilização do passado conforme o conceito da História do Tempo Presente.



Mesmo que o objetivo das comissões não sejam, especificamente ou prioritariamente, historicizar cientificamente os fatos, não há como perpassar por esses levantamentos sem discutir versões, perspectivas e periodizações que nos levam à invocar esse campo científico.

O Relatório da CEV-AP é dividido em IV partes, excetuando a Apresentação, a história de Chaguinha e as referências. São estas:

PARTE I – Organização e funcionamento – Essa parte explana ao leitor as metodologias utilizadas na construção do relatório, as parcerias, os programas extracomissão que a equipe realizou além das pesquisas. Nesse bloco está o quadro de oitivas. Apesar de todas as 38 oitivas estarem listadas, nem todas tiveram excertos utilizados na escrita do relatório, mas todas foram cedidas para esta pesquisa.

PARTE II – Ditadura civil-militar no Amapá (1964-1988) – Aqui, o relatório divide em subtópicos as análises que fizeram. São, em suma, os recortes adotados pela pesquisa. Nessa parte estão as análises de enfoque, onde encontro, inclusive, o recorte de Movimento Estudantil.

Apesar de algumas pesquisas trazerem a menção ao ME da época, como tenho citado aqui, o relatório da CEV-AP foi a maior reunião de arquivos específicos acerca do tema na época. O levantamento também destaca a heterogeneidade do ME, também pouco amplificada pelas pesquisas que já existiam.

PARTE III – Projeto Memória vai à Escola – Essa parte do relatório descreve um importante projeto realizado pela comissão nas escolas do Estado. Conta com imagens, descrição do projeto e depoimentos dos participantes.

O tratamento com as fontes escritas ocorre sob uma análise da história social, considerando o Movimento Estudantil a representação dos estudantes (ou boa parte destes) diante da ditadura civil-militar no TFA. O relatório reuniu documentos que também foram cedidos em sua totalidade. Para tanto, as entrevistas cedidas à CEV-AP, analisadas sob a ótica da História Oral, como já citado, foram analisadas desde a escolha dos depoentes, disposição destes, produção, roteirização delas e organização. Novamente, toda a análise será feita tendo como enfoque o ME no TFA durante a ditadura.

## 2.1 A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL NO TFA

O Movimento Estudantil no TFA não se resumiu à atuação da UECSA, e nem tampouco a entidade se resumiu a atuação de sua corrente que apoiava o golpe. É importante destacar, além das dissidências existentes na UECSA, as organizações da Juventude Católica amapaense: Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude

Operária Católica (JOC). Todas nascidas no início da década de 50, e tiveram uma atuação importante na resistência estudantil do TFA. A JEC, por exemplo, foi responsável por promover pichações contra militares, feitas a partir das ceras das velas da igreja católica. (RODRIGUES, 2009, p. 134)

A atuação dessas organizações foi mais livre por dois fatores importantes: contavam com certa proteção da igreja católica e não eram tão vigiadas como a UECSA (CEV, Amapá, 2017, p. 34). Isso, no entanto, não impediu que ocorressem prisões dentro de suas fileiras.

A CIA já estava dentro do país informando, ninguém podia fazer nada que tudo era comunista. Quando estourou a revolução de 64 fomos apanhados. [...]. Eu participava da JOC, Juventude Operária Católica, que teve um trabalho no Amapá de denominar o nome dos bairros de Macapá. Nessa época só chamavam Igarapé e foi mudado para Perpétuo Socorro e no Beírol surgiu o Santa Inês. A JOC passou a fazer enfrentamento e os militares diziam que os padres eram brancos por fora e vermelhos por dentro. Então fomos presos e veio para cá uma Comissão Sumária e passou a fazer interrogatório de todas as pessoas que tinham sido presas ou informadas pelo SNI ou suspeitos de serem contra os interesses da Revolução. (Josias Nogueira Hagen Cardoso. Depoimento cedido a CEV/AP, em 21 de agosto de 2014)

Possivelmente, Josias Nogueira fez essa referência à Central Intelligence Agency (CIA) porque, em 2014, ano da coleta de seu depoimento, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) publicou seu relatório final já trazendo em seu conteúdo comprovações de que a CIA de fato atuou junto aos militares durante o golpe civil-militar no Brasil.

Isso porque, “no início dos anos 1960, a América Latina era considerada o problema mais importante da CIA desde a crise dos mísseis de Cuba” (CNV, 2014). Com a chegada do golpe no Brasil, João Goulart foi exilado no Uruguai e o crescimento do afluxo de exilados brasileiros, se tornou uma das principais preocupações da Agência Central de Inteligência Norte-americana. De acordo com o Relatório da Comissão Nacional da Verdade:

A estação da CIA em Montevideu passou a prestar assistência à estação do Rio de Janeiro, com o objetivo de enriquecer a coleta de informações sobre os exilados. Isso foi feito por meio de investigações policiais sob a responsabilidade de Philip Agee, que, conforme ele próprio escreveu em seu livro, foi orientado a vigiar a comunidade de exilados brasileiros. (CNV, 2014, p. 229)

Para além dessas constatações feitas pela CNV através de documentações oficiais, é importante também destacar o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI),

criado através do Decreto nº 9775, de 5 de setembro de 1946<sup>9</sup>, que tinha como objetivo centralizar as informações produzidas pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN). Durante a implementação desse órgão, brasileiros eram enviados aos Estados Unidos para aprender com a CIA e o FBI (Federal Bureau of Investigation) a como implantar uma rede de espionagem e repressão. O SFICI existiu de 1946 até 1964, quando deu lugar ao SNI<sup>10</sup>, o Serviço Nacional de Informações.

A lei determinava explicitamente que o SNI deveria colaborar com o Conselho de Segurança Nacional em ‘todas as questões afetas à Segurança Nacional’. Declarava que seu principal objetivo seria ‘coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna. Na prática, o SNI tornou-se um poder político de facto, quase tão importante quanto o do próprio Executivo. (ALVES, 1989, p. 72-73)

Pode se inferir que esse sistema atuava no Brasil sob a base da doutrina anticomunista devido às suas claras influências norte-americanas que via as movimentações na América Latina como uma ameaça. Josias, embasado nessas informações que tornaram-se públicas após a restauração da democracia, afirmava que a CIA já estava atuando no país para caçar os tais comunistas, até porque, “fundamentalmente um produtor de informações, é provável, não obstante, que o SNI tenha participado de “operações de segurança”, isto é, de prisões e interrogatórios que tantas vezes lançavam mão de tortura” (FICO, 2001, p. 177-178)

Josias Nogueira também menciona ter sido membro da JOC, Juventude Operária Católica, afirmando que a organização teria feito enfrentamento à ditadura no TFA. De fato, a JOC tornou-se um dos principais focos de repressão da ditadura civil-militar no Amapá por promover debates, reuniões e defesa de direitos dos trabalhadores. Isso ocorreu mesmo com o apoio ao golpe da parcela da Igreja Católica responsável pelo movimento jocista:

Em quatro de junho de 1964, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) emitiu um manifesto que expressa o apoio dado por setores da Igreja católica ao Golpe de 1964. Na perspectiva dos bispos, “a forma mais eficaz de tratar a ameaça comunista seria promover reformas que satisfizessem as aspirações das massas, tornando-as menos suscetíveis às ideias comunistas”. (DUARTE, 2018, p. 11)

Mas os jocistas, como eram chamados os integrantes da JOC, não eram apenas participantes de um movimento da própria igreja, mas também se alinhavam às lutas de

---

<sup>9</sup> BRASIL. Decreto Lei 9775 de 06 setembro 1946. Dispõe sobre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-9775-6-setembro-1946-417547-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 jan. 2023.

<sup>10</sup> Arquivos Desclassificados EUA. Operação Condor, FBI, 19/7/1976. Arquivo CNV, 00092.003115/2014-88.

trabalhadores e de movimentos sociais, e acabaram sendo afetados pelas mudanças políticas que afetaram os trabalhadores<sup>11</sup>, como foi o caso do golpe.

Essa repressão à JOC veio também porque, assim como o Clã Liberal do Laginho e os estudantes que atuavam na UECSA, os jovens que integravam à JOC também se reuniam, e qualquer tipo de organização popular era vista como uma ameaça pelos golpistas:

Em 1968, quando a Ditadura civil-militar “passaria por um processo de fechamento ainda maior, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) – que fechou temporariamente o Congresso Nacional, cassou mandatos, instituiu a censura prévia à imprensa e cassou direitos civis” – a JOC se tornaria um dos principais alvos da repressão, já que para o regime qualquer forma de organização popular representava uma ameaça à ordem governamental. (DUARTE, 2018, p 12)

A JOC era um movimento de alcance internacional, contava com organizações em diversos outros países<sup>12</sup> e, mesmo com a CNBB emitindo apoio ao golpe, a JOC teve membros perseguidos e, no caso do Amapá, sustentando também o que disse anteriormente Josias, “a maior ofensiva foram as ordens de prisão expedidas contra alguns jocistas, o que não se concretizou tão somente pela intervenção do bispo, que se responsabilizou pelos jovens” (DUARTE, 2018, p. 13). Importante também destacar que a composição

Em seu depoimento, Josias relata desde a prisão dele e de outros estudantes à proteção que a igreja promovia, tal proteção era, possivelmente, muito mais aos valores defendidos pela CNBB ao apoiar ao golpe do que às figuras estudantis que compunham a organização. A JOC, como podemos ver, não tinha sua atuação principal voltada às pautas estudantis, mas, por abrigar estudantes que não concordavam com o regime, teve sua estrutura vigiada e membros presos. Outros relatos de estudantes da época são importantes para compreender as peculiaridades do ME amapaense.

Além da JOC, existia também no Amapá a Juventude Estudantil Católica (JEC), essa sim abrigava estudantes e era mais alinhada às questões estudantis que a JOC, que atuava muito mais ligada às questões operárias da época.

De acordo com Randolfe Rodrigues (2009), esses grupos de jovens da Igreja Católica que surgiram no início da década de 50, eram voltados para ações espirituais e de evangelização. Além disso, eles se definiam como “apolíticos” e “alguns dos seus setores chegavam a orientar-se pelo anticomunismo” (RODRIGUES, 2009, p. 132).

---

<sup>11</sup> MAINWARING, S. Op. cit., p. 140.

<sup>12</sup> DUARTE, Jackeline. Igreja e Jovens Trabalhadores: a atuação da JOCE no Amapá (1957-1968). Amapá, 2018.

Não demorou para que os integrantes da JEC passassem a atuar de forma incisiva no Movimento Estudantil do Território Federal do Amapá, uma vez que, a essa altura, de acordo com Randolfe Rodrigues (2009), a “esquerda cristã” já era maioria nas organizações de jovens da Igreja Católica no Brasil.

A partir de 1959, a Juventude Estudantil Católica – JEC decidiu passar a intervir mais efetivamente no movimento secundarista do Amapá, e conseguiu conquistar a direção da UECSA, por três mandatos (1960, 61 e 63). As principais lideranças da JEC amapaense eram João Travassos, Isnard Lima, Carlos Nilson, Haroldo Franco, Nestlerino Valente, Elcy Lacerda e Elson Martins. A atuação política dos jovens era orientada pelo Pe. Caetano Maielo, que também funcionava como protetor do grupo. (RODRIGUES, 2009, p. 133)

Essas movimentações, como podemos ver, iniciaram antes mesmo do golpe civil-militar. Foi também a partir do ano de 1959 que a JEC passou a fazer a edição do informativo “A Voz Católica”, ocupando um espaço importante na comunicação com os estudantes. (RODRIGUES, 2009).

A JEC também foi a responsável pela “primeira greve estudantil de que se tem conhecimento no Amapá, ocorrida em 1963 por iniciativa dos estudantes do Colégio Amapaense” (RODRIGUES, 2009, p. 133). Essa greve aconteceu no ano anterior ao golpe, o que demonstra o posicionamento da JEC a partir de 1964, quando se instalou a ditadura civil-militar. Os militares utilizavam a organização dos estudantes sob a JEC para tentar justificar os atos repressivos contra os estudantes que faziam parte da entidade.

Guilherme Jarbas, por exemplo, foi um dos únicos integrantes da JEC que não foi preso devido a sua proximidade com as lideranças da igreja católica que, como já mencionamos, desde a década de 50, a exemplo do Pe. Caetano Maielo, protegia a atuação dos estudantes no TFA. Essa atuação divergia do posicionamento anterior da CNBB, que emitiu nota em apoio ao golpe.

Vale destacar que Guilherme Jarbas foi presidente dos Grêmios Literários Barão do Rio Branco e Rui Barbosa, secretário-geral e vice-presidente da UECSA. Em seu relato, Guilherme fala da repressão aos estudantes e da resistência que havia dentro da JEC.

“– Você anda com quem?” “– Eu ando com o fulano...”. Bastava citar o nome que eles recolhiam. Então aqueles ligados às entidades estudantis, eles todos foram realmente presos. O único que não foi preso foi eu, porque eu tinha uma proteção da igreja, do bispo Dom Aristides Piróvano. Eu era da Juventude Estudantil Católica, e havia um movimento, eu tenho até essa foto da discussão aqui no Cine João XXIII, da Juventude Estudantil Católica, onde eu fiz um rebate a uma agressão que o padre Antônio sofreu por parte do Ribeirinho. O padre Antônio, numa solenidade, em vez de cantar o hino nacional, ele pediu que rezassem o pai nosso. E eu prestei uma solidariedade ao padre

Antônio, afinal eu vivia ali com os padres. Então, eu fui chamado pelos padres, pelo Dom Aristides que eu deveria ser da Prelazia, que eu estava sendo cassado por esse Capitão Fontenelle. E eu fiquei até aliviar a barra. Eu acabei não sendo preso. O único dirigente de entidade que não acabou preso por causa dessa proteção. (Guilherme Jarbas Barbosa de Santana. Depoimento cedido a CEV/AP, em 21 de agosto de 2014).

O depoimento de Guilherme nos leva a concluir, além da proteção e influência real da igreja sobre os ditadores, que o levantamento de prisões e repressões em arquivo nacional ou no sistema judiciário, não dariam conta de relatar o que ocorria nas fileiras estudantis. O depoimento de Jarbas também nos faz inferir que a sua proteção foi em razão de seu ato anterior em proteger um dos padres de uma agressão, mas a atitude do Padre Caetano Maielo, ainda na década de 50, nos faz compreender que essa proteção aos estudantes do TFA já se arrastava mesmo antes do golpe. A proteção da igreja católica era importante, mas estudantes que faziam parte de diversos movimentos, acabavam sendo presos por razões diversas.

No dia 15 de março, me recordo bem, foi uma festona e no dia 31 a Polícia Federal, o exército invadiu a sede do Grêmio Rui Barbosa. Então, nesse período o movimento estudantil, ele se voltava mais para a área cívica e cultural com pequenos movimentos sociais diferenciados, e era também um grupo muito pequeno, ligado mais ao Messias Tavares, ao Ribeirinho, tinha o Ermínio Gurgel. Era um grupo muito pequeno. [...]. Quando o governo federal tomou o grêmio, nós tínhamos ali uma biblioteca. Toda história estudantil do Amapá, estava encadernada através daquele jornal O Castelo, que eles levaram tudo. Fecharam e aí veio a ditadura que acabou com o movimento estudantil. [...]. Aí, quando veio a revolução, fecharam lá, fizeram até um departamento da Polícia Federal. Inicialmente a UECSA acabou pagando um preço alto e tornou-se aí um departamento da Polícia Federal. O grêmio Rui Barbosa fechou. Quando veio o governador, o General Luiz Mendes da Silva, ele fez uma reunião no Colégio Amapaense e fez uma proposta numa Assembleia. Naquele tempo os alunos estudavam no segundo andar que tinha uma sala enorme. Ele transformaria ali numa escola e que depois reformaria. Então, naquele primeiro momento da revolução, se tornaria um ponto de encontro de estudantes. Na verdade, ele terminou a escola, saiu a escola de lá, fechou o grêmio novamente. E no governo de Lisboa Freire em 73, foi entregue para os Campus Avançados. Aí passou [ser] a sede dos Campus Avançados. (Guilherme Jarbas Barbosa de Santana. Depoimento cedido a CEV/AP, em 21 de agosto de 2014).

Entre os mencionados pelo depoente Guilherme Jarbas, está Luís Messias Tavares, o “Messias Tavares”, que era um militante conhecido do Movimento Estudantil no TFA. De acordo com o Relatório da CEV-AP, Messias Tavares foi um dos fundadores e também presidiu a UECSA, e isso foi motivo suficiente para que os militares entendessem seus atos como “subversivos”, o prendendo na Fortaleza de São José de Macapá. A irmã de Messias Tavares, Carmozina Tavares, falou à CEV:

Meu irmão foi preso e quem levava comida pra eles na Fortaleza, por exemplo, o meu irmão, era eu. [...]. Porque era comunista (risos), como eles diziam [...] Ele não era

comunista, porque nem havia partido comunista aqui, eu acho que nem havia isso. [...]. O meu irmão era agente de polícia. Ele perdeu o emprego. Também foi demitido. Na época, assim, foi um terror.<sup>13</sup>

Consta também no Relatório da CEV-AP que, após sua exoneração Luis Messias Tavares se formou em Engenharia Florestal, em Belém, mas Luis não conseguiu se recuperar dos traumas da tortura e sua irmã, Carmozina Tavares, alegou à CEV-AP que Messias Tavares teve um Acidente Vascular Cerebral (AVC), e apagou toda sua memória recente, ele teria ficado só com o “arquivo antigo”, que rememorava suas torturas. (CEV-AP, 2017, p. 43).

O depoimento de Guilherme revela também uma ligação direta da atuação dos militares em âmbito nacional e territorial. O golpe atuou de forma incisiva sobre os movimentos estudantis organizados e não tardou em reprimir qualquer tipo de manifestação por parte desta classe, que era vista como uma ameaça.

Soma-se a isso, as especificidades territoriais e regionais. Sob aparência pacata, provinciana e submissa, a sociedade amapaense escondeu, com dificuldade, as movimentações de resistência ao golpe militar. Deram-se de formas “escondidas, disfarçada de molecagem, de artes, de músicas, de silêncios, de recusas e afirmações” (CEV/AP, 2017, p. 35). Os anos de chumbo, como eram chamados os anos do regime autoritário, foram também de amadurecimento político da juventude amapaense.

Outra organização que atuou no período, em forma de resistência à ditadura, foi a Juventude Oratoriana do Trem (JOT). Tratava-se de um grupo de jovens que saía a noite, de bicicleta, quebrava placas de sinalização, lâmpadas de iluminação pública, apedrejava órgãos públicos e depredava veículos oficiais. À época, o regime via as atuações como vandalismo, mas eram claramente atuações no sentido de resistência à ditadura militar no território.

...a gente se reunia na JOT [Juventude Oratoriana do Trem] em uma sala da paróquia da Igreja de Nossa Senhora da Conceição [...]. Éramos supervisionados pelo Padre Vitório Galianni, que apesar de descontente com a situação brasileira, preferia e até nos aconselhava a se preocupar com o futebol, esportes e lazer, mas fechava os olhos quando discutíamos aqui e ali alguma coisa de política. Não propriamente de política, mas a gente gostava de rock, jovem guarda, Beatles, Elvis, cachaça, calça boca de sino, cabelos grandes, e a polícia, especialmente, o delegado Oscar que era magrinho e enrugado e apelidamos ele de “Calo Seco” e o delegado Uchôa, meu tio, perseguiram a gente sem quê, nem porquê. Um dia decidimos aprontar. Quebrar placa de rua, lâmpadas de poste e apedrejar a Central de Polícia que ficava ali onde é o BANAP [Banco do Estado do Amapá] hoje. Saíamos pelo menos uma vez por semana para estas incursões até a nossa proeza máxima que foi quebrar todas as lâmpadas da pista do aeroporto. A coisa repercutiu muito e decidimos parar com aquilo [...]. (Entrevista de Raimundo Simões Nobre, concedida a Dorival Santos, em fevereiro de 2000. In: SANTOS, Op. Cot, 2001)

<sup>13</sup> Carmozina Tavares de Lima. Depoimento a CEV/AP, em 20 de março de 2014.

Tratava-se de uma impossibilidade de resistência armada, como foi a Guerrilha do Araguaia, que aconteceu na região vizinha do Amapá. De acordo com o Memorial da Democracia:

Instalados na região desde 1966, militantes comunistas misturaram-se à população de camponeses pobres e catadores de castanhas, na tentativa de criar um foco de guerrilha. O cenário dos combates foi a região do Bico do Pagagaio, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins e dos Estados do Pará, Maranhão e Goiás (na região pertencente hoje a Tocantins).<sup>14</sup>

Por razões geográficas e pelas pautas do movimento, não seria absurdo esperar que a luta armada também chegasse ao Território Federal do Amapá o que, não consideramos possível, graças ao tamanho do TFA e a já mencionada quase impossibilidade de anonimato no território.

As depredações e pichações mencionadas por Raimundo Simões, tratava-se da maneira como os estudantes conseguiam atuar no TFA, em forma de manifestações e depredações silenciosas quanto ao som, mas muito barulhentas em relação ao seu significado diante dos ditadores.

Outra organização clandestina de resistência à ditadura existente na época, foi o Clã Liberal do Laguinho. O grupo era formado, sobretudo, por jovens moradores do bairro do Laguinho (dentre eles, alguns estudantes do Colégio Amapaense), e tinha o propósito de discutir arte, religião e ciência, e, todavia, acabou incomodando os ditadores.

Isso se deu graças à “independência e a criatividade com que o grupo funcionava”, isso era inconcebível no contexto repressivo sob o qual se encontrava o TFA. Fernando Canto, um dos presos na época, recorda o seguinte:

Eu participei juntamente com o João de Deus de todas as atividades do Clã Liberal do Laguinho, no período de 1972 e 73, e até se romper mesmo com auge da missão esdrúxula que aconteceu aqui no Amapá e Macapá que chamava “Operação Engasga -Engasga”. Mas, a gente era um grupo de jovens que tentava buscar além das atividades é... sociais e religiosas, que nós éramos ligados também muito à igreja São Benedito do movimento jovem, mas que não era o suficiente pra gente estender nossas próprias ideias e também nossas canções, e a gente reunia no Clã Liberal do Laguinho pra, no quintal do Pai do João de Deus, (inaudível) no lado do poço do mato, lugar muito aprazível, muito bonito, a gente se reunia lá pra se divertir e pra conversar, era tão interessante que até o programa de rádio ia ser transmitido direto

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/guerrilha-do-araguaia-combate-em-silencio>



de lá, e a gente ia. (Fernando Pimentel Canto. Depoimento cedido a CEV/AP, em 02 de setembro de 2016)

João de Deus de Souza Filho, o João de Deus, era um estudante secundarista, foi membro do Clã Liberal do Laguinho e estudava no Colégio Amapaense. Em maio de 1973 João de Deus foi levado para o quartel do Exército e foi preso junto com Fernando Canto. A justificativa da prisão pelos militares, narrada por João de Deus à CEV-AP, era que eles recebiam uma espécie de “Mala Direta”, ou seja, livros que eles não encontravam no Amapá.

João de Deus disse à CEV-AP: “mas eu confesso que eu recebia o chamado Mala Direta, quem mandava até hoje eu não sei, eu só pagava o trabalho do carteiro e lia”<sup>15</sup>. No mesmo depoimento, João de Deus conta que, no dia que foi levado pelos militares, eles levaram também os livros e informes que tinha na casa dele: “Vesti a roupa e saí e eles apanharam vários livros que eu não tinha assim, nós não tínhamos uma estante, os livros eram assim pelo meio da sala, tinham vários livros, foi tudo levado, arrastado, foi levado esses informes.”<sup>16</sup>

Já no olhar de Fernando Canto, a prisão deles tinha justificativa mais profunda, “a gente sabia que alguma coisa estava acontecendo, mas que a ditadura tinha que ter um...um bode expiatório”<sup>17</sup>. João de Deus e Fernando Canto faziam parte do Clã Liberal do Laguinho e passaram, de acordo com João de Deus<sup>18</sup>, a serem marcados pelos outros alunos do Colégio Amapaense que já não queriam nem andar com eles, com medo de serem associados à oposição à ditadura.

Ainda sobre o depoimento de Fernando Canto, ele menciona a “Operação Engasga-Engasga”. Foi assim que ficou conhecida a Operação Militar que espalhou terror no TFA durante o período ditatorial, mais especificamente em 1973. Espalhou um medo generalizado, propagou o anticomunismo e tinha como objetivo servir como estratégia de controle da população do território. (CEV-AP, 2017).

Em maio de 1973, algumas mulheres procuraram a Rádio Educadora São José de Macapá e a polícia para se queixarem de que haviam sido agredidas e submetidas à tentativa de estrangulamento por um homem encapuzado. Denúncias no mesmo teor foram se intensificando e, em junho, a população vivia um clima de pânico e de histeria. A tensão era agravada por estranhos cortes de energia elétrica, que coincidiam com saída de estudantes, no turno da noite, e com os ataques inexplicáveis. A proliferação de relatos sobre ataques disseminou, primeiramente, o pânico e, em seguida, uma busca de entendimento e significação para o que estava ocorrendo. Amalgamando aspectos fantásticos e tecnológicos, o imaginário popular começou a

---

<sup>15</sup> João de Deus de Souza Filho. Depoimento cedido a CEV/AP em 02 de Setembro de 2016.

<sup>16</sup> João de Deus de Souza Filho. Depoimento cedido a CEV/AP em 02 de Setembro de 2016

<sup>17</sup> Fernando Pimentel Canto. Depoimento cedido a CEV/AP em 02 de Setembro de 2016.

<sup>18</sup> João de Deus de Souza Filho. Depoimento cedido a CEV/AP em 02 de Setembro de 2016

caracterizar os “engasgadores” como seres com superpoderes. [...] A Operação Engasga se valeu deste imaginário para legitimar uma intensificação da ação repressiva do Estado. Era necessário chamar, de algum modo, a atenção do centro de poder ditatorial para o “perigoso” Amapá. (CEV-AP, 2017, p. 49-50)

A operação Engasga-Engasga foi, no final das contas, mais uma utilização de uma especificidade de território que o Amapá tinha à época. Foi a exploração do imaginário social para justificar o acirramento das práticas repressivas dentro do TFA. As pessoas já não saíam mais à noite, os pais já temiam deixar que os filhos se reunissem, inclusive em locais e grupos como o Clã Liberal do Laguinho que, como afirmou Fernando Canto, se rompeu com o auge da “missão esdrúxula” batizada de Engasga-Engasga.

Mesmo com a insistente alegação da existência do clã apenas ligado às questões culturais e artísticas, como vimos, a repressão também os atingiu de forma muito agressiva. Todavia, não há negação dos depoentes participantes do movimento da época, de que essas expressões eram formas de resistência ao golpe de 64. O grupo tinha em torno de setenta integrantes, muitos menores de idade. Esse número elevado (para a época e o território), permitia conversas e discussões que ameaçavam a estrutura repressiva dos ditadores. O Estado reprimiu fortemente o Clã do Laguinho.

Nós não tínhamos universidade. Todo mundo tinha que ir pra fora estudar tanto que nós fomos, mas depois do “engasga-engasga” e também quando eu terminei o meu curso essencial em 1973 eu ia sendo expulso por causa disso, eu tive que ir embora daqui eu fui preso. Toda hora a gente ia ser preso a qualquer motivo. A repressão era tão grande que a gente era marcado. A gente já sabia que se fizesse qualquer coisinha, andasse sem carteira de identidade, ia preso, um negócio que realmente revoltou muita gente, traumatizou de alguma forma, né? Até hoje a gente sente isso. Depois que a gente foi preso junto lá no exército, e os outros nossos companheiros estavam presos em Macapá, enjaulados lá, tanto que existe vários depoimentos e tudo mais. Mas agora, tu tava falando a respeito dessa formação intelectual que nós tínhamos. Não chegaram a levar livro meu e nem entrar em casa, o cara que foi me buscar foi o Amaury, o filho do seu Amaury [Antônio Farias] o subtenente R2 cheio de soldados armados com metralhadora [...]. A ditadura tinha que ter um, um, bode expiatório, né? E no caso seria aqueles caras que tinham sido presos na época de 64, então vai lá, prende o padeiro, prende o Chaguinha, prende o Gurgel, prende o Isnard, prende o Odilardo, quer dizer, tudo isso é carta marcada, ao passo que eles estavam fazendo um tipo de atividades que se soube depois que não era exatamente um combate aos criminosos. (Fernando Pimentel Canto. Depoimento cedido a CEV/AP, em 02 de setembro de 2016)

Como bem destacou Fernando Canto, qualquer movimentação minimamente intelectual, ofendia os ditadores que estavam no poder. As prisões eram arbitrárias, e feitas a qualquer custo e sem justificativas plausíveis (o que nem poderia haver, uma vez que as ações sequer se enquadravam em crimes). O depoimento de Rui Gonçalves, integrante do grupo, reverbera, no entanto, a faceta política entranhada no Clã do Laguinho:

Manoel Bispo, artista plástico e tudo, ele foi do primeiro, se eu não me engano foi o primeiro presidente do Clã Liberal do Laguinho [...]. Era interessante o movimento. Mas ali se reunia para debater mesmo alguns assuntos, debatia, conversava [...]. Principalmente política, questões mesmo do Amapá. Não era todo final de semana, mas todo uma vez por mês a gente fazia uma feijoada lá na casa do João de Deus, que ficava nas Nações Unidas, na rua de casa. (Rui Gonçalves Lima. Depoimento cedido a CEV/AP, em 02 de setembro de 2016)

Como pode-se notar, o grupo era bem mais que uma dissidência ou uma aleatoriedade. Tinha uma estrutura estabelecida. Um presidente, pautas, pontos e dias de encontro. A repressão pressionava o Clã Liberal do Laguinho pela pregação da liberdade vociferada pelos membros, pelas expressões culturais que eles entoavam e, sobretudo, pela criticidade que eles buscavam ter das coisas que estavam acontecendo. Como bem disse Rui Gonçalves, eles debatiam e discutiam, “principalmente política”. A repressão da ditadura não era capaz de conviver com um agrupamento que se colocasse a discutir os acontecimentos políticos no TFA.

Outra agremiação que surgiu no início dos anos 1960 foi a Saci Clube, que tinha o objetivo de reunir jovens através da cultura e da arte. Embora não fosse uma entidade estudantil, também contava com a participação de estudantes e também se tornou um espaço importante de mobilização. De acordo com Maura Leal da Silva (2017), a agremiação era mascarada por seus objetivos meramente culturais e chegou a obter certos privilégios por parte do governo, como o abrigo da mocidade.

Não demorou para que se tornasse um espaço de contestação e politização contra o regime autoritário, uma vez que a agremiação tinha em suas fileiras muitos estudantes secundaristas envolvidos com o movimento estudantil. De acordo com Carlos Nilson (primeiro presidente do Saci Clube), enquanto a política nacional fervilhava e a sociedade do TFA estava um pouco alheia, os jovens do Saci realizavam protestos que tinham relação com os acontecimentos que levaram à deposição de Jango:

Na sexta, 13 de março fizemos uma vigília SACI e CA na Piscina Territorial, onde fiz um pronunciamento favorável à estatização da ICOMI, que me custou uma detenção após 31 de março, lá pro fim do ano. Fui defendido pelo Bispo D. Aristides Piróvano e Pe. Caetano Maielo. Foi quando instituímos a camisa do Saci. A cor escolhida era o vermelho, que era pintado por mim e o Ronaldo Bandeira. (NILSON, 2014, apud SILVA, 2017)

A exploração de manganês no Amapá foi um dos maiores e mais importantes empreendimentos desenvolvidos na Amazônia e foi, também, a primeira experiência de

mineração industrial na região. As atividades foram conduzidas pela Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), que se instalou na região na década de 50. (MONTEIRO, 2003).

No dia 13 de março de 1964, dia mencionado por Nilson, também foi o dia que aconteceu o famoso discurso de Jango na Central do Brasil. Foi quando “O presidente João Goulart defendeu as reformas de base propostas por seu governo. Cerca de 200 mil pessoas participaram do ato político.”<sup>19</sup> Foi também nesse discurso que o presidente anunciou que assinaria o decreto de encampação da ICOMI. (SILVA, 2017).

No entanto, o então presidente da ICOMI, Augusto Antunes<sup>20</sup>, era contrário a essa política de nacionalização, e se mobilizou, junto a organizações internacionais, em apoio ao golpe civil-militar. (SILVA, 2017). Essa movimentação justifica – para os militares- a detenção mencionada por Nilson, que defendeu a estatização que Jango prometia executar.

O vermelho, cor eu Nilson menciona terem escolhido para as blusas da organização, serviu de pretexto para que os militares taxassem os integrantes do Saci Clube de comunistas e para que executassem prisões de membros da agremiação após o golpe de 1964.

Em um claro exemplo de como os estudantes atuaram no TFA durante a ditadura civil-militar para demonstrar oposição ao golpe, o Saci Clube exibiu as peças “Judas no Tribunal” e “Prostitutas Respeitosas”, produzidas pelo elenco do Teatro Amadores do Amazonas. Aqui vale um destaque: apesar das pesquisas apontarem essas movimentações como “camufladas” sob arte e cultura, o setor cultural no Brasil estava longe de ser eximido dos ataques dos ditadores.

Alceu Amoroso Lima (1999) e Carlos Heitor Cony (2003) lançaram, de acordo com Marcos Napolitano (2021), bases simbólicas importantes que foram fixadas na história da resistência cultural contra o regime:

- a) a ditadura era contra a cultura; b) a ditadura era ilegítima, sobretudo porque tentava proibir os atos de pensamentos; c) a ditadura perseguia quem deveria ajudar a reconstruir o Brasil, ou seja, os “intelectuais”, até então sócios do Estado nos projetos políticos nacionais; d) a ditadura, ao implantar o “terror cultural”, erodia sua base de sustentação na classe média que, grosso modo, havia prestigiado o golpe.

Para utilizar um “disfarce” e atuar sob a roupa da cultura e da arte, elas precisariam passar despercebidas pela ditadura, mas não era isso que acontecia. Os ditadores oprimiam as

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>

<sup>20</sup> Augusto Trajano de Azevedo Antunes. Breve biografia disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2011/09/augusto-antunes-o-pioneiro-da-industria.html>

manifestações artísticas e, logo, era contra a cultura. Ao tentar proibir esses atos de pensamento, a ditadura externalizava uma das suas principais características: o autoritarismo. O que houve, na verdade, foi um solo fértil para que a juventude do TFA propusesse as mudanças que pensavam, que queriam, apesar do “terror cultural” implantado.

Foi a partir desses pontos que os movimentos oposicionistas encontraram na Cultura um terreno fértil para uma unidade resistente, o que justifica a entrada dos estudantes nesse meio, mas não era de forma camuflada. O país já lidava com a ideia da repressão sobre atos de pensamento e, mesmo que a ditadura tenha encontrado no TFA um ambiente mais confortável para se instalar, não se pode dizer que os militares estavam alheios ao que significava a cultura como resistência.

Para os que pretendiam acabar com a agitação, a solução parecia clara: amordaçar os agitadores. Essa foi a crença ingênua que, fundada no medo, moveu os atentados cometidos contra a cultura em nosso país, desde os idos de 1964. Como a agitação continuou, muitos dos simplistas a esta altura, terão verificado que a agitação não deriva de atos de vontade, mas da própria realidade: os intelectuais não a geram, apenas a refletem. (SODRÉ, 1965, op. Cit, p. 240)

Sodré defende que, na verdade, os “agitadores”, os artistas e intelectuais, refletiam os anseios sociais, a luta por liberdade. Amordaçar os agitadores não adiantaria, uma vez que a insatisfação, o medo e o terror continuariam existindo, e logo mais outros “agitadores” passariam a refletir tais demandas sociais.

Dentro dessa classe de intelectuais encontravam-se os estudantes. Alceu Amoroso Lima (1999, op. Cit., pp. 213-2) coloca jornalistas, professores, estudantes, sacerdotes, intelectuais e filósofos como vítimas do chamado “terrorismo cultural”. Logo, ainda que os estudantes do TFA tenham sido movimentados na escrita historiográfica para o campo cultural na expectativa de explicar as suas contidas manifestações, elas não eram desprovidas de intencionalidade. A própria cultura possuía seu viés resistente e, durante o golpe, também serviu terreno inequívoco da oposição à ditadura civil-militar.

No dia 30 de maio de 1965 foi publicado no Correio da Manhã o “Manifesto dos 1500 intelectuais pela liberdade”, um dos documentos mais contundentes do primeiro frentismo intelectual de oposição dos artistas e intelectuais do país (NAPOLITANO, 2017):

Sr. Presidente: os intelectuais e artistas brasileiros temem pelo destino da arte e da cultura em nossa pátria, neste instante ameaçada no que tem de fundamental: a liberdade. Estamos conscientes do papel que nos cabe na sociedade brasileira e da responsabilidade que temos na representação dos sentimentos mais autênticos do nosso povo. Como desempenhar este papel e exercer esta responsabilidade, se direito

à opinião e à divergência democrática passam a ser encarados como delito, e a criação artística como ameaça ao regime? (NAPOLITANO, 2017, p. 223)

A criação artística era considerada ameaça ao regime, e não apenas criações artísticas que atacassem o regime militar, mas bastavam que tivessem qualquer tipo de liberdade de expressão externada ou uma intelectualidade assumida. Foi o que ocorreu nas exposições do Saca Clube. O espetáculo promovido pela agremiação era baseado em Paul Sartre, que tratava sobre a discriminação da mulher e do povo negro nos Estados Unidos. Ainda durante a exposição, foi interpretado como subversivo pelo Governador Luiz Mendes, que mandou prender ali mesmo o presidente Carlos Nilson e outros integrantes do Saca (SILVA, 2017). Logo depois, a sede da agremiação também foi tomada pelos militares e a entidade foi fechada pelo Governo Territorial.

Não houve sequer a pretensão de uma ditadura menos repressiva e autoritária no Território Federal do Amapá, apesar de suas peculiaridades regionais e culturais. Em relação aos estudantes muito menos. Agremiações, entidades e agrupamentos foram perseguidos durante a ditadura civil-militar, tiveram seus espaços fechados e pensamentos cerceados, ainda que essa parcela da população estivesse em constante crescimento populacional.

## 2.2 A RESISTÊNCIA DENTRO DA UECSA

É importante falar em específico do caso da União dos Estudantes dos Cursos Secundaristas do Amapá (UECSA) por muitos fatores, dentre eles, que a UECSA ainda existe até hoje (2023) e, por ser a única entidade oficial representativa dos estudantes secundaristas do TFA à época, equiparava-se à UNE e à UBES, não em moldes comparativos estruturais, mas em relação à abrangência, ao alcance e à representatividade que carregavam.

E foi também por essa abrangência e institucionalidade que a entidade abrigou o maior caso de heterogeneidade do ME do TFA que já fora documentado até aqui. Ora, se a UECSA era responsável por representar todos os estudantes dos cursos secundários do TFA, muitos faziam parte dela e de outras agremiações ou agrupamentos clandestinos no território, tornando a entidade ainda mais importante para o debate da resistência estudantil do TFA durante a ditadura civil-militar.

A UECSA foi fundada no dia 9 de julho de 1950, e, para tal, foi realizada assembleia no ex-cine territorial. De acordo com Randolfe Rodrigues (2009, p. 139), “a concepção de fundação da UECSA, efetivamente não era de uma entidade de embate com o status quo

estabelecido.”, e acabava por, na maioria de suas ações, cuidar apenas da promoção de eventos artísticos que nada tinham a ver, naquele momento, com a política institucional, sendo importante destacar que boa parte de seus dirigentes eram filhos da elite que, por sua vez, “estava sempre sob o rigoroso controle da máquina governamental” (RODRIGUES, 2009, p. 139).

O primeiro estatuto da UECSA, publicado em julho de 1952, trazia em seu corpo o Artigo 3º, estabelecendo, entre outros objetivos da entidade, “f) colaborar com as autoridades de ensino, (...) k) procurar resolver diplomaticamente todas as questões que estiverem envolvida a classe estudantil do Amapá, ou membro dela, se solicitada, e só em última instância recorrer ao Poder Judiciário”. Ou seja, como já mencionado anteriormente quando citei a alínea f, já em seu estatuto inicial, base da UECSA, havia clara preocupação em demonstrar colaboracionismo com as autoridades constituídas. Não havia uma característica de movimento ou entidade contestatória.

De acordo com Silva (2017), durante boa parte de sua existência, a UECSA apresentou postura conservadora. Essa característica tem fortes correspondências com o governo territorial, que desde a fundação tinha uma cultura autoritária e de subordinação em relação às autoridades nacionais.

Isso se dava em razão, por exemplo, da tentativa constante da elite amapaense de se sustentar como tal. O governo federal não dispensava muita atenção ao território por fatores como a distância, o “desligamento” territorial por terra com o restante do país, dentre outros. Para conseguir manter o poder e o status quo, a elite dominante estava sempre em posição de subserviência ao poder nacional (SANTOS, 2001, p. 37).

O movimento estudantil no Amapá, como qualquer movimento em âmbito regional, tinha suas peculiaridades quando em comparação com o movimento no restante do país. Seja por seu posicionamento geográfico ‘isolado’, pela ausência de instituições de ensino superior ou pela sua população numericamente pequena, que dificultava o anonimato em especial em situações como o golpe militar. O movimento estudantil do Território Federal do Amapá (TFA) da época tinha características que não se conectavam totalmente com alguns estudos “genéricos” acerca do movimento em âmbito nacional.

A exemplo, análises como a de Artur Poerner, no livro *Poder Jovem* (1979), que enfatiza, sobretudo, formas radicais de participação estudantil, ao mencionar, por exemplo, que “o estudante brasileiro é um opositor nato” (POERNER, 1995, p. 32 e p. 41), ou ainda, a de Luis Bresser Pereira, que diz que “os estudantes em revolta são todos basicamente socialistas, em todos os países do mundo” (BRESSER PEREIRA, 1979, p. 115), são visões que

não se encaixam na atuação que o Movimento Estudantil desempenhou naquele momento no Amapá.

Os estudantes do TFA tinham suas próprias pautas e suas próprias convenções. O movimento era restrito à educação básica e tinha uma maciça participação de filhos e filhas de funcionários públicos, além de terem acesso facilitado e contínuo às intensas propagandas do governo nas escolas. Desde a sua criação, a UECSA, inclusive, recebeu investidas diretas para ser alinhada ao governo territorial (Secretaria do Estado da Comunicação 2017, p. 30).

O alinhamento da UECSA aos golpistas de 1964 não se limitou à concordância e ao silenciamento diante da ditadura, mas gerou manifestações de apoio explícitas, como quando, com o apoio do Governo Territorial, a UECSA promoveu uma “Cruzada Cívica de Esclarecimento da Juventude, com a presença de dois reacionários palestrantes paulistas, Rubens Loureiros e Sérgio Santacróssi” (RODRIGUES, 2009, p. 134).

Além de uma possível motivação ou influência cultural, essa parte dos estudantes amapaenses que se organizava através da UECSA, também teve uma forte inspiração neste evento supracitado que ocorreu na capital do Estado, conforme destaca Dorival da Costa dos Santos (2001, p. 52):

A profundidade da adesão dos estudantes amapaenses à ditadura militar pode ser intuída de um fato extremamente sintomático: em agosto de 1964, os universitários Rubens Loureiro e Sérgio Santacrósi, da Universidade de São Paulo, e futuros membros da organização estudantil de extrema direita Comando de Caça aos Comunistas – CCC, vieram especialmente a Macapá a fim de defender o ideário do golpe civil-militar, assim como contribuir para a cooptação e formação de quadros estudantis pré-regime militar.

Fica evidente a motivação da vinda de representantes das ideias do CCC ao Território Federal do Amapá não só pela expectativa de agregar estudantes e entidades que também estavam dispostas a apoiar o golpe, mas a breve semelhança desse movimento direitista com o movimento organizado sob a UECSA, especialmente no que se refere ao aparelhamento do movimento ao Estado.

A extrema-direita estudantil mantinha relações com os órgãos oficiais de segurança, nas grandes cidades do país. Devido à conivência de autoridades públicas para com estas organizações, somada ao alarde dos meios de comunicação da época, que noticiavam terrorismos de esquerda e de direita (seja como prestação de serviço, seja puramente como notícias-mercadoria), esta sigla foi amplamente reproduzida em outras localidades – – como Recife, Rio de Janeiro, e diversas cidades – em momentos decisivos: como o golpe de 1964, o processo de fechamento ditatorial concluído com a edição do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, e a perseguição às esquerdas “democráticas” e “armadas” após 1969. (LOPES, 2014, p. 31)



Em solo amapaense, os universitários apoiadores do regime militar trouxeram mensagens não apenas de incentivo ao apoio ao golpe, mas uma espécie de ensinamento, uma tentativa clara de cooptação, como fora noticiado:

Mostrou, também, Rubens Loureiro, entre outras cartas, algumas no original e outras em fotocópia, uma vinda de Pequim, centro irradiante do comunismo chinês, para o Sr. Leonel Brizzolla, comunicando-lhe a remessa de dinheiro e estabelecendo normas e diretrizes para a sua ação subversiva, notadamente com respeito aos perigosíssimos “Grupos de 11”, dos quais era Brizzolla, o chefe e cabeça pensante...  
 (...) Encerrando suas palavras, Rúbens Loureiro e Sérgio Santacróssi exibiram a plateia que lhe ouvia cheia de atenção e interesse, e porque não dizer cheia de certa surpresa, diante do impacto que lhe era provocado pelo que viam, duas bandeiras vermelhas, sendo uma da União Soviética, com a foice e o martelo apreendido na UNE, logo após vitoriar-se a Revolução de 31 de março, e outra da Juventude Comunista, encontrada no Salão Nobre da sede do Departamento de Correios e Telégrafos, no Rio de Janeiro, tendo como símbolo as esfinges do ex-deputado Francisco Julião, líder das famigeradas ligas camponesas, e de Fidel Castro, o tirano ditador vermelho e comunizante de Cuba... (JORNAL AMAPÁ, 20/08/1964 apud RODRIGUES, 2009, p. 135)

Aqui, é importante destacar a forte influência do pensamento anticomunista. A associação do comunismo ao “mal” era recorrente durante a ditadura, conceito vociferado no país inteiro pelas organizações que se encarregavam de “combater” a instalação do comunismo no Brasil. Frequentemente, o comunismo era associado à morte, ao pecado e ao sofrimento:

Essencialmente, o comunismo foi identificado à imagem do “mal”, tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno, ligando-o à idéia de sofrimento, pecado e morte. A ação dos comunistas traria formas de sofrimento como fome, miséria, tortura e escravização; a nova organização social por eles proposta implicaria em pecado, pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto; e a morte estaria sempre acompanhando o rastro dos bolcheviques, a quem se acusava de assassinar em massa seus oponentes e de provocar guerras sangrentas. A maioria das representações envolve temas que denotam as características maléficas atribuídas aos comunistas, que eram responsabilizados pela ocorrência de uma gama variada de males. (MOTTA, R.P.S, 2000, p. 72)

Além da tentativa de cooptar os estudantes amapaenses para integrar a resistência ao comunismo, os estudantes universitários ligados ao CCC traziam essa tese do comunismo “mau”, destacando a bandeira vermelha como uma prova incontestável de que a UNE estaria confabulando, junto aos outros “subversivos”, para instalar o comunismo no país, ou, a grosso modo, de acordo com a mensagem que eles queriam passar: levar sofrimento, fome, morte e miséria para o TFA.

Esse medo que era propagado aumentava a adesão aos movimentos anticomunistas e fazia com que surgisse, em períodos específicos, a aparição frequente de novos agrupamentos

combatendo essa “prática” considerada maléfica para o Brasil, no entendimento dos integrantes desses aglomerados. “Quanto maior o medo ao comunismo, mais forte a tendência a que surgissem entidades dedicadas a combatê-lo. Sendo assim, seria de se esperar uma incidência mais intensa nos anos 1935/37 e 1961/64, marcos das duas grandes ondas anticomunistas ocorridas no Brasil.” (MOTTA, R.P.S, 2000, p. 72)

A ditadura civil-militar no país era, então, solo fértil para esses surgimentos. No entanto, o caráter efêmero dessas aparições, logo foi constatado. Essas organizações nasciam para combater “ameaças” específicas, e logo se esvaíam. Os conceitos não eram sustentados a longo prazo e deixavam transparecer, de forma muito rápida, a fragilidade dessas acepções acerca do comunismo. (MOTTA, R.P.S, 2000)

Representações como essas não anistiam os estudantes que se colocaram ao lado dos golpistas, mas revela uma forte influência cultural sofrida pela classe no TFA. A juventude amapaense estava tendo contato, naquele momento, com uma parcela de fora do fechado Território Federal que habitavam, e isso significava muito para uma localidade que nem possuía uma instituição de ensino superior.

Além da “Mala Direta” que João de Deus mencionou em seu depoimento, de onde ele recebia livros de outros lugares, os jovens estudantes amapaenses também tinham outras formas de receber essas informações externas, para compreender o que estava acontecendo no restante do país.

Em uma movimentação para tentar manter, grosso modo, a liberdade de pensamento e de acesso à informação, os estudantes se reuniam, em locais pré-estabelecidos, para sintonizar rádios clandestinas, como a Rádio Cubana:

Outra forma de os jovens manifestarem seu descontentamento e manterem sua autonomia e liberdade de pensar, era em encontros cotidianos, em horários pré-estabelecidos e em locais alternados, para sintonizar e escutar a Rádio Cubana. Essa era uma prática de tal modo significativa para seus participantes que José Ribeiro da Conceição, guarda territorial e militante ativo do Partido Comunista Brasileiro, fugindo da repressão que desabou sobre os descontentes com o regime ditatorial, acabou indo parar em Cuba como radialista da programação em português de uma emissora naquele país. (SANTOS, 2001, p. 156)

Essa reunião para simplesmente ter acesso às informações que não eram veiculadas na mídia local, pode demonstrar o empenho dos jovens do TFA em entender o que estava acontecendo e refletia o descontentamento deles. Afinal, a Rádio Cubana era conhecidamente considerada de esquerda, e era justamente essa que eles buscavam sintonizar.

Outro relato de recebimento de comunicações externas ao TFA é do, na época jovem, José de Ribamar Monteiro, que foi preso em Belém, em 1979, por envolvimento com o

Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) – “organização política de esquerda da luta armada contra a ditadura militar” (CEV-AP, 2017, p. 41). Em seu depoimento à Comissão da Verdade do Amapá, Ribamar conta que mantinha contato com outros membros do MR8 através de rádios clandestinas, por onde, alega ele, os estudantes do Amapá se informavam sobre o cenário político nacional, recebendo, inclusive, instruções de lideranças de movimentos de esquerda como o MR8. (CEV-AP, 2017).

O pessoal daqui de Macapá quase todo... ele era militante na mesma vertente, sabe? Quando a gente às vezes viajava daqui se deslocava, era que a gente tinha contato com outros lá fora. [...] até Minas Gerais [...] do campo, mas a repressão era demais aí: “– Olha fica lá e qualquer coisa a gente manda instruções pra vocês”. [...] nós tínhamos um amigo que ele tinha um rádio e era através desse rádio que a gente...rádio de comunicação na época, não sei se existe, tipo assim como hoje é o Facebook, era uma rede social, aí ele recebia: “– Olha tá acontecendo isso assim, assim”. (José Ribamar. Depoimento cedido a CEV-AP, em 14 de agosto de 2014)

Essa relação de Ribamar com o Movimento Armado de esquerda e seu envolvimento com o movimento estudantil incomodava os ditadores. Isso levou José Ribamar a ser preso no TFA e em Belém, quando os agentes da ditadura visitaram a Casa do Estudante. (CEV-AP, 2017).

Os universitários do CCC que estavam no TFA falando com os estudantes estavam tentando, sobretudo, cooptá-los para a organização de apoio ao golpe. Mas, como já mencionado, eles adotaram o discurso anticomunista, fortaleceram representações fixadas pelas entidades direitistas que já atuavam em outros estados e que vinham apenas para serem recepcionadas e para ditar o posicionamento de entidades como a UECSA a partir dali.

Esse momento merece atenção especialmente porque, de acordo com a História Cultural, a forma como determinado grupo vê uma realidade e a compreende, é o que determina a sua atuação. As representações,

construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2005, p. 39).

A realidade do país era uma ditadura civil-militar endurecida, que abafava manifestações e resistências. Mas, para aqueles estudantes do TFA que eram, em sua maioria, filhos de funcionários públicos – que já estavam lá antes mesmo do golpe mas, mesmo assim, estavam imbuídos dessas representações - e de servidores indicados pelo governo ditatorial que

compunham uma elite que apoiava o regime, fazia sentido que o golpe fosse uma revolução, como pregavam os integrantes do CCC.

Isso não quer dizer que devemos desconsiderá-los. Levar em consideração esse apoio, que foi determinante para a heterogeneidade do ME no TFA da época, amplifica o conhecimento histórico acerca do período ditado.

(...) no campo da História Cultural, o historiador sabe que a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões. A rigor, ele deve ter em mente que a verdade deve comparecer no seu trabalho de escrita da História como um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma verdade única ou absoluta. O mais certo seria afirmar que a História estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas (PESAVENTO, 2005, p. 51).

O Estado Brasileiro estava sim sob uma ditadura civil-militar, e estes mesmos estudantes apoiadores do golpe terão noção disso mais à frente. Compreender os *regimes de verdade* que já foram estabelecidos até aqui por trabalhos anteriores sobre o ME, nos orienta a estabelecer um próximo: a parte da UECSA que se aliou aos golpistas se aliou, na verdade, à ideia de revolução, de extermínio do contrário e de tudo que eles não concordavam. Foi além de um apoio deliberado a um golpe de Estado, eles apoiaram um *regime de verdade* que os colocava como certos diante de tudo que estava acontecendo, uma face forte do autoritarismo.

Mas, apesar das demonstrações de defesa da UECSA em relação ao golpe civil-militar, por força dos atos institucionais editados pelo próprio regime, a entidade foi fechada e sua sede foi tomada em 1965, e só foi reconstruída em 1986, após o término do regime, na realização do XI Congresso da UECSA (o último tinha ocorrido em 1963).

Era comum fechamentos de entidades estudantis durante a ditadura, mas esse ataque à UECSA aponta a existência de movimentações resistentes dentro da entidade. Isso porque em um Território Federal, onde tudo é facilmente tutelado, pouco se justificaria uma intervenção direta à uma entidade que já havia demonstrado apoio aos militares. Em um dos depoimentos à CEV-AP, José Figueiredo de Souza, conhecido como Savino, que foi presidente da UECSA, pode-se observar a existência dessas movimentações:

Quando iniciou a Revolução ficou um ambiente meio pesado. E o governador, se não me engano, era o Terêncio Porto. Eu me candidatei a presidente da UECSA. O Charone foi chamado pelo governador pra ele prender o Amaury Farias e um outro cidadão lá de Amapá, o Alfredo Távora. Mandou prender os dois que eles não obedeceram a ordem dada pelo governador. Charone disse que não ia prender porque não havia razão. Não prendeu. Rebelou-se. O que ele fez? Aquartelou-se na fortaleza junto com os guardas territoriais. Ele (o governador) telefonou pra 8ª Região Militar do exército, pedindo reforço porque a guarda estava sob o comando do chefe da guarda

que não queria seguir as ordens emanadas do governo. Chegou aqui um avião, à tarde, uma guarnição do exército cheio de metralhadoras.<sup>21</sup>

Amaury Farias era o redator-chefe da Folha do Povo, um jornal que circulava à época no TFA e sofreu severa repressão e violência por parte da ditadura, com prisões de jornalistas e intervenção direta no jornal. O objetivo dos ditadores era “desarticular a imprensa crítica e decidir o que poderia ou não ser publicado.” (CEV-AP, 2017, p. 27). Alfredo Távora Gonsalves, na chegada do golpe civil-militar, era presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), opositorista, inicialmente, aos ditadores.

Em seu depoimento, podemos notar que Savino fazia parte da UECSA, já tendo sido, inclusive, candidato a presidência da entidade. E, apesar do já mencionado apoio da entidade ao golpe, José Figueiredo se utilizou de sua liderança estudantil para promover um movimento de resistência ao ato arbitrário dos ditadores. Organizou uma passeata pelo centro da cidade até a Delegacia de Polícia em busca de Uadih Charone, chefe da Guarda-Territorial e diretor do Colégio Amapaense:

Nessa altura, eu reuni os alunos dos colégios aqui no centro. O Charone ficava sempre onde é a Biblioteca Elcy Lacerda. Era ali que funcionava a chefia de polícia. Eu convoquei os estudantes pra lá. Eu me lembro bem que a esposa do Amaury Farias, a Deusolína Farias, estava lá e várias lideranças. Pegamos a bandeira brasileira e saímos rumo a fortaleza pra dar apoio ao tenente Charone porque o exército já estava lá. Chegamos lá, eu subi a rampa, quando eu subi a rampa, eu disse: “ – Peço a palavra”, “ – Tá Preso! Encoste ali! Seu Charone quem é esse rapaz?”, “ – É um líder estudantil”, “ – Tá preso o senhor também!”. Na hora eu fui preso e já tinha outros presos lá também. Então, daí começou a história da revolução conosco, principalmente com os estudantes. O primeiro caso político estudantil foi esse. Fui preso lá. [...]. Quando eu entrei no ônibus, o que tinha de pente de metralhadora!! Eles vinham aqui parece iam pra uma guerra. Esse governador fez pensar que tinha realmente uma guerra aqui. Ele disse, inclusive, que eu havia colocado um monte de tambores para o avião não descer, avião búfalo. Não era nada disso. Aí, mandaram me levar lá para o xadrez. Primeiro me jogaram numa cafua fedorenta. Me deram uma caixa [de fósforo] pra eu riscar e cheirar, que era só o que diminuía o fedor. (José Figueiredo de Souza. Depoimento cedido a CEV/AP em 11 de novembro de 2014.)

No caso mencionado por Savino nesse segundo depoimento, Uadih Charone estava preso na Delegacia de Polícia, onde funciona hoje a Biblioteca Pública Elcy Lacerda<sup>22</sup>. A consequência desse ato de resistência levou à prisão do então estudante José Figueiredo. Ele fora preso sob a justificativa de perturbação de ordem e incitação ao comunismo e ficou confinado em um cárcere que antes abrigava uma onça pintada, que havia sido retirada do local

<sup>21</sup> José Figueiredo de Souza. Depoimento cedido à CEV/AP em 11 de novembro de 2014.

<sup>22</sup> Rua São José, 38 - Central, Macapá - AP, 68900-110

para abrir espaço para mais presos, uma vez que o número de detidos havia aumentado desde a instalação do regime militar.

Outro estudante, de nome Nestlerino dos Santos Valente, também relatou movimentos resistentes ao regime autoritário dentro da UECSA. Destacou, claramente, a existência de duas correntes:

Eu fui presidente do grêmio Rui Barbosa, concorri a presidência da UECSA, aonde eu perdi as eleições, mas a época no Colégio Amapaense tinha algumas figuras que gosto de lembrar e me dá até uma crise de risos, eram pessoas que eu respeitava muito, como: José Ribeiro que era um guarda territorial envolvido em um processo de política estudantil, Messias Tavares, Isnard Lima, José Figueiredo de Souza (Savino), Raimundo de Souza de Oliveira, o irmão dele, Francisco de Souza de Oliveira [...], e tantos outros nomes importantes da política estudantil, só que se dividiam em duas correntes: uma dos “subversivos” comunistas e a outra daqueles que faziam apenas a política estudantil, uma espécie de atividade social para congregar a classe estudantil para participar desses movimentos sociais todos, menos o político, e a gente participava de um grupo mais político, mais politizado. (Nestlerino dos Santos Valente. Depoimento cedido a CEV/AP em 28 de agosto de 2014)

Nestlerino destaca a existência das correntes conhecidas como “os subversivos” e a dos que “faziam apenas a política estudantil”, que agregava uma série de coisas, menos as que envolvesse qualquer tipo de relação com a política. Ou seja, Nestlerino provavelmente os considerava coniventes, ou pelo menos apáticos ao que estava acontecendo.

O estudante Nestlerino fazia parte do grupo dos “subversivos”, que, apesar de serem conhecidos assim, a maioria não tinha qualquer ligação com o Partido Comunista do Brasil – conhecido nacionalmente por fazer oposição à ditadura - e nem tinha contato com as ideologias praticadas pelo mesmo. Ou seja, se tratava de uma parcela de estudantes que não concordava com o autoritarismo e com a ditadura militar que estava sendo imposta.

Outro estudante, que foi presidente da UECSA no ano de 1963, também relatou à CEV/AP a existência de duas correntes dentro da entidade. Adolpho Eugênio de Oliveira Nery, que se considerava de direita, narra o seguinte:

Olha, na realidade existiam duas facções, uma direita e outra de esquerda. Os meus adversários... Eu preferiria primeiramente falar dos meus correligionários dos aliados, então era José Figueiredo de Souza, o Savino, o Antônio Tostes que já é falecido. Entende? Antônio Tostes, que era presidente do Grêmio do CCA, Colégio Comercial do Amapá.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Adolpho Eugênio de Oliveira Nery. Depoimento cedido à CEV/AP em 25 de janeiro de 2016.

Além de reconhecer a existência dessas duas correntes, mais à frente, ao mencionar seu posicionamento à direita, Adolpho acaba mencionando algumas características importantes dos estudantes que faziam parte da UECSA e eram contra o golpe civil-militar:

Não, nós éramos da direita, eu lembro. Eles chamavam, chamavam-nos de reacionários...reacionários. Quando o que nós fazíamos quando estudantes, eu por exemplo, me interessava não pela política internacional de Cuba, o comunismo nessa época Cuba, influiu grandemente aqui na América do Sul, e eles influíram muito aqui no Brasil. Só se falava na Nova República de Cuba, Fidel Castro, Che Guevara, e era esse movimento que tinha como finalidade tomar conta do país, entende? E eu muito ao lado da igreja e não me interessei, comecei a combater. (...) Nós tínhamos muito apoio no que se diz ao governo, foi criado aqui a casa do estudante.<sup>24</sup>

Adolpho demonstra que a corrente da UECSA que apoiava o golpismo, era a corrente caracterizada como “reacionária” pelos estudantes resistentes dentro da UECSA. Há, inclusive, menção à influência de Cuba sobre os estudantes que não apoiaram a tomada do poder pelos militares. Adolpho também menciona a criação de uma Casa do Estudante, o que pode ser, inclusive, caracterizado como uma espécie de “troca” por esse posicionamento de apoio ou, grosso modo, inerte às movimentações golpistas que estavam ocorrendo.

Da direção às salas de aula através dos professores, os estudantes viviam sob intensa vigilância e repressão. Um dos entrevistados pela CEV/AP, Josias Nogueira Hagen Cardoso, integrante do movimento estudantil e um dos fundadores da UECSA, foi enfático sobre essa metodologia utilizada pelo poder estabelecido:

Naquela época nossa atividade estudantil era um tanto restrita porque todos os estabelecimentos de ensino no Território eram de propriedade do governo, de modo que era difícil fazer uma campanha que não afetasse o governo. E você que estudava na escola do governo terminava se prejudicando [...] eu, o Nestlerino (Valente), o Aroldo Franco, Celso Saleh, Adelbaldo Andrade, Jair Farias, Messias Tavares, Alopécio Franco, uma série de estudantes abraçavam a política estudantil. Quando começamos, a gente era penalizado. Quando tomávamos alguma iniciativa ou medida que esbarrasse no governo, com certeza seríamos punidos (Josias Nogueira Hagen Cardoso. Depoimento cedido à CEV/AP, em 19 de setembro de 2014).

Na fala de Josias podemos notar como não se pode ignorar uma não atuação por medo das retaliações dentro das próprias escolas. As punições dadas aos estudantes ficavam, pelo tamanho do TFA, marcadas na vida dos estudantes envolvidos.

---

<sup>24</sup> Adolpho Eugênio de Oliveira Nery. Depoimento cedido à CEV/AP em 25 de janeiro de 2016





### **CAPÍTULO 3: RESISTÊNCIA CAMUFLADA: “A ÚNICA OPÇÃO DISPONÍVEL”**

No início dos anos 1960, o cenário amapaense pouco se diferenciava dos primeiros anos da implantação do Território. Ainda que a população tenha triplicado em pouco mais de 20 anos desde a sua criação, conservava características de uma sociedade predominantemente rural (SILVA, 2017). Essa característica vinha aliada a um comportamento de subordinação da elite amapaense em relação ao regime ditatorial militar, o que se aproxima do que alguns antropólogos, como Roberto da Matta<sup>25</sup>, denominam como *compadrio*: ações guiadas pelo clientelismo, troca de favores e no patrimonialismo.

De acordo com o historiador Dorival da Costa dos Santos (2001), esse comportamento dependente e subordinado estava longe de nascer ali, na ditadura civil-militar, ou mesmo na fundação do TFA, mas vinha sendo construído desde o período colonial.

No início do segundo quartel do século XVII, Portugal, aproveitando-se da união com a coroa espanhola, consolidou a ocupação da região, ainda que questionado intensamente pelos franceses, principal oponente aos portugueses no domínio territorial em questão. A confirmação de substanciais jazidas auríferas entre os rios Araguary e Oiapoque desencadeou definitivamente a exploração colonial. A dizimação das populações autóctones foi a expressão mais dramática desta política. Desde então um poder extremamente autoritário e controlador marcou as elites dominantes no Amapá. A aguda dependência dos centros definidores do poder político acabou por consolidar firmemente uma cultura de extrema subserviência das elites dominantes locais. (SANTOS, 2001, p. 40)

O território que pertence ao Amapá, a partir do que conta Dorival dos Santos, causava um completo paradoxo em qualquer governo instituído no centro do território nacional. Ora, é uma região longínqua demais do centro do país e das capitais definidas, ou seja, não precisaria de atenção cotidiana. Mas, por outro lado, possuía muitas riquezas naturais e estava em posição estratégica – foz do rio Amazonas – para a segurança do território brasileiro. O resultado disso foi o estabelecimento de uma tutela permanente, sempre com intermediários, governantes e interventores indicados diretamente pelo centro do poder, em nome dos interesses nacionais.

Era essa a cultura política que o regime ditatorial encontrava no TFA. Desde 1962 quem governava o Amapá era o tenente-coronel Terêncio Furtado de Mendonça Porto, que foi elevado ao cargo graças à influência inequívoca do então deputado federal Janary Gentil Nunes, que fez essa intermediação junto ao próprio presidente João Goulart. Terêncio assumiu o

---

<sup>25</sup> MATTA, Roberto da. O que faz o Brasil, Brasil?. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. Pp. 95-105. Também em Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. Pp. 139-193.

governo já obedecendo à lógica de subserviência supracitada, além, é claro, de seguir respeitando os ditames do deputado Janary Nunes, que buscava aproximação com o presidente Jango. (SANTOS, 2001)

Na primeira semana de abril de 1964, a preocupação da elite amapaense estava longe de entender do que se tratava aquele movimento que era chamado de “revolução” por uns e de “golpe” por outros. O que importava era uma disputa de aproximação de poder, de quem teria mais afagos do centro de poder nacional. Se não ameaçava o cargo, tão pouco se entendia por ameaça ao território.

Os responsáveis pela política do TFA não estavam muito interessados na defesa ou discordância das “reformas de base” no governo Jango, mas estavam preocupados com quem ficaria no poder e como esse poder seria exercido. Tanto que, “ao eclodir o golpe civil-militar de 1964, parte significativa da elite amapaense ainda não havia realmente decidido qual lado aderir” (SANTOS, 2001, p. 46).

O governador Terêncio Porto tratou de tomar partido. Em nota publicada no Jornal do Amapá no dia 08 de abril de 1964, disse que “a ordem pública está inalterada, reina calma em todos os municípios e a democracia autêntica é o regime imperante no Amapá.”. Enquanto isso, já acontecia de forma indiscriminada, prisões e repressões a supostos resistentes ao golpe civil-militar anunciado.

Em 15 de maio de 1964, Terêncio foi substituído pelo governador Luiz Mendes da Silva, que se comportou como seus antecessores: com subserviência e com a equipe repleta de indicações do centro de poder nacional, o que era, à época, a própria ditadura civil-militar. De acordo com Dorival dos Santos, foi Luiz Mendes quem “de fato colocou na ordem do dia e consolidou as diretrizes ditatoriais preconizadas pelos dirigentes do golpe civil-militar” (p. 49)

Esse cenário cultural e político, aliou-se a uma aparência provinciana, pacata, ordeira e até submissa da sociedade amapaense, o que camuflava uma resistência nem sempre consciente, mas que teve seus momentos de resistência, mesmo que tenha sido “uma resistência molecular e as escondidas, disfarçada de molecagem, de arte, de músicas, de silêncios, de recusas e afirmações.” (SANTOS, 2001, p. 97). Foi este cenário que a juventude do TFA e o movimento estudantil atuou durante os anos de chumbo.

O ME no TFA se organizava através de grupos independentes, grêmios, organizações e dissidências que tinham um perfil de atuação não muito difícil de ser traçado. De acordo com a historiadora Maura Leal da Silva (Secretaria do Estado da Comunicação, 2017, p. 28):

O que se seguiu ao golpe civil-militar com relação ao destino que o Amapá deveria tomar nesse novo cenário nacional, foi o de afirmação de um modelo de desenvolvimento econômico de exploração para a região muito mais agressivo e dependente, que tentou vender a ideia de que era algo novo e o caminho mais próspero para a conquista da autonomia política, que a passou a crescer, juntamente, com a juventude amapaense em formação, e com seu engajamento político, social e cultural. Vão ser esses jovens que, de certo modo, canalizarão para si a responsabilidade de debater os problemas do Amapá, não só os decorrentes do autoritarismo promovido pelo regime ditatorial, mas os de sua condição territorial. Esse crescimento dos movimentos sociais, políticos e culturais, organizados em grande maioria por essa juventude “amapaense” distante em muitos aspectos do padrão nacional comumente estudado, sobretudo, nas principais capitais do país, também sentiu o pulsar e a agitação das ruas, seja em torno de organizações classistas e partidárias ou simplesmente em espaços que suscitavam a crítica social ao regime através da criatividade musical e literária. (SILVA, 2017, p. 204)

Para além dessas movimentações dos estudantes do Território Federal do Amapá, é importante destacar a maneira como eles eram “encontrados”. Como vimos, não importava a qual entidade ele pertencia, e se pertencia a alguma. O estudante precisava apenas possuir determinada característica que o regime considerasse ameaçadora, e isso incluía características físicas, pessoais, gostos, grupos que andavam juntos, músicas que ouviam. Os critérios eram muitos, e eram identificados, muitas vezes, por professores e diretores dentro das escolas.

À época, o cargo de diretor escolar era considerado uma função estratégica para o regime. Logo, a quantidade de infiltrados repressores nos ambientes estudantis era grande. De acordo com o depoente Fernando Canto, para qualificar um estudante como “subversivo” valiam os mais diversos absurdos: “o referido professor (Mário Quirino) propagava que todo cabeludo e barbudo era subversivo e eu estava incluído por usar cabelo grande”.

O professor Mário Quirino disse-me que era agente do Serviço Nacional de Informações e mostrou-se brutal no tratamento a mim dispensado, o que gerou discussão, quase motivando minha expulsão do colégio, cogitada por ele, o que não aconteceu graças à intervenção da orientadora. Afinal eu estudaria o último ano do curso de contabilidade. (Resistência, Belém, maio de 1980)

Aqui é interessante perceber que o professor Mário Quirino, ao mencionar que era do Serviço Nacional de Informações (SNI), vai de encontro com o que preza um serviço de inteligência: a discrição. Pode-se inferir que a sua fala era muito mais, na verdade, uma forma de demonstrar poder ou de contribuir com a “repressão” do que de fato que ele fazia parte do SNI. O professor, todavia, usa e abusa dos aparatos repressivos e, mesmo que não haja comprovação de que ele realmente fez parte do SNI, ele certamente propagava suas ideias e ações.

O depoimento de Fernando Canto também nos mostra que, na impossibilidade de uma resistência física ou armada, o corpo passa a ser instrumentalizado pelos estudantes para declarar inconformismo. Mesmo que a intenção de Fernando não fosse, diretamente, confrontar a ditadura, ele optar por manter o cabelo longo mesmo sabendo que isso o caracterizaria como “subversivo”, é um ato de resistência.

Geralmente, espera-se de uma movimentação de resistência algo que se equipare à Passeata dos Cem Mil, que ocorreu em 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro. E embora essa percepção da resistência seja muito utilizada, James C. Scott (2002), em seu conceito de resistência cotidiana, fala da possibilidade de resistência através de pequenas ações, em formatos mais indiretos e menos ostensivos.

O autor aplica tal conceito ao analisar a luta de trabalhadores e trabalhadoras do campesinato, mas, a partir do reconhecimento de que era feito o que era possível e que o anonimato era impensado, esse conceito certamente pode ser aplicado às movimentações estudantis amapaenses na época da ditadura:

Reconhece-se a importância destas ações [greves, rebeliões, ações contra o Estado] no cenário político. No entanto, elas nos dizem pouco sobre a luta mais vital e cotidiana levada na fábrica pela jornada de trabalho, pelo salário, pela autonomia, por direitos e por respeito. Para muitos trabalhadores, tais formas de luta cotidiana podem ser a única opção disponível. (SCOTT, 2002, p. 10)

Os estudantes já haviam organizado passeata contra a prisão de um civil, já haviam depredado e pichado muros, mas, mesmo assim, “as ações mais contundentes e públicas por parte dos jovens amapaenses não eram vistas como enfrentamento ao regime vigente” (MONTEIRO, 2022, p. 35)

À época, havia um crescimento considerável de jovens no Território. De acordo com o IBGE, entre 1950 e 1960, a população na faixa etária entre 14 e 29 anos passou de 12.126 habitantes para 19.032 habitantes. Ou seja, boa parte da população do TFA era composta por jovens, inclusive em idade escolar, o que levou o governo territorial a acentuar as políticas educacionais doutrinárias.

Ao mesmo tempo em que o governo tentava conter a organização da juventude em organizações classistas e estudantis, a participação desses jovens em movimentos políticos e culturais contestatórios também crescia (SILVA, 2017, 9. 210). O governo militar no Amapá avaliava de forma positiva esse crescimento, desde que essa juventude não se envolvesse em questões políticas. Ou seja, desde que não questionassem ou sequer se intrometessem em qualquer medida que o Governo Territorial viesse a propor.

Isso era um tanto quanto difícil, tendo em vista que o próprio aparato estatal que controlava as escolas já estava atrelado ao regime, assim como o funcionalismo público que, muitas vezes, eram pais e parentes dos estudantes.

Macapá era muito assim, interior, era uma cidade que estava prosperando. Mas esse movimento, ele apareceu lá no Sul do país, entende? E nós ficamos um pouco distante, mas o que nós sentimos quando chegou as forças do novo governador, aí que foi sério demais. Porque o novo governador, o Luiz Mendes da Silva, veio com muita força, e inclusive até usava um rebenque aqui [aponta para a parte lateral do corpo, da cintura e da perna] um chicote.<sup>26</sup>

A capital Macapá era, conforme narrado por Adolpho Nery, uma cidade pacata, mais rural. Adolpho era um estudante que se autoconsiderava de direita e, ainda assim, reconheceu essa chegada “com força”, que mudava a realidade de uma cidade que, apesar de ser considerada provinciana, recebia militares dispostos a empregar seu poder inclusive através de armamentos, como era o caso do chicote, apontado como fiel companheiro do então governador Luiz Mendes.

Adolpho Nery também reconhecia a importância e a grandiosidade do ME no TFA. Ele fora eleito presidente da UECSA em 1963, já tendo sido derrotado antes. A entidade tinha eleições anuais e, para tal, havia a necessidade de mobilização da classe estudantil: “Agora o movimento no Amapá, ele era forte demais. O estudante ia...ficava descontente com o governo e ia para as ruas fazer aquele protesto, inclusive com o apoio da União dos Estudantes do Brasil, no caso era UBES, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.”<sup>27</sup>

As movimentações estudantis eram frequentes no TFA até a tomada de poder pelos militares. Isso não findaria de uma hora para a outra. Como relatou Adolpho Nery, bastava uma pequena insatisfação para que os estudantes fossem para as ruas protestar e mudar aquela realidade.

Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Amapá, Meton Jucá lembra que dentre as formas de demonstração de oposição à ditadura civil-militar, estavam as pichações noturnas nos muros da capital, que aconteciam, de certa forma, protegidas por padres católicos, como o padre Caetano Maiello:

Lembro que numa noite, nós, sentindo a necessidade de confrontar os militares reunimos com um padre que se chamava Pe. Caetano Maiello, lá onde funciona o dormitório dos padres do PIME, a Rádio Educadora, o jornal A Voz Católica e o Colégio Diocesano. De lá saiu a ideia de nós sairmos na rua pichando palavras de

<sup>26</sup> Adolpho Eugênio de Oliveira Nery. Depoimento cedido à CEV/AP em 25 de janeiro de 2016.

<sup>27</sup> Adolpho Eugênio de Oliveira Nery. Depoimento cedido à CEV/AP em 25 de janeiro de 2016

ordem, com frases contundentes contra os militares [...]. Isso foi em 1970 ou 1971 [...]. Quando nós resolvemos formar grupos, para sair na calada da noite pichando a cidade com aquelas palavras de ordem, nós procuramos o padre Caetano Maiello. E muito tempo depois, quando esses grupos foram se desfazendo, por inúmeros motivos, a gente ficou sabendo que todo o pessoal que compunha os grupos, que foram presos, foi o padre que os entregou para o SNI.<sup>28</sup>

O que Meton traz nesse depoimento é ainda mais importante à esta pesquisa por demonstrar a intencionalidade de “confrontar os militares”. Os estudantes não agiam por pura molecagem ou vandalismo, eles atuavam para atacar o poder estabelecido, a ditadura civil-militar. Era uma demonstração de descontentamento com a sociedade autoritária, uma resistência simbólica, como afirmou Fernando Canto: “os grafites que chegam a Macapá carregam um gosto simbólico de medo, da explosão lírica de uma juventude tiranizada pela propaganda e dogmatizada paulatinamente por uma educação obscura no silêncio dos anos.” (CANTO, 1987, p. 44).

Foi assim que agiu também o Clã Liberal do Laguinho, que foi criado por jovens estudantes com o objetivo de discutir questões artísticas, religiosas e científicas, tudo que o regime autoritário combatia que fosse debatido livremente. Um dos integrantes desse Clã foi João de Deus de Souza Filho:

Fui membro do Clã Liberal do Laguinho, uma sociedade de jovens que tinha o interesse de promover a cultura brasileira de uma maneira sadia e recreativa, e intelectual para que o jovem laguinense, isto é, morador do bairro do Laguinho, pudesse manifestar seus anseios através dessa, da cultura local, da Amazônia, invadia um campo que muitas vezes era restrito, e era [faz movimento com as mãos representando a palavra preso] preso diante de uma realidade que nós viemos descobrir ao longo desta... [pausa para encontrar a palavra certa] de nossos encontros, não era fechado, era em aberto para toda a juventude e pra sociedade que quisesse tomar parte. (...) E esses jovens que tomaram parte nesse trabalho, eles foram de repente assim alvejados [faz sinais negativos com a cabeça e as mãos] por toda a sociedade que perguntava assim: “por que que eles estão fazendo? O que eles querem?” e a gente mostrou o que nós queríamos. Nós queríamos uma recreação que não fosse presa, que não fosse fechada.<sup>29</sup>

O jovem do TFA estava sendo cerceado naquele momento pela ditadura civil-militar mas também pelo medo de serem “alvejados” pela sociedade, o que João de Deus narra como se fosse uma espécie de desprezo, como se eles fossem colocados à margem por estarem fazendo algo que os ditadores não queriam que eles fizessem. Eles queriam, no final das contas, um espaço para praticar a liberdade cultural, de expressão, o que João de Deus chama de “recreação”, uma recreação que não fosse presa.

<sup>28</sup> Meton Jucá Júnior. Depoimento concedido à CEV/AP em 14 de fevereiro de 2014.

<sup>29</sup> João de Deus de Souza Filho. Depoimento cedido à CEV/AP em 02 de setembro de 2021.

A cultura, palco de resistência à ditadura em âmbito nacional, foi um dos espaços que os estudantes encontraram para promover e expressar inconformismo com o autoritarismo. Cabe destacar que nos tempos da ditadura, as expressões artísticas não eram vistas com bom tom pelos militares. O Clã Liberal do Laguinho contava com a participação de pelo menos 70 jovens, muitos menores de idade, e promovia eventos musicais que enalteciam artistas que conhecidamente faziam oposição à ditadura, como Geraldo Vandré:

Na realidade nós começamos com os festivais de música [...]. Participava de festivais de músicas, participava de eventos sociais na própria Igreja Católica né, movimento jovem [...]. A gente tocava muito também, tocava, isso que reunia o povo. O violão e a música na realidade eram o elemento assim amplificador de tudo isso, né? E a gente já sabia algumas músicas que a gente tocava, como (inaudível) de Geraldo Vandré que a gente sabia e já tocava e o pessoal começava a entrar na onda, quer dizer, era proibido, e pô a gente sabe que hoje pra juventude a gente põe uma coisa proibida, da muito fina... transgredir, (risos) e a gente fazia muito isso sim, agora festivais de música valorizando inclusive as coisas daqui. Nós fizemos em 1971 parece que foi no festival, no chamado festival de música, com a música “Laguinho, Laguinho, Laguinho”, era do Odilardo, letra quilométrica do Odilardo Lima e falava dos valores do bairro, até hoje esse pessoal ainda canta [...].<sup>30</sup>

Os jovens participantes do Clã Liberal do Laguinho sabiam o que estavam fazendo, inclusive tinham conhecimento de que era “proibido” e que os instrumentos que utilizavam também amplificavam o alcance de suas manifestações culturais. A resistência, como tenho abordado nesta pesquisa, pode adotar diversas frentes. De forma até imperativa, a resistência se baseia na correlação de forças adversas.

Neste caso, a ditadura civil-militar aparece como inimigo das liberdades, da livre expressão. Aqueles que se opõem ou que simplesmente optam por não concordar com a repressão, são movimentados de forma automática para o campo da resistência, uma vez que a ditadura e qualquer outro poder estabelecido precisa de apoio para sobreviver.

(...) a luta de resistência (sob qualquer forma) que ocorre quando se quebra o Estado de Direito e se rompem os princípios e valores que o organizam. Essa é uma luta que se forma em torno dos direitos, da legalidade, da justiça. Quem participa dela não o faz exclusiva ou prioritariamente em nome de uma bandeira ideológica ou de um projeto político partidário. Sua essência é a defesa da liberdade.<sup>31</sup>

Os estudantes defendiam a defesa dessa liberdade. Eles queriam poder cantar, compor, se reunir sem que fossem ameaçados de algum tipo de repressão. Havia vitalidade e dinamismo

<sup>30</sup> João de Deus de Souza Filho. Depoimento cedido à CEV/AP em 02 de setembro de 2016.

<sup>31</sup> Comissão Nacional da Verdade – Relatório – Volume II – Textos Temáticos – Dezembro de 2016, p. 342.

nas ações organizadas, nos encontros marcados, na estrutura que agrupamentos como o Clã do Laguiño representava.

Em *Domination and the Arts of Resistance* (1992), James C. Scott defende que a forma mais importante da luta social e o meio principal de mudança social não está apenas nos sindicatos, movimentos sociais ou partidos revolucionários. Scott defende que, na verdade, uma resistência contínua, mesmo que de pequena escala, mas que seja tacitamente organizada e incentivada pela cultura dos subalternos, tem consequências igualmente ou mais importantes que os outros movimentos formais, institucionais ou considerados maiores e mais incisivos.

Para muitos tipos de subordinados, especialmente os que sofrem a sujeição pessoal, a resistência informal e cotidiana é a estratégia mais eficaz nessa guerra sem fim. A rebelião, as greves e outras formas de contestação abertas são arriscadas demais, quase sempre terminando na repressão, e as organizações formais são fáceis demais para as autoridades se infiltrarem e reprimir ou manipular. (MONSMA, 2000)

Para os estudantes amapaenses, a resistência cotidiana não só era mais eficaz em demonstrar a oposição da classe, mas, muitas vezes, era a única opção possível. Não por impossibilidade de fazer ou acontecer, mas para que os estudantes não fossem submetidos à tortura e os conhecidos desaparecimentos e assassinatos recorrentes durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Ainda que a oposição aberta seja viável, Scott (1992) também defende que o papel de uma resistência cotidiana é fundamental uma vez que também influenciam os movimentos formais e acabam por moldar explosões sociais, pois são espaço de manutenção de vida à cultura oposicionista. Ainda sobre essa resistência cotidiana, Scott (1998) defende que é um espaço mais democrático, por isso mais atrativo e mais enraizada na vida popular que outros movimentos e partidos formais. As movimentações desses jovens estudantes do TFA chegavam à mídia e, conseqüentemente, ao poder estabelecido:

Hoje gostaríamos de falar em outra triste inconveniência: os atos vandálicos de quem estraga as coisas dos outros pelo simples gosto de estragar. [...] como poderia entender e desculpar aqueles seres que sem nenhum proveito riscam carros, quebram lâmpadas públicas, cortam selins de motocicletas, ou de bicicletas, sujam carteiras nas escolas? (Jornal A Voz Católica, EDUCAÇÃO..., 1968, p. 4)

Estas eram ações contundentes, ainda mais expressivas do que o sustento do anonimato. O recuo das ações ostensivas acontece, mas não houve desarticulação do movimento estudantil, inclusive no TFA, que, como já citado, contava com uma cultura diferente de estados. Em Angélica Muller (2010) há também o conceito de microrresistência, que engloba esses estudantes que manifestaram atos de descontentamento com a ditadura implementada e que,



apesar do recuo de medidas ostensivas, os atos continuaram articulados e enfrentando o mesmo inimigo dos atos maiores: a ditadura civil-militar.

Para além da menção a essas ações, também é interessante notar onde foi publicada essa nota. O Jornal *A Voz Católica* também traduzia uma postura ambígua que foi adotada pela Igreja Católica no TFA e no restante do país.

De acordo com o relatório da CEV-AP, parte da cúpula era alinhada ao golpe enquanto outra parte dos clérigos paroquiais apoiava essas manifestações de resistência à ditadura. Destaca-se que esse apoio às movimentações de resistência tinha justificativa em razão das injustiças praticadas contra fiéis da igreja. Era comum, inclusive, que as reuniões comunitárias patrocinadas pela parcela de padres que era contra a ditadura, culminassem em alguma discussão sobre as ações repressivas do Estado e maneiras de enfrentá-las. (CEV-AP, 2017)

Quem aparecesse resistindo de alguma forma à ditadura, era deliberadamente marcado. Não de forma literal, mas ninguém queria mais andar junto, se misturar, fazer qualquer tipo de coisa com alguém que foi preso pela ditadura ou foi enquadrado como comunista. O medo não era desse estudante, desse jovem, era da repressão. E os estudantes sabiam disso. Eles sabiam que todos os atos que fariam dali em diante seria enquadrado em insubordinação. Como relata Fernando Canto, havia intencionalidade nos atos culturais, nos movimentos, eles sabiam bem o que estava acontecendo:

(...) embora a gente não tivesse assim um... uma educação doutrinária efetiva, mas a gente sabia exatamente o que tava acontecendo e isso claro, nos encheu também de revolta, tanto faz que fazia por volta de nove dez anos que o Brasil vivia essa Ditadura Militar e quando estourou essa situação do engasga-engasga depois nós ficamos sabendo que foi na realidade uma farsa, mas ela ... encheu a gente de um espírito muito mais forte, até mesmo patriótico no sentido de tentar lutar contra esse regime de opressão e muitos de nós fomos até embora de Macapá por causa disso, embora também fossemos perseguidos aqui, eventualmente um era preso aqui a quase troco de nada, né a gente... tava sentado na rua poh, e o cara chegava: ei né! Era preso à toa assim. Isso revoltava muito mais a gente é claro, aí começamos assim ter o entendimento de tudo, inclusive da possibilidade de ler alguns clássicos também que entrariam na nossa vida intelectual como uma forma de direcionamento pra aquilo que nós queríamos saber do nosso país, mas o clã liberal ele proporcionou embora tivesse também esse nome liberal né, foi uma coisa colocada por nossos, pelas pessoas [inaudível] ela estava completamente limitado exatamente por esses valores que a própria ditadura colocava e a gente já sentia isso, até mesmo nas manifestações cívicas quando a gente era obrigado a ter muito mais uma atitude militarista do que de estudante né, na obrigação de desfilar, na obrigação de servir, está praticamente doutrinado pra servir a pátria, e o Clã começou a observar isso aí né, a gente tinha o entendimento de que poderia sim mudar um pouco, esclarecer a cabeça das pessoas, ainda que nós como falei antes, a gente não tivéssemos esse doutrinamento, é sistemático, mas a gente entendia mais ou menos o que a gente podia fazer, embora nós éramos muito jovens e isso tinha um significado.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> Fernando Canto. Depoimento cedido à CEV/AP em 02 de setembro de 2021.

A percepção do golpe como tal foi sistemática por parte da classe estudantil do TFA. Os estudantes começaram a notar as obrigações que lhes eram impostas, a repressão a troco de nada, a agressividade, as prisões deliberadas. Como relata Fernando Canto, mesmo que ainda muito jovens e sem tanto acesso às literaturas, às notícias nacionais, eles já percebiam e entendiam o que estava acontecendo e acreditavam que podiam mudar algo através das suas movimentações. Os integrantes do Clã Liberal do Laguinho acreditavam que essas percepções influenciariam os jovens sem necessariamente necessitar de uma doutrinação sistemática.

A resistência desse grupo ganhava sentido ali mesmo, dentro de suas reuniões, pequenas ou não, grandes ou não, abertas ou não:

Manoel Bispo, artista plástico e tudo, ele foi do primeiro, se eu não me engano foi o primeiro presidente do Clã Liberal do Laguinho [...]. Era interessante o movimento. Mas ali se reunia para debater mesmo alguns assuntos, debatia, conversava [...]. Principalmente política, questões mesmo do Amapá. Não era todo final de semana, mas todo uma vez por mês a gente fazia uma feijoada lá na casa do João de Deus, que ficava nas Nações Unidas, na rua de casa.<sup>33</sup>

Em um território que estava sob uma ditadura, a mera reunião para livre discussão sobre assunto de política territorial, ameaçava os donos do poder. Por isso, por agrupar jovens, estudantes, pessoas interessadas em arte, cultura e política, o Clã Liberal do Laguinho foi um importante espaço de resistência à ditadura civil-militar no TFA.

### **Figura 1** Membros do Clã Liberal do Laguinho<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Rui Gonçalves Lima. Depoimento cedido à CEV/AP, em 20 de fevereiro de 2014.

<sup>34</sup> Acervo Pessoal de Fernando Canto (CEV/AP)



Essa foto de integrantes do Clã Liberal do Laguinho nos diz muito acerca do agrupamento que resistiu à ditadura no Território Federal do Amapá. De primeira pode-se notar a jovialidade. O movimento era composto por jovens e percebemos, inclusive, a presença de crianças, muito provavelmente irmãs e irmãos ou filhos e filhas dos membros do grupo.

Outra percepção interessante é a expressão corporal dos jovens. Alguns sem camisa, com elas amarradas ao redor da cabeça. Alguns fumando cigarro, mas, é unívoco, todos pareciam estar bastante à vontade no local e diante da câmera que registrou a fotografia.

Além disso, o sorriso no rosto dos integrantes e o violão segurado por um dos jovens reflete tranquilamente o traço cultural imbuído neles. Buscavam, como alguns depoentes disseram, se divertir, promover cultura, aproveitar de alguma forma a juventude deles no TFA tão pequeno e ordeiro.

O cigarro, a vestimenta, os cortes de cabelo, os instrumentos musicais, tudo muito ligado ou remetendo à liberdade certamente incomodaria àqueles que pregavam “ordem e progresso” da forma que eles queriam.

Outra forma importante que os estudantes encontraram para resistir à ditadura no TFA foi sob os olhos e a guarda da Igreja Católica. De acordo com o Relatório da CEV/AP (2017), onde se,0 pôde verificar de fato essa resistência foi nos órgãos de imprensa da Igreja Católica, mais especificamente na Rádio Educadora. Padres como Vitório Galianni, Botan e Jorge Basile

protegiam jornalistas, estudantes e artistas nesses órgãos, garantindo a liberdade de expressão destes, o que era uma literal afronta à ditadura. (CEV-AP, 2017)

Para se ter noção dos atos que ofendiam os donos do poder, a juventude também passou a demonstrar seu descontentamento através da manutenção de sua autonomia e liberdade, e passaram a marcar encontros em horários pré-estabelecidos e locais alternados, para escutar a Rádio Cubana.

Essa era uma prática de tal modo significativa para seus participantes que José Ribeiro da Conceição, guarda territorial e militante ativo do Partido Comunista Brasileiro, fugindo da repressão que desabou sobre os descontentes com o regime ditatorial, acabou indo parar em Cuba como radialista da programação em português de uma emissora naquele país. (SANTOS, 2001)

Era essa também uma forma de resistência encontrada em meio à uma ditadura sangrenta, que perseguia movimentos, mas também oprimia atos, setores, agrupamentos e vontades. Longe de ações sem identidade ou desprovidas de intencionalidade. O que ocorrera no Território Federal do Amapá durante a ditadura civil-militar foi uma resistência “como podia ser”, como manteria os estudantes vivos e minimamente seguros para, em uma esquina ou outra da cidade, permanecerem resistindo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual capital do Amapá, Macapá, na época do Território Federal do Amapá era o centro econômico e concentrava a maior parte da população do TFA. (CEV-AP, 2017). Suas características demográficas, estruturais, culturais, políticas e sociais fortemente tradicionais, não permitiam ações de resistência ao golpe tão explícitas, o que tornava qualquer manifestação (mesmo camuflada), um enorme risco à vida e à liberdade de quem quer que o fizesse. (CEV-AP, 2017).

O Movimento Estudantil do TFA foi capaz de driblar boa parte desses entraves. O entendimento sobre a forma como os estudantes atuaram, sobre seus grupos independentes, grêmios, organizações e dissidências é capaz de somar à História do Amapá e do próprio Movimento Estudantil, características que podem justificar suas atuações em diferentes modos de sociedades e cenários.

Mesmo submetidos a um ambiente diverso de boa parte do país, especialmente no que diz respeito à estrutura político-administrativa, os jovens do TFA que atuaram, de alguma forma, no movimento estudantil, foram capazes de perceber a ditadura civil-militar como um cenário repressivo, além de terem sido fortemente comprometidos com seus próprios valores de liberdade e de preservação da livre expressão.

Quando o golpe aconteceu, os estudantes amapaenses já estavam submetidos à uma política conservadora, com práticas autoritárias muito evidentes desde a concepção do próprio território. Ter resistido às investidas ditatoriais de um golpe civil-militar demonstra, sobretudo, os poderes da luta organizada, das manifestações direcionadas – mesmo quando se aproveitavam da arte para tal – e da intencionalidade de defender os direitos básicos de liberdade de expressão e à vida.

A Comissão Estadual da Verdade do Amapá (CEV-AP) conseguiu reunir – apesar de suas limitações estruturais – um dos principais acervos sobre a ditadura-civil militar no TFA e sobre o movimento estudantil do Amapá, mas, essa pesquisa demonstrou que ainda há muitas arestas a serem aparadas, incluindo as que se referem aos movimentos sociais que atuaram de forma clandestina.

Ainda que haja limitações impostas a esta pesquisa pela ausência de um arquivo público ou de documentações acerca do período no TFA, as fontes analisadas aqui foram capazes de transmitir – grosso modo – o núcleo de um dos principais movimentos oposicionistas ao golpe civil-militar no TFA, o que contribui para o entendimento da repressão e da resistência durante o período no território.

No período territorial pode-se destacar a intervenção militar em setores frequentemente ocupados por estudantes, especialmente no âmbito educacional, onde os militares buscavam imprimir suas digitais através da disciplina militar, da supervalorização dos símbolos patrióticos, superpromoção das festividades cívicas além da interferência nos conteúdos programáticos escolares que passavam a ser repletos de “valores cívicos, patrióticos e militares”. (CEV-AP, 2017)

Os estudantes – assim como o restante da população territorial – foram expostos a características muito incisivas de um golpe de Estado:

Configurava-se desde os primeiros momentos do golpe civil-militar o que viria a tornar-se prática estrutural da ditadura: o terror de Estado, entendido aqui, como a substituição das chamadas liberdades políticas pela prática regular de ações estatais contrárias ao sistema legal vigente, materialmente coercitivas e ideológicas que visavam atentar diretamente contra a integridade física e psicológica das pessoas e grupamentos sociais, objetivando aliená-los da participação política pelo medo. (CEV-AP, 2017, p. 24)

Não existiu “ditabranda” nem tampouco houve movimento resistente que fosse poupado das violências repressivas do estado. O movimento estudantil territorial encaixou-se nesta vertente que fora reprimida, violentada, e teve suas liberdades cerceadas, e seus corpos presos e torturados. Os militares atuaram desde os primeiros momentos do golpe com ações coercitivas e ideológicas que atingiam frontalmente a integridade da população territorial, e de forma mais incisiva, os estudantes que se propunham a resistir ao poder estabelecido pelos ditadores.

O Movimento Estudantil no Território Federal do Amapá possui amplas camadas, muitas não dispostas de exterioridade pelo simples fato do imperativo movimento de manutenção à vida e à integridade física de quem fazia parte desses agrupamentos.

## FONTES

### Relatórios

CEV-AP – COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO AMAPÁ FRANCISCO DAS CHAGAS BEZESSA “CHAGUINHA”. **Relatório**. Macapá: CEV-AP, 2017.

### Depoimentos

NERY, Adolpho Eugênio de. **[Depoimento]** concedido à Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Macapá, 2 jan. 2016.

SANTANA, Guilherme Jarbas Barbosa de. **[Depoimento]** concedido à Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Macapá, 21 ago. 2014.

CARDOSO, Josias Nogueira Hagen. **[Depoimento]** concedido à Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Macapá, 21 ago. 2014.

LIMA, Carmozina Tavares de. **[Depoimento]** concedido à Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Macapá, 20 mar. 2014.

CANTO, Fernando Pimentel. **[Depoimento]** concedido à Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Macapá, 02 set. 2016.

FILHO, João de Deus de Souza. **[Depoimento]** concedido à Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Macapá, 02 set. 2016.

LIMA, Rui Gonçalves. **[Depoimento]** concedido à Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Macapá, 02 set. 2016.

RIBAMAR, José. **[Depoimento]** concedido à Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Macapá, 14 ago. 2014.

SOUZA, José Figueiredo de. **[Depoimento]** concedido à Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Macapá, 11 nov. 2014.

VALENTE, Nestlerino dos Santos. **[Depoimento]** concedido à Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Macapá, 28 ago. 2014.

JÚNIOR, Meton Jucá. **[Depoimento]** concedido à Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Macapá, 14 fev. 2014.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVES LOZANO, Jorge Eduardo. **“Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea.”**. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- ALBERTI, V. - **História Oral: A Experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ANTONIOLLI, Gabriel Bandeira. **Censura e imprensa na ditadura militar brasileira: o golpe de Estado chileno pelas páginas do Correio do Povo e Zero Hora (setembro de 1973)**. 2010.
- ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel; SANTOS, Desirree dos Reis. **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002
- BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares**. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de A. N. (Org.). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-42. v. 4.
- BRINGEL, B. **O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil**. EccoS – Revista Científica, p.97-122, v. 11, n.1, 2009.
- CANTO, Fernando. **Telas e quintais**. Macapá: Conselho de Cultura do Amapá, 1987.
- CEV-AP – COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO AMAPÁ FRANCISCO DAS CHAGAS BEZESSA “CHAGUINHA”. **Relatório**. Macapá: CEV-AP, 2017.
- CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Moderna, 1994.
- DALTOÉ, Andréia da Silva. **A comissão nacional da verdade e suas ressonâncias nos documentários Verdade 12.528 e Em busca da verdade**. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 16, n. 1, p. 153-167, jan./abr. 2016.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Filme Jango: memória e história. São Paulo, 2011.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. 2009. **Tempo, Volume: 14, Número: 28, Publicado: 2010**.
- DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da história do Brasil**. Rio



de Janeiro: Ediomo, 2001.

DUARTE, Jackeline. **Igreja e jovens trabalhadores: a atuação da JOC no Amapá (1957-1968)**. In: LOBATO, Sidney (org.). Igreja e trabalhadores na Amazônia setentrional. Rio Branco: Nepan, 2018. P. 107-123.

FERREIRA, M. M. História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes, v. 94, n. 3, p. 111-124, 2000.

FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). **História, histórias**, v. 9, n. 17, 2021.

FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOMES, M. A; CAETANO, Suzane Meneses; LOBO, Cláudia Barbosa. **EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NACIONAL NA DITADURA CIVIL-MILITAR: o capital acima de tudo**. Revista Exitus, v. 12, p. e022035-e022035, 2022.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

KOSELLECK, R. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LOPES, Gustavo Esteves. **Ensaio de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas**. Salvador: Editora Pontocom, 2014.

MARQUES, Indira Cavalcante da Rocha. **Território Federal e mineração de manganês: gênese do Estado do Amapá**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

MARTINS FILHO, João Roberto. **1968: Faz 30 anos**. Campinas/SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp; São Carlos/SP: Editora UFScar, 1998, p. 14.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento Estudantil e ditadura militar (1964-1968)**. Campinas, SP: Papirus, 1987.

MONTEIRO, Lyandra Beatriz Mendes. **“Existe uma outra juventude”: movimentos estudantis no Território Federal do Amapá (1964-1968)**. Macapá, AP, 2022.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral**. Novos Cadernos NAEA, 2003.

MONSMA, Karl. **James C. Scott e a Resistência Cotidiana: Uma Avaliação Crítica**. Disponível em: < <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/23-encontro-anual-da-anpocs/gt-21/gt14-13/4977-karlmonsma-james/file>> Acesso em: 04/03/2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **1964 : História do Regime Militar Brasileiro** / Marcos Napolitano. – São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica**. Contemporânea: Historia y Problemas del siglo XX. Vol. 2, n. 2, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POERNER, Artur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 4ª ed. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

RODRIGUES, Randolfe. **A participação política dos estudantes amapaenses: da fundação da UECSA ao golpe de 64**. In: Amazônia, Amapá: escritos de História. Belém: Paka-tatu, 2009.

SANTANA, Flavia de Angelis. **Atuação do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Dorival da Costa dos. **O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação, 1964-1974**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Campinas. Campinas, 2001.

SANTOS, Jordana. **A Repressão ao Movimento Estudantil na Ditadura Militar**. Marília: UNESP, 2009.

SÉMELIN, Jacques. “Qu’est-ce que ‘résistir’?”. *Esprit*. Paris, n.198, 1994.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas de resistência camponesa**. Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 1. 10-31, 2002.

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo**. In: BURKE, Peter (org). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Maura Leal da. “‘A ditadura da liberdade’: um Brasil que 64 não revelou.” In: *Conhecimento Histórico e Diálogo Social*. Natal: [s.n], 2013.

SILVA, Maura Leal da. “O TERRITÓRIO IMAGINADO”: Amapá, de Território à autonomia política (1943-1988). Tese de Doutorado. Brasília, 2017.

THOMPSON, e. P. In: NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sérgio (orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

YAMASHITA, Jougi Guimarães. **O conceito de Resistência entre a memória e a história**. Natal, RN, 2013.

## APÊNDICE



**Testemunho de:** João de Deus de Souza Filho e Fernando Canto

**Transcrição:** Adrian Kethen Picanço Barbosa

Testemunho coletado pela Comissão Estadual da Verdade do Amapá

### **BIOGRAFIA DO ENTREVISTADO:**

Fernando Pimentel Canto é natural de Óbidos, nasceu em 29.05.1954, é sociólogo, servidor da Universidade Federal do Amapá, já publicou três livros de poesias e um de textos culturais sobre o ex-território do Amapá, onde passou a infância e a adolescência. Fernando Canto enfrentou também o período de repressão da Ditadura Militar no Amapá.

João de Deus de Souza Filho, nascido em 02 de janeiro de 1947, natural de Macapá, funcionário público do Governo Federal, sou licenciado em Educação Artística, habilitação em Artes Plásticas, pós-graduado, especializado em metodologia de ensino superior e pesquisa. Senhor João também enfrentou o período de repressão da Ditadura Militar no Amapá.

### **NOTAS SOBRE ESTA TRANSCRIÇÃO:**

- Os elementos entre colchetes e em letra itálica são inserções do transcritor no texto corrido.
- O texto apresentado sem itálico é a transcrição da fala do entrevistado;
- Foram adicionados detalhes relativos às inserções e comportamentos do entrevistado no decorrer da entrevista, além de notas explicativas, cujo objetivo é agilizar a leitura do conteúdo e inserir algumas referências necessárias para o entendimento das opiniões expressas pelo entrevistado. Estes detalhes estão nas notas de rodapé;
- As passagens em que o entrevistado cita conversas e falas proferidas em outras ocasiões foram incluídas entre aspas.

**Depoimento 014:** João de Deus de Souza Filho e Fernando Canto

**CEV-AP:** A gente aqui, membros da Comissão da Verdade do Estado do Amapá, estamos convidando vocês pra, fundamentalmente, prestar depoimento sobre a experiência que vocês tiveram durante esse período e muito em particular mesmo que a gente gostaria muito de saber é exatamente a experiência de vocês em torno do Clã Liberal do Laguinho, né?! Evidentemente que isso pode levar a uma, a outras perguntas, outras questões sobre o período. Então fundamentalmente é sobre a experiência que vocês tiveram durante a ditadura. É, antes de vocês começarem eu gostaria que vocês assim, a gente vai, o procedimento, vocês se apresentam pra efeito de registro áudio visual e aí a gente vai fazendo ... vamo tentar fazer isso numa espécie de conversa, não muito formal, mas do ponto de vista de conversa, a gente começa fazendo as perguntas aqui, eu posso iniciar e todas as colegas vão participar desse diálogo [inaudível] sobre isso. E aí a gente, podem ficar à vontade, vocês dois são autoridades nisso por lembra essa experiência e vamo conversar.

**João de Deus de Souza Filho:** Bom, eu sou o João de Deus de Souza Filho, é ... funcionário público do Governo Federal, sou licenciado em Educação Artística, habilitação em Artes Plásticas, pós-graduado, especializado em metodologia de ensino superior e pesquisa, e em fase de conclusão do mestrado, só que ainda não fiz a conclusão, porém fui membro do Clã Liberal do Laguinho, uma sociedade de jovens que tinha o interesse de promover a cultura brasileira de uma maneira sadia e recreativa, e intelectual para que o jovem laguinense, isto é, morador do bairro do Laguinho, pudesse manifestar seus anseios através dessa, da cultura local, da Amazônia, invadia um campo que muitas vezes era restrito, e era *[faz movimento com as mãos representando a palavra preso]* preso de ante de uma realidade que nós viemos descobrir ao longo desta ... *[pausa para encontrar a palavra certa]* de nossos encontros, não era fechado, era em aberto para toda a juventude e pra sociedade que quisesse tomar parte. Isto funcionava na Avenida Nações Unidas, 173 na residência onde a partir de os cinco anos de idade eu me criei e já saí depois de formado e tive bons, bons amigos. E esses jovens que tomaram parte nesse trabalho, eles foram de repente assim alvejados *[faz sinais negativos com a cabeça e as mãos]* por toda a sociedade que perguntava assim: “por quê que eles estão fazendo? O quê que eles querem?”, e a gente mostrou o que nós queríamos. Nós queríamos uma recreação que não fosse presa, que não fosse fechada, *[faz movimentos com a mão esquerda para representar algo fechado]* que tivesse uma divulgação. Eu confesso a vocês, até mesmo porque os livros informantes que a gente tinha, que a gente possuía, que tinha nas escolas era EB, Edição Brasileira, não circulava nenhuma outra edição *[ainda fazendo movimentos representativos com as mãos enquanto fala]*. Vocês poderão constatar isso com pesquisa. Outras editoras que viessem que não fosse a EB, Edição Brasileira, não entrava nas escolas. Porém muitas verdades

que existiam diante do nosso setor, diante da nossa cultura, elas foram negadas, elas não foram jogadas para que nós déssemos continuidade, porque cultura é tão complexo, compreende o saber, a crença, a moral, os direitos e costumes de um povo passado de geração a geração, e a nossa geração não recebeu, não tinha essa liberdade porque nós vivíamos numa época de repressão. Eu acho que eu fico à disposição de pergunte.

**CEV-AP:** Fernando se apresenta, por favor.

**Fernando Canto:** Bom, o meu nome é Fernando Canto, sou sociólogo e escritor, eu participei juntamente com o João de Deus de todas as atividades do Clã Liberal do Laguinho no período de 1972 e 73 e até se romper mesmo com auge da missão esdrúxula que aconteceu aqui no Amapá e Macapá que chamava “operação engasga-engasga”. Mas, a gente era um grupo de jovens que tentava buscar além das atividades é... sociais e religiosas, que nós éramos ligados também muito a igreja São Benedito do movimento jovem, mas que não era o suficiente pra gente estender nossas próprias ideias e também nossas canções, e a gente reunia no Clã Liberal do Laguinho pra no quintal do pai do João de Deus, [*inaudível*] no lado do poço do mato, lugar muito aplausível, muito bonito, a gente se reunia lá pra se divertir e pra conversar, era tão interessante que até o programa de rádio ia ser transmitir direto de lá, e a gente ia...

**CEV-AP:** De qual rádio?

**Fernando Canto:** Da rádio Difusora de Macapá...Só tinha duas rádios aqui.

**CEV-AP:** Mas era difusora aqui?

**Fernando Canto:** Era o programa do João Lázaro... e eram dezenas de jovens que estavam ali imbuídos de um propósito lúdico, essa diversão toda, mas sobretudo de entender o que é tava acontecendo na vida social do Brasil. Já que Macapá vivia totalmente isolado de todo conhecimento que se tinha a respeito da vida política brasileira era feito através dessas rádios oficiais, da rádio oficial, do jornal oficial, eventualmente se tinha algum conhecimento de alguém que escutava a Rádio Neverland da Holanda, né Never Reader, a rádio BBC de Londres e a Havana, e a gente podia entender um pouco mais o que se passava além dessas condições que limitavam evidentemente da vida política brasileira, e ao lado disso nós tínhamos companheiros já experientes que tinham vivido em muitos lugares, o Osmar, o Manoel Bispo nosso presidente interino né, o Silvio Leopoldo e...

**CEV-AP:** O Bispo era?

**Fernando Canto:** O Manoel Bispo, é pintor... E isso deu um significado todo especial embora a gente não tivesse assim um... uma educação doutrinária efetiva, mas a gente sabia exatamente o que tava acontecendo e isso claro, nos encheu também de revolta, tanto faz que fazia por volta

de nove dez anos que o Brasil vivia essa Ditadura Militar e quando estourou essa situação do engasga-engasga depois nós ficamos sabendo que foi na realidade uma farsa, mas ela ... encheu a gente de um espírito muito mais forte, até mesmo patriótico no sentido de tentar lutar contra esse regime de opressão e muitos de nós fomos até embora de Macapá por causa disso, embora também fossemos perseguidos aqui, eventualmente um era preso aqui a quase troco de nada, né a gente... tava sentado na rua poh, e o cara chegava: ei entra! Era preso à toa assim. Isso revoltava muito mais a gente é claro, aí começamos assim ter o entendimento de tudo, inclusive da possibilidade de ler alguns clássicos também que entrariam na nossa vida intelectual como uma forma de direcionamento pra aquilo que nós queríamos saber do nosso país, mas o clã liberal ele proporcionou embora tivesse também esse nome liberal né, foi uma coisa colocada por nossos, pelas pessoas [*inaudível*] ela estava completamente limitado exatamente por esses valores que a própria ditadura colocava e a gente já sentia isso, até mesmo nas manifestações cívicas quando a gente era obrigado a ter muito mais uma atitude militarista do que de estudante né, na obrigação de desfilar, na obrigação de servir, está praticamente doutrinado pra servir a pátria, e o Clã começou a observar isso aí né, a gente tinha o entendimento de que poderia sim mudar um pouco, esclarecer a cabeça das pessoas, ainda que nós como falei antes, a gente não tivéssemos esse doutrinamento, é sistemático, mas a gente entendia mais ou menos o que a gente podia fazer, embora nós éramos muito jovens e isso tinha um significado.

**CEV-AP:** A idade de vocês girava em torno de?

**Fernando Canto:** Ah! Uns quinze, quatorze, dezesseis anos... dezessete.

**CEV-AP:** O mais velho de vocês teria quanto?

**Fernando Canto:** Como?

**CEV-AP:** O mais velho de vocês lá tinha uns vinte, vinte e um anos, quanto? Mais de vinte anos?

**Fernando Canto:** Eram um pouco mais velho, mais de vinte anos. Tinha o Odilardo que tinha sido expulso do Exército também [*risos*], era um cara intelectual com uma formação excepcional, um cara que conhecia pra caramba as coisas, além de tudo era um poeta, tinha o Silvio Leopoldo, o Isnard Lima que tinha sido preso em 64 também, e eram pessoas um pouco mais velhas, mas que nós tínhamos um grande respeito por eles e eles sempre estavam presentes e influenciaram decisivamente também as nossas vidas, no sentido desse entendimento né do que estava acontecendo [*inaudível*].

**CEV-AP:** Eram quem? Isnard, Bispo, Marcelo Canto, Odilardo, Silva Souto, João de Deus. Quem de vocês lembram mais ali que giravam em torno do clã?

**João de Deus de Souza Filho:** [*inaudível*] O irmão do Fernando o...

**CEV-AP:** Juvenal?

**João de Deus de Souza Filho:** Juvenal.

**Fernando Canto:** Os irmãos do João de Deus, todos eles participavam, o Major *[inaudível]* alguns inclusive foram militares depois.

**CEV-AP:** Mais ou menos giravam quantas pessoas em torno disso?

**Fernando Canto:** Acho que em torno de 70, 60 pessoas. Eu tenho uma fotografia que aparece um monte de gente, né João. O Léo Vilhena que depois se tornou um bombeiro e que acabou sendo assassinado também. É...

**CEV-AP:** Assassinato na ditadura? Não?

**Fernando Canto:** Não, outra coisa.

**CEV-AP:** Geralmente era marcado como? Semanalmente? Esses encontros como é que ocorriam?

**Fernando Canto:** Era, semanalmente.

**CEV-AP:** Tinha ata? Um registro disso? Quais eram os temas que se debatiam?

**Fernando Canto:** João fala aí.

**João de Deus de Souza Filho:** A gente sempre fazia as reuniões festiva, numa espécie de... pra não ficar bitolado, porque o jovem ele precisa não só daquele alimento como ser humano, sabe, aquele alimento para o corpo, mas para a alma e a gente fazia essas reuniões, naturalmente reuniões festivas e conseguia também palestrante lá da comunidade do governo *[inaudível]* jornalista, como chegou a vir o Willian Neto *[com gestos corporais busca a ajuda de Fernando para lembrar mais nomes]*

**Fernando Canto:** o Padre né. Paulo.

**João de Deus de Souza Filho:** E o Padre Paulo, a professora... *[João de Deus e Fernando cochicham na tentativa de lembrar o nome da professora]*

**Fernando Canto:** Geovana?

**João de Deus de Souza Filho:** Geovana. E muitas outras pessoas curiosas. Agora o que despertava era que lá no Clã Liberal do Laguinho se eu tivesse alguma pessoa que eu não vou com a cara da pessoa lá, nós seríamos neutralizados. Todo mundo seria bem-vindo, todo mundo seria igual, o respeito seria mútuo. Se você não pudesse servir alguém você não estava liberado para ser um elemento do... que tomasse parte do grupo, portanto, houve uma felicidade imensa, a cidade se perguntava: “Esses jovens, o quê que eles querem? Isso nunca houve. Eles tão tramando alguma coisa? Eles querem ser melhores que os outros?”, na verdade, a gente busca ser diferente dos outros. Nós queríamos mostrar a nossa cultura, o nosso valor e fazer sair dali do Laguinho amapaense da... *[tenta se expressar com gestos]* como se fosse assim uma fonte

de vida pra que outros pudessem seguir. E a experiência deu certo, porque a gente foi embora, depois pra estudar pra Belém.

**Fernando Canto:** Na realidade nós começamos com os festivais de música né.

**CEV-AP:** Pois é isso que eu ia te perguntar que tipo, vocês além das reuniões que tipos de eventos vocês promoviam?

**Fernando Canto:** Participava de festivais de músicas, participava de eventos sociais na própria Igreja Católica né, movimento jovem.

**CEV-AP:** Faziam sarais?

**Fernando Canto:** Fazia, a gente tocava muito também, tocava, isso que reunia o povo. O violão e a música na realidade era o elemento assim amplificador de tudo isso né e a gente já sabia algumas músicas que a gente tocava, como (inaudível) de Geraldo Vandré que a gente sabia e já tocava e o pessoal começava a entrar na onda, quer dizer, era proibido, e pô a gente sabe que hoje pra juventude a gente põe uma coisa proibida dá muito fina... transgredir, (risos) e a gente fazia muito isso sim, agora festivais de música valorizando inclusive as coisas daqui. Nós fizemos em 71 parece que foi no festival, no chamado festival de música, com a música: “Laguinho, Laguinho, Laguinho”, era do Odilardo, letra quilométrica do Odilardo *[inaudível]* e falava dos valores do bairro até hoje esse pessoal ainda canta e até mesmo 75.

**CEV-AP:** Aonde esse festival?

**João de Deus de Souza Filho:** *[inaudível]*

**Fernando Canto:** Foi no ... não, no ginásio coberto lá no Colégio Amapaense.

**CEV-AP:** Promovido por quem?

**Fernando Canto:** Era um grupo de jornalistas que tinha aqui que faziam esses festivais, José Araújo, Azevedo Assis, era... *[pausa para pensar]* uma galera, não tô lembrado direito o nome de todos eles.

**CEV-AP:** E o desempenho da música no festival vocês chegaram a bife?

**Fernando Canto:** Porque a gente por exemplo usava palavras que quando a gente ficou sabendo, palavras como cachaça, por exemplo, era proibido, e o pessoal era tão hipócrita na mesa, na banca julgadora que eram tudo cachaceiro que tinha ali, *[risos]* e eram metido a moralista pra caramba, era um negócio assim impressionante. Então muitas dessas coisas que sobreviveram é depois tipo, muita música que ganharam em festivais todo mundo esqueceu, mas essas músicas ficaram.

**CEV-AP:** É as que não morreram?

**Fernando Canto:** É exatamente! *[risos]* Então eu acho impressionante esse tipo de coisa porque na realidade a gente ficou pra tentar modificar esse quadro assim, inclusive em 75



quando deu origem ao grupo Pilão na realidade a gente já vinha se articulando há muito tempo pra isso, usamos uma música, usamos o pilão como instrumento musical, perdemos o festival, mas até hoje a música sobreviveu e o grupo também né quarenta anos... quarenta e dois.

**CEV-AP:** Me diz uma coisa assim que me dá curiosidade, é como você falou o Amapá era uma ilha, tinha dificuldades muito grande de comunicação vamos dizer assim em tempo real com o resto do mundo, do país, enfim e nos parece que vocês eram relativamente intelectualizados pra uma juventude de 15 anos, dezessete, em torno de quinze a vinte anos. E vocês se formaram, é qual foi a formação educacional, formação que vocês tiveram, liam o quê, estudavam o quê?

**Fernando Canto:** João fala da educação pública da época.

**CEV-AP:** Também!

**João de Deus de Souza Filho:** A gente tinha naturalmente a nossa educação do colégio, Colégio Amapaense, mas eu confesso que eu recebia o chamado “Mala Direta”, quem mandava até hoje eu não sei, eu só pagava o trabalho do caseiro e lia. É bonito a gente vê porque que a gente não podia receber outros livros editados no Brasil, sabendo de tantas verdades... que hoje elas brotam assim só um... *[um tempo para tentar encontrar as palavras]* uma discussão que nós tivemos agora recentemente que a gente vê coisas, alguém dizer assim: *[fazendo gestos tentando explicar da melhor forma]* “Vamos acabar coma a repressão, grêmio, liberdade, queremos democracia”. E também quem quisesse um bom livro e não recebesse por Mala Direta, aí tinha um amigo ali, aqui em Belém que vendia esses livros *[inaudível]*

**Fernando Canto:** Mas isso foi muito depois

**João de Deus de Souza Filho:** Já depois, mas já vendia esses livros.

**Fernando Canto:** *[diz algo inaudível e em seguida há risadas]*

**João de Deus de Souza Filho:** Ele... mas... é! E quando nós fomos convocados na marra, isso no velho tempo, eu disse que pelo menos que deixasse. Eu estava deitado num sofá, na sala da minha casa, eles queriam me levar assim mesmo...

**CEV-AP:** Quando?

**João de Deus de Souza Filho:** ... Aí eu vesti a roupa. Quando pra responder que é militar. Aí ... *[aparentemente fica sem palavras tentando dar continuidade com gestos. Enquanto Fernando Canto dá um sorriso ao seu lado]*. Nessas alturas eu ... vesti a roupa e saí e eles apanharam vários livros que eu não tinha assim, nós não tínhamos uma... *[faz gestos com a mão sinalizando as dimensões do móvel]* estante, os livros eram assim pelo meio da sala *[gestos da posição e organização dos livros]* tinham vários livros, foi tudo levado, arrastado *[murmúrios inaudíveis]* foi levado... esses informes. Então, fontes, cultura a gente conhecia assim, mas o que fez a gente avançar antes de sermos enquadrados a responder esse inquérito militar, foi a

vontade de viver, de fazer o Amapá..., de ver o amapaense..., quando se projetava pra fazer um vestibular lá fora, tanto faz ser em Belém ou em Belo Horizonte ou em São Paulo, Rio de Janeiro, uma coisa assim, ele se manifestava também. E por quê que a gente não fazia desta terra, aqui abandonada, visto somente pra mostrar o lado ruim da política que até hoje não mostra tanta coisa boa que tem no Amapá, só mostra o lado sujo, por quê que a gente não poderia fazer um movimento pra mostrar o nosso lar?! O negro manifestando a sua dança, a sua comida típica e o caboclo mostrando a sua música, sabe? Toda essa... e a juventude, essa falha todinha que vocês observam as músicas de Fernando Campos, de Juvenal, de Silvio Leopoldo, de Na Lima e de outro e outras, pinturas de Manoel Bispo, de...

**Fernando Canto:** Olivar.

**João de Deus de Souza Filho:** De Olivar Cunha e de tantos artistas [*usando gestos com as mãos para se expressar melhor*] e de tantas pessoas que poderiam mostrar que o desenvolvimento desses jovens... aí se perguntavam: “Será que eles vem trazer o alimento do corpo?”. Não, mas a nossa intenção pelos menos o alimento da alma e respeitar que muita gente até hoje não sabe o que é que significa “marabaixo”, [*começa a enumerar pelos dedos*] muita gente não sabe o nome da palavra “curiaú”, de onde vem a palavra “curiaú”, de onde vem “anauerapucu”, não sabe de onde veio “igarapé do lago”, maruanun e assim por diante. E a gente começou a trabalhar em cima disso porque essa verdade deveria vir à tona e a gente tinha tanta capacidade, porque é um horizonte inexplorável e a gente como era jovem assim, meio safadão, a gente tinha liberdade de fazer o que a vontade desse e a maior vontade ainda era quando se ouvia assim: [*João faz movimentos como se estivesse segurando um violão invisível e o tocasse*] o toque de uma viola patrocinada por Fernando Canto, Silvio Leopoldo, Juvenal e a gente cantava e vivia feliz.

**Fernando Canto:** João só um minutinho, eu penso o seguinte que na realidade todo esse processo se deu em função dessa busca de autoestima, porque não havia absolutamente nada que nós fizéssemos, tivéssemos assim um horizonte pra dizer assim: pô vamos fazer as nossas coisas amapaenses tá tudo aí, mas ninguém valoriza o Marabaixo, ninguém valoriza isso, aquilo, e tudo mais. O Governo Militar fez aquele centro folclórico lá, tocaram fogo depois, porque tava enfeando demais o bairro (risos), um dia soube por fora né, então, e tem mais o Marabaixo, o Olivar Cunha inclusive pintou um quadro chamado: “Marabaixo das loiras”, e foi um evento que houve em Brasília e que o governo levou só as meninas bonitinhas daqui, as loirinhas, filhas de...

**CEV-AP:** Mas tem esse quadro?

**Fernando Canto:** Eu não sei onde está, mas eu lembro desse quadro, eu lembro que ele pintou.

**CEV-AP:** O Isnard?

**Fernando Canto:** Não o Olivar Cunha, é um grande pintor parece que tá morando atualmente em Vitória do Espírito Santo. Ele é irmão do Rair Cunha que é escritor. O Olivar é um dos grandes artistas desse país (inaudível). Então tudo isso também reportava a gente de certa forma a gente que tentava, por exemplo, no Laguinho a gente tinha o Marabaixo, o único lugar, tinha Marabaixo, e a gente participava, inclusive muitos negros participavam do movimento nosso do clã liberal do laguinho e essa auto estima era necessário que se fizesse assim tanto que nós éramos estimulados a ir embora, como foi o Rair Cunha, como foi o Joeldisson, que hoje é um grande escritor em Brasília, e nós precisávamos, nós não tínhamos universidade todo mundo tinha que ir pra fora estudar tanto que nós fomos, mas depois do “engasga-engasga” e também quando eu terminei o meu curso essencial em 1973 eu ia sendo expulso por causa disso, eu tive que ir embora daqui, eu fui preso, toda hora a gente ia ser preso a qualquer motivo, a repressão era tão grande que a gente era marcado, a gente já sabia que se fizesse qualquer coisinha, sentasse sem carteira de identidade ia preso, um negócio que realmente revoltou muita gente, traumatizou de alguma forma né até hoje a gente sente disso, depois que a gente foi preso junto lá no Exército e os outros nossos companheiros tavam preso em Macapá, enjaulado lá! Tanto que existe vários depoimentos e tudo mais. Mas agora, tu tava falando a respeito dessa formação intelectual que nós tínhamos, não chegaram a levar livro meu e nem entrar em casa, o cara que foi me buscar foi o Amaury, o filho do seu Amaury né, Antônio Farias, o subtenente R2 cheio de soldados armados com metralhadora e ... qualquer coisa que gritavam, falavam: “é tem um homem no quintal!” aí eles caíam, se mandavam pra lá, era uma paranoia comitiva, o meu pai mesmo usava um cacete de galho de maçaranduba caso aparecesse algum engasgador por lá, e a gente tava completamente por fora disso aí né, quer dizer, a gente sabia que alguma coisa estava acontecendo, mas que a ditadura tinha que ter um... um bode expiatório né e no caso seria aqueles caras que tinham sido preso na época de 64, então vai lá, prende o padeiro, prende o Chaguinha, prende o Gel, prende o Isnar, prende o Odilardo, quer dizer, tudo isso é carta marcada ao passo que eles estavam fazendo um tipo de atividades que se soube depois que não era exatamente um combate a [inaudível] ou a criminosos.

**CEV-AP:** Mas vocês foram levados pro quartel do Exército?

**Fernando Canto:** É fomos pra lá.

**CEV-AP:** Qual foi a época? O ano?

**Fernando Canto:** 73, maio de 73, foi em maio não foi, João?!

**João de Deus de Souza Filho:** E o mais triste disso aí, por exemplo, eu estudava no Colégio Amapaense e aí depois quando meu pai quis se enforcar, eu cheguei em casa ele estava

amarrado [*faz movimentos e gestos com as mãos tentando exemplificar o corpo e a corda*] e minha mãe como é cardio já ia pro pronto socorro, e aí depois tudo voltou e eu percebi assim na cara do meu irmão assim mais velho que disse assim: “Quer ser metido a intelectual, seu abestado”, me cobriu de palavras ofensivas e disse: “Olha o resultado!”.

**CEV-AP:** Seu pai ficou com vergonha?

**Fernando Canto:** Todos eles!

**João de Deus de Souza Filho:** Meu pai quis se informar porque eu fui levado na marra da sala de casa e tava meu pai e minha mãe estavam em casa quando eles viram já tava lá dentro do... Jeep com [*inaudível*] batedores atrás, com sirene lá e aquela coisa toda. E quando eu fui para o Colégio Amapaense, já estava mais ou menos sanada a coisa, aí eu vi os meus colegas assim, vários colegas e aí eu chegava como se eu tivesse assim, fosse um leproso. Eu chegava: “Oh, como é que tá?”, aí desfaziam qualquer grupo, aí ia pro lado “Ah porque tem isso, isso e isso”. Então em qualquer canto ou no colégio ou em frente assim de algum bairro, qualquer coisa, quando a gente chegava o pessoal não queria, não queria assim, amizade com a gente porque é carta marcada. E quanto a nossa intenção, nunca foi contra a sociedade, mas foi feito, foi bem tramado pela própria... quem fez isso [*inaudível*] foi constatado que foi uma manobra para provocar isso aí e que nós seríamos terroristas, que nós não devíamos... que nós fomos... [*fazendo gestos negativos com as mãos e a cabeça*] excluídos de formar grupos e as pessoas saíam assim...

**Fernando Canto:** É até pra informar um pouco até mais aqui João. E essa situação mesmo depois que aconteceu, que a gente foi né, que ele falou a palavra, parecia até que a gente era leproso, o clã foi se acabando em função disso, é porque os pais diziam: “Não! Vocês não vão se meter no meio daqueles terroristas, no meio daqueles criminosos”. Então eles diziam isso e os pais ficaram realmente com muita vergonha da gente e a gente sem saber exatamente o que tava acontecendo, eu sabia que tava acontecendo alguma coisa porque eu pertencia ao movimento jovem da Igreja e já tinham preso o Odilardo, aí eu falei com a noiva dele ela disse: “Olha tá acontecendo isso, isso, aquilo, tal. Se prepara!” Tanto que eu me preparei, que a minha mãe era professora tanto me avisou como aquele meio dela, mas depois da volta, de ter saído de lá do Exército, teve um professor lá do C.C.A, estudava o terceiro ano do curso de contabilidade, que começou a me perseguir por causa disso, eu fiquei sabendo depois que ele realmente tinha um dedo filho da puta ele era agente desse tipo Dops, alguma coisa assim, era o professor Mario Quirino, hoje muita gente louva ele, mas ele era um gradíssimo de um filho

da puta, pode registrar aí, aquele cara tentou me sacanear, mas tentou mesmo, eu só não fui expulso do CCA por causa disso, por causa da interferência do grande professor que foi o professor Edson Corrêa, Doutor Edson Corrêa.

**CEV-AP:** Um promotor?

**Fernando Canto:** Isso, era um grande amigo da gente e disse: “Não! Isso não pode tá acontecendo não”. Inclusive a Secretária de Educação professora Elza Brandão, que era do governo...

**CEV-AP:** Harrington?

**Fernando Canto:** Não, antes dele.

**CEV-AP:** Lisboa Freire?

**Fernando Canto:** Lisboa Freire. Então esse negócio, rapaz, foi um negócio terrível porque os próprios colegas da gente não reconheciam a gente, pode ser dizer assim. Tentaram até arranjar um emprego pra mim porque diziam que eu era vagabundo, usava cabelo grande e tocava no conjunto mocambo, então isso não era trabalho né, então arranjaram o emprego pra mim. Foi um negócio até interessante porque eu fui lá na Brumasa, eu fui lá. O cara me entrevistou, não precisou falar mais nada, ele disse: “Tá aprovado!” (Risos), já tava tudo certo pra eu trabalhar... vem aqui um ônibus vai lhe buscar cinco horas da manhã, tá aqui [*levanta o dedo do meio da mão esquerda como símbolo de revolta*] que eu vou cinco horas da manhã pra trabalhar [*risos de todos*], naquela época era moleque ainda, dezoito anos pra dezessete... dezoito anos. Aí eu não fio. [*Murmúrios inaudíveis*] Era pra trabalhar com contabilidade ainda.

**CEV-AP:** Uma coisa pelo que eu tô percebendo que o Clã Liberal do Lagunho era meio que um clube do bolinha?! Tinha mulher?

**Fernando Canto:** Tinha, mas as poucas que se arriscavam lá também era mal vistas.

**CEV-AP:** Lembra o nome delas?

**Fernando Canto:** Gracinha, [*inaudível*] Dodô, eram muitas, não vamos lembrar de todas, tinha mesmo, na foto aparece. Vou passar essa foto pra vocês.

**CEV-AP:** Elas eram ativas também?

**Fernando Canto:** Elas participavam de tudo.

**CEV-AP:** Poetas?

**Fernando Canto:** Nas feijoadas, nas cachaçadas, [*João de Deus solta risadas*] nas danças, nas cantorias e nas conversas também, porque é seguinte, a gente não fazia, não era um lugar só palestras ou coisa assim, entendeu! Mas a gente comentava junto com os outros, acontece isso e aquilo, era uma espécie de formação política, mas não clara, entendeu!

**CEV-AP:** Tinha um certo namoro com o anarquismo isso ou não?

**Fernando Canto:** Não, também nem com partido político.

**CEV-AP:** E o movimento estudantil?

**Fernando Canto:** O movimento estudantil a gente não tinha uma participação ativa, era muito aburguesado, muito cheio de filhinho de papai lá dentro, era mais um negócio assim pra fazer de conta eu nunca participei, nunca gostei.

**CEV-AP:** Mas tinha gente do clã do Laguinho envolvido com o movimento estudantil?

**Fernando Canto:** Que eu saiba não. Não sei o João de Deus.

**CEV-AP:** Na verdade a origem da classe de vocês? Eram?

**Fernando Canto:** Todo mundo muito pobre lá do buritizal [*risos*].

**João de Deus de Souza Filho:** Eu era empregado da Embratel e a minha situação lá no meu serviço era [*inaudível*] de mal a pior, porque ainda lá na [*inaudível*] “e você trabalha?”, “Trabalho”, “onde que você trabalha?”, “na Embratel”, “Ah! Quer dizer que, você tá no, lá que tem informação, quais são as informações?”. Um negócio assim chato, eles usavam a Embratel pra [*murmúrios inaudíveis*], rapaz. Aí tem até uma piada, que virou piada mesmo: “Quer dizer que você é esquerdista?”, isso já foi uma piada, isso não aconteceu, mas virou piada pra gente amornar um pouco aquele sofrimento que a gente passou [*inaudível*]. Então a piada foi a seguinte, diz: “Você é terrorista? Não. Você é esquerdista? Não. Você tem alguma coisa sobre esquerdista? Por que? Você conhece algum? Conheço. Quem? O Aluísio! O Aluísio? Quem é o Aluísio? O meu irmão, quando chega na hora do almoço ele levanta a esquerda pra pegar o pirão, ele levanta a esquerda, entendeu? Aí ele levanta a direita, aí lá vai e bate... hm rapaz, a pior coisa e esse tal de esquerdista”. Aí piada já, aí: “Não, meu [*inaudível*] isso aí não é esquerdista, isso aí é o canhoto. Esquerdista é aquele que vira a esquerda”...

**Fernando Canto:** Oh João lembro que depois disso a gente, é alguém tem que dá um jeito nisso aí. Rapaz quando eu terminei, que eu peguei o meu certificado lá que eu terminei o meu segundo grau, o cara ia me reprovando inclusive, só não me reprovou, por causa disso que te falei, passei arrastado.

**CEV-AP:** Ele era professor do que?

**Fernando Canto:** De Língua Portuguesa. Aí me mandei daqui de Macapá, fui com os caramba mesmo sabe.

**CEV-AP:** Fostes pra Belém?

**Fernando Canto:** Pra Belém, mas aí eu fui pra Belém por que? Porque eu ia de barco só que tinha uns caras que gostavam assim muito de mim, foi até um cara que foi presidente inclusive de um movimento estudantil aqui em décadas passadas e que tava sabendo de toda essa situação, chamado jornalista Aroldo Franco, ele e o Nonato Leal meu grande amigo...

*[Detectado um corte na fala de Fernando Canto no vídeo, passando automaticamente para o depoimento de João].*

**João de Deus de Souza Filho:** *[murmúrios inaudíveis]*... meu zerado todos os papagaios bancados pra ver se sobre alguma coisa. No entanto eu me sito feliz porque eu sou um profissional respeitável, eu tenho bons amigos, onde eu nunca andei, eu nunca, eu não conheço Matinica, eu não conheço... Lisboa, eu não conheço... que é o outro? Coisa na Alemanha, que houve assim uma olimpíada, que houve aquele sequestro...

**CEV-AP:** Monique?

**João de Deus de Souza Filho:** Monique, né?! E outros e outras assim mais ou menos numas cinco partes destas aí, onde existem obras de arte bonitas, que levou o Amapá, o nome deste amapaense, desse nego misturado com judeu. Este amapaense teimoso e nascido e criado nesta cidade Macapá e eu disse assim aí quando a minha esposa falou: “E como é que é?”, e as minhas filha, “Se sente feliz depois de tudo isso?”. Eu digo: “Depois de ter uma família maravilhosa. A família toda, as filhas que me amam, as netas e tudo. Eu me sinto feliz!”, mas eu digo assim: “A resposta foi essa, essa perseguição fez com que a gente caminhasse, todos esses que foram, caminharam, cresceram, estão formando o Amapá. Um Amapá respeitável, que um espelho. Vocês tão lembrados que ali nas Nações Unidas, que hoje José Tupinamba, eu cheguei, aí ao jovens estavam jogando bola, tinham a idade menor, na rua, aí de repente eles pararam, “pode passar”, aí um deles disse assim: *[apontando o dedo mostrando como o menino fez]* “Olha, ele abriu caminho, foi um dos que abriu caminho daqui dessa rua. Ele, a Dodó e ali o Fernando Campo”, eu digo: “Ah, você merece ser aplaudido e nós vamos atrás dele”. *[João de Deus fica aparentemente emocionado, recebendo um tapinha de Fernando nas costas]*. Isso foi o prego da discórdia *[risos]*.

**Fernando Canto:** Bom, pelo meu lado é o seguinte eu acho que como tu disse a memória está no outro, eu acho que seria muita coisa, muita gente pra conversar, um vai lembrando as coisas do outro, inclusive faltou o *[inaudível]*. E sei também que em relação a um depoimento dessa natureza, é construído exatamente em fatos que marcou realmente a gente, que foi graças a Deus não teve tanta violência do que outros lugares, mas que de qualquer maneira houve essa participação e o entendimento de que a gente poderia construir assim as coisas pro futuro, todos nós resolvemos enfrentar isso como um obstáculo a ser ultrapassado e conseguimos fazer isso, é claro que muitos traumas ficam, muitas coisas batem ainda, ainda dói, mas não fosse isso a gente não teria absolutamente nada pra contar, o homem é que é feito da sua própria história e por isso mesmo eu até agradeço vocês por estarem fazendo esse tipo de registro histórico, através desses depoimentos que vão possibilitar também alguém observar isso com pouca

estranheza e mais objetividade, principalmente dizendo que: Ditadura realmente nunca mais! Nós não podemos nos submeter a isso, passamos por muitos traumas políticos recentemente no nosso país e que as coisas tem que acontecer da maneira que o homem sonha com seu próprio futuro e tem que pisar nessa realidade e modificá-la, e é isso muito obrigada.



**Grupo Responsável:** Comissão Estadual da Verdade do Amapá

**Tema:** Guerrilha do Araguaia

**Deponente:** Josias Nogueira Hagen Cardoso

**Duração do depoimento:** 2h40min

**Dia:** 21/08/2014

**Transcrição:** Edinelma Chaves

---

**Comissão Estadual da Verdade:** Temos certeza que seu depoimento que vai contribuir com os nossos trabalhos que e esclarecer as violações que ocorreram no Amapá na época da ditadura militar. Pedimos que o senhor se apresente.

**Josias Nogueira Hagem Cardoso:** Chamo-me Josias Nogueira Hagen Cardoso, nasci na Cidade de Calçoene, filho de Sebastião Hagem Cardoso e Olímpia Hagem Cardoso, casado com uma amapaense. Tive minha vida praticamente toda aqui no Amapá. Comecei minha formação escolar em Calçoene no Grupo Escolar Lobo D'Almada e após, através de uma bolsa de estudo, estudei na Escola de Iniciação Agrícola do Amapá na Base Aérea do Amapá que recebia gente vinda do interior para fazerem uma espécie de preparação para no futuro trabalharem na agricultura, daí vim para a capital com uma bolsa de estudo para a Escola Industrial de Macapá, hoje G. M. (Ginásio Masculino), no qual vim me interessar e envolver pela política partidária e estudantil. Cheguei a ser o presidente do Grêmio Dionísio Barros da



Escola Industrial de Macapá. Participei da criação da UECSA aqui no Amapá. Minha atividade na vida na política estudantil nos levou, no governo do Doutor José Francisco de Moura Cavalcante, no governo Jânio Quadros como presidente da República que durou apenas seis meses, a conseguir através da Campanha do Tijolo com apoio do governo de José Francisco de Moura Cavalcante a fazer a entrega da UECSA na Av. Coaracy Nunes. Até então o único estabelecimento de reunião dos estudantes era a sede do Grêmio Rui Barbosa, no bairro do laguinho, que hoje eu não sei o que se passa que até hoje nada foi feito em favor daquele prédio no qual teve o trabalho de muitos estudantes.

Naquela época nossa atividade estudantil era um tanto restrita porque todos os estabelecimentos de ensino no Território eram de propriedade do governo de modo que era difícil fazer uma campanha que afetasse o governo e você estudava na escola do governo terminava se prejudicando.

CV – Essa época da UECSA, que o senhor ajudou a fundar, que época era?

JNHC – Isto foi em 1961, fui eu, o Nestlerino, o Aroldo Franco, Celso Salé, Adelbaldo, Andrade, Jair Farias, Messias Tavares, Alopécio Franco e Topécio, uma série de estudantes que abraçavam a política estudantil quando começamos a gente era penalizado quando tomava alguma iniciativa ou medida que esbarrasse no governo e com certeza seríamos punidos. Nos, naquela época e outros colegas, estudamos ali porque não tínhamos residência fixa na cidade porque vínhamos do interior do território.

A Escola Industrial era um colégio interno, na escola só tinha acesso os alunos do sexo masculino, então tinha semi-internato para quem tinha residência aqui e internato e então nos éramos alunos internos, algo em torno de 175 alunos. O governo nos dava alimentação, material de higiene etc. Para ter direito a folga no final de semana dependia do aproveitamento escolar e também do comportamento do aluno dentro do internato. Nos que éramos internos não podíamos levantar nenhuma palha contra o governo de modo que a punição era imediata, ficávamos de pernas quebradas senão poderíamos perder o internato.

Em 1961, com advento da eleição que levou a Jânio Quadros a presidência da República, nos estudantes deixamos de acompanhar o candidato do Governo do Território, Marechal Lopes, e nos tomamos a decisão de acompanhar a Jânio Quadros que foi eleito. A nossa meta era substituir o governo do Território por outro governo que não dependesse da oligarquia Nunes. Na época, em tom de gozação, as professoras ensinavam em geografia: “-Meu filho o que é uma ilha?...É uma porção de terra cercada de água por todos os lados...pois bem! O que é o Amapá?”, ao que os alunos respondiam: “que era uma porção de terras cercada por Nunes por todos os lados”!. Que eram Janary Nunes, Pauxi Nunes, Coaracy Nunes, Eloi Nunes e assim

fim...Amiraldo, Eleres. Onde você chega em órgãos do governo sempre tinha Nunes, então o nosso movimento era exatamente fazer uma retomada do governo para ver que mudanças se iria fazer. Na época sob o impulso da juventude, com as ideias todas borbulhando, e agente ainda sem conhecer, sem ter noção do que era a política dos governos, tomamos um papel de oposição, isso foi por muito tempo. Já tínhamos participado de outros movimentos estudantis, a liderança se manteve unida e no embate com o Coronel Janary Nunes chegamos à conclusão de que todas as nossas tentativas de tirá-lo do governo porque ele era um homem que tinha muito prestígio lá fora e hoje depois da coisa já serenada reconheço que o fui um adversário do governo, mas reconheço o Coronel Janary Gentil Nunes.

Fui um adversário político do governo, mas reconheço que Janary fez muita coisa pelo Amapá. Hoje, fazendo uma comparação dos governos que estão ai, nenhum fez pelo Amapá o que Janary fez isso comparadas as circunstancias do momento. Janary enfrentou muitas dificuldades, ele não tinha mão de obra e teve que importar gente, por aqui por traz havia um barracão que era chamado abrigo dessa gente que anda voando pelo mundo, clandestinos!. Janary mandava peneirar esse pessoal para saber o que iria aproveitar: pedreiros, carpinteiros e outros para tocar as obras do governo.

E então, as nossas ideias eram outras, queríamos assumir o Amapá de uma forma administrativa e no combate com o Janary, porque ele havia saído do governo, nos disputamos as eleições em 1958. Foi a primeira vez que eu votei, ganhamos a eleição no voto e perdemos na apuração, porque as eleições naquela época aqui no Amapá eram demoradas para fazer a apuração, era trinta, quarenta, sessenta dias nesse fórum, onde é a OAB hoje, e quem era que apurava os votos? O senhor Eloi Nunes! tio do candidato! e então a gente ganhava no voto e perdia na apuração. Dessa época temos um fato interessante que muita gente não conhece na história do Amapá que hoje você pergunta! Quem foi o patrono do Colégio Azevedo Costa, os alunos não sabem! Eles pensam que é o Azevedo Costa, aquele que foi prefeito daqui, da família Azevedo Costa, na verdade não foi. Foi o General Azevedo Costa, naquela época quando o Amapá ainda era Pará a política aqui na Amazônia era disputada por militares. No Pará o embate era terrível entre o General Magalhaes Barata e o General Zacarias de Assunção. E para cá veio um Capitão, o Capitão Janary Nunes, e ai a Amazônia foi tomada desta forma em termos de governantes. E aqui no Amapá formou-se um grupo de oposição em 58 que fundou o PTB, o Partido Trabalhista Brasileiro aqui no Amapá, ele foi criado pelo Presidente Getúlio Vargas na mesma época em que ele criou o PTB no Brasil ele também criou o PSD, o Partido Social Democrático que apoiava as elites e o PTB apoiava aos trabalhadores.

O PTB foi criado para atender a criação de sindicatos de trabalhadores para dar a sustentação ao governo do Presidente Getúlio Vargas que havia saído de uma ditadura para um regime democrático, de modos que o Presidente Getúlio Vargas ele mandava no PTB e PSD, era candidato dos dois partidos e aqui para o Amapá quando houve a escolha do Capitão Janary para o governo do Amapá o General Bandeira, que era comandante da Oitava Região Militar, foi chamado à Brasília pelo Presidente Getúlio Vargas, onde foram algumas pessoas que eram aqui do Amapá, e pediu que fosse feita a indicação de um militar para vir governar o Amapá. O Janary pertencia ao grupo do PSD no Pará e era o grupo do General Magalhães Barata, então teve força para chegar lá e ter indicado o nome dele, e quando chegou lá foi avisado; “você vai ser nomeado porque ele criou os territórios e pediu uma indicação e eu fiz a indicação do seu nome”. O Janary foi e rejeitou né, tem fotografia do que aconteceu nesse momento em Brasília... não! no Palácio do Catete, no Rio, em que Janary foi agradecer:

- “Eu sou um militar de cavalaria, eu não entendo de administração essa coisa toda”!

Ai o Getúlio respondeu:

-“Eu não estou perguntando se você vai aceitar ou não. Você já foi nomeado e pronto, siga o caminho e toque em frente”!

E assim se deu e assim o Janary veio com todo o prestígio e a força. Nos trouxemos o PTB para o Amapá e o Janary ficou com o PSD, de modos que mesmo sendo o PTB o partido do coração do Getúlio nos tínhamos aqui no Amapá um governador do PSD que “baixava a peia” em nos do PTB. Ai é que começou nossos embates essa briga que intrigando com ele aqui e chegava lá, ele lá tinha muito prestígio tanto é que quando ele saiu do governo aqui tanto é que, pouca gente fala se vê comentar pouco sobre a Petrobras, foi nomeado primeiro presidente da Petrobras, quem criou a Petrobrás chama-se Janary Nunes, ele foi embaixador do Brasil na Turquia e na volta de lá ele foi nomeado presidente da Petrobrás, ele era um homem de visão, um político experimentado com largo conhecimento da Amazônia e respeitado pelas autoridades lá em cima. Mesmo assim nos tentávamos enfrentá-lo.

Esse nosso enfrentamento se deu, nos criamos um jornal aqui no Amapá e ele também criou um jornal dele.

CV – Qual era o jornal?

JNHC – O jornal do governo era o Observador!

CV - E o de vocês?

JNHC – Era a Folha do Povo! ... a Folha do Povo.

CV - Com o senhor Alfredo Távora?

JNHC – Com Alfredo Távora, nos fundamos a Folha do Povo aqui, Alfredo, Amaury Farias, e outros companheiros que já se foram.

CV – O senhor trabalhava na Folha do Povo exatamente com o quê?

JNHC – Olha na época eu era muito novo entendeu, e o jornal daquela época era um trabalho terrível era preciso que as pessoas profissionais que trabalhavam no jornal tivesse uma experiência que nos não tínhamos aqui, eram os chamados linotipistas, pessoas que manuseavam aquelas letrinhas para formar, e a gente foi para lá por aquele ideal e agente foi aprendendo a fazer alguma coisa e depois agente já estava entrando na coisa. Por exemplo o Amaury Farias, o Alfredo.

CV – O senhor chegou a escrever artigos para o jornal folha do povo?

JNHC – Eu escrevi muita pouca coisa para a Folha do Povo, entendeu. É, agente se limitar a parte de artigos, críticas e outras coisas mais de mais responsabilidade ficava a caráter de Alfredo, porque naquela época o único jornalista que tínhamos aqui com capacidade de administrar o jornal da oposição era o Alfredo. O governo não! Trazia jornalistas de fora, pessoas experimentadas da imprensa, empregava aqui no Amapá e ficava trabalhando. Nos fomos fazendo ali uma verdadeira escola e nos fomos sucedendo uns aos outros. Teve uma coisa que escrevi esporadicamente quando o necessário.

CV – Quando o senhor escrevia usava o próprio nome? Josias!.

JNHC – Não eu geralmente não colocava meu próprio nome, usava um pseudônimo, a única coisa que eu me lembro...

CV – Qual o nome que o senhor usava?

JNHC – A gente não ligava. A única coisa que eu tenho aqui na Folha do Povo foi uma carta que eu fiz em nome da minha mãe, porque no embate Janary, a carta está aqui e eu vou mostra para você, em 58 nos escolhemos o Doutor Dalton Cordeiro de Lima, que era advogado do Banco do Brasil, para ser o nosso candidato na disputa da eleição para substituir o Coaracy Nunes que havia falecido em um acidente aéreo. Então Dalton foi um candidato a altura do enfrentamento da eleição, mas como eu falei anteriormente o Coronel Janary era um político e vendo a ascensão de Dalton, nos ganhamos a eleição no voto e ele tinha consciência disso né, então o que ele fez! Conseguiu puxar o Dalton para o lado dele. Tanto é que na próxima eleição nos iríamos lançar o Dalton novamente e o Dalton foi ser suplente do Janary contra nos e ai nos ficamos sem candidato, mas a primeira eleição que houve para deputado federal aconteceu um fato interessante que talvez muita gente não sei se lembra ainda: “o General Azevedo Costa ai ele veio de Belém para cá e ai ele foi lançado como candidato do PTB para disputar a primeira eleição com o Coaracy Nunes”.

E esse General Azevedo Costa que é o patrono do colégio lá, tudo era resolvido no Rio de Janeiro, as partes do Tribunal Regional Eleitoral e nos aqui não tínhamos como chegar no Rio de Janeiro tão fácil assim, na época para você pegar o avião aqui no aeroporto que ficava ao lado da Fáb., onde é a Prefeitura, a relação de passageiro ia para o governador e ele chegava: “esse vai...esse não vai! Era assim, entendeu. E nessa remessa do General Azevedo Costa para fazer o registro da candidatura dele lá no Rio de Janeiro para disputar com o Janary Nunes. O Janary segurou essa documentação, quando essa documentação chegou lá já tinha terminado o prazo para registro. Moral da história, o General Azevedo Costa ficou fora do pleito e a eleição decorreu só com o Coaracy, ai ele foi eleito né. Mesmo assim o General ainda teve dez por cento dos votos sem ter registrado. Ai foi quando começou os movimentos políticos, essa coisa todinha né, nos reunimos, formamos a Folha do Povo e partimos para o embate com político.

CV – Que ano foi esse aí?

JNHC – Isso já foi em 58 para frente...a do General foi antes...a do General foi em 43, 44, pelo período de 50 por ai assim.

CV – Como foi sua participação na luta da ditadura do período militar?

JNHC – respondo depois.

CV- Qual a razão dessa oposição ao Janary, se hoje o senhor reconhece todo o legado, o que é que levava todo esse grupo a se reunir contra o governo na época?

JNHC – Veja bem assim, você foi estudante e sabe disso, que na nossa iniciação estudantil a gente está cheia de vigor, de ideias, de ideais, né e quer que aquilo aconteça, a verdade é que a gente sabe que não tem forças para fazer aquilo, não tem meios, mas se entrega de corpo e alma sacrificando tudo. Então nos como estudantes nesta luta de corpo e alma porque, porque o Amapá era governado pelo Coronel Nunes com toda uma família que nos chamávamos oligarquia Nunes, era Nunes para todo o lado e então só eram beneficiados as pessoas que pertenciam ao grupo dos Nunes os outros eram considerados pessoas que estavam em segundo plano e naquela época aqui no Amapá o governo era uma pessoa de muita autoridade, ele era o executivo, o legislativo e o judiciário. Só tinha um promotor público aqui nomeado por ele, então: “se corresse o bicho pegava e se ficasse o bicho comia”, em função disso foi que nos pensamos em tirar os Nunes do Amapá e por um governo que emane do povo aonde ele venha nos escutar, o estudante era tratado aqui como um subordinado do governo, entendeu! E ai nos começamos a nos reunirmos, a trocar ideias essas coisas todas e então agente partiu para esse movimento, aquilo que eu falei que houve, por exemplo, reconheço que o Janary fez, e nas condições que ele fez, e ele valorizou muito a nossa luta porque ele era um político astuto e nos tivemos que redobrar nossos parcos conhecimentos de política da época para fazer esse

enfrentamento. Quando nos lançamos nosso primeiro candidato a deputado para disputar com o Janary Nunes para ver se agente chegava lá nos fizemos uma espécie de reunião entre os estudantes e nessa época participava o Antônio Pontes, o Celso Salé, o Messias, eu, o Nestlerino, o Adelbaldo, o Pachequinho, a turma da época né. Então agente resolveu fazer o seguinte: “vamos escolher entre nos estudantes um para sair candidato e nos seremos como multiplicadores, como filhos através de nossas famílias e tal, se agente não chegar nessa, na próxima a gente chega”. Aquela esperança de chegar a uma vitória contra o Janary. Então houve um congresso estudantil, só tinha estudantes secundaristas no Amapá, então era UECSA, União dos Estudantes Secundaristas do Amapá. Lá fora no Brasil, tinha a UBS, que era a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, a UNE que era a União Nacional, a UNETI que era a União dos Estudantes Técnicos Industriais, mas nos aqui estávamos em contato constante com eles, acompanhávamos todo o movimento nacional. Ai nos fomos para a Base Aérea do Amapá e foi colocado no papel assim enrolado e colocado num saco o nome de todos eles que estavam lá.

O Antônio Pontes naquela época ele já trabalhava no gabinete do Coronel Janary, ele era uma espécie de Oficial de Gabinete do Janary. Antônio Pontes, então ele como nosso colega ele era suspeito, ele era suspeito mas estava dentro do nosso movimento, então se havia algum que nos não queríamos que fosse candidato era o Antônio Pontes, e moral da historia quando foi tirado deu Antônio Pontes. Nossa palavra permanecia firme, ele renunciou lá os ideais dele com o Janary e abraçou a causa conosco e tivemos a primeira vitória com o Antônio Pontes, vindo desse movimento estudantil, ai que conseguimos ganhar uma eleição contra o Coronel Janary aqui no Amapá.

CV – Eu tenho uma curiosidade, não sei se o senhor lembra deveria ser muito novo, muito jovem quando o Janary chegou aqui, mas houve, nesse momento da chegada dele, houve conflito com pessoas que já viviam aqui, porque antes da implantação do Território você tem poderes mais localizados, ou seja você tem pessoas que tem um certo domínio, algum seringalista, pessoas que trabalhavam com a borracha, da castanha, do extrativismo. Houve um choque quando se estalou o governo do Território com as pessoas que estavam aqui ou ele conseguiu articular esses poderes em torno do governo.

JNHC – Sim, ele conseguiu articular sim, pelo seguinte: “nesse período de 43,44, do Capitão Janary, o Amapá não tinha praticamente nada, nos éramos um pedaço do Pará, e pela distancia que tinha do governo central do Estado do Pará, nos aqui estávamos praticamente esquecidos, longe de qualquer providencia, de qualquer medida”. Para você ter uma ideia o primeiro cartório que tivemos aqui era o Cartório Guimarães, lá no Bailique (ilha)...muitos

amapaenses foram registrados no Cartório Guimarães lá. Naquela época muitas pessoas vinham um busca de terras devolutas aqui no Amapá e veio muitos cearenses que tinham recursos lá e em busca de terras para criação de gado, essa coisa toda, ai eles vinham e ficavam na Caviana, Chaves ( ilhas) ai eles atravessavam para o Bailique e ai adentravam para o Amapá e foram fazer exploração de terras, outros já foram fazer a exploração do ouro no Calçoene e aqui onde se tornou a sede do Território era habitado mais por negros, né , sem nenhuma situação de vida, sem nenhuma esperança, sem escola, sem nada, essa coisa toda, e eu acho que a única coisa que o Janary teve dificuldade foi convencê-los a sair daqui do centro onde ele fez o centro administrativo e leva-los para o Laguinho (bairro). Tem a até música que fala disso ai:

“ao onde tu vai rapaz por esse caminho sozinho, eu vou fazer minha morada lá nos campos do Laguinho...”.

Ele enfrentou muito disso por que, porque os escravos, os negros, trazem isso no folclore deles, a igreja, os santos, e queriam ficar todos aqui no Formigueiro, perto da igreja, entendeu. Ai ele teve muito tato para resolver isso e quando ele chegou e verificou as necessidades básicas ai ele construiu o Barão do Rio Branco, que foi um dos primeiros colégios, o Hospital para atender, ai o povo foi verificando que ele veio com um beneficio muito grande e não tem porque fazer enfrentamento e pelo fato de serem descendentes de escravos e índios era só (risos), mas essa passagem ele passou tranquilamente.

Ele era amazônida, ele conhecia essa problemática toda e então ele teve muito trato de tratar disso ai sem briga. Esse foi o passo inicial dele aqui, foi começar sem conflito. A oposição que nos fizemos já veio muito depois do governo instalado, entendeu, ai nos já tínhamos o Colégio Amapaense, o J.M. da onde eu era, a Escola Técnica de Comércio, tínhamos o Instituto de Educação, que chamávamos Escola Normal, o Santana Riolli que era o Colégio das Freiras. O Janary foi um homem de visão a longo prazo. Ele criou a Escola Normal, a Escola Normal era para quê? Para formar as professoras do futuro. Muita gente que foi educado, se formou com professoras do Instituto de Educação, hoje é a UEAP, passou a ser Instituto de Educação, esses professores que se formaram, se formaram pela mão de quem? Da Ester Virgulino, no Professor Tostes, do Professor Benevides, a Aracy Mont'Alverne e assim sucessivamente que eles eram preparadíssimos que ele escolheu para fazer o educandário. Ai ele criou o que: lá no Amapá a Escola de Iniciação Agrícola para nos preparar para o enfrentamento da agricultura porque ninguém sabia disso lá.

A Escola Industrial aqui nos preparou para a vida dentro da cidade, porque eu me formei em marcenaria, mas tinha marcenaria, sapataria, tinha tornearia, mecânica, tinha fresa, fundição, alfaiataria e, você se formava ali e já tinha uma preparação para enfrentar o mercado

de trabalho que na época tinha muito trabalho, só não tinha mão de obra. Ai ele fez o IETA para formar as professoras para educar. Fez a Escola Domestica para formar as moças para as atividades domésticas essa coisa todinha. Ele foi um homem de visão, ele preparou essa coisa todinha para poder se levantar, ele não chegou chutando a bola para lá para cá, para fazer isso, isso, isso. Ele criou em cada município um Grupo Escolar e um Posto Médico, isso foi facilitando o trabalho dele porque foi carreando benefícios para a região né. Então esse foi o período do Janary, um período em que houve esse embate político ai em busca do aprimoramento da democracia, porque nos estudantes já estávamos deixando de ser um pessoal que...você me entendeu, quando ele dizia é aqui, o pessoal já estava olhando para o lado, o pessoal já estava querendo mudança desde lá.

CV – ? Então, nos queríamos que o senhor falasse do Golpe.

JNHC – De 64!

CV – ? É, de 64, com foi a situação de vocês?

JNHC – Então Gil...o Gil...Cabraia! Tu és da família Cabraia do Amapá?

CV – ? sim.

JNHC – Então...Valdemir Cabraia. Você conhece?

CV – ? Sim, era meu primo.

JNHC – Pois é ele estudou comigo na Escola Industrial, a irmã dele também estudo na Escola Doméstica. Então eu conheci muito o Espírito Santos, era a área que vocês moravam lá. Então o Espírito Santo era conhecido pelos festejos, negocio de São Sebastião e as pessoas iam para lá, namorarem e procurarem uma mulher para se casarem e lá os Cabraias eram as mulheres mais solicitadas pela beleza, então veja bem o seguinte, nos viemos com esse movimento até 1961 quando Jânio Quadros foi presidente que durou só seis meses e Jânio Quadros renunciou e nesta época é que veio o José Francisco de Moura Cavalcante para cá. Eu estava nessa campanha da UECSA para...a transmissão do governo e quando José Cavalcante fez o discurso de posse dele eu foi o orador da turma dos insatisfeitos e isso foi em 1961. Ele escutou muito bem que eu falei, o porquê nos acompanhamos Jânio Quadros, então o governador do território era o Pauxi Nunes, irmão do Janary Nunes, então o Pauxi entregou o cargo para o Doutor João Teles que era o secretário geral e foi para o Rio de Janeiro, quem já passou o cargo já foi o Doutor João Teles. Ai eu fiz uma explanação para o José Cavalcante do que era o Amapá ai ele me convidou para trabalhar no gabinete dele, na época eu já era servidor publico e passei a ser uma espécie de consultor. Ele me consultava, mas na época nos tínhamos no gabinete pessoas antigas, pioneiras, experimentadas como o Francisco Torquato, pai do



Nilson Montoril, nos tínhamos várias que pessoa lá que tinham... e eu então me apresentei para ele e disse:- “Eu sou muito novo para falar da história do Amapá, mas aqui está o senhor Francisco Torquato que está aqui desde a criação do território e está o senhor Fulano, Sicrano e Beltrano”. Esse pessoal que presta uma espécie de assessoria para consulta e assim houve varias mudanças que decorreram no governo de José Cavalcante, como durou só durou seis meses, o Jango renunciou, ele retornou para o Recife de volta ai ele fez um convite para eu estudar para fazer a Escola Técnica José Agamenon Magalhães, porque eu tinha feito uma escola de iniciação técnica, G.M. Ai eu fui para Recife em 1961 com uma bolsa de estudo, cujo contrato inicial eu tenho aqui.

Então quando eu cheguei em Recife foi na época do morte do avó do falecido Eduardo Campos, o José Arraes, ele era uma liderança das Ligas Camponesas, da reforma agrária, dessa coisa toda, ele tinha sido eleito prefeito de Recife, e nessa época no bojo de tudo isso as Ligas Camponesas havia copiado ideias de determinados países então todo mundo falava que as Ligas Camponesas eram ideias comunistas estavam aqui no Brasil e pregavam a divisão de terras para todo mundo, que não deixa de ser a nossa reforma agrária no regime democrático. Naquela época era mais uma imposição, e eu me envolvi...participei de vários congressos políticos da UBES, principalmente da UNED, da Escola Técnica Industrial Agamenon Magalhães onde me formei e depois eu fui para o Rio de Janeiro e lá eu frequentei a Escola de Administração Pública da Fundação Getulio Vargas, me formei em administração, e então quando eu vim de lá com o canudo e o Diário Oficial, porque eu tinha uma bolsa de estudos do governo e eu tinha que me formar e voltar para trabalhar no Território, e eu tô aqui até hoje.

CV – Era curso técnico ou superior?

JNHC – Era curso técnico industrial, depois eu fui para a administração pública era no Rio de Janeiro, na IBAP, Escola Brasileira de Administração Pública. Nos, bolsistas, depois de formados seríamos aproveitados na administração pública, o Nestlerino Valente passou, o Pachequinho passou, o Antônio Pontes passou.

CV – Ela era superior?

JNHC – Sim ela era superior, principalmente para o pessoal da Escola Superior de Guerra.

CV – Ha... o Nestlerino falou.

JNHC – Ele também passou por lá e eu também, então nos vinhamos de lá aplicar os nossos conhecimentos aqui no Território. Ai o Jânio renunciou, começou ai no Brasil uma espécie de política intervencionista dos Estados Unidos. Por que, porque nos tínhamos um sujeito que ficou com o legado do Getúlio Vargas, chamado João Gular, presidente Jango. O

Presidente Jango que pouca gente conhece, ele foi o único político candidato a vice da republica que teve mais votos do que o presidente, ele teve mais votos que o Juscelino. Então o Jango era um populista e o Getulio Vargas desde a época da 2ª guerra o Getulio Vargas, desde a 2ª Guerra, copiou muito o Partido Trabalhista Inglês, e o Jango com o desaparecimento do Getulio, Jango herdeiro político, era ministro do trabalho dele, começou a seguir os passos deixados por ele.

E isso então, os norte-americanos consideravam uma ameaça para eles uma ameaça a democracia porque ele era um populista e qualquer medida que ele tomasse o povo apoiava e isso era uma ameaça, não a democracia mas aos interesses americanos. Os americanos tinham interesses aqui no Brasil e tinham assim um governo que eles dominavam. Então nessa época o Jango começou a fazer as reformas de base, e nesse período em que eu estava aqui no Amapá,

Eu, filiado ao PTB desde 58, na minha história, vou dizer para vocês o seguinte: eu me filiei ao PTB em 1958 e só larguei o PTB em 1964 porque foi preso e demitido, essa coisa toda, e ficou o bipartidarismo eu fiquei escorado no MDB. Com abertura política eu voltei ao meu partido, o PTB, onde eu estou até hoje, ou seja, da fundação PTB até aqui no Amapá em 1943, o Janary não deixou criar aqui em Macapá, por isso ele foi criado no Município do Amapá... Foi ele foi feito lá, porque aqui não foi possível, foi de lá que veio, de lá para cá eu sou o único vivo que permanece no PTB, conhece a historia do PTB em minha mão.

CV – O seu Alfredo saiu do PTB?

JNHC - O Alfredo, sem duvida nenhuma ele foi Ulisses Guimarães o cavaleiro da democracia, o Alfredo também o foi para o Amapá na política, sem duvida ele sempre foi uma pessoa reservada não gostava de aparecer. Ele está com 90 e poucos anos e costume visitá-lo, eu gostaria de ter pelos menos dez por cento do poder da pena que ele tem. Então o PTB nessa época do Jango era a galinha dos ovos de ouro, então o partido explodiu, era muita gente, como o PTB era o partido de sustentação do Jango, que isso me custou caro, naquela época nos estávamos plantando os sindicatos. Fomos criando os sindicatos devagar para dar sustentação política. Naquela época de dizia que havia os poderes executivo, legislativo, judiciário, os militares e, a quinta potencia eram os estudantes. A sexta potencia que estávamos criando eram os sindicatos.

A CIA já estava dentro do país informando, ninguém podia fazer nada que tudo era comunista. Quando estourou a revolução de 64 todos fomos apanhados. Acusaram o Jango de comunista porque ele foi a todos os países comunistas e até a Inglaterra que não tinha nada haver. O Jango tirou essa passagem do Juscelino, o Jango passou a negocia com a Inglaterra, em libras esterlinas, tirando o Brasil do poder dos Americanos, e isso foi o suficiente para

considerem o Jango comunista, jogaram uma tarrafa e pegaram todos, para punirem de acordo com o regime.

O Janary de novo na história, ele mandou um cidadão para cá chamado Terêncio Porto. Esperava-se uma volta do Jango do Uruguai. O Militar Terêncio, Jango volta ou não volta, nos estudantes fomos cobrar do Terêncio o posicionamento deles. O Janary passou um telegrama para o Terêncio: “mantenha posição ate a volta do Presidente Jango”. E nos estudante formamos uma comissão e fomos lá com o Terêncio. O Aroldo Franco o Salé. E fomos lá. “governado como é que é”. Ele disse que tudo bem. O golpe ocorreu e o Terencio mandou nos perder e comunicou aos militares: “todos os comunistas estão preso”, inclusive eu que fiquei aqui no porão do Museu Joaquim Caetano. E saiu um ato institucional um pior que o outro, ficou difícil provar. Fomos vitimas de uma cilada do Terencio. O Bispo Dom Aristides Pirovano apoiava os estudantes e muitos de nos homiziamos na Prelazia: “eu, o Amaury, Alfredo, a Deusolina, o Wilson Carvalho, o finado Cicero Bordalo e nos fomos nos esconder lá né dos militares que nos procuravam para prender”. O Bispo era corajoso e enfrentou a parada e juntamente havia padres que participavam do movimento: Padre Caetano Maielo, Antônio Coco, Jorge Basile.

Eu participava da JOC, Juventude Operária Católica, que teve um trabalho no Amapá de denominar o nome dos bairros de Macapá. Nessa época só chamavam Igarapé e foi mudado para Perpetuo Socorro e no Beiril surgiu o Santa Inês. A JOC passou a fazer o enfrentamento e diziam os militares diziam que os padre eram brancos por fora e vermelhos por dentro. Então fomos presos e veio para cá uma Comissão Sumária e passou a fazer interrogatórios de todas as pessoas que tinham sido presas ou informadas pelo SNI ou suspeito de serem contra os interesses da Revolução.

CV – Foi no governo Terêncio?

JCHC – Sim foi no governo Terencio! Depois dele que veio o Luis Mendes.

CV – Como foi sua prisão? Teve tortura? Quanto tempo o senhor ficou preso?

JCHC – isso foi um pouco mais para frente.

JCHC – Ai o General Luiz Mendes foi nomeado governador, antes de tomar posse pernoitou em Belém e lá o Dom Aristides Pirovano, o Alfredo, a Deusolina e o Cicero Bordalo, conversaram com ele explicando tudo o que havia ocorrido e que não havia comunistas aqui no Amapá e que o Terencio querendo se justificar prendeu todo mundo. O General Luiz Mendes, indignado com Terencio, por não ter sido um militar correto e se comprometeu em libertar todos. O pessoal preso na Fortaleza de São José estavam todos fracos nem podiam ficar de pé, todos estavam fracos.

CV - No Museu Joaquim Caetano?

JCHC – Sim!

CV – O senhor lembra-se de outras pessoas foram presas com o senhor?

JCHC – a sim por nome não me lembro, mais havia uma senhora que vendia livros e foi acusada de entregar livros comunistas.

CV – Quantas pessoas foram presas aqui juntamente com o senhor?

JCHC – aproximadamente dezoito pessoas, confinadas em um só ambiente e éramos jogados assim, presos incomunicáveis. A nossa alimentação vinha lá do antigo presídio, o Beírol. Era resto de comida que eles colocavam assim em uma bandeja e depois das dezoito horas eles empurravam e diziam: “olha aqui seus filhos da P, podem comer, a manhã nos passaremos aqui e vamos ver que gosto tem a comida e vamos ver quantos estão vivos”. E nos não comíamos a comida. Ninguém comia. Certo dia chegou um pedaço de pão e um bilhete, foi obrigado a ler porque já tinha apanhado.

CV – Quando o senhor foi preso foi torturado?

JCHC – Minha filha quem foi preso nesta época e diz que não apanhou é mentiroso!

CV - O senhor sabe que das pessoas que nos entrevistamos o senhor é o primeiro que fala que foi torturado.

JCHC – Muitos...até por vergonha...mas no caso desse do pão, ai eu fui ler o bilhete. Não era letra da minha mulher! – “meu bem, morra! mas não abra o bico”. Então eles disseram: o que o senhor acha disso! – “meu amigo não posso dizer nada, a letra não é da minha mulher”. Ninguém podia dizer que conhecia o Brizola senão apanhava.

CV – O senhor conheceu o “CHAGUINHA”?

JNHC – Sim, ele era lá do Cunanim. Ele fez parte do movimento junto do Capi.

JNHC – Fiquei preso, e a Comissão era formada pelo Capitão de Corveta Luiz Gonzaga Vale, Coronel Gerson Goês, Capitão de Exército José Artagomis e o Coronel Adalvaro Cavalcante. Você era chamado e lhe era dado um papel e dito: “preste a atenção no que você vai responder caso contrario o negocio vai ficar feio”. E perguntavam daqui e dali e nada sabendo era aplicado umas bolachadas e depois solto.

Quando eu sai daqui dez da noite eu sai com a mão quebrada e a costela quebrada e nessa condição foi assinar o Alvará de libertação na condição de preso domiciliar em frente ao Capitão José Artagomis. Ai eu tive que sair fedendo a merda e a urina, porque não tinha banheiro.

CV – houve gente que ficou menos tempo?

JNHC – Cada caso era um caso, eu no meu caso me perguntei por quê? Muitos se perguntavam! Ficamos como leprosos. Nem nossos parentes iam a nossas casas com medo de serem presos também e torturados.

CV – O senhor sabe se alguns desses torturadores estão vivos?

JNHC – Olha nos tínhamos aqui no Amapá os “cabeças”, a Comissão Sumária, Oficiais do Exército, gente que nos sumariavam, mas torturadores eram gente daqui mesmo. Olha essa declaração: “Eu Antonio Lino do Carmo, servidor público civil aposentado da SEGUP, declaro que estando de serviço na Divisão de Segurança e Guarda do Antigo Território Federal do Amapá, no mês de janeiro de 1968, cumprindo ordem superior do Capitão de Corveta Luiz Gonzaga Vale, Diretor da Divisão, conduzir a cela do subterrâneo do Museu Joaquim Caetano da Silva, o preso Josias Nogueira Hagem Cardoso, preso incomunicável até segunda ordem da Autoridade. Quem foi meu torturador foi ele!

CV – Como é o nome dele?

JNHC- Antonio Lino do Carmo! Sob as ordens do Capitão Luiz Gonzaga.

CV – desses torturadores há alguém vivo?

JNHC – Não sei...aqui não. Veja no caso do Antonio Lino, eu encontrei com ele e disse: “olha eu preciso de uma declaração, não vou dizer que você me torturou, só precisa dizer que você me conduziu”.

CV – Quando ele deu essa declaração?

JNHC – em 10 de julho de 2013, quando tudo passado.

CV- foi nessa época que o senhor perdeu o emprego?

JNHC – Sim, logo que eu sai preso, a minha mulher grávida, ai eu morava na Raimundo Álvares da Casa, eu tinha adquirido uma casa através do IPASE. Ao chegar a casa eu recebi o aviso que tinha que deixar a casa em 48h com a família. Olha isso aqui: “Cumprimentando vossa senhoria encaminho comprovante e residência, motivação exclusivamente política, membro da UNE, membro da JOC que foi reprimida e extinta no Amapá, junto a Dom Aristides Pirovano, Padre Jorge Basile e outros. Participei da fundação dos movimentos sindicais e dos movimentos pro Jango com alvo das perseguições políticas. Tudo que eu declaro aqui o SNI já sabia, fomos acusados de atividades subversivas, com exceção dos religiosos, fomos sumariados pelos militares acusados de atividades subversivas e comunistas pelas pessoas dos Capitães de Corveta Luiz Gonzaga Vale, Coronel Gerson Goês, Capitão de Exército José Artagomis e o Coronel Adalvaro Cavalcante culminando com a prisão de quase todos na Fortaleza de São José de Macapá e porão do Museu Joaquim Caetano de Souza. *Com o Ato Institucional nº5 era assim: “não fui com sua cara! E por isso muitos foram demitidos”.* O A15

*era tão violento que o eles chegavam: não fui com a tua casa e estava condenado a morte. E pior que nenhum advogado queria nos defender. Com o AI5 suspendeu-se as garantias...lapso temporal de prisão, perseguição. Prisão por 10 dias no porão do Museu Joaquim Caetano da Silva, suspensão por 60 dias em pleno cumprimento de licença concedida pelo Serviço Público Federal, demissão após a licença saúde. Devolução imediata da casa que ocupava adquirida pelo IPASE, face a demissão do serviço publico, eles me demitiram e mandaram desocupar a casa. Desemprego e sequelas de ser taxando de pessoa nociva a sociedade.*

A DOPS era a ordem de investigação repressor. Eles não deixaram documentações, tocavam fogo em tudo, eles tocavam fogo em quase tudo. Os militares deram fim. E oportuno informar pessoas que juntamente comigo foram vitimas do regime militar: a professora Deusolina Sales Farias, já falecida, professor Amaury Farias, já falecido, professor Antônio Lima Neto, já falecido, professor Adonias, Presidentes Sindicais: Raimundo Pereira Duarte, Altino Naziazeno, já falecido, Jorge Padeiro, já falecido e Tenente José Alves Pessoa, este foi anistiado, mas não devolveram sua cidadania, Tenente Pessoa. Líderes estudantis: Aroldo Pantoja Franco, Antônio Cordeiro Pontes, Isnard Lima, Hermino Gurgel, Walter Pacheco, Messias Tavares, Carlos Montorio, José Ribamar Fernandes Monteiro, que é o Ribamar dali. Senhor secretario e isso que eu que tenho a informar.

Quando eu sai “escangalhado” da saúde daqui eu foi ao Hospital Geral e foi encaminhado para Belém para ir a junta médica federal que era feita lá e foi concedida uma licença por 60 dias, eu estava com distúrbio neuro vegetativo, em decorrência da prisão. O Coronel Gerson foi lá atrás de mim, e chegou e disse que eu era preso e não poderia ter saído do Amapá. Recusei-me a voltar e ele disse que iria me demitir. Primeiro ele me suspendeu por 60 dias, o mesmo prazo que a junta me deu lá. E como a junta me deu mais 15 dias e ele aplicou o AI 5.

CV – Como era o nome dele?

JNHC – Gerson de Araujo Goês, diante dessa situação, nenhum advogado queria nos defender. Ele era cunhado do Governado Ivanhoé, um secretário que o substituíra quando ele se ausentava.

CV – o senhor foi demitido no governo Ivanhoé?

JNHC – sim, em 1968 com o AI 5, então o Gerson me demitiu e aqui foi feito de todos nos presos. Em uma ficha encaminhada para o SNI, a época o chefe o General Figueiredo, minha ficha dizia: “pessoa de alta periculosidade, nocivo a sociedade, considerado morto para a sociedade”. Todos nos ficamos nessa situação.

Então, saiu a Medida Provisória em 2.151, de 31 de maio de 2001, que criou o regime dos anistiados políticos, e eu pedi a anistia política. Cumpri tudo o que estava aqui...os demitidos sendo funcionários públicos seriam readmitidos com todas as vantagens etc.

A minha anistia não cumpriu toda a lei, eles me deixaram de fora da readmissão. Estou em uma batalha. A CNV em Brasília sabe disso, não tivemos de volta a nossa cidadania.

CV- como o senhor foi viver após 68?

JNHC - Eu me empregava e pouco tempo depois chegava à Empresa, chegava um comunicado de que naquele lugar havia uma pessoa comunista. Foi obrigado a ir para Caiena para sobreviver, trabalhei com pescador, ajudante de carpinteiro etc. e fique lá até 1972. Foi anistiado, convocado a ir ao Ministério da Justiça para receber minha Portaria. Tenho muitos documentos importantes, eu passei 43 nos tentado anistia. A minha vida toda sumariada para chegar nesta anistia. A dificuldade de ser anistiado é comprovar os fatos. Aqui no Amapá, tá faltando aqui no um Amapá o arquivo público da nossa historia. Cheguei ao ouvir: “ O que o Capitão de Corveta Raimundo Vales vai sair daqui do Rio de Janeiro para te prender no Amapá, só tem índio lá”. Não tinha nada desses caras no Amapá.

Este é o coronel Aduato, esta é a foto dele. Esse aqui foi meu algoz, o Capitão de Corveta Luiz de Gonzaga Vaz, *exibe fotografia*, é o que mandava me baixar a “porrada”. Você não apanhava todo dia era somente no interrogatório. Torturavam agente aqui e a outros colocavam em um carro e levavam para fora, isto aconteceu muito.

A tortura era psicológica e com o decorrer do tempo as coisas foram aclaradas. Nesse período em que eu tive que provar que foi vitima, eu tenho uma declaração importante. O Nilson Montoril me deu uma declaração e foi o único que tem material da nossa história. Ele teve que declarar, me deu fotografias, documentos para eu mostrar junto à comissão do que eram realmente essas pessoas. Aqui eu digo que eles não nos deram nenhum documento declarando: “eu te maltratei! Eu te fiz isso.

CV – como foram essas torturas?

JNHC – Aqui no Amapá houve muito gente que foi torturada e depois não falou que foi torturada. A tortura foi feita sigilosamente e não ficava quase rastro de nada. Eles metiam a pessoa em um macacão de borracha e levavam aqui para o km 9 da BR 156, que chamavam lá Pau de Arara, e espocavam o cara de porrada porque não deixavam marcas e ficava todo quebrado.

CV – O senhor conhece alguém que viveu essa prática de tortura?

JNHC – Eu ouvir falar mas não vi essas coisas. Gente falou nessa época aqui, mesmo que havia sido torturado ao falar com outro não falava o que havia acontecido.

CV – Interessante esse silêncio!

JNHC – Era um terrorismo que te amedrontava.

CV – Com o senhor, o que aconteceu exatamente?

JNHC – Quando eu foi chamado a uma sala, onde estava o finado José Maria Franco, com uma máquina de datilografia, ele me foi fazendo as perguntas, as quais eu hoje eu não me lembro quais são! E ele foi “ticando” aquelas perguntas. Ai depois de terminar descia o cara lá e perguntavam: “vem cá, porque não respondeste as perguntas? Mas eu não sei! Ai era palmatória, borracha, pancada.

CV – O senhor apanhava então no rosto.

JNHC – Eles batiam em qualquer lugar do corpo.

CV – Com o quê eles batiam?

JNHC – com umas borrachas cumpridas, cheias de areia, que você dobrava e elas não quebravam, mas facilitava baterem sem deixar marcas roxas, mas quebrava você por dentro. Palmatória, tinha a palmatória que me deram umas palmatoadas, que quebraram a minha mão - *exibe a palma da mão direita*.

CV – Quebraram a sua mão?

JNHC - foi, isto tem na Comissão de Anistia. Me quebraram as costelas, esse cara me bateu e eu cai no chão, chutaram, chutaram. Mas eu não cheguei a ser torturado violentamente como foi o caso daquele pessoal de São Paulo. Passa a tecer comentários sobre o congresso dos estudantes em Ibiúna.

JNHC – comparadas com as de São Paulo as torturas aqui foram brandíssimas. Os torturadores da revolução de 64 vieram das Filipinas, do Vietnã e Panamá e uma série de outros lugares pronto para fazer vomitar o que você não sabia. Tudo feito pelo SNI e pelo Governo da revolução. No Araguaia eu tive uma passagem de três meses.

CV – O senhor esteve no Araguaia?

JNHC - Estive no Araguaia por três meses, eu uma série de estudantes aqui do Amapá, inclusive houve um daqui do Amapá que morreu... o Cabral. Na ocasião fui em busca de emprego a Belém e junto de alguns filhos de militares fomos, “sem lenço e sem documento para lá”, para o treinamento onde estava o Genuíno. E começamos o enfrentamento com o exercito. O exercito abrandava porque tinha havia muitos filhos de militares lá dentro. Tinham que saber que era quem. Na Operação Marajoara o governo fechou o cerco, eu estava lá recentemente apenas três meses - *exibe fotos e diz que eram do arquivo do Curió*.

CV – O que o senhor fez exatamente no Araguaia?



JNHC – todos nós estávamos punidos e queríamos de volta os nossos direitos políticos. Nossa luta era contra o regime militar. E aí vem a grande interrogação! Os militares diziam que todos nós éramos comunistas. Nós não éramos comunistas e sim contra o regime militar como foi o Ulisses Guimarães e outras autoridades, porque quando começou o regime militar a chamar o povo e todo mundo ficou com medo do Brasil se tornar um país comunista. Patrocinados pelos norte-americanos fizeram o povo acreditar e não houve democracia e nem comunismo. Nós, os estudantes, queríamos de volta os nossos direitos.

CV – Então o senhor foi contribuir com a guerrilha!

JNHC – Não fui para o treinamento! eu fui mais no “oba oba”, fomos para ver como era.

CV – Conte-nos mais sobre a Guerrilha!

JNHC – Quando eu cheguei fizemos um grupo de quarenta e ficamos homiziados entre Couto Magalhães, na região do Tocantins. O major Curió comandava os mateiros, cooptava os moradores e reprimia quem não colaborasse com os militares. Eles colaboravam mais com a gente que estávamos lá por essa bobagem. Muita gente apanhou ou perdeu a vida por não colaborar. Dos quarenta que fomos capturados, ele se refere: “Só adolescentes que integravam a guerrilha foram poupados como no caso do Josias, apelido Jonas, com 17 anos”. Na guerrilha tínhamos outro nome, o meu era JONAS e quando apanhados quem tinha 40 anos passa para 17, 17 passava para 28 anos e sim vice e versa... . Informativo: “foram detidos, na Base de Macaba, no KM 68 documentos datilografados do Comando Militar da Amazônia, de 03 de outubro de 1975, assinado pelo Capitão Sergio Renque, diz que JOSIAS ficou três meses na mata com os guerrilheiros, sendo posteriormente preso pelo mateiro Constâncio e poupado devido a sua idade.

Veja bem, nos éramos 40, por exemplo: pegavam os 40 e encostavam na parede: “mão para cima, vira de frente - que és tu?. E diziam: “Sabe por que tu vai morrer...sim eu vou morrer por um ideal. Davam um tapa e diziam: “sai daqui safado...tu não vai morrer. Botavam em um Jeep e deixavam em Macaba. Assim como eu muitos foram poupados ...suspeitavam que nos fossemos filhos de militares. Desses 40 eu não sei quem escapou.

CV – Daqui de Macapá, era só o senhor?

JNHC – Tinha eu e mais um rapaz que era médico chamado Áureo Farias, mas ele veio embora.

CV – O senhor conheceu o Babá? O que foi presidente do Banap.

JNHC – esse eu não sei. Havia vários grupos e agente nem se conhecia. Quando prenderam esses quarenta eles diziam: “eles foram para Brasília...e a gente já sabia que

morreram. O Curió já disse isso todinho e o Lula não quis abrir essa caixa preta. O Curió fez o depoimento espontaneamente. Um desses quarentas, que foram presos, eles amarraram uma corda no pescoço e suspenderam o cara no helicóptero e quando baixaram ele estava morto. E o que foi que eles fizeram! Cortaram a cabeça dele e levaram para Xambioá para mostrar para o pessoal de lá que a liderança estava morta.

CV: o senhor participou da guerrilha?

JNHC - Todos que foram para lá foram com esse objetivo, mas eu não treinei não.

CV: como era o treinamento?

JNHC – Não houve treinamento e não tínhamos armas. O pessoal de lá estavam morrendo era mesmo de fome e de doença.

CV – Nesses três meses o que o senhor viu?

JNHC - Andávamos pela selva roubando gado dos outros.

CV – Porque o senhor saiu de lá e ficou só três meses?

JNHC - O mateiro nos encontrou no mato e nos entregou os militares botaram quente em cima dele e ele nos entregou...o capitão Renque nos mandou para lá e para cá. A gente foi ver mais tarde que tudo foi uma bobagem e que não tinham uma “baladeira” para enfrentar eles. Os militares com aquelas bandeirantes, aeronave, lotadas lotada com dez, quinze soldados armados lá dentro. Houve grupos separados no caso do Genuíno, que dizem que eram perigosos.

Fiquei com o pessoal de Belém, inclusive a filha do comandante da Oitava Região Militar ai o negocio foi mais brando. Ai o que acontecia, eles pegavam o pessoal e botava em um búfalo da FAB e eu quando eu tive em Brasília, nesta época descobriram cemitérios em São Paulo, muita gente ai nunca vão achar por que levavam eles em um voo e sobre o oceano. Mandavam a pessoa sentar próximo e diziam fala isso e isso senão! E eles não voltaram. Nos tínhamos pessoas dentro do exército que nos informavam e alertavam das estratégias. O próprio Major Curió já informou e também o Exército que o procedimento era esse mesmo. O movimento fracassou por falta de condições. A Amazônia é inóspita e a região do Araguaia tinha muito fazendeiro e isso não deu em nada. Percebemos que aquilo era uma luta infrutífera... não tinha como enfrentar ...Há outro meios para resolver isso.

Eu, no Ministério da Justiça, falei do valor da democracia, do sabor do sangue, do suor de muitos que morreram em defesa da democracia. É como a historia da formiga, fizemos a nossa parte. Quem era que estava nesta época: Fernando Henrique Cardoso, José Dirceu, Zé Serra, Dilma Rouseff, pessoas que estão no governo. Se me perguntassem se faria de novo, sim eu faria.

O presidente LULA assumiu quando o governo estava manso. Mais esse pessoal que participou, a DILMA foi a cabeça. Nossa luta era contra a ditadura. Quando você chega no governo vê que é difícil fazer.

CV – o senhor sofreu perseguições por ser um petebista, não é?

JNHC – Todos que participaram dos movimentos estudantis e depois verificaram que todos que participaram dos congressos lá fora foram punidos.

CV – Queria entender melhor a questão dos petebistas no Amapá. Foram grupos bem atuantes, depois de 64?

JNHC – A ciência de governar, enfrentando uma oposição, exige muito de quem vai governar. Sem dúvida a presença do General Luiz Mendes no Amapá contribuiu para que houvesse um esmaecimento dessa situação toda. Ele pegou a mim, pegou ao Amaury, o Alfredo e disse: “você vão trabalhar comigo! Foi trabalhar no Gabinete. Foi Superintendente dos Serviços Industrial, responsável pelo fornecimento de materiais para todas as obras do governo. Ele levou o nome esse pessoal todo para Brasília e ao voltar disse: “aqui está a nomeação de vocês como servidores públicos”. Nos éramos contra a revolução e com a presença de Luiz Mendes ficamos a favor dele e quites com a historia.

Com a posse de General Ivanhoé ele mexeu com tudo que estava esquecido e fomos todos presos e demitidos novamente. Ele era muito militar e achava que Luiz Mendes foi muito brando.

No governo de Luiz Mendes houve prisões por corrupção ele foi apurar os fatos. Mandava fazer uma sindicância, inquérito, prisão política mesmo eu não me lembro. Ele era muito enérgico, brabo, era espírita. Administrava exigindo muito.

Conta o caso da Empresa Amapá Progresso.

Conta o caso do Mercado de Peixe, próximo ao Mercado Central, envolvendo o Prefeito Reneé de Azevedo Limounche.

Comenta o caso do Tenente Luiz Alves Pessoa.

JNHC- houve gente que foi presa, logo em que os militares chegaram em 64 e cercaram a cidade. Haviam uma casa chamada Grupo dos Onze onde o Paulinho e outros rapazes se reunião. Comenta-se que outros foram punidos.

Os militares faziam terrorismo por ai. O “engasga e engasga”, foi quando responsabilizaram o “PERIQUITO”, Raimundo Pereira Duarte, e ele foi perseguido e preso, ele não tinha nada haver. Quando ele foi à comissão sumária, foram prender ele no Mazagão, e dentre as autoridades havia um certo Almirante que disse ao “PERIQUITO”: “eu sou o contra almirante e o senhor”. “PERIQUITO”, o senhor é só contra almirante! eu sou contra todos esses

filhas da P. Eu foi preso na Barbearia Afuá, aqui no Mercado Central, tinha cortado só um lado do cabelo. A Comissão Sindicante funcionava no G.M.

O meu processo, em 2014, foi para o Gabinete do Ministro da Justiça para ver como é que fica. Eles me deram anistia política e deram uma reparação vitalícia no valor de R\$ 2.707,00. (Dois mil e setecentos e sete reais) e o valor de R\$310.887,47( trezentos e dez mil, oitocentos e oitenta e sete reais e quarenta e sete centavos), referente a reparação econômica a título de proventos. Quanto à readmissão no serviço público eu ainda estou na luta.

CV – ficaram muitos traumas desse período?

JNHC – Eu lutei muito para criar e educar meus filhos. O melhor período da minha vida eu não pude aproveitar. Certa vez disse a uma autoridade, governado Waldez, que ele deveria agradecer a mim por ele está como governador. O que me toca e que não nos valorizam. Posso dizer que eu não sofri nada ao passo que outros pagaram com a vida. Buscando minha anistia passei 43 anos: “consegui a anistia, contudo, não consegui minha cidadania”. Face os problemas de saúde pelos quais eu passo os quatro milhões de reais que o governo do Estado do Amapá pagou pelo samba de enredo da Beija Flor é mais importante que minha vida.



**Grupo Responsável:** Comissão Estadual da Verdade do Amapá

**Tema:** Ditadura Militar

**Depoente:** Nestlerino dos Santos Valente

**Duração do depoimento:**

**Dia:** 28/08/2014

**Transcrição:** Paulo Cabral Filho

**NESTRELINO VALENTE:** Nascido em Santana, mais precisamente na localidade de Padre Inácio, casado com dona Regina Valente, pai de quatro filhos, considerado um perturbador da ordem na época que era líder estudantil e quando participar de algumas entidades estudantil.

Relata que quando era considerado perturbador da ordem, era líder estudantil muito respeitado pelos colegas, período que ainda estava estudando 2ª gral, quando se deu a “revolução de março”, eu me encontrava morando em Belo horizonte – MG e que muitos de meus colegas que moravam em Macapá foram presos por pensar diferentes, por quererem um Amapá melhor, em fim, por quererem que as juventudes participassem do processo político administrativo do governo daquela época.

**C.V: Antes de ir para Belo Horizonte, você militava aqui, quem fazia parte dessa militância?**

Eu fui presidente do grêmio **Rui Barbosa**, concorri a presidência da **UECSA**, aonde eu perdi as eleições, mas a época no colégio Amapaense tinha algumas figuras que gosto de lembrar e me dar até uma crise de risos, eram pessoas que eu respeitava muito, como: **José Ribeiro** que era um guarda territorial envolvido em um processo de político estudantil, **Messias Tavares**, **Esnar Lima**, **José Figueiredo de Souza**, **Raimundo de Souza de Oliveira** o irmão dele **Francisco de Souza de Oliveira**, foi promotor público, Juiz aqui e que faleceu por vítima de suicídio e tantos e outros nomes importante da política estudantil, só que se dividiam em duas correntes, uma dos subversivo comunistas e a outra daqueles que faziam apenas a política

estudantil, uma espécie de atividade social, para a congregar a classe estudantil para participar desses movimentos sociais todos, menos o político e a gente participava de um grupo mais político, mais politizados.

**C.V: Esses nomes que você citou, participou de qual corrente?**

**Nestrelino Valente:** Bom, o **Messias Tavares, Esnar Lima, Nestrelino Valente, José Ribeiro**, e outros que não me recordo agora, faziam parte da corrente dito na época subversiva, que o próprio governador e disse que era subversiva e que na época era chamado de teresporto e me classificou assim esses erra da corrente subversiva, e os outros eram da direita que era liderado professor **José Figueiredo de Souza**, e ainda tinha outros que pesavam mais do envolvimento políticos com mais estatos de alta responsabilidade nesse contesto, como o próprio professor Edézio que se comportava assim, Haroldo Franco, outro que veio depois de um seminário e que não chegou a ser padre, muito inteligente chamado Lapésio, outro com nome muito parecido Olopésio, os outros eram estudantes que seguiam nosso movimento.

**C.V: Como em Macapá todos se conheciam, como o governo chamou os pais desses envolvidos nesses movimentos?**

**Nestrelino Valente:** Sim, eu era desempregado justamente por causa desse posicionamento, e quando meu pai procurava autoridades para tentava me colocar, e como todo mundo queria ser funcionário territorial ou municipal, ai eles questionavam, ” sabe aquele seu filho barulhento subversivo”, tinha um porém ai muito especial, eu também tinha uma validade comigo mesmo, eu fui bi – campeão de oratória científica, ganhei dois concursos, e no jornal da oposição do qual eu participava e escrevia liderado pelo o Srº Alfredo Távora na Folha do Povo e uma vez o Sócio Srº. Alfredo Távora fez uma crítica, dizendo que além de ter falado bem ele gritou mais que os outros (...), nesses campeonatos de oratória todos participavam mas tinha que ter uma liderança porque muitos desses estavam ligado ao governo como servidor público, funcionário público que virou parecer, mas eu poderia estar desempregado, então por isso eu aparecia, tinha essa liderança que acabou com minha viagem para belo horizonte aonde passei a viver no anonimato, mas mesmo assim eu fui identificado por uma situação muito pitoresca, porque eu estava sendo consultado por um médico do centro acadêmico por falta de dinheiro, e lá eu fui preso nu, por isso que eu falo que é pitoresco, porque o médico estava me examinando quando o Dops chegou e me prendeu lá, a partir disto eu fui registrado como comunista embora que naquele exato momento eu estava cuidando da minha saúde, como o Dops classificou, eu passei a participar de todos os processos políticos de Belo Horizonte inclusive, o diretório acadêmico, eu fui o tempo todo representante de turma, só que naquela época não era muito fácil para a polícia federal nos identificar.

**C.V: Qual era a Instituição em Belo Horizonte?**

**Nestrelino Valente:** Eu era da Escola de Ciências Econômicas aonde funcionavam três curso: Economia, Administração Pública e Privada e Sociologia, era Instituição Federal, mas aqui do Amapá exatamente eu fui orientado em Belo Horizonte porque já tinha colegas nossos militando na política estudantil e de projeção como Valter da Silva Pacheco e foi projetado lá como líder estudantil, foi preso, não no dia da revolução, mas porque ele estava em um congresso em Manaus, mas avisaram para ele ir embora, mas embora a comunicação naquela época não fosse muito fácil foi comunicado que ele estava sendo procurado para ser preso, depois ele espontaneamente compareceu, foi em Juiz de Fora, compareceu na ITER 4 e prestou seu depoimento, só que nunca acreditavam no que nós dizíamos.

**C.V: Vocês amapaenses moravam juntos lá ou apenas se encontravam apenas?**

**Nestrelino Valente:** O Valter Pacheco era líder estudantil do diretório acadêmico da universidade de Minas Gerais, a gente tinha uma identidade maior porque já nos conhecíamos aqui de Macapá aonde ele foi meu professor de adição (...), o Valter tinha família aqui em torno de Macapá, as vezes nós fazíamos reuniões na residência dele, mas reuniões sociais só que dava mas conotação político, o que era mais interessante disso nesses 6 anos de convivência com algumas lideranças já em Belo Horizonte, eu retorno à Macapá e não sei porque mas eu penso que por apenas pra efeito de tentar retificar o comportamento dele, eu fui premiado, eu digo premiado porque é um curso muito importante fazer um curso superior de guerra fiquei lá um ano na escola superior de guerra, eu lembro que tinha um colega e lá a gente se sentava no auditório por precedência, como eu era secretário de governo eu sentava entre os generais lá e tinha um almirante, cidadão da marinha se identificou muito comigo e quando tinha aquelas palestra que davam aquelas estatísticas sobre a subversão no Brasil e como nos era chamado pelo nome de guerra, ele costumava perguntar, “não tem ai mais um, valente”, e ai eu sabia que era comigo e eu fica com medo.

**C.V: Qual foi o ano exato que o senhor veio de lá, você terminou o curso né?**

**Nestrelino Valente:** Eu vim de lá 1969, vim formado mesmo, eu tinha uma bolsa aqui do Amapá que me foi oferecida por um padre muito amigo chamado Caetano Naer, o Caetano ele apenas informou meu pai, ele era presidente da comissão de bolsa, perguntou se eu não estava precisando de uma bolsa, meu pai disse, penso que sim o Nestrelino foi pra lá com a cara e coragem, eu sem quem é Nestrelino diz que eu vou dar uma bolsa ele, ai meu pai me comunicou via rádio, era uma dificuldade muito grande de se entender o que as pessoas diziam, eu entendi que era uma bolsa que estava sendo ofertada e eu brinquei e disse, diga ao padre Caetano que eu agradeço eu já estava no segundo ano era anuidade, mas se ele quiser me

indenizar o ano que eu já cursei eu aceito de todo o coração, e ele passou dessa forma para o padre Caetano, e ele disse que eu indenizo mesmo o Nestrelino, eu vou pagar o ano que ele já cursou e pagou mesmo, tanto que no dia que eu fui pegar o dinheiro no banco eu fui chamado que havia uma ordem de pagamento ao meu favor, o gerente me olhava dos pés a cabeça tipo dizendo de onde esse cara roubou esse dinheiro, então na hora que eu sentei para conversar com ele me explicou tudo e em seguida me perguntou se eu tinha ido buscar o dinheiro, falei, vim fazer os serviços burocráticos para que eu repasse uma conta que eu pretendo dar para você do meu banco, isso é em uma outra agencia e outro bairro, ai o cara disse não faça isso um dia você vai (...), eu fui o único, foram dez meses de dinheiro que o padre Caetano me deu, me indenizou o curso e que se pagasse as apertilhas, livros, residência e enfim, ainda sobrava dinheiro e eu não tinha como não aceitar, e quando eu pode agradecer o padre ele já estava falência física, meio doente, mais agradei à ele, não retornei em função dessa bolsa não, na verdade todos tem um desejo de retornar eu tenho dois amigos que foram comigo quando eu fui para Belo Horizonte, um chamado Raimundo Viana, que está até aqui em Macapá a passeio (...), nesse livro dele eu fui entrevistado duas vezes, uma em 2006 e outra agora em 2014, e Raimundo Viana e o outro chamado Uribatan Coutinho, o Uribatan era padre mas a família dele não queria que ele seguisse o sacerdócio e então ele deixou a batina de lado e seguiu com a gente para Belo Horizonte, então eu encontrei com ele agora, ele esteve em casa o Raimundo Viana e lembrou de toda essa história, ai ele foi convidado para fazer uma palestra, ele me pediu que indicasse uma instituição para ele dar uma palestra ai indiquei o CEAP porque eu já tinha sido professor no CEAP, fui vice diretor do CEAP por 13 anos, eu vi o CEAP nascer, que era um projeto dos professores da Universidade da Amazônia, o “SEAMA”, depois entrou o Leonil como sócio enfim, eu ajudei a construir o CEAP e hoje ele está ai, e o Raimundo Viana lembrou essa questão relacionada a nossa ida daqui para Belo Horizonte.

**C.V: Mais vocês moravam juntos?**

**Nestrelino Valente:** Não, eles seguiram para o Rio de Janeiro e eu fui para Belo Horizonte

**C.V: E os outros amapaenses que moravam em Belo Horizonte, vocês moravam juntos?**

**Nestrelino Valente:** É, tinha um grupo de 2 ou 3 que moravam juntos, era eu, Francisco Albuquerque, João Moreira e Elson Martins, nós morávamos juntos, e depois chegou outro grupo de pessoas mais novas encabeçado pelo Gazel, eu já conhecia daqui do município subversão.

**C.V: O Tito vocês já conheceram lá e o Nilson?**



**Nestrelino Valente:** O Tito é uma passagem meia confusa porque, eu não conhecia o Tito, conhecia ele por nome, e o Elson Martins tentou me apresentar para ele, e então ele virou a costa, ai eu fiquei muito chateado, mas ele não deu a costa como ato de desprezar mas sim porque alguém tinha chamado ele em um barzinho perto do palácio, na galeria comercial, mas a coincidência que me fez com que ele tivesse agido por uma questão assim mais pessoal é que ele namorou e teve um filho com uma ex-namorada minha, eu embora feio mas eu falava bem e o pessoal e as mulheres prestavam muita atenção naquilo que eu falava, pois eu tinha uma liderança, mas o Tito tem uma filha, uma filhinha bonitinha uma moça, e ela me olhou assim e perguntou, você que é o Nestrelino, você poderia me contar uma história, O meu avô fala muito do senhor, eu perguntei que é seu avô, e ela respondeu, é o Tito, e ali estava o Tito que hoje é da polícia é delegado, estava presente só que ela estava com um amigo meu não sei se namora com ele, e ela falou que ele estava me contando uma história aqui sobre uma festinha de alguém da minha família, eu estava contando uma história do Tito avô, não era do Tito pai eu conhecia pouco tempo e me disseram que até o Tito avô estava vivo, eu não sabia pensei que ele estivesse até falecido, estou lhe contando essa história porque é muito pitoresco, muito importante, e eu me sinto muito bem quando eu conto ou quando eu sou citado nessa minha passagem pelo grêmio Rui Barbosa, pelo UECSA, pela liderança do colégio amapaense, pela a primeira greve estudantil na minha liderança com outros políticos mais adultos como: Atilio Nasiazeno, Chico Diabo, o outro que era do sindicato dos garimpeiros, uns quatro ou cinco e tá vivo esse está de cadeira de roda este último que citei agora, que eu não estou lembrando o nome dele, mas essa convivência com eles o Alfredo Távora, Mauricio Farias e a gente estudante ainda essa convivência com eles nos dava essa flexibilidade para que a gente pudesse aprender muita coisa.

#### **C.V: O sindicato dos estivadores não tinha o Periquito?**

**Nestrelino Valente:** Sim, o Periquito era do sindicato dos estivadores a gente atacava um pouco a ICOMI, pra ser mais claro, atacávamos muito a ICOMI pela forma que ela comercializava a riqueza que era nossa, ela criou emprego e series de coisas, mas a forma que ela comercializava, alguns diretores da ICOMI não gostavam da gente e uma vez nós fomos a Serra do Navio, não era uma tentativa de calar a boca mas para conhecer os procedimentos comercial e técnico de como isso ocorria, mas eles abriram um turístico para gente o Gazel e o Cabeludo ficaram em coma, eu era o líder dessa turma o Nelson Martins parece que foi nessa viagem.

#### **C.V: O Guilherme Jarbas foi, e tinha sido a convite da ICOMI?**

**Nestrelino Valente:** Sim, o Guilherme Jarbas foi, a convite da ICOMI uma espécie de tapa buraco essa nossa visita, ai o Gazel para tirar o Cabeludo do coma alcóolico ele foi fazer

um remédio, ai ele batia muito aquele remédio, eu perguntei o que era e ele me respondeu que era talco, (...). Ele era menor, tinha uma pequena diferença de idade em volta de 5 anos de idades, a gente tinha essa responsabilidade por eles, porque as próprias famílias confiavam nisso embora não concordasse quando nos vaziamos aqueles confrontos contra o governo, os governadores me tinham aqui como um cara altamente perigoso e eu não era assim, só queria que fizesse prevalecesse o nosso ideário nosso, alguma coisa que a gente quisesse buscar, eu estava em Belém a passeio depois de formado no curso superior, já era umas seis ou sete horas da noite em parada de ônibus e aquela figura me bateu pela costa me deu um susto e que eu virei, era o professor Murilo um ex-diretor do colégio amapaense ai ele me cumprimentou e perguntou, tu estas por aqui seu subversivo ai eu dei um abraço nele, era dono de um cursinho preparatório para vestibular (...), ele mesmo lembrando essa fase, dessa fase a nossa participação política foi maior exatamente ele era diretor do colégio amapaense aonde tudo acontecia, era gerado, tinha a escola comercio, chamada escola técnica de comercio (CCA), como a história da volta também, quando eu retornei e fui diretor do (CCA), mas em um outro comportamento político.

**C.V: E aquela sede estudantil, foi criado por iniciativa estudantil?**

**Nestrelino Valente:** Foi o Grêmio Rui Barbosa, o governo foi culpado da situação que ela ficou, foi construído por iniciativa dos alunos do colégio amapaense.

**C.V: Vocês tiveram algum envolvimento com o partido trabalhista brasileiro o (PTB)?**

**Nestrelino Valente:** Eu era do partido comunista quando eu morava em Belo Horizonte, quando eu retornei não existia o partido comunista no Amapá, então eu praticava subversão mas a partidária, sem partido, mas um dia me aparece em casa um cidadão Lucimar Amoras Del Castilho às duas horas da tarde dizendo, “eu vim te escrever no PTB”, ai falei que no PTB não, é um partido de estrupidos, naquelas linguagens(...), mas eu me escrevi no PTB, depois o governo revolucionário extinguiu todos os partidos e criou dois partidos que foi o MDB e o ARENA e pelo incrível que parece eu fui convidado por um rapaz que governava o estado chamado Renegue a ser secretário geral da ARENA, e eu lembro direitinho eu fui secretário geral da ARENA e me comportei como se fosse um reacionário, na verdade já tinha acabado aquela euforia mas muitos que me viram em uma outra posição política não deixavam fazer gozação.

**C.V: O Amauri Faria e o Lucimar ainda estavam vindo, foram para ARENA?**

**Nestrelino Valente:** estava sim, o Amauri Farias, Alfredo Távora estavam vindo, tinha uma figura que foi sempre (...)

**C.V: O Lucimar foi sempre MDB?**

**Nestrelino Valente:** O Lucimar foi para o MDB e ficou até o fim, ele que fazia gozação principalmente ele e o Duca Serra pai do Nei, quando entrevistavam o Duca Serra ele respondia, “Pergunte para o Drº Nestrelino que ele sabe dessa história”, ai o Osmar, pai velho chamavam para ele, uma vez de madrugada chegou lá em casa e falou, olha o Duca Serra mandou tu esclarecer isso aqui, o Duca Serra tem 10 filhos, porque não pediu para um deles esclarecer, ele dizia, não você era o mais velho lá, agora o Duca Serra pai do Nei, do Bira médico, do outro careca que parecia ser médico também do João que era jornalista e um monte de gente, mas ele mandava perguntar para mim por causa da minha identidade com o partido, dito da revolução que eu participava dele para ser obediente ao Ivanhoé“, ele me citava nos discursos dele como se eu fosse uma referência.

**C.V: Foi Ivanhoé quem convidou você para ser secretário geral?**

**Nestrelino Valente:** Sim, foi ele.

**C.V: Assim, você voltou formado e já entrou no Governo para ser funcionário?**

**Nestrelino Valente:** Não, houve uma certa rejeição, porque eu era formado em economia e não existia essa profissão essa ficção no quadro do governo então o Jardel era o próprio Henning falaram que não tinha trabalho para mim, eu queria fica em Macapá e então eu forcei a barra, ai eles perguntaram que além de economia o que mais vocês sabem fazer? Eu para sobreviver em Belo Horizonte dei aula em cinco colégios, uma coisa que eu tinha horror em Macapá(...), então eu aprendi a ser professor de matemática em Belo Horizonte, eu dou aula de matemática, eu estou precisando de professor de matemática, não quer ser meu professor? Foi quando ele me seguiu por aqui e que anos depois eu fui enquadrado como economista e depois vieram outros como: Jurandil Juarez, Nelson, Salomão, o Valter Pacheco já estava aqui, esses são outros nomes nessa área de economia, em medicina era mais complicado porque tinha poucos médicos, e os que chegavam formado em medicina eram servente, era o Lerinho, e ele tinha um apego tão grande pela classificação do quadro de funcionário do território, que ele não queria larga, ele então ficou por algum tempo recebendo como servente, mais criaram o segundo plantão e a maior intenção dele mesmo era o plantão médico, ele foi um caso, o Manoel Moreira foi formado em medicina e voltou para Belém e não quis ficar, fora os outros que se formaram e não tinha vinculo funcional, eu volto a informa para vocês que eu sempre fui desempregado, vivia de política estudantil, política profissional como dizia na época, mas era uma figura bem respeitada, dizia o Petcouve que eu falava mais alto que os outros, o grupo do Janari uma vez fez uma parodia aonde citava todos os líderes da oposição ao Janari e uma

dessas parodias citavam meu nome, o Nestrelino que fala muito e fala fino, fala muito e fala fino, eu gritava em meus discursos.

**C.V: Você tem algumas dessas parodias, algumas dessas letras?**

**Nestrelino Valente:** Não sei, eu repassei para alguém, vocês já entrevistaram o Nilson Montoril ele que é uma enciclopédia ambulante, ele herdou coisa do pai dele que na verdade ele escrevia muito bem, ele que fazia essas parodias.

**C.V: E o senhor não tem nada guardado em sua casa?**

**Nestrelino Valente:** Não, minha mulher que me pergunta quando irei juntar tudo o que eu tenho, na verdade eu tenho muito artigo de jornal, primeiro do jornal da oposição, "Folha do Povo", depois Jornal a igreja" A Voz Católica", apêlasia uma classificação da Igreja, uma classificação religiosa, isso tudo estava em pastas, eu estava pensando um tempo em fazer uma correção e transformar em livro, nesse livro do Viana eu fui que foi lançado um tempo desses eu sou imortalizado duas entrevistas que ele faz, uma em 2006 quando eu ainda era estudante e a outra agora em 2013 (...)

**C.V: O senhor assinava na folha do povo com seu nome ou era um pseudônimo ou não assinava?**

**Nestrelino Valente:** Não, eu assinava eu gostava de colocar "N. Valente" agora isso naqueles artigos mais sérios, naqueles artigos mais políticos eu criava uns pseudônimos doido, que variavam (...), eu escrevia na "Voz Católica" quando tinha o padre Basílico como obediente geral e a "Folha do Povo" depois da revolução ela andou meio ruim, acabou fechando e outros jornais de vida curta que a gente passava por ai e a gente escrevia, eu tinha uma namorada sobrinha do Onori Farias, e quando eu escrevia uns artigos eu assinava como Ana Maria, e esse é o nome dela mesmo, ela sofreu muito, então perguntavam para ela, Ana Maria você que escreveu isso e ela custava rir e depois respondia, eu escrevi sim, e ela sofria horrores por causa disso, eu nem sei se ela ainda está viva, ela morava no Rio de Janeiro e vieram pra cá e nos conhecemos ela e uma outra irmã a família dela é daqui do Amapá, (...).

**C.V: O senhor lembra de mais um outro, para ajudar a gente a foliar esses documentos?**

**Nestrelino Valente:** Ai meu Deus não estou lembrando assim, gente tinha um jornal no colégio chamado "Castelo".

**C.V: Balufa também né?**

**Nestrelino Valente:** Sim, mas esse é do grupo da segunda geração que convivia com a primeira e como eles tinham pouca oportunidade estavam iniciando e eles não queriam logo escrever porque tinha uns professores muito rigorosos que se chamavam Benevisque que

criticavam muito eles por causa da igreja, professor Munhoz e então eles criaram o “Balufa” que era o apelido do Aldomi, esse jornal criou fama também por isso, que era no colégio amapaense e escrevia sobre os temas mais diversos inclusive ele sofria também um pouco, Balufa, Balufa, era um apelido carinhoso que nós demos para ele, que era uma família tradicional daqui de Macapá, mas aceitava era conhecido, promovia, Balufa e o Castelo era esse jornal do colégio amapaense que escrevia a folha do povo, a voz católica e tinha um outro jornal.

**C.V: O senhor chegou assinar a revista RUMO?**

**Nestrelino Valente:** Não, tinha outra revista que eu escrevia

**C.V: Revista Iléia**

**Nestrelino Valente:** Não, é mais pra traz, não era Novo Rumo, essa parece que eu ainda tenho lá em casa, se eu tiver por lá posso até ceder para vocês.

**C.V: A Latitude Zero**

**Nestrelino Valente:** A Latitude Zero, isso era a revista.

**C.V: Irei procurar alguns artigos seus que o senhor assinava.**

**Nestrelino Valente:** Quando era coisa boa, era Nestrelino Valente inteiro, quando era assunto político era N.Valente e quando eu queria covardemente emite eu colocava na Maria que era minha cobaia.

**C.V: Professor Nestrelino, no período estudantil que o senhor falava do colégio amapaense como vocês identificam olhando a influência que vocês tiveram, quem que tinha uma formação política, você passou por esse grupo que teve como essa formação o nosso Chaguinha ou o pessoal da igreja quem fazia a cabeça de vocês?**

**Nestrelino Valente:** Deixa eu te falar, a estrutura do Amapá é de território, e a estrutura administrativa permitia apenas que nós tivéssemos uma representação política, por deputado e depois era sempre o Janari que se elegia, sempre não, uma vez, depois que nós conseguimos um líder político que era um colega nosso só que era da escola do congresso Padre Antônio Pontes, e era filiado a MDB e que depois virou PMDB e ele Antônio Pontes tinha realmente uma liderança multe partidária e por três ou quatro legislatura ele foi nosso representante até porque em meio a essas quatro legislatura o quadro passou de um representante do parlamento federal, para dois representantes e em seguida para quatro representantes, quando passou para dois representantes o Pontes dividiu com o Paulo Guerra a liderança e o Paulo Guerra se elegeu (...), na seguinte passo de dois para quatro representante e em tom de molecagem a gente fez o Geovani e depois ele cresceu e assumiu, Geovani Borges o Platon, Antônio Pontes e Paulo Guerra ficaram os quatros, e depois foi transformado em estado.

**C.V: No período estudantil quem que vinha com essa liderança?**

**Nestrelino Valente:** Era o Antônio Pontes, nós fabricamos Antônio Pontes um cara rigoroso, mais velho, tinha uma boa oratória, o amapaense, familiares, se orgulhavam daquele que tinha uma boa oratória certo, e sabia se expressar, então a gente usou pontes usando muito meios de comunicação que eram canais abertos, usamos muito a Rádio Difusora para levar mensagens nossas do PMDB e depois briguei com Pontes por causa de Duciomar Amora Deucastilho, ouve um acordo, eu nunca vi o acordo por escrito, mas o Pontes se comprometia a dois anos depois do mandato da legislatura dele, passar o mandato para o Duciomar e não passou e nós acompanhávamos o professor Lucimar em seguida vinha o Pontes seguido pelo Sergio Barcelos e essas coisas que ocorreram no processo enquanto território, como estado o quadro se ampliou ouve algum interesse nato de nossas partes eu tentei, mas já tinham dado essa conotação financeira para as campanhas políticas, e precisava ter dinheiro é inelegível e outros.

**C.V: O Chaguinha não teve nenhum envolvimento de formação com vocês do grupo de movimento estudantil?**

**Nestrelino Valente:** O Pacheco era do centro, mais centro, porque ele foi eleito para o diretório acadêmico, para a União Nacional dos Estudantes no centro esquerda se estendeu o mandato logo depois da revolução, acho que a família pediu, eles tinham uma liderança muito grande em Belo Horizonte, aqui não, mas em Belo Horizonte ele tinha uma liderança muito grande na Universidade de Curitiba, o Coutinho tem um filho que é médico o Neto Pacheco, tem um economista que foi embora o outro que é empresário, um foi casado com a filha do Júlio Pereira são 3 filhos e 1 moça que se casou com um médico que mora em Belém.

**C.V: Nesse período também professor, essas relações que vocês tinham todo mundo eram da igreja, participava, ai já veio a educadora, a voz católica então vocês tinham essa influência desses padres que a igreja um tempo teve a Dorestides o Pirôvano?**

**Nestrelino Valente:** Eles liberavam o meio de comunicação para nós, tanto que a educadora foi fechada após o movimento, a mentalidade da administração paroquial é diferente por exemplo: o Doristides era muito político, o José também era muito político mas depois tinha uma liderança daqueles que não queriam que a emissora e os jornais fossem usados para fins políticos e o pessoal tinha muito interesse pela leitura, até mesmo os católicos, eu li um artigo muito grande de atividades religiosas, me disseram que não querem ver sangue então, mas se não quer ver sangue vamos anular sangue, mas eles diziam sangue no sentido figurado, tinha que criticar, quem oferecia mais essas unidade era a Folha do Povo, e foi útil também a Folha do Povo porque ouvia um negócio chamado hierarquia Nunes e antes que ela se espalhasse por toda a família ai se deixou que se ocorresse só com o Janari que foi o primeiro governador daqui

e o irmão dele que foi o primeiro deputado, primeiro e único deputado que era um único representante.

**C.V: E o outro irmão que chegou a ser governador, o Pauxi.**

**Nestrelino Valente:** O Pauxi que chegou a ser governador também por indicação do Janari foi para Petrobras com cargo, não sei se superior a governador do território mais certamente em termos financeiros bem superior e depois foi embaixador da Turquia e Pauxi, com um parafuso frouxo também ele brigava com todo mundo, com estudantes. Tem uma história como reviver, como encenar a morte de Tiradentes dia 21/04, tínhamos iniciado com uma solenidade e íamos enforca em frente do grêmio Rui Barbosa, lá que seria enforcado Tiradentes, mais o Tiradentes era uma figura muito cômica era com Rafael e era muito engraçado, na verdade ele era o padre, o Tiradentes era o Edésio e o executor ainda está vivo ainda, era o Baguinha o líder da escola de samba do laguinho o Lino (...), mas quando chegamos em frente ao colégio em frente ao grêmio Rui Barbosa Rafael que era o padre que foi fazer a pré-eleição da morte de Tiradentes, mas ele fez de uma forma tão engraçada que todo mundo sorriu, eu estou contando essa história para dizer do comportamento Pauxi, aí não deu outra, o Pauxi pegou o micro fone e deitou falação, começou a xingar os estudantes, chamando eles de vagabundo.

**C.V: Ele chegou a usar esse termo todo, chamou o termo vagabundo na fala dele?**

**Nestrelino Valente:** Usou sim, eu que depois sai a emitir todas as palavras dele e quando eu mandava ele repetir ele dizia, bando estudante filho da “pu”, estão vendo o Tiradentes “ful” aqui e vocês rindo à toa, alterava essa fala dele, eu tinha mais assim essa sádica dessa questão política aqui do Amapá, as vezes eu me divertia com os governadores daqui, e eles gostavam muito de mim, tinha o Henning fala tudo pela metade, por exemplo, que não chamava Macapá, chamava Masapá, eu falava que ele tinha dificuldade em pronunciar e então eu montei um discurso assim, eu não lembro mais, mas o pessoal mandava eu fazer e eu fazia e eles riam pra dedeu, e ele soube e uma vez eu estava fazendo uma palestra no auditório, o Palácio era aquele de frente para Av. Fab, e ele então com o auditório cheio ia ter uma reunião da SUDAM e ele me citou né “ Agora eu estou aqui, quero agradecer aqui a comida inclusive vocês, como diz esse cara ai, esse cara ai, ele não falava meu nome direito não, aqui nessa cidade de Masapá, ai todo mundo riu, cidade de Masapá, ele dizia cidade de Masapá mesmo, Henning era, e outras coisa mais das loucuras que ele falava, agora ele me tinha assim um cara bom Técnico, assessorava eles todinhos, só não o primeiro porque ele estava estudando também, foi governador aqui, o Mendes mas os outros todos assessoriei mas próximo Lisboa Freire, Ivanhoé, Henning, Jorge Nova esse então nem, eu fui governador substituto umas dez

ou 15 vezes certo, apesar de alguns, olha esse cara ai (...), os meus filhos, que os meus netos nem se importam muito é uma outra geração, mas meus filhos me perguntam, papai o senhor era comunista, eu respondia que eu era uma comunista de meia tigela, e fui censurado porque fui ser secretário de governo, fui para escola superior de guerra mais você imagina, mas aquilo ali é o seguinte a escola superior de guerra, o acesso à escola superior de guerra não é fácil porque o Brasil todo quer a oferta de vaga é pouca e até hoje é assim, ai como é aprovado, não estava aprovando o técnico indicado pelo governador, estava aprovando o ex comunista pelo comportamento dele, tanto que eu estava falando para vocês que eu tinha esse meu colega lá da escola superior de guerra, toda vez ele olha, olha cuidado Nestrelino, entenda a disposição e ele falava isso porque tinha aqueles oferensistas da direita mesmo aqueles que realmente quando eu ouvia aquelas exposições dele, eu arrepiava até o cabelo, eu dizia meu Deus esse cara é brabo, e quem assistia tudo isso só sacudindo a cabecinha dele era o Alfredo Ramalho porque ia de dois em dois e foi eu e Alfredo Ramalho e eles faziam essas apresentações e até o Lula foi convidado para fazer a escola superior de guerra, mais ele não quis, mais tinha outros nomes lá.

**C.V: Me diga uma coisa, vamos voltar um pouquinho, como foi em 64 em Macapá esse movimento revolucionário?**

**Nestrelino Valente:** Sei, até esse governo de Getúlio você me fez recordar esse período.

**C.V: Só para tirar uma dúvida aqui, você estava nesse período de 64?**

**Nestrelino Valente:** Não, em 64 eu estava em Belo Horizonte, mas tinha acendido o fogo aqui mais não fui fugido daqui, tinha que continuar meu estudo né, e quando eu cheguei lá estava sendo montado o processo revolucionário, eu tinha entrado na escola de economia e até assistia por lá e aquele clima ruim né que quase amordaça, não podia falar e tal, a gente escolia seu palavreado, mais aqui em Macapá eu recebi a notícia que se eu tivesse eu seria preso como foram presos os meus companheiros daquele tempo embora eu volto a repetir não só em relação à seria que se fazia no curso o que hoje seria o segundo grau, quase todos foram presos como: Esnar Lima, Aldomiro da Fonseca, o Edésio era moderado, enfim outros fugiram, José Ribeiro fugiu, e tantos outros ai, alguns já faleceram e outros estão vivos desse tempo e eu voltei três anos depois aqui, ainda estavam, mas aquilo que eu digo eu já era bolsista com essa oferta do Padre Caetano me deixou rico, me fez rico né.

**C.V: Em Belo Horizonte como foi sua militância, você chegou a ser filiado a LN?**

**Nestrelino Valente:** Não, em Belo Horizonte eu tinha classificação político partidária, eu tinha militância do diretório acadêmico

**C.V: Você foi para o partido comunista lá também?**



**Nestrelino Valente:** É, eu não tinha filiação, não era negócio se filiar certo, só a concepção política comprometia a pessoa, então eu tinha, como eu era representante de turma e sempre fui representante de turma lá devido o meu discurso, a gente vivia meio escondido né, e quando eles entravam lá para fazer tipo uma operação pente fino, saíram e me prenderam no consultório médico né nu, a única coisa que fizeram foi mandar eu vestir a roupa o médico estava me examinando, eu estava com o problema muito sério e esse problema de saúde da cintura para baixo eu tinha que tirar a roupa, eu lembro que depois carregamos e juntamos aquele monte, toda aquela papelada, jornal e fizeram aquela trouxa muito grande e fizeram a gente carregar essa trouxa e fizeram a gente deixar no carro da polícia, a parti da que eu fui não fixado, eu fiquei registrado na DOPS, a delegacia de polícia social, não no processo realmente político partidário, a gente morava em uma pensão eu lembro que é uma coisa pitoresca que eu gosto de contar, que a dona Sônia que é uma piauiense, “sabe esse Nestrelino, são tudo ai do Amapá, mais precisamente esse moreno ai, rapaz são super perigoso”, lá morava eu, Elson Martins, Artur Rafael e tinha um outro mineiro que fazia direito, eu não lembro o nome dele e a gente fazia refeições lá, sai da faculdade e íamos para lá, não fazíamos refeição na faculdade, só fazíamos lá na pensão, pela pouca facilidade que eu tinha de pagar, lá eu pagava só no final do mês e toda vês que eu chegava lá a dona, essa piauiense dizia assim, olha, veio um homem ai atrás do senhor, ai a turma da mesa ria né, ficava rindo, e eu ficava calado, ela perguntava qual é teu nome, ela traçava o aspecto do policial do DOPS, até que um dia eu cheguei zangado não tinha saído muito bem na prova chata de estatística, eu cheguei meio zangado lá e me sentei ela veio e serviu uma comida e disse, olha Nestrelino, veio um homem atrás do senhor, ai eu me aborrecido e dei um murro na mesa foi feijão para todo lado, ai eu disse, porra não vem nem uma mulher atrás de mim só homem, ai ela ficou assustada depois me segurou em fim, eu disse porra não tenho mais saco pra essa velha, ai eu sai de lá (...).

**C.V: Mas ela sabia e desconfiava de vocês eram de militância?**

**Nestrelino Valente:** Ela desconfiava mas não sabia, estava só blefando, pode ter ido uma vez só lá atrás, mas também não estava assim, a vão prender o Nestrelino.

**C.V: Seu Nestrelino, quando o senhor voltou de Belo Horizonte como o senhor encontrou o cenário aqui em Macapá, sendo que estava na época da ditadura militar, como estava a política, as perseguições como o senhor avalia tudo isso?**

**Nestrelino Valente:** Olha, continuava certo, e que o regime era militar, quando me formei eu voltei para cá o governador era Ivanhoé, só que eu já tinha mais ou menos traçado minha estratégia como proceder, eu na verdade fui convidado eu era do PCdoB, fui convidado a entrar no PMDB que aqui não tinha PCdoB, então o professor Amoras Deucastilho virou,

meu caminho é oposição que o próprio governador também para querer acabar com o Janari, derrotar o Janari, destruir o Janari, vinha com simpatia então eu estava do lado dele na verdade, essa questão me favorecia nesse aspecto certo, ele acabou com a ARENA que era o partido do Janari, alias ele acabou não, ele manteve a ARENA destituiu alguns líderes, e chamou a gente e ele mesmo disse assim para o presidente Vargas, Charles Vargas Platon, olha você conhece ele, não sei se conhece ele ou não, mais só sei que meu secretário vai ser Nestrelino Valente, ai ele falou ô conheço, ai o Platon fez aquela demagogia e falou conheço sim, vamos incluir o nome dele como secretário geral da ARENA, e eu gostava do Ivanhoé, ele sempre me respeitou como sempre um intelectual enfim, então eu gostava muito dele, mais esse clima que você se referiu sempre foi meio, até que foi transformado em estado, até que um dia ainda agora essa história eu contei, Costa Silva vinha à Macapá, Costa Silva, presidente dos militares, por ai, Costa Silva foi o Último né?

**C.V: Não, foi o Figueiredo, Foi Castelo, Costa e Silva, depois o Gaizer, o Medici, o Gaizer e depois o Figueiredo, mas quem veio aqui foi o Costa e Silva.**

**Nestrelino Valente:** Não, quase todos vieram aqui, menos o ultimo o Figueiredo que era o irmão do Henning que representava a Marinha. Mas o Henning ele, Josemir era o segurança da área de segurança, segurança e informação, Coronel Josemir, ele se aposentou agora como Coronel, na época ele era tenente da CPOR, então ele se encarregava de me procurar para dizer que no dia tau não era para eu sair de casa porque ia chegar um presidente, irei falar um negócio para vocês, minha mãe tinha por mim um orgulho muito grande, da família eu era o casula certo, porque meu pai teve uma segunda esposa, então ela tinha um orgulho muito grande e ia chegar o Costa e Silva parece, ai ela perguntou, você não vai ao aeroporto?, eu era assessor do palácio, eu dizia não mãe, ela falava, olha vai todo mundo você não vai.

**C.V: Você era do governo e ao mesmo tempo não podia?**

**Nestrelino Valente:** Eu dizia não mãe, ela falava, olha vai todo mundo você não vai, eu falava não mãe, mas na verdade eu estava proibido de ir, na verdade ela era analfabeta e não acompanhava esses movimentos e não adiantava eu falar para ela que eu tinha sido proibido de sair de casa não era nem de ir ao aeroporto era de sair de casa, eu fiquei preso domiciliar o dia todo, mas eu achei foi bom, mas se não fosse assim eu teria que ir ao aeroporto e eu não estava muito afim de ir.

**C.V: Você e outros que foram avisados também.**

**Nestrelino Valente:** Eu e outros, aqui ainda era aquele prédio antigo do hotel Macapá que o pessoal reunia toda tarde para beber, namorar e outras coisas, e eu fui liberado sete horas mais ou menos, deu nove horas o avião do Costa e Silva saiu então não foi o Josemir, já foi um

outro segurança passou em casa e “estas liberados pode sair”, aí eu peguei meu carro um fusca vim direto para cá tomar uma cerveja, fui bater aqui na hora que cheguei me aplaudiram, todo mundo né, e o Cássio que era engenheiro e empresário subiu em uma mesa daquelas que era de ferro e deitou falação, fez um discurso, foi juntando gente, juntando gente em função disso, um cara secretário geral da Arena ter que ser preso domiciliar mente porque ele podia matar o presidente.

**C.V: Que época foi essa, qual foi o ano?**

**Nestrelino Valente:** foi em 68.

**C.V: O senhor que viveu aqui no Amapá antes do golpe de 64 a revolução que o senhor fala e voltou aqui depois que já tinha acontecido, aí o senhor falou assim, é preciso entender uma estrutura administrativa de um território, o senhor acha que houve uma diferença de um poder de um governador antes de 64 e depois de 64?**

**Nestrelino Valente:** A própria população concorre para que essa coisa mude indefinitivo, nós ainda não mudamos, ainda temos cheiro de território, o que é caracterizado território, o mandante que é a figura do governador, o que caracteriza agora esse mandante é que ele é escolhido pelo povo, na época ele era escolhido pelo presidente da república, mas tem o mandante, tem os pedintes, tem que é o governo que tem que dar tudo a bola de futebol lá pro pessoal do manga que vai participar de um torneio, asfalta não sei aonde, enfim o município continua desaparecendo, o estado do Amapá que já foi território é Macapá a capital então o que é que ocorre hoje por exemplo, o governador voltou – se para o interior, dá para montar isso a dedicação dele pelo interior, com escola, com toda a infraestrutura em alguns municípios, rodovias que ele proporcionou, a esse temor que ele venha encontrar dificuldade de se reeleger devido exatamente porque o pessoal acha que quem tinha que asfalta as ruas hoje, era o governo, quem tinha que fazer isso ou aquilo era o governo, aqui na cidade quem tinha que incrementar o comércio, a própria indústria e comércio também raciocina assim, tem que ser o governo, o que é isso, é uma mentalidade, um pensamento que vinha do tempo de território, então ainda temos que andar muito para que a gente possa.

**C.V: Então você acha que do ponto de vista do poder a questão do autoritarismo não é muito diferente antes de 64 e depois de 64, eu queria entender que o governador do período militar ele foi mais autoritário na sua opinião ou foi igual aos governadores que tinha antes de 64?**

**Nestrelino Valente:** Foram mais autoritários que o da revolução foi, pra ser governador já foi um processo mais democrático, ele tem outras autoridades para se prestar considerações, a prestação de contas dele é lá por Brasília ainda é assim.

**C.V: Então o Janari se aproximava muito de Ivanhoé o senhor acha, no período do Janari?**

**Nestrelino Valente:** Talvez o Janari tenha sido mais exigente, o Ivanhoé tinha uma cultura, chegou a ser secretário de segurança do estado de São Paulo mas ele foi embaixador do Brasil não sei se da França, por ai assim o estado, então ele foi um Diplomata mas também um general, ele governou aqui mais como general mais ele tinha aquele comportamento mais diplomático, jogava dominó aqui na Candido Mendes com os libaneses que vieram para cá, dirigia carro sem segurança, sozinho na rua, as vezes errava, entrava na contra mão, mas ele já começou a deixar as pessoas respirassem com aquele clima de liberdade, falam que um cara que é general, culto e com a cultura dele, ele me citava como se eu fosse um filosofo, “por isso professor Nestrelino” um discurso que eu fazia, naquela época era gostosa fazer discurso e eu fazia esses discursos.



**Grupo Responsável:** Comissão Estadual da Verdade do Amapá

**Tema:**

**Deponente:** Rui Gonçalves Lima

**Duração do depoimento:** 50min21

**Dia:** 18/03/2014

**Transcrição:** Haynan Araújo

---

**RUI LIMA:** *“Eu sou RUI GONÇALVES LIMA, é, sou irmão do ODILARDO GONÇALVES LIMA, a gente é duma família de nove irmãos. Meu pai era servente do Hospital Geral, naquela época tinha, num tinha é, terceirizada, era funcionário mesmo. Foi guarda territorial, depois foi (...) parece que ele foi da guarda territorial, não me lembro desse episódio, mas foi, ele foi pra, pro, é, servente da polícia, ô, servente do Hospital Geral e a minha mãe era doméstica. Somos 9, dois já, dois irmãos, aliás, um irmão já é falecido, meu pai e minha mãe também já são falecidos, somos agora em sete. Além do mais, eu (...). Ah, eu sou técnico judiciário, sou formado em ciências contábeis, morei muito tempo no Rio, morei na Casa do Estudante Universitário, no Rio, onde participei inclusive da, logo na elaboração do PT no Rio, não cheguei a assinar a ata, mas eu, logo no movimento do PT pra ser fundado eu participei. Na casa do estudante que era um dos núcleos do PT na casa do estudante. Participei da direção da Casa do Estudante Universitário no Rio de Janeiro. Não me formei no Rio de Janeiro porque eu fui, fui embora pra São Paulo, depois eu voltei pra Macapá. E fui trabalhar, fui pro garimpo, trabalhar no garimpo, voltei de lá, fiz o concurso pro Tribunal pra técnico,*

*passsei, depois fiz o, o, vestibular pra ciências contábeis, passei, mas não atuo como contador, atuo diretamente como técnico judiciário no Tribunal de Justiça. Já to há 22 anos no Tribunal de Justiça. E quanto ao, no Rio era engajado politicamente, é, nas manifestações, mas essas que existe hoje, mas era um movimento, era movimentações, era movimentos pacíficos que, a gente brigava contra ditadura, mas nunca havia quebra-quebra, a gente atuava de forma pacífica na nossa organização pra derrubar a ditadura e, e além, além disso quando eu retornei meu irmão já estava em Macapá. Aliás, quando eu fui ele já estava em Macapá. (...)*

---

**Comissão Estadual da Verdade: Antes ele tinha ido pra onde?**

**RL:** *“Ah sim, ele terminou, depois ele fez o vestibular pra direito na UNI, na UNIFAP não, na UFPA, passou, aí retornou pra, pra Macapá, formou, ele é delegado de polícia, ele formou aí entrou na polícia, foi antes de 88. Não havia é, acho que necessidade pra ingressar na polícia. Aí ele ingressou como delegado de polícia, trabalhou aqui muitos anos (...)*”

**CEV: Quando foi que virou polícia?**

**RL:** *“Olha, eu não sei bem a data, mas foi ainda acho que no governo do, por incrível que pareça do Barcelos, do seu Anibal Barcelos, comandante Anibal Barcelos.”*

**CEV: Mas antes disso, quando ele chegou formado de Belém quê que ele faz?**

**RL:** *“Ah ele atuou como advogado do, do, do sindicato dos, dá, não é da agricultura, é o sindicato dos (...) não, não foi dos estivadores, foi dos, dos agricultores mesmo da, que eu acho que funcionava ali na antigo Cine 23, 23 não, ali no, aqui na Leopoldo Machado, na Leopoldo Machado com a Feliciano Coelho, era o sindicato lá dos agricultores, um negócio assim, se não me engano. Defendeu os agricultores naquela época, depois que ele passou pra polícia, trabalhou durante não sei quantos anos, agora ele passou, foi pra, pediu a redistribuição dele ta em Goiânia.”*

**CEV: Eu queria saber um pouco da militância dele. Chegou a ser do PC do B?**

**RL:** *“Chegou. Aí, nessa, aí quando chegou, aí foi criado o Clã Liberal do Laguinho. O Fernando Canto, Azolfo, João De Deus, JAMIL, outros agora, Majoca é o apelido que eu não esqueço, é Leite, mas só chamo ele de Majoca. E era um entidade que congregava pessoas que, que queria, fazia, escrevia os artigos na rádio, nos programas da educadora.”*

**CEV: Ele chegou a ser preso durante o golpe de 64?**

**RL:** *“Aqui em Macapá não. Acho que não chegou não a ser preso. Mas assim que ele retornou de Belém, qualquer autoridade que chegasse aqui em Macapá eles eram presos. E os, se chegasse o Ministro aqui na época, um exemplo, aí tinha um grupo de pessoas que eram recolhidos.”*

**CEV: E ele fazia parte?**

**RL:** *“Fazia parte desse grupo. Periquito, Isná.”*

**CEV: Mas ele militava no PC do B?**

**RL:** *“Não, eu acredito que não. Assim, diretamente em organização do partido, eu acho que (...), não sei, não vou dizer que não. Porque naquele tempo era tão, era fechado né, era o mínimo de pessoas que conheciam o, a militância das pessoas. (...) Inclusive ele não foi preso em casa. Porque eu cheguei do colégio era umas 11h30 e já havia um carro na minha casa, já tinham adentrado na minha casa. Era o Tenente **Josemir**, o Bolero, o Lorival Alcantera e tinha duas pessoas que eu não sei, não sei quem são e não me lembro o nome dessas duas pessoas. Uma que tava num jeep e outra que tava assim na porta. Os outros, tinham os três tavam dentro, tinha um na porta de casa e o outro tava no jeep, era um jeep, se não me engano era um jeep sim. Aí tavam revistando já minha casa, a mãe tava, a mamãe tava desmaiada.”*

**CEV: E qual foi a alegação pra eles prenderem, pra levarem?**

**RL:** *“Ah, que ele fazia parte, do, do, dum grupo que tava aterrorizando aqui a nossa cidade, através de, de, de engasga, engasga, se tornou esse, essa psicose né, que a gente (...), dificilmente ocorria esse tipo de. Tinha esses acontecimentos durante o movimento, nunca acontecia, partia mais assim a noite, quando as pessoas saiam do colégio, já tinham (...) desligava a energia, apagava, dava aquele apagão na cidade. Aí depois começava aquele corre, corre, as viaturas andando, correndo e as pessoas dizendo que tavam engasgando, espalharam uma onda de boataria que seria (...) e aquilo ali aterrorizava todo mundo. Aí as pessoas já viam, qualquer movimento estranho, qualquer uma pessoa olhando, correndo, ou então, aí já tinha aquele pânico na cidade. E, isso, depois foi se apurar que era o, pra implantação da polícia militar, não tinha nem porque não implantar de uma forma mais simples do que fazer um verdadeiro terrorismo na cidade, porque houve um pânico na cidade, a cidade ficou em pânico, qualquer pessoa, aí corriam no lago, chegava a polícia corria, enfim, virou pânico, aquela psicose que já tinham matado, tinham esfolado, tinham estuprado, tinham, enfim, tinha engasgado. Só que nunca apareceu as vítimas, nunca apareceu aquela pessoa realmente que foi esganada, outra que foi estuprada, outra que foi assassinada, nunca aparecia porque obviamente que não era, não existia isso.”*

**CEV: O quê que foi na verdade isso?**

**RL:** *“O que se depois foi apurado, é que eles queriam implantar um grupo de policiais militares vindo do Pernambuco. A polícia militar aqui em Macapá, o (...), tão logo aconteceu o, foi, terminou esse, esse movimento todo, aí a polícia de, a polícia militar foi implantada. O*

*objetivo, segundo a agência apurou era implantar a polícia militar aqui no Estado do Amapá, na época território.”*

**CEV: Então foi criado uma situação. E quem criou isso?**

**RL:** *“Olha, seu eu não me engano era o, eu to agora, faz tanto, eu tinha um, um jornal de existência há muitos anos atrás, acho que o Fernando Canto tem. Tava mais fresco na minha memória, eu, o Rai Cunha pediu pra mim escrever sobre isso, eu morava no Rio nessa época, aí eu mandei pra ele um, uma, escrevi um monte, deu um página e, uma página e meia do Jornal Existência. Esse jornal se não me engano era do Pará, de Belém. E a gente, era o Tenente Machado se não me engano, que era tipo o chefe de polícia daqui.”*

**CEV: Quem?**

**RL:** *“O Coronel, Tenente Índio (...)”*

**CEV: CELSO MACHADO, Secretário de Segurança Pública.**

**RL:** *“Era. Não era secretário na época, era tipo diretor, porque naquela época não tinha secretária, era divisão, segurança pública, tudo, não existia secretária. Delegado geral da polícia aqui, e trouxe várias pessoas de fora e pra ter a polícia aí. Sei que implantaram a polícia sem haver necessidade de fazer todo aquele pânico. A gente vivia num clima tão tenebroso, de ditadura mesmo naquela época que...”*

**CEV: Você morava aqui ou você tava no Rio?**

**RL:** *“Não, não, morava aqui no Rio, estudante ainda do IETA. E no IETA foi outro, aí depois que, aí fui preso. Quando eu ia levar comida pro ODILARDO lá na Fortaleza eu passava na casa do (...), aí levava comida. Só morava ele e a professora WALQUIRIA.”*

**CEV: Quem?**

**RL:** *“O Isná e a professora WALQUIRIA”.*

**CEV: O Isná também foi preso nessa época.**

**RL:** *“Foi preso, foi preso. O Isná, o Periquito, O Jorge “Padeiro”, O Queixinho que era filho do George, o seu Chaguinhas, o professor de francês que era um professor (...) e outras pessoas foram presas. Foram presos e depois encaminhada pra Belém, mandado pra Belém.”*

**CEV: Isso foi durante o engasgo?**

**RL:** *“Não, no período do engasga. 74, 75... 74, servi o exercito em 75. 74, foi 74. E, aí levava comida. Quando essas pessoas foram presas, aí descobriram quem era que tava engasgando as pessoas, que era o subversivo, era o subversivo o termo mesmo, que tavam tocando o horror na cidade. Aí prenderam essas pessoas, levaram pra Fortaleza, após uns dias aqui levaram, foram pra Belém, foi todo mundo pra Belém. Isso, passou se não me engano um*



*mês pra lá e... Tempo assim eu não sei, passou tanto tempo já e a gente num. Aí eles foram pra Belém, ficaram lá e depois retornaram e pronto acabou-se, não teve mais. Foram solto, sem nenhuma explicação, soltaram, pronto. Na verdade não tinha nada pra, pra, nenhuma acusação. Não tinha nada, porque acusar de quê. Não tinha nenhuma prova, não tinha nada mesmo, eles pegaram como bode espiatório. Não, já tinha algumas, toda vez que essas pessoas, eles chegavam aqui iam presos, ser recolhidos. Mas antes disso, quando a gente ainda tava. A polícia, o, a polícia do exercito mesmo começou a circular no jeep lá pelo bairro do Laguinho. Interessante que o bairro do Laguinho foi um bairro assim que foi muito pressionado, não sei porque. (...). Os carros de vez quando passavam, lá, o jeep com soldado de arma.”*

**CEV: Vocês moravam no bairro do laguinho?**

**RL:** *“A gente sempre morou no bairro do Laguinho. Nascido e criado lá no bairro do Laguinho. E passou. Aí quando, uma vez nós estávamos sentado assim na varanda, eu, se eu não me engano eu já tinha chegado do colégio Amapaense, que parece que nessa época tava fazendo, terminando curso, sei lá. Aí passava o carro, aí de lá. Quando começou a passar o carro do exercito, o ODILARDO disse assim:*

*- “Olha isso vai, a coisa vai ficar agora.”*

*“Porque enquanto tava só a polícia correndo atrás dos supostos criminosos, não tinha problema. Quando ele percebeu que havia movimentação já do exercito, ele disse que tinha. Isso ele falou digamos hoje (...) ele falou digamos sexta, numa terça-feira, quando ele disse quando nós estávamos sentado, ele disse ‘isso vai ficar, o negócio começou a ficar feio que o exercito ta no meio agora’. Mas não deu outra. Acho que a prisão dele ocorreu numa sexta-feira, a prisão das pessoas ocorreu numa sexta-feira, aí levaram eles pra lá pro, e levaram preso e depois ninguém podia falar, que não tinha advogado, não tinha ninguém. Fico preso, fico preso, ficaram incomunicável.”*

**CEV: Não tiveram direito?**

**RL:** *“Nada, nada! Não tiveram defesa nenhuma. Nem em Belém. Aí, quando ele percebeu isso, ele disse ‘olha isso vai’ (...), aí foi aquele reboliço na cidade, foi aquele disse e me disse que, aí todo mundo foi pra lá e depois foi pra (...) Ele foi preso na rádio educadora realmente, lá em casa ele já tinha saído, aliás, ele nem tinha chegado. Eles foram primeiro em casa depois retornaram, foi pra educadora aí prenderam ele, de lá a gente não viu mais, só viu quando ele veio de Belém. E aí como eu era estudante do IETA, né, eu simplesmente gostava de escrever também, né! E uma vez quase eu sou expulso do IETA, sem, sem direito a nenhuma defesa. Eu tinha uma conclusão de um trabalho de umas colegas de equipe, aí eu, não sei qual era. Aí tinha uma professora, a professora Lucimar, que achava tudo que eu fazia, falava era*

atentando contra a democracia, o poder. Aí eu fiz uma, uma conclusão de um trabalho. Aí coloquei lá, “quem são os cavaleiros que vem de Aruanda”, só que eu fiz uma pequena modificação no verso da letra da música, aí pronto. Quando não demorou, chegou já tinha, quando eu cheguei no outro dia já tinham, mandaram chamar direto lá pra sala da diretora que veio uma reunião, falou, que me botaram lá, iam me mandar embora, iam me expulsar do colégio por causa daquela letra daquela conclusão que eu fiz. Aí teve dois professores muito bom, professor Bento e o professor Bosco. Bento Góes de Almeida e professor João Bosco. (...) Aí essas pessoas foram que me defenderam. Aí desse dia em diante a minha vida virou um inferno. Tudo que tinha que acontecer era eu, e aquele. Eu não sei como eu terminei o ano, porque já era meu último ano. Foi em 74 sim eu acho que esse engasga. (...) Aí eu fui embora pro Rio, aí terminou meu curso eu ainda fui trabalhar lá em Porto Grande e de Porto Grande eu fui embora pro Rio. Morei lá um bocado de tempo e lá que eu me engajei também nas lutas políticas, fiz parte de um, do, do, aí depois sai do PT, aí fui pro, quando o Leonel Brisolla fundou o PDT já, eu fui mais pro Leonel Brisolla, já participei mais dos comitês do Leo (...). Aí o Vladimir Palmeira foi disputar o governo do Rio, aí já me, trabalhei na campanha de Vladimir Palmeira. Saí do PT muito, embora eu tenha trabalhado, não quando cheguei, mas logo no início do, como eu falei antes pra fundar o PT no Rio, participou de. Eu ia pra Baixada Fluminense, Duque de Caxias, Nilópolis, aí depois terminou quando foi a primeira eleição já que foi o, que o... Ah não, eu ainda votei no Vladimir Palmeira do PT, mas o PT perdeu de uma lavada. Depois eu saí do PT, aí eu fui pro PDT do Brisolla, fiquei lá e depois eu desencantei muito com os partidos.”

**CEV: O senhor teve na fundação do PT, no Rio?**

**RL:** “Não assim, diretamente na fundação, mas logo que começou. Por exemplo, tinha o núcleo do, no Rio, que, eu morava na Casa dos Estudantes Universitário, aí se reuniu lá me casa. E a gente também se reunia, participava daquela reunião, tudo, que era pra fundar o PT, como ia ser feito, como ia deixar de ser feito. O, o PT tinha vindo (...). Mas não tinha nada ainda, tava o embrião da coisa, mas não, ainda não tava nada formalizado, aquele, fundação mesmo do partido. Acho que ainda nem podia ter, ainda não tinha, só tinha PMDB e Arena na época, aí depois que foi fundado.”

**CEV: O senhor foi embora daqui que ano?**

**RL:** “Fui em 70, eu servi, 74, 75 servi, 76. 77!”

**CEV: Aí em 77 o senhor se engajou na luta política?**

**RL:** “Lá, lá, em Belém não. Na verdade fui pra Belém, depois eu não gostei de Belém e fui embora pro Rio.”

**CEV: O senhor lembra o nome de pessoas que o senhor participou junto desse momento fora daqui, no Rio de Janeiro, o senhor lembra de alguém?**

**RL:** *“Eu conheço. Por exemplo, era o Dorival, o outro, eu conheço que hoje é até professor de história, se eu não me engano em Cuiabá, o apelido dele é Cuiabá. Hoje um cara muito, que é famoso no Rio, é o PATO, PAULO CÉSAR, que é produtor. Não sei, muita gente que a gente formava ali na casa do estudante, era um, que a gente participava ativamente lá. Salgado Maranhão, que era uma pessoa bem, escrevia, ainda escreve, um grande compositor.”*

**CEV: Vamos voltar pra Macapá. O senhor via essa letra dessa música que o senhor fez na escola?**

**RL:** *“Não, não! Não fui, não fiz a música, eu peguei. Tem uma música que diz, ‘quem são os cavaleiros, quem são cavaleiros que vem de Aruanda montado em seu cavalo branco’. É uma música assim, um... E dessa, na época, era um pouco de sucesso a música, eu peguei o verso dessa letra dessa luta aí, só que fiz um, algumas alterações. Mas, coloquei ‘quem são os cavaleiros que vem de Aruanda montados em seus cavalos brancos’.”*

**CEV: Uma paródia no caso?**

**RL:** *“Não, não. Essa aqui, essa aqui era, essa que eu to falando é a letra da música mesmo.”*

**CEV: Aí o senhor começou a cantar a música?**

**RL:** *“Não, não. Eu escrevi no final, eu concluí a...”*

**CEV: O trabalho com essa música?**

**RL:** *“Sim, a conclusão terminando com essa, esse verso dessa letra.”*

**CEV: E gerou toda essa?**

**RL:** *“Ah, e gerou uma polêmica lá que não... E foi, foi negócio, mas, não é que... Tinha relação com o trabalho, não tava desassociada ao contexto do trabalho. (...). E a gente passou. Eu não sei se por causa disso também que a minha família, depois passou uns perrengue assim, eu tive uma irmã que nunca conseguiu ser empregada aqui, que ia, nunca, foi uma das últimas porque, sei lá, nunca conseguia, nunca tinha... Aí depois foi, ficou mais fácil, né?!”*

**CEV: Teve um impacto muito grande pra família de vocês?**

**RL:** *“Ah teve, com certeza! Teve, teve, teve. Inclusive... Assim, as pessoas viam a gente assim sem, com aquele temor, com aquele receio de chegar perto de você ter alguma, tipo de amizade, de conversar contigo. Isso não era só, lá dentro do próprio colégio mesmo da, tinham poucas pessoas... Agora não, outras não. Pessoas que ficaram muito perto da gente, muito mesmo. Como o Fernando, o Juvenal, o Azolfo, esse pessoal, o Major, Olivar Cunha.”*

**CEV: Por que é o MAJOR?**

**RL:** *“Eu não sei! É o Leite, só que eu esqueço o nome dele. Ou é Leite ou Major, eu não sei qual é o primeiro nome dele.”*

**CEV:** **Leite, é?**

**RL:** *“É Leite. É, é, ele trabalha no INCRA inclusive. (...) Todo mundo conhece ele de Major, Major, Major, até a gente que é muito próximo dele, não sabe o nome dele assim. (...) Eu passo o telefone dele pra vocês. É que eu não tenho, amanhã eu ligo pra vocês e pego.”*

**CEV:** **E dessas pessoas que participaram com você, que outras você lembra assim?**

**RL:** *“Era JOÃO DE DEUS, MAJOR, rapá temo Manoel Bispo (...)”*

**CEV:** **Mulher, não tinha nenhuma?**

**RL:** *“Sabe que eu não to lembrado, acho, que se tinha alguma mulher. Aí, o MANOEL BISPO foi o primeiro presidente do Clã Liberal do Laguinho, MANOEL BISPO, artista plástico e tudo, ele foi do primeiro, se eu não me engano foi o primeiro presidente do Clã Liberal do Laguinho.”*

**CEV:** **O que é que vocês faziam tanto lá nesse movimento?**

**RL:** *(Risos) “Não, era interessante o movimento. Mas ali se reunia pra debater mesmo alguns assuntos, debatia, conversa.”*

**CEV:** **Que assunto vocês debatiam, lá?**

**RL:** *“Principalmente política, questões mesmo do Amapá. Não era todo final de semana, mas todo, uma vez por mês a gente fazia uma feijoada lá na casa do João de Deus, que ficava na Nações Unidas, na rua de casa.”*

**CEV:** **Tinha algum de vocês que tinha contato com pessoas de fora, com movimento lá fora, movimento de resistência lá fora?**

**RL:** *“Eu acredito que desses, o ODILARDO conhecia alguém.”*

**CEV:** **Seu ODILARDO era...**

**RL:** *“Era o, ele tinha, porque ele já tinha vindo... Mas ele conhecia alguém.”*

**CEV:** **Seu ODILARDO veio do movimento lá fora?**

**RL:** *“Não, não, o ODILARDO foi daqui mesmo. Ele foi, ele foi, porque o ODILARDO na verdade ele foi cedo pra Belém, ele foi servir pra Belém que aqui não tinha ainda na época o negócio do exercito, depois que foi implantado, ele foi cedo pra Belém.”*

**CEV:** **E lá em Belém?**

**RL:** *“Ele serviu o exercito, não sei se ele foi cabo ou sargento, aí engajou, né?! Engajou no exercito.”*

**CEV:** **Mas, em movimento lá?**

**RL:** “Não aí que, que vem um parte que aí no meu caso eu sinto meio distante. É que depois ele, ele... Quando ele tava no exercito ele, ele saiu do exercito depois, ele começou a se rebelar, ficar rebelde lá dentro por determinadas coisas que ele achava que não era justo, mas o exercito tem uma disciplina, uma ordem que você fica ou você vai ser punido mesmo. Aí começou uma série de punições, levar uma série de punições, aí resolveu sair do exercito. Não sei, até hoje eu não sei mesmo, se ele saiu ou se ele foi expulso.”

**CEV:** **Que época era isso que ele tava servindo o exercito?**

**RL:** “72, por aí assim, porque 74 foi o engasga, engasga.”

**CEV:** **Um pouco antes do engasga, engasga?**

**RL:** “Não, antes, muito antes.”

**CEV:** **Mas, foi depois do golpe?**

**RL:** “Foi, foi, foi depois do golpe. 70, por aí, eu acho que foi a partir de 70.”

**CEV:** **Ele tava no exercito? Lá no exercito ele começou a se rebelar?**

**RL:** “Sim. Foi em 70... Não, 75 eu tava no, eu servi, 76 eu fui trabalhar em Porto Grande.”

**CEV:** **Você serviu em Belém, também?**

**RL:** “Não, eu servi aqui em Macapá. 75 eu tava servindo, eu tava servindo e estudando. É, foi em 74, o Engasgo foi em 74, 75 eu tava já no último ano e servia o exercito ao mesmo tempo, 76 eu fui trabalhar pra, pra Porto Grande, 77 eu fui pro Rio de Janeiro. Então, é, da saída do exercito eu acho que fui em 73, 72, nesse período assim, 72... 71, 72, eu acho que foi 72 pra 73 (...)”

**CEV:** **Ele foi muito reprimido, lá?**

**RL:** “Aonde, em Belém?!”

**CEV:** **Lá no exercito.**

**RL:** “Bom, no exercito, isso que eu to falando anteriormente, eu não, nesse, nesse, não sei o que foi que aconteceu mesmo lá, porque pouco se fala sobre isso, sei que ele saiu do exercito, saiu do exercito e veio embora pra Macapá. Aí começou, ele foi advogado do Sindicato Rural, quando ele... Ah, sim! Aí ele veio pra cá, estudou, terminou os estudos, sei lá, fez o segundo, terminou o segundo grau que lá no exercito não estudava, aí voltou, aí fez o vestibular, passou pra direito, foi, depois retornou, quando chegou aqui foi, eu já falei isso anteriormente, foi ser advogado do Sindicato dos Rural, Sindicato Rural, não era dos Agricultores, era o Sindicato Rural, aí depois foi trabalhar na polícia, foi ser delegado de polícia. Trabalhou, entrou já falei na época dum outro militar que era o Comandante

*BARCELOS, que não tinha ainda, ainda não tinha disputado eleição. Ele foi o primeiro governador, ele foi nomeado depois do, da (...)*”

**CEV: Ele foi preso e alegação era que ele participava do Clã do Laginho?**

**RL:** “*Não, não, clã do Laginho não, do engasga-engasga.*”

**CEV: Sim, mas o pessoal do Clã do Laginho também...**

**RL:** “*É, quase todos foram preso.*”

**CEV: Pois é**

**RL:** “*Uns foram detidos, outros...*”

**CEV: Mas nem todos, né?**

**RL:** “*Nem todos, eu acho que o Joãozinho, o João de Deus foi, mas passou um dia lá. ASUFE também foi e passou um dia lá, o Fernando também passou um dia. Foram três ou quatro, o único que ficou mesmo preso foi o EDUARDO.*”

**CEV: Por quê que, assim, é, como é que eles chegaram nas pessoas que eles prenderam né, pelo engasga, assim eles tinham conexão, essas pessoas?**

**RL:** “*Tinham, tinham. Todas tinham conexão.*”

**CEV: Qual era o elo que ligava essas pessoas?**

**RL:** “*Olha, seu Chagas, o Fernando, o seu Chagas, o Isná, é porque eles tinham mesmo uma ligação, iam pra lá discutir sobre isso, o Isná na casa do seu Chagas. Agora quanto o seu Periquito, conheciam o Periquito mas eles tinham uma relação, o Jorge Padeiro também, o Queixinho idem. O Queixinho foi, foi olhar uma coisa e deram tiro nele, acharam que ele (risos) e levou um tiro de graça e foi preso como subversivo que não era, não tinha nada a ver.*”

**CEV: Mas tinha gente que tinha a ver?**

**RL:** “*Não sei se tinha a ver, não tinha a ver nada com o engasga. Aquilo ali foi uma, criaram uma situação que segundo depois só foi constatado para criar a Polícia, para instalar a Polícia Militar no Estado, aqui no Amapá. Como que iria haver necessidade disso? Se era para instalar, instalava e pronto. Mas eu também acho muito pouco esse, essa razão de fazer todo esse movimento e prender muitas pessoas para justificar a instalação da Polícia Militar no Estado do Amapá.*”

**CEV: O senhor acha que tinha algo mais?**

**RL:** “*Eu acredito que sim porque, se eles quisessem instalar, instalavam e pronto, acabou-se (...) tavam no poder.*”

**CEV: E o que então tinha mais?**

**RL:** “É isso que a gente quer saber (risos) porque, na verdade não tinha nenhuma conspiração é, ocorrendo pra, pra derrubar ou pra nada, nenhuma conexão fora, acredito que não...”

**CEV: Nem com o Seu ODILARDO?**

**RL:** “Honestamente, eu fico aí até meio pasmo um pouco porque as vezes eles se reservavam um pouco de não falar certas coisas, então a gente, ele tinha o quarto dele, as vezes ele saía e deixava trancado, pronto. A gente as vezes não tinha muito, as vezes conversava muito essas coisas não. Escrevia muito, levava um bocado de...”

**CEV: Ele escrevia muito, o Seu ODILARDO?**

**RL:** “Escrevia.”

**CEV: Você não tem nada do que ele escrevia?**

**RL:** “Pior que não.” (risos).

**CEV: (...)**

**RL:** “Pois é...”

**CEV: É, e o que aconteceu com os arquivos da rádio educadora?**

**RL:** “Olha menina, é isso que eu, não só da rádio difusora...”

**CEV: A rádio educadora estava ligada ao PIME né?**

**RL:** “Era, eu sei que segundo, também algumas “inalações” assim, especulações, o Padre Jorge **Basili**, era e acredito que sim, primeiro ele era reacionário mesmo porque eu trabalhei com ele, o Padre Jorge...”

**CEV: Ele era reacionário era?**

**RL:** “Era, e ele, na verdade foi ele que quebrou a rádio difusora, (...), a rádio educadora e tudo, entregou a rádio educadora, a gente tinha um jornal, Voz Católica, tudo ele acabou.”

**CEV: Quem acabou?**

**RL:** “O Padre Jorge.”

**CEV: Por quê?**

**RL:** “Segundo, ele era ligado ao, como é que se diz? Serviço Nacional de Informação, sempre ele...”

**CEV: Ele era ligado ao Serviço?**

**RL:** “Se era, era essa a especulação, até hoje se fazem isso né que, ele geriu mal os recursos, não sei se propositalmente para acabar com a rádio, para acabar com a Voz Católica, vendeu o avião, segundo o pessoal fala foi ele que vendeu o avião, destruiu...”

**CEV: Tinha até avião?**

**RL:** *“Tinha, o (...) tinha avião e ele, o Padre Jorge Basili e esse patrimônio todo da rádio, acervo da rádio difusora, educadora, realmente não sei, deve ta com alguém. Sumiu, assim como pegaram o acervo ali da, mas isso aí não vem ao caso (...). O acervo da rádio educadora sumiu, o acervo da voz católica, tudo.”*

**CEV:** **Eu fiquei também interessado nesse material que o seu ODILARDO escrevia...**

**RL:** *“Também, escrevia muito mesmo.”*

**CEV:** **Pois é, sera onde ficou, será?**

**RL:** *“Fico exatamente... Sabe que eu...”*

**CEV:** **(...) que ele trabalhava na rádio educadora, né?!**

**RL:** *“Não, não, antes mesmo.”*

**CEV:** **Não, ele deve ter arquivos dentro, pessoais também.**

**RL:** *“Não, não, ali ele escrevia como jornalista, mas escrevia mesmo.”*

**CEV:** **(...). Onde ficou esses arquivos do seu ODILARDO?**

**RL:** *“Provavelmente com ele...”*

**CEV:** **Com ele lá em Goiânia, então?**

**RL:** *“Eu não sei se ta aqui, eu sei que em casa não está, porque quando eu, casou tudo, saiu tudo, não ficou nada em casa.”*

**CEV:** **(...). Tem alguma previsão dele vir aqui?**

**RL:** *“Eu não sei, realmente eu não sei. (...). E foi isso, mas a gente, é, brigamos tanto né, a gente brigou tanto depois, a gente volta tudo de novo (risos), a gente ta num país hoje que...”*

**CEV:** **Mas é importante que a gente esclareça isso, né, porque essa, o brasileiro né fica cara a cara com a sua história.**

**RL:** *“É, demais eu acho que foi tudo né, importante né?!”*

**CEV:** **O senhor acha difícil falar sobre aquela época?**

**RL:** *“Não, o que eu tinha que falar foi isso. Mais porque a gente vê né sofrimento assim da família. Mas a vida foi assim, sempre vai ser assim.”*

**CEV:** **Você conseguiu depois disso superar? Os efeitos disso na tua vida.**

**RL:** *“Aí tem dois pontos, né?! Tem quando a gente recorda isso, a gente tem uma emoção né, mas, a gente tem aquela emoção, mas no fundo é pra gente que também participou de pelo menos um pouquinho pra ajudar o Brasil a sair daquela situação tão difícil que a gente se encontrava, né?! Mas consegui, cada um participou do seu modo, contribuiu da sua forma. A gente fica dum lado feliz e do outro sentindo, né, mas fez parte da luta, agente não pode (...)*



*A gente fica olhando assim, lendo tudo e viver né, que a gente participou, pouco, mas participou e que conseguimos muitas coisas, outras ainda não conseguimos, né?!”*

**CEV: Nessa época que o ODILARDO ficou preso na fortaleza depois que ele voltou, ele conta assim se sofreu alguma agressão?**

**RL:** *“Não, ele, ele não se refere a nenhum momento a isso aí. Eles só ficaram presos, as vezes os caras chamavam, acordavam. O resto foi só isso aí.”*

**CEV: Interrogatório?**

**RL:** *“Ah, esse interrogatório foi, eles foram interrogados, muito inclusive.”*

**CEV: Mas você não sabe se ele sofreu algum tipo de agressão?**

**RL:** *“Não, não, isso eu não sei. Ele nunca contou isso, ele nunca relatou pra gente se ele foi agredido, se já foi torturado, ele nunca falou.”*

**CEV: Ele chegou a ir pra Belém?**

**RL:** *“Chegou, chegou. Não sei quanto tempo ele ficou preso lá, acho que um mês.”*

**CEV: (...)**

**RL:** *“Pois é, também, ele também. Aqui em Macapá também ele nunca contou como foi lá dentro, porque a gente levava as comidas, eu levava a comida pra ele, a gente tinha que levar almoço, jantar, café, almoço e jantar. Só que quando, a gente não teve acesso a nenhuma informação, conversar nada. De lá eles foram pra Belém, quando ele voltou também de Belém ele não contou nenhuma situação, ele só foi preso, só disse que foi preso, tinha alguns momentos que passaram por muito interrogatório e o resto, ele nunca nos contou se ele foi torturado ou não. Ficou com ele o, eu digo, fico com ele, não quis relatar coisas que pra num ferir mais as pessoas, né?! (...). Isso é meu ponto de vista.”*

**CEV: (...). Ontem mesmo o Alexandre falou que o próprio Coronel mandou uma pessoa acompanhá-lo de volta com ele no avião, ele foi entregar cada um na sua residência. Isso aconteceu com o ODILARDO também?**

**RL:** *“Olha, em casa eu não estava nesse momento.”*

**CEV: Quando ele voltou de Belém o senhor não estava?**

**RL:** *“Não, não. Estava em Macapá, mas não estava em casa.”*

**CEV: Aí quando o senhor voltou pra casa, ele estava em casa o seu irmão?**

**RL:** *“Sim, quando terminou tudo, quando eles voltaram mesmo. A gente também não sabia qual era o dia que eles, que ele voltaria, a gente não tinha uma data ‘assim, não daqui a um mês vai ter isso’, nem advogado tinha.”*

**CEV: De repente ele voltou...**

**RL:** *“É, foi passou um tempo...”*

**CEV: E ele chegou de que forma, assim, tudo bem, depois que o senhor chegou em casa ele tava como? Tava feliz?**

**RL:** *“Ele tava alegre primeiro por ta solto, né, ta em casa. Aí os amigos começaram a chegar depois que, aí pronto foi só um a festa. ‘Ah, chegou o ODILARDO, chegou’, foi rápido né que a cidade...”*

**CEV: Rápido que a cidade toda...**

**RL:** *“É! Primeiro a cidade era pequena, né!”*

**CEV: Mas ele não tava abatido mais, tinha alguma, algum sinal de tortura?**

**RL:** *“Não, não! Que eu tivesse percebido, não. Não vi nada de marca, nada de...”*

**CEV: E depois dessas prisões o grupo dele chegou a se reunir novamente?**

**RL:** *“Não, aí a vida seguiu no seu...”*

**CEV: E a Clã voltou novamente?**

**RL:** *“Não, não.”*

**CEV: Ela acabou então com a prisão?**

**RL:** *“Acabou. (Risos). Foi, acho que foi, depois num...”*

**CEV: Ficou todo mundo com medo, será?**

**RL:** *“É, acho que sim, né! (Risos). Acredito que foi por aí que acabou sim a Clã, não se reuniu mais. Teve outras pessoas que foram embora, tudo. Não fora embora não, acho que acabou mesmo porque acabou mesmo. Não era melhor continuar, eu acredito que sim, né?!”*

**CEV: Era um movimento artístico cultural e político?!**

**RL:** *“É, né! Mas não levou mais. Acho que depois da prisão mesmo, acho que não se reuniram não. Não to lembrado, mas não se reuniram mais não. O que ocorreu depois, eu acredito que não tenha mais, não me lembro bem, mas acho que não foi mais adiante não. Aí depois tentaram reerguer, mas não deu mais certo. Já, já muito tempo já, uns 3 anos atrás. Foi, mas aquilo tudo foi importante pras nossas vidas, né?!”*

**CEV: É a história de vocês, né, e a nossa também! Garantir a nossa liberdade, democracia...**

**RL:** *“É, pouquinho, né! É, pois é, tão bom. É, vocês não tão fazendo um trabalho desse que vai deixar isso pro, daqui a 100 anos, 200 anos isso vai ta. Vocês foram, são as pessoas que tão caminhando pra fazerem esse, essa produção todo. Tem alguém que ta falando aqui, mas alguém fez isso, né?!”*

**CEV: Legal, né! Pras gerações, né?!**

**RL:** *“É, pras gerações vai ficar. Daqui a 500 anos isso aqui vai ta com certeza, isso aqui vai ser uma forma e conhecer a história daqui a 500 anos, mil anos. A gente não tem*

*lembrança da Idade da Pedra que o cara risco lá na pedra e tem lá aquilo que marcou a geração da gente?! Foram estudar esporte dos índios, tudo. Aquilo ali foi ficando, ficando, a gente vai descobrindo, assim é a nossa história. Tem um degrau que a gente vai aprendendo, fazendo e deixando pras nossas futuras gerações. (...).”*



**Testemunho de:** Adolpho Eugênio de Oliveira Nery

**Transcrição:** Adrian Kethen Picanço Barbosa

Testemunho coletado pela Comissão Estadual da Verdade do Amapá, em na cidade Macapá-AP.

---

**BIOGRAFIA DO ENTREVISTADO:**

Adolpho Eugênio de Oliveira Nery, nascido em Belém do Pará no dia 07 de julho de 1939. Engenheiro, ex-vereador da cidade de Macapá. Foi militante estudantil no Amapá dentro da linha ideológica da direita.

**NOTAS SOBRE ESTA TRANSCRIÇÃO:**

- Os elementos entre colchetes e em letra itálica são inserções do transcritor no texto corrido.
  - O texto apresentado sem itálico é a transcrição da fala do entrevistado;
  - Foram adicionados detalhes relativos às inserções e comportamentos do entrevistado no decorrer da entrevista, além de notas explicativas, cujo objetivo é agilizar a leitura do conteúdo e inserir algumas referências necessárias para o entendimento das opiniões expressas pelo entrevistado. Estes detalhes estão nas notas de rodapé;
  - As passagens em que o entrevistado cita conversas e falas proferidas em outras ocasiões foram incluídas entre aspas.
- 

**Depoimento 002:** Adolpho Nery

*[O vídeo não capta a primeira pergunta feita ao depoente, somente sua resposta]*

**Adolpho Nery:** Bom, eu nasci em Belém Estado do Pará e sendo meu pai convidado pelo primeiro governador-geral, eu ainda tinha 8 anos quando nós partimos Belém para viver aqui no Amapá. O meu pai era contador e passou a ser funcionário do Governo do Estado, aliás, do território, do primeiro Governador Janary Nunes. Então daí nós estudamos no grupo escolar Barão do Rio Branco e meu pai deu sequência a criação de seus filhos, naquele tempo que tudo era agreste aqui nesta terra.

**CEV-AP:** Vocês moraram onde? Logo que vocês chegaram.

**Adolpho Nery:** Nós construímos, logo depois, o nosso pai... uma casa na antiga Coronel José Serafim que hoje é a Tiradentes, a Rua Tiradentes. Fica entre a Fab e a Iracema Carvão Nunes.

**CEV-AP:** O senhor estudou no Barão do Rio Branco e depois, fez o colegial aqui ou não?

**Adolpho Nery:** Eu concluí o primário a quinta série primária no Barão do Rio Branco, na época nós tínhamos uma admissão e eu fiz admissão e passei a estudar na antiga Escola

Normal de Macapá, depois IETA e hoje é a Faculdade Estadual. Então eu fiz até o segundo ano secundarista naquela época os cursos era primário, secundário e o científico que corresponde hoje o segundo grau. Então eu estudei até o segundo ano e minha família me transferiu para estudar em Belém o intuito de fazer seminário, mas, eu rejeitei! Mas eu fiquei em Belém estudando no Colégio Salesiano Nossa Senhora do Carmo, e lá eu fiz até o segundo ano científico com os párcos depois retornei a Macapá. Quando retornei a Macapá eu já tinha uma experiência dentro do grêmio estudantil Domingo Satre do Colégio Carmo, que inclusive, eu fui presidente e militei muito com aqueles líderes da União dos Estudantes do Pará, mas logo depois fui chamado para Macapá e aqui fazer o terceiro ano científico aqui em nossa cidade no colégio Amapaense.

**CEV-AP:** E aqui o senhor começou a sua militância?

**Adolpho Nery:** É eu já trazia uma experiência da política Estudantil do Pará e cheguei aqui eu já tinha sido presidente do Grêmio do Colégio do Carmo... Salesiano Nossa Senhora do Carmo e eu me candidatei a presidente da União dos Estudantes do Amapá a UEXA e não fui... não tive êxito porque acharam eu não tinha um tempo suficiente na política amapaense. Eu me inscrevi para a minha candidatura num tempo que tinha que ser *[inaudível]* e os meus adversários... adversários do meu grupo eles me perderam como presidente e assim, os adversários eles impugnaram a minha candidatura e eu não pude ser. No ano seguinte eu me candidatei, com a experiência que eu tive. Eu passei o ano todo elaborando o plano para que eu tivesse a ascensão a UEXA e eu venci, isto foi 1963.

**CEV-AP:** Senhor, quem eram os seus adversários na época?

**Adolpho Nery:** olha, na realidade existiam duas facções uma direita e outra de esquerda, os meus adversários ... Eu preferiria primeiramente falar dos meus correligionários dos aliados, então era José Figueiredo de Souza, o sabino. O Antônio Tostes que já é falecido, entende? Antônio Tostes, que era presidente do Grêmio do CCA, Colégio Comercial do Amapá.

**CEV-AP:** Como era o nome do Grêmio lá?

**Adolpho Nery:** Era ... do Grêmio *[alguns segundos em silêncio em busca da lembrança do fato]* eu não sei bem se era Gabriel de Almeida Café, o professor Café, agora do Grêmio e também Laércio Monteiro, presidente do Grêmio Rui Barbosa do Colégio Amapaense e nós tínhamos também como presidente do Grêmio da Escola Normal de Macapá que era a Elcy Lacerda, hoje é dado o nome da biblioteca pública ela também era militante. Entende? Nossa aliada, nós tomávamos propriamente dito conta da política no ano de 1963 quando eu fui eleito presidente.

**CEV-AP:** O senhor eleito em que mês?

**Adolpho Nery:** nós fazíamos logo que entrávamos no ano letivo ou a volta às aulas. Então os Grêmios promoviam, a União dos estudantes promovia a eleição do novo presidente, então eu recebi logo no início de 1963. Antes do fato da Revolução.

**CEV-AP:** E o mandato era de quanto tempo?

**Adolpho Nery:** Um ano só!

**CEV-AP:** Todo ano tinha eleição?

**Adolpho Nery:** Todo ano tinha eleição para presidente! Agora o movimento estudantil no Amapá ele era forte demais. O estudante ia ... ficava descontente com o governo e ia para as ruas fazer aquele protesto inclusive com apoio da União dos Estudantes do Brasil no caso era Ubes União Brasileira dos Estudantes secundaristas, esses eram que nós recebemos todas as informações, ordem...

**CEV-AP:** Eles vinham pra cá? *[pergunta não respondida no momento]*

**Adolpho Nery:** Eles que nos comandavam, né, nacionalmente, era Ubes União Brasileira dos Estudantes secundaristas. Então eles vieram na minha gestão eles vieram, mas já com aquele pensamento nacionalista, e se reuniram no Ginásio de Macapá, antiga escola Industrial de Macapá e fizeram ali um seminário, mas era um seminário que eu próprio, eu não.... sendo presidente da União dos Estudantes, eu não concordei porque o único objetivo era fazer pregação da doutrina nacionalista que a meu ver era o puro comunismo. Entende? Mas quando eu estava na União dos Estudantes, a UEXA a gente recebia panfleto de toda parte do mundo, da União Soviética, da Tchecoslováquia aqueles panfletos para que nós fizéssemos realmente a pregação do marxismo, entende? No Amapá certamente isso ia para a Ubes e de lá mandavam para nós.

**CEV-AP:** Pelos correios?

**Adolpho Nery:** Pelos correios!

**CEV-AP:** E eram em português os textos?

**Adolpho Nery:** É já vinha tudo em português.

**CEV-AP:** E que doutrina era o seu grupo?

**Adolpho Nery:** Não, nós eramos da direita, eu lembro. Eles chamavam, chamavam-nos de reacionários .... reacionários. Quando o que nós fazíamos quando estudantes, eu por exemplo, me interessava não pela política internacional de Cuba, o comunismo nessa época Cuba, influenciou grandemente aqui na América do Sul, e eles influíram muito aqui no Brasil. Só se falava na Nova República de Cuba, Fidel Castro, Che Guevara e era esse movimento que tinha como finalidade tomar conta do país, entende? E o muito ao lado da igreja e não me interessei comecei a combater. Eu digo da igreja, vamos dizer da minha religião, entende? Católica, que

eu estudei em colégio seminarista... aliás, salesiano, dirigidos por Padres Salesianos, então eu tinha uma outra formação e não me interessei muito, e achava de combater o que eu queria fazer uma boa gestão no mandato nós tínhamos muito apoio no que se diz ao governo, foi criado aqui a casa do estudante. Os estudantes que vinham aí de Amapá, Oiapoque, Mazagão e não tinham onde morar, então foi criado a casa do estudante. A União dos estudantes, a UEXA até hoje existe o prédio, que depois foi tomado pela força revolucionária acabou o movimento estudantil de uma de uma maneira assim muito inesperada para nós que deixou de funcionar todo esse movimento estudantil grandioso que nós tínhamos aqui no Amapá mesmo ele voltado para bons pensamentos, boa formação de jovens. Nós por exemplo, eu como presidente da União dos estudantes, eu que escrevi os primeiros jogos secundarista do Amapá. Esses jogos que nós temos aqui foi fundado com outro nome pela União dos Estudantes. Eu até estou querendo escrever um livro sobre a história dos jogos escolares que começou aonde? na flor do meu mandato. Entende? então nós criamos também, aliás não fui eu, mas o antecessor, criou o chamado “banco do livro”, que nós coletávamos livros da população e vendíamos por um valor simbólico. Aqueles livros já utilizados, então esse programa que existe hoje que de arrecadação nós já fazíamos há muito tempo, com o banco do livro que foi ver o antecessor e ele não era nosso partidário, ele era partidário da esquerda.

**CEV-AP:** Quem era?

**Adolpho Nery:** Era Antônio Messias Tavares, ele tinha também um outro irmão que até se formou, ambos já morreram ... é, Doutor Veríssimo ele foi procurador aqui do Estado já na época do Aníbal Barcellos.

**CEV-AP:** A sede da UEXA foi construída na sua época?

**Adolpho Nery:** Não foi iniciada, mas eu é que desenvolvi e deixei quase terminada só não foi concluída porque eu quando passei para o meu sucessor que era meu amigo José Figueiredo de Souza, em março e veio dia 31 a revolução, mas nós, por exemplo eu quero aqui lembrar que aquele terreno que nós temos ali no canto com o Sebrae aonde funcionou logo depois eles nos tomaram, o Grêmio Rui Barbosa que era o Grêmio do Colégio Amapaense. Ali nós tínhamos um prédio muito grande que nós fazíamos as quermesses, as matinais, o movimento estudantil se deslocava todo para lá a classe estudantil dia de domingo.

**CEV-AP:** Era lá que era a sede da UEXA?

**Adolpho Nery:** Não, não. a sede da UEXA aqui da Coaracy Nunes ainda existe. Aí veio a revolução e impediram, fecharam o Grêmio estudantil.

**CEV-AP:** Lá não chegou a ser sede da Polícia Federal?

**Adolpho Nery:** Aonde?

**CEV-AP:** Lá onde é esse prédio da UEXA da Coaracy Nunes

**Adolpho Nery:** Da UEXA, depois foi a Polícia Federal para lá. E fecharam tudo, todos os Grêmios, entende? Então o governo ficou responsabilizado pelos cuidados e o que veio foi o Projeto Rondon - campos avançados para lá e propriamente dito desapareceu o movimento estudantil do Amapá. Mas já desapareceu depois de 31 de março eu já havia entregue para José Figueiredo de Souza, entende?

**CEV-AP:** Mas vocês depois, por mais que, por exemplo, depois da Revolução, vocês sempre foram ... não eram simpáticos as ideias comunistas de todo modo depois de 31 de Março vocês também foram perseguidos. Vocês acabaram sendo?

**Adolpho Nery:** Não, nem todos. Quem foi perseguido foram aqueles que claramente evidenciavam a esquerda aqui no Amapá. Esses foram, inclusive alguns presos, como presidentes de sindicatos na Fortaleza de São José de Macapá.

**CEV-AP:** Vocês não?

**Adolpho Nery:** Não, não! Quem era da direita, alguns prestaram depoimentos. Eu não fui chamado porque eu não era mais o Presidente da União dos Estudantes e eu não tinha nem assim... vestígios de ser um esquerdista, eu era claramente o contrário à esquerda, porque lia o marxismo e entendi que seria melhor continuar na direita.

**CEV-AP:** O senhor se acha assim, ou nos indica algum assim... não vou dizer teoria, mas o que orientava sua vida, qual era a perspectiva? O que vocês liam? Porque sabiam que não eram comunistas. Então, qual era a sua identificação, as ideias, os livros que liam, os autores? O que debatiam?

**Adolpho Nery:** Olha, eu na época, eu até distribuía para as pessoas pobres o leite que vinha da Aliança pelo Progresso que era bancado pelo Estados Unidos. Então aquele programa eu atingi os pobres, alimentava os pobres. Então eu estive sempre ... hoje, eu por exemplo, sou de uma instituição de caridade e de serviço, o Lions Club. Eu sou há 40 anos, então eu sempre gostei de prestar serviço aquelas pessoas humildes, para as pessoas mais pobres. Então sempre, por exemplo, eu recebia esse leite e dava para as pessoas que na realidade precisavam, entende? Na época que o povo era muito carente, nós só tínhamos ... os empregos só eram dados para funcionários do antigo território, entende, não era fácil.

**CEV-AP:** O senhor diz que isso não é algo que o senhor deve a sua formação cristã?

**Adolpho Nery:** Eu acho que eu herdo dos meus pais esse espírito. Papai também tinha esse mesmo espírito. Agora o meu posicionamento na União dos Estudantes era fazer uma boa gestão para eleger o meu sucessor entende? E continuar elegendo mesmo fora, porque eu já estava no terceiro ano colegial, mas, eu poderia dar fazer ser um consultor ser um orientador da



classe estudantil na época que eu tinha muita influência, porque eu fui eleito uma margem de votos muito grande. Então nós tiramos o poder estudantil aqui em Macapá da mão dos nossos adversários que tinham um posicionamento de esquerda, quando nós éramos de direita.

**CEV-AP:** E quem eram eles? Quem eram esses adversários?

**Adolpho Nery:** Um era muito meu amigo, mas estava do outro lado, e até quando ele morreu nós éramos como irmãos, Helinho Gurgel. Era o Messias Tavares, Verissimo Tavares que era irmão do Messias. Nós tínhamos também o Haroldo Franco que também faleceu.

**CEV-AP:** O Haroldo era jornalista da turma da esquerda?

**Adolpho Nery:** Era jornalista, esquerdista.

**CEV-AP:** Desferino

**Adolpho Nery:** Desferino de esquerda [*acena positivamente com a cabeça*], era...

**CEV-AP:** O Bolero?

**Adolpho Nery:** Quem?

**CEV-AP:** O Bolero, não?

**Adolpho Nery:** Não, o Bolero não ele não tinha tendência política né! O Capiberibe de esquerda, tanto é que ele foi preso na Fortaleza de Macapá as prisões foram efetuadas e eles foram para Fortaleza de Macapá. Eu ainda cheguei uma vez ir visitar o Gurgel, e lá tinha um que era o mais agitado que era o Ribeirinho, mas eu não me lembro do nome [*baixa a cabeça tentando lembrar do nome*]

**CEV-AP:** O Padeiro né? Alexandre Ribeiro

**Adolpho Nery:** Não! Era o Ribeirinho, ele era vice-presidente do Grêmio Ruy Barbosa na época. Mas ele era agitado daquele jeito, todo mundo gostava do discurso dele, muito rústico entende? não falava bem, mas tinha o dom de convencer, entende?! falando errado mesmo e o pessoal da esquerda aplaudia. Ele assim, ele logo depois que foi preso ele desapareceu de Macapá, me disseram que ele foi para Cuba e de Cuba retornou para o Rio de Janeiro e lá se formou em advogado, ele já faleceu também. Agora, o caso do Senador Capi, na época ele não foi assim aquele líder de frente, mas, ele foi preso injustamente [*inaudível*], naquele afã de pegar todos. Então pegaram todos e ele foi também. Mas ele também era bastante esquerdista.

**CEV-AP:** E o Tadeu, Dr. Tadeu lá de Santana?

**Adolpho Nery:** Ele não tinha evidências.

**CEV-AP:** E a família Borges? Já tinha alguém ou eles vieram só mais a frente? O Paulo Guerra?

**Adolpho Nery:** O Paulo Guerra ele não se envolvia na política estudantil, eu não conheço. Mas ele falava muito bem, mas, simplesmente com orador. Era muito aplicado, tinha uma literatura muito evoluída.

**CEV-AP:** Alguns desses estudantes conseguiram algum cargo eletivo mais adiante nos anos 70 ou 80 quando a eleição abre um pouco mais, eles conseguiram?

**Adolpho Nery:** Não, eu acho que só o Capiberibe. Que foi para Cuba ele até contou no Fantástico a história dele não adianta nem como eu comentar. Ele falou no Jô, não foi no Fantástico, foi no Jô. E lá e passou a ser entrevistado e mostrou como ele chegou a Cuba, entende?! Foi através de... ele programou uma doença e tava no hospital né e fugiu como se fosse um médico. Ele disse isso no Jô.

**CEV-AP:** E o Antônio Pontes vocês ajudaram na eleição do Antônio Pontes?

**Adolpho Nery:** Olha o Antônio Pontes ele disputou com o Janary Nunes. Isso foi antes da Revolução, entende?! E ele ganhou como? Mérito próprio ele tinha aquele vozeirão, impressionava. Então eu acho que foi mérito dele, um acordo feito com o Lucimar Amoras del Castillo porque o líder mesmo na época era o Lucimar Amoras del Castillo já tinha perdido várias.

**CEV-AP:** E ele chegou a ser do movimento? Chegou a ser do movimento estudantil?

**Adolpho Nery:** Quem?

**CEV-AP:** O Lucimar

**Adolpho Nery:** Ele era professor, então liderava uma grande parte do Magistério, tanto é que hoje ele tem aquele colégio com o nome dele.

**CEV-AP:** Então, uma curiosidade ... como era a relação dos professores dentro do Grêmio e do Governo, havia relação? Ou era tudo muito separado? Movimento estudantil só estudante...

**Adolpho Nery:** Não, professor não se envolvia, entende? Não se envolvia, pelo contrário quando nós tínhamos um diretor que não satisfazia, que não era querido e que quando ele errava ele era xingado e classe estudantil ia para as ruas e protestava isso aconteceu com professor diretor do Colégio Amapaense né que fizeram até no enterro dele.

**CEV-AP:** Como era o nome dele?

**Adolpho Nery:** *[risos antes da fala]* O Murilo ... Murilo ele passou a ser dono colégio Rutherford em Belém. E eu era muito amigo dele, quando eu saí daqui para estudar engenharia, eu lecionei lá no colégio dele, para o vestibular. Aí eu fui professor de matemática na parte de geometrias analítica, plana e espacial lá para o vestibular. Todo o tempo que eu estive na faculdade de engenharia eu lecionava em Belém, inclusive, no Rutherford.

**CEV-AP:** E o governo ele tinha muita ingerência no movimento?

**Adolpho Nery:** Não, o governo... Eu acho que naquele tempo que nós ... que o movimento era forte, o governo nos respeitava porque também valia muito a política no Amapá. Então estar contra os estudantes, entende? Era meio receoso eles tinham assim um verdadeiro pavor dos governos que... Esses que vieram após Janary Nunes. Entende?

**CEV-AP:** aí o senhor terminou o seu...

**Adolpho Nery:** Mandato?

**CEV-AP:** Não, eu digo a sua formação escolar em 63 ou 64?

**Adolpho Nery:** Eu terminei em 63

**CEV-AP:** Então 64 já...

**Adolpho Nery:** Já fora da escola. Mas eu antes, elegi o José Figueiredo de Souza Presidente da União Estudantil, mas ele não chegou a ser presidente porque a revolução dia 31 e acabou.

**CEV-AP:** E aí em 1964, o senhor estava aqui em Macapá em março de 1964?

**Adolpho Nery:** 1964? Estava, estava em Macapá!

**CEV-AP:** O senhor lembra como foi esse 31 e 1º de abril? O senhor lembra como foi? Se causou algum alvoroço na cidade ou como vocês souberam?

**Adolpho Nery:** Macapá era muito assim, interior, era uma cidade que estava prosperando. Mas esse movimento ele apareceu lá no sul do país, entende? E nós ficamos um pouco distante, mas o que nós sentimos quando chegou as forças do novo governador, aí que foi sério demais. Porque novo governador o Luiz Mendes da Silva veio com muita força e inclusive até usava um rebenque aqui [*aponta para a parte lateral do corpo, da cintura e da perna*] um chicote. Eu estava dando aula da na ... no IETA, antiga escola normal e dando a minha aula de matemática ele chegou. 'Professor, licença', entrou e começou a conversar e causou admiração dos alunos aquele posicionamento dele de estar com aquele chicote dele que ele batia as vezes assim [*faz gesto com as mãos imitando uma chicotada*] na mesa, não na minha sala de aula, mas diziam que no palácio ele batia sem parar. Dava a impressão de muita arrogância, força e esse foi o que trouxe um elemento do exército Coronel ou Capitão Fontenelle e fez horrores aqui, essa foi a fase que o povo ficou assobrado.

**CEV-AP:** E o Amauri Farias ele...

**Adolpho Nery:** Ele era de esquerda!

**CEV-AP:** Mas nessa época ele era estudante ou era um senhor já?

**Adolpho Nery:** Não, não... ele era funcionário, mas era contrario as ideias da direita e tinha ligeiramente uma tendência. Ele parece que foi preso também.

**CEV-AP:** Ele fazia parte de partidos, sindicatos

**Adolpho Nery:** Era mais a questão dos sindicatos...

**CEV-AP:** E o senhor foi para Belém quando?

**Adolpho Nery:** Aí eu continuei sendo professor. Nada me atingiu por causa do meu posicionamento entende? Eu inclusive até roguei a Deus para eu não ser delator dos meus companheiros, dos próprios amigos que estavam do lado da esquerda né! Quando não me chamaram, mas chamaram o José Figueiredo de Souza, esse teve que prestar depoimento. E o chefe de polícia era o Odir [*segundo nome inaudível*] inclusive continuou por um determinado tempo.

**CEV-AP:** O senhor disse que essa época foi bem difícil em Macapá, como é que foi?

**Adolpho Nery:** Esse Luiz Mendes da Silva ele era muito assim, agressivo com as palavras. Governador né! E se vê com todo o poder ele mexeu entregou para o Capitão Fontenelle todo esse poder de fazer as investigações, entende? e inclusive ele trouxe para cá o senhor chamado Renê

**CEV-AP:** Remonche né?

**Adolpho Nery:** É Remonche e nomeou como prefeito. Bom aí teve um caso com um negro aí que baleou na mão direita dele ou na mão esquerda e ele passou vários tempos [*inaudível*]. Então houve um tiro e esse tiro ele passou muito tempo com a mão enfaixada sabe?

**CEV-AP:** O Fontenelle?

**Adolpho Nery:** Não! O Renê discutiu com o negro lá, parece que ele era chamado Tapioca, eu não me lembro bem como era o nome desse negro e ele como prefeito foi alvejado por ele na discussão. Então esse foi um dos tumultos. Outro tumulto foi quando Fontenelle, começaram a investigar corrupção aqui no Amapá. E aqui não era tanta, mas ele chegou a investigar que um funcionário do governo tinha levado da repartição uma máquina de escrever e ele fez esse rapaz, esse senhor chefe de família, e colocou a máquina na cabeça dele e atravessou a Leopoldo Machado lá do Santa Helena o chamado [*inaudível*] então de lá com a máquina na cabeça. Aquela humilhação, sabe? E isso não foi satisfatório para o povo do Amapá não apesar de ... Então ele veio trouxe de lá para o palácio parece, não sei bem! E o povo todo olhando, acompanhando toda aquela humilhação. Esse foi um fato muito triste que nós consideramos, mas porque, ele além de todos virem humilhando, as tropas dele né. O povo olhando. Foram esses dois fatos que eu achei mais agressivo da Revolução, outro levaram aqueles elementos de esquerda para Fortaleza e dali transferidos para o presídio São José lá em Belém na praça Amazonas. Alguns deles, talvez a maior parte foi transferido para lá. Aqueles mais audaz, aqueles que mais militaram em favor da esquerda.

**CEV-AP:** O senhor passou um tempo dando aula e quando o senhor foi para Belém?

**Adolpho Nery:** Sim aí depois dele, do Mendes da Silva que ele parece que só o governou dois anos depois veio o Lisboa Freire, também mais dois anos. Gostava muito de festa, etende? e nós tínhamos festinha ali, quase ali de frente, numa praça onde tinha um malocão, onde tinha a ponte ali no laguinho, juntamente com o Marabaixo, onde é a UNA<sup>35</sup>.

**CEV-AP:** hoje?

**Adolpho Nery:** É hoje! Que foi construído malocão. Ele governou dois anos e não fez maus tratos a ninguém. Aí veio o Ivanhoé Gonçalves Martins, que eu considero que foi um grande governador, sério que gostava a moralidade. Tanto é que eu fui castigado por ele e me convenci que eu tava errado e aceitei a penalidade que ele me aplicou, mas ele disse o seguinte: ‘você descumpriu as minhas determinações’, que eu tinha pedido porque eu tinha já três filhos, eu precisava daquela bolsa que era o meu salário. E o governo tinha como era respaldado por lei o funcionário público que passasse no vestibular, entende? tinha o direito de cursar fora, em virtude, do Amapá não ter uma faculdade. Muitos foram pra lá porque o próprio governo deu a bolsa. Mas eu já era funcionário ficou mais fácil, era federal.

**CEV-AP:** Mas o senhor foi quando para Belém?

**Adolpho Nery:** Eu fui.... Depois de 64 até 68 ... até 67 eu fui professor, aí eu pedi a bolsa ele me deu e me formei em 73.

**CEV-AP:** Era aí que eu queria chagar com o senhor, em 73 o senhor voltou para cá?

**Adolpho Nery:** Voltei, era uma obrigação minha.

**CEV-AP:** Mas era como funcionário?

**Adolpho Nery:** Mas ele me deu castigo só um ano porque ele disse para mim: ‘você vai ter que andar com as próprias pernas durante esse ano. Para o ano você vem eu vou estudar seu caso’. E aí quando eu cheguei no outro ano havia passado para o segundo ano de engenharia, e ele teve piedade...

**CEV-AP:** E instituiu a bolsa

**Adolpho Nery:** É! E eu continuei como funcionário, mas era pouco.

**CEV-AP:** Muita gente tinha bolsa naquela época?

**Adolpho Nery:** Nessa época muitos estudantes. Bastaria passar no vestibular, não tinha faculdade né, que ele conseguia as bolsas. Eu só sei do meu caso, que era funcionário e tive direito do meu salário que era pouco num era muito.

**CEV-AP:** Mas dava para o senhor se manter lá?

---

<sup>35</sup> União dos Negros do Amapá.

**Adolpho Nery:** Não! Eu já era professor, passei a lecionar no Augusto Meira, no Rutherford, no Nóbrega, aí passei a viver eu chegava sair de casa 6:30 da manhã para faculdade, lecionava e chegava em casa 11:30 da noite 23 horas.

**CEV-AP:** E sua família ficou aqui?

**Adolpho Nery:** Não! Aí eu tive que alugar casa lá ... alugar. Primeiramente passei a morar na casa do meu pai. Que meu pai se aposentou daqui foi para Belém. Aí eu morava na casa do meu pai depois sabe que é muita criança não dá certo.

**CEV-AP:** Você já tinha 3 filhos?

**Adolpho Nery:** Já sim.

**CEV-AP:** Quem eram?

**Adolpho Nery:** Era a Hena, que é a médica, conheces a Hena? A Sandra ...

**CEV-AP:** Conheço! A Sandra já era nascida?

**Adolpho Nery:** Já... tinha também o Paulinho todos os três nasceram aqui.

**CEV-AP:** Aí o senhor voltou em 73 com a família toda?

**Adolpho Nery:** Eu? Não ficaram lá! Não, depois de formado? Eu voltei para Macapá, era obrigação minha der servir a terra. Eu tinha usufruído dessa bolsa justamente para servir o Amapá. Aí eu voltei e eu não troco nenhuma terra pelo nosso Amapá, eu não. Eu já tô dois anos que não saio daqui, nem para Belém.

**CEV-AP:** A Telma é sua filha?

**Adolpho Nery:** A Telma é!

**CEV-AP:** É a mais nova de todas, nasceu depois?

**Adolpho Nery:** É das meninas. Aí o Adolpho que é advogado. Aí o meu objetivo foi só é... sempre foi formar meus filhos. Depois disso eu cumpri o meu dever.

**CEV-AP:** O senhor voltou em 73 para o Amapá e esse ano marca um acontecimento aqui q foi o engasga-engasga. O senhor sabe de alguma coisa disso? O que houve e como foi isso?

**Adolpho Nery:** Olha que houve como eu não participei, eu não estava no Amapá nessa época, mas falava-se muito que Fulano, Fulano, Fulano... e apareceu, mas eu nem acredito que isso tenha sido verdade.

**CEV-AP:** Então não tinha voltado na época do engasga?

**Adolpho Nery:** Não.

**CEV-AP:** O senhor voltou em que época mesmo?

**Adolpho Nery:** Em 73 quando eu me formei.

**CEV-AP:** Em que mês?

**Adolpho Nery:** Depois da formatura eu vim logo embora. Foi em fevereiro.

**CEV-AP:** E o engasga? O senhor tomava notícias como?

**Adolpho Nery:** Ah isso aí ... povo da rua, entende? O povo da rua que falava. Eu não me interessei muito por isso porque não havia prova, entende? Não me interessei, /houve também a questão de uma loira, entende? Parece que tudo isso era lá no marco zero, que ela agredia os homens e tal. Tanto é que na banda existe a loira, a história parece que vem de lá.

**CEV-AP:** Na banda?

**Adolpho Nery:** A banda que o Sabino comanda.

**CEV-AP:** O senhor acompanhou a criação da banda?

**Adolpho Nery:** Olha ... não.

**CEV-AP:** Mas a banda é já aqui dos anos 70 né? 74 a primeira banda foi 74.

**Adolpho Nery:** É que tinha a Nice Sabino que comandava. E outros... A banda surgiu por causa da política

**CEV-AP:** Um dos fundadores é o Tenente Pessoa.

**Adolpho Nery:** É Pessoa. Foi a questão da banda, eu não me lembro qual foi o candidato, que era muito inquerido, mas, que o povo queria ele. Não sei se foi o Janary, aí inventaram a banda. Inclusive eu era do lado do Janary na época, eu ia aos palanques fazer algumas orações. Eu gostava muito do Janary, porque ele foi para mim, o grande governador do Amapá. Desbravador, construiu estrada, fazenda, abasteceu a cidade, entende? Toda, que a cidade não tinha nada, ele construiu inclusive as escolas na ribeirinha, no interior mesmo de madeira naquela época. A estrada chegou até Calçoene e depois de longos anos foi que vieram dar atenção para chegar até o Oiapoque, entende? Mas tudo isso quem fez foi o Janary. Não sei se eu estou fora do *[do tema no caso]* ...

**CEV-AP:** Não, não!

**Adolpho Nery:** Em Tucunaré ele fez uma fazenda criou uma fazenda e no Apurema também, para que? Para abastecer o povo naquela época que não tínhamos leite, tínhamos assim, fazenda. E todo dia ia um carro, depois da estrada de chão estar pronta até o Apurema e o Tucunaré fica lá próximo, e abastecia a população, entende? Isso ele olhou ... Ele foi um visionário. Depois que ele saiu as coisas desandaram muito, hoje nós temos essa evolução tamanha, mas para mim, dizem que foi Fulano que foi melhor, mas eu digo não, melhor foi o Janary porque eu acompanhei.

**CEV-AP:** Depois dele o senhor acha que foi o Ivanhoé?

**Adolpho Nery:** Olha, fala-se no Barcellos, mas eu gostei muito do governo Revolucionário do Ivanhoé Gonçalves Martins, esse homem foi muito injustiçado. Ele no meio,

eu já fui vereador né! Eu quando falei que ia apresentar, e isso eu falei nos gabinetes, que eu ia apresentar o nome de alguns governadores da revolução, no caso eu queria o Ivanhoé, para ter nome de uma rua aqui, mas a maior parte deles ... ‘revolução, não, governo revolucionário não!’. E depois eu murchei, fiquei o que eu faço? Eu não posso também me expor muito. Mas eu como Vereador coloquei nomes de rua dos pioneiros do Amapá, por exemplo, Uriel de Araújo primeiro juiz de Direito aqui, era um homem integro, entende. Jarbas, Dr. Jarbas.

**CEV-AP:** Jarbas, o pai do Arimatéia?

**Adolpho Nery:** É! Dr. Jarbas, um home integro também, e outros. E até mesmo nessa leva entrou o Estácio Vidal Picanço, o historiador. Gonçalves Martins, João Soares só pioneiros, então eu acho que há muita injustiça contra determinadas pessoas que trabalharam por essa terra. O Janary Nunes, o que o Janary tem aqui? O nome da câmara municipal e uma rua lá no Infraero I. Eu lancei um projeto que a BR 156 deveria ser denominada BR 156 – Rodovia Janary Nunes, ninguém merece mais do que esse homem.

**CEV-AP:** Mas agora, vai de Amapá até o Oiapoque, tem o nome dele parece, eu ouvi falar.

**Adolpho Nery:** Do Janary?

**CEV-AP:** É no ano do centenário fizeram isso, essa homenagem a ele. Tem um trecho de um dos ramais não sei qual é, assim, que sai daqui de Macapá até o Amapá é Landri de Oliveira Cambraia, meu pai, e depois do Amapá até o Oiapoque é Janary Nunes.

**Adolpho Nery:** Do Amapá ao Oiapoque. Quando deveria ser ao contrário né. Você é do Amapá?

**CEV-AP:** Não, ele era do Amapá.

**Adolpho Nery:** Pois é deveria iniciar de Amapá até o Oiapoque. Porque o Janary fez até Calçoene ...

**CEV-AP:** Faz mais sentido mesmo ao contrário. O meu pai, ele era topografo e ele demarcou todinho do Amapá até o Oiapoque. Ele foi do Amapá até o Oiapoque e fez todo um trabalho de pesquisa com esse povo.

**Adolpho Nery:** Eu acho por exemplo, que certas coisas são verdadeiras aberrações ... são verdadeiras aberrações, uma essa. Porque foi um projeto meu da câmara dos vereadores, foi eu pedi para o ministério do transporte. Foi aprovado na câmara que a Rodovia fosse com o nome dele. Continuava BR-156. Porque a BR 156 vai do Oiapoque, aliás do Jari até o Oiapoque.

**CEV-AP:** Tem a parte Sul e a parte Norte.



**Adolpho Nery:** Então, daqui de Macapá até o 21 [*Quilometro 21 da rodovia*] é 210 veja só [*rodovia 210*] e a 210 continua aonde? Porto Grande que vai parar em Serra do Navio e vai embora.

**CEV-AP:** Então a BR156 começa no 21?

**Adolpho Nery:** Não, começa lá no Jari

**CEV-AP:** Ali no 21 é a entrada, ele continua para lá né? Entendi.

**Adolpho Nery:** Ela vai embora até Oiapoque essa BR 156 ..., mas eu fiquei feliz de saber que tem pelo menos um trecho da BR 156 ... aliás, Janary Nunes. Mas isso é verdade?

**CEV-AP:** Isso foi na época do centenário que fizeram essa homenagem e houve as atividades comemorativas dos 100 anos do Janary aí ele lançou esse projeto. O senhor foi vereador em que legislatura?

**Adolpho Nery:** 2000 a 2004

**CEV-AP:** Já mais recente né

**Adolpho Nery:** Eu me candidatei a deputado federal não fui eleito, deixei... e depois disse aaah não eu vou voltar.

**CEV-AP:** Qual era seu partido?

**Adolpho Nery:** O meu? Eu fui eleito pelo partido do Barcellos. Por causa da Sandra. É PPS, né?

**CEV-AP:** É PPS

**Adolpho Nery:** Que ele foi eleito também. Hoje é o Democratas.

**CEV-AP:** PFL e depois democratas

**Adolpho Nery:** Não é PFL ... PFL 25

**CEV-AP:** No período que o senhor foi era PFL depois PPS

**Adolpho Nery:** Aí eu fui eleito nos 4 anos do João Henrique. Eu era só um opositor.

**CEV-AP:** O governador era o João Henrique?

**Adolpho Nery:** Era o João Henrique. Os outros 16, nós éramos 17, eram tudo do lado dele e eu era meio polêmico lá na Câmara né! Então eu batia muito no João Henrique, sabe? Porque o que é dado... não tem nem o que falar disso aí [*risos ao fim da frase*]

**CEV-AP:** Mas vocês são amigos?

**Adolpho Nery:** Somos, somos. Somos engenheiros, somos amigos. Mas eu, vi que os funcionários precisavam de aumento salarial. E eu me uni aos sindicatos e disse olha agora vamos gritar aqui na frente da prefeitura. E mandava brasa. Mas eu digo assim, de 15mil votos, 5 mil eu tenho [*risos*] mas nada eu não tive. Faltou 400 votos para eu me reeleger.

**CEV-AP:** Eu vou aproveitar sua presença, e vou explorar um pouquinho. A questão do Amapá estado, o senhor acompanhou esse movimento, o senhor acompanhou esse movimento pelo estado do Amapá nos anos 60?

**Adolpho Nery:** É eu fui candidato inclusive, a deputado federal, fiquei como segundo suplente, quase que dá.

**CEV-AP:** Em que época o senhor tá falando?

**Adolpho Nery:** Na época justamente do Nova da Costa, ele saiu do governo e também foi candidato, entende?

**CEV-AP:** Nesse processo de transição para o estado.

**Adolpho Nery:** É! Foi a primeira legislatura.

**CEV-AP:** Desde quando o senhor se lembra que se defende a transformação do Amapá para estado? Desde quando o senhor lembra?

**Adolpho Nery:** Olha, quando o Acre foi transformado estado ... começou daí e os outros territórios? Por que não? Tira Fernando de Noronha, mas Rondônia, Amapá, por que não são? Aí que iniciou, vamos ser estado, vamos ser estado. Aí veio a revolução depois de muitos anos acabou né e aí vamos transformar em estado do Amapá.

**CEV-AP:** E o senhor estava nesse movimento em 63 que houve em favor do Estado, esse foi o primeiro movimento? Ou antes teve outro movimento?

**Adolpho Nery:** Não, sempre era um sonho que o Amapá um dia deveria ser estado. Então sempre se trabalhou, mas não com intensidade tão grande quando se aproximou, porque o estado foi...

**CEV-AP:** em 1988!

**Adolpho Nery:** Com a Constituição. Então cresceu daqueles quatro últimos anos do Estado

**CEV-AP:** E a sociedade quando começou crescer esse movimento?

**Adolpho Nery:** Muitos eram favoráveis os outros não.

**CEV-AP:** Os que não eram favoráveis, por que não eram? E os que era favoráveis, porque eram?

**Adolpho Nery:** Muitos assim por desconhecimento talvez da causa. Uns diziam que o estado daqui a pouco tempo tinha que está desligado da Federação e até hoje ainda continua recebendo para quase que as mesmas dotações né daquela época.

**CEV-AP:** Então o medo era perder essa alcunha?

**Adolpho Nery:** é esse era o maior medo. O povo não tinha certeza, o povo não tinha certeza se era para o bem ou não. Uns defendiam porque o Acre evoluiu, os outros territórios

sendo transformados iam evoluir também. E falava-se muito da situação geográfica do Amapá. Banhado aqui pelo Amazonas, as portas de entrada da Amazônia, entende? Então, quem era pró fazia grande propaganda desse aspecto, dessa situação geográfica do Amapá.

**CEV-AP:** Aqui chegou a ter um movimento forte pró estado pró Estado do Amapá? Um movimento, uma organização? As pessoas iam para a rua, fazia passeata, manifestação?

**Adolpho Nery:** É isso aí não

**CEV-AP:** É uma coisa mais...

**Adolpho Nery:** é uma questão mais conduzida para esse fim. Entende? Quando houve aquela força de que haveria de ser colocado na Constituição Brasileira né a criação de novos estados, essa transformação aí pessoal já começou a acreditar mais. Mas foi um movimento assim, moderado foi mais assim troca de ideias. Mas não houve assim vamos para rua, vamos fazer, de maneira alguma própria constituição nós já tínhamos quase certeza que ia ser incluído, entende? Devido o Acre ter sido estado.

**CEV-AP:** Depois Rondônia né

**Adolpho Nery:** É! Porque depois do Acre ... Rondônia não foi junto conosco?

**CEV-AP:** Não, Rondônia foi 82. Foi um pouquinho antes, mas Rondônia deve ter também...

**Adolpho Nery:** É influenciado!

**CEV-AP:** Depois ficou só Amapá e Roraima

**Adolpho Nery:** Amapá e Roraima, foi isso mesmo.

**CEV-AP:** O senhor lembra os políticos que defendiam transformação do Amapá em estado?

**Adolpho Nery:** Olha, os políticos que defendiam eram aqueles que já tinham sido Deputado Federal que se disputaram, por exemplo, o Clark Platon, o Paulo Guerra, o próprio Antônio Pontes também participou muito tempo em 16 anos deputado do nosso estado, do nosso território.

**CEV-AP:** O Barcellos?

**Adolpho Nery:** O Barcellos era o condutor da ideia. Mas ele era ... queria porque queria, houve a Construção né, antes do Amapá se transformar em estado, a construção, a preparação dos órgãos públicos já para o novo estado como, os tribunais, os poderes, todos de modo geral. Mas esse não, houve assim, aquele movimento de rua. Eu não sei pelo menos na lembrança eu não tenho, nuca vi. Foi apenas acreditar depois que ia ser colocado na Constituição.

**CEV-AP:** Foi melhor pra nós ou pior?

**Adolpho Nery:** Se foi melhor ou pior? *[risos]* eu acho que foi *[melhor]* porque o Amapá cresceu muito aquele passo lento de desenvolvimento deixou para trás, foi deixado para trás. Aí vieram *[inaudível]* mais empregos, né. Agora eu acho que faltou mais os elementos para cuidar bem desse Estado. No sentido que não tiveram aquele cuidado aí começou a pensar nos seus interesses próprios e deu no que tá aí, entende? Eu por exemplo eu acho que a Constituição do Brasil foi muito responsável pelo que aconteceu no parlamento. Antigamente quem pagava o parlamento era poder executivo, hoje por exemplo, vou dar o exemplo do estado do Amapá, o que acontece aqui, acontece todo estado do Brasil, a verba que vai para assembleia legislativa, isto é um absurdo. Eu concordo plenamente com aquele Desembargador João do Vale que falou que enquanto não houver uma modificação na Constituição de que esse dinheiro é muito para 24 deputados. Para você ver a câmara de vereador tem 23, 23 vereadores e o orçamento da câmara é 31 milhões, agora, por ano. E o da assembleia é 161 milhões para 24, a diferença é de um, entende? Então, o João do Vale falou que sobre sempre o mínimo, 50 milhões, não tem o que fazer o que entregar. Então, a folha de pagamento da Assembleia é de quase 2 mil funcionários, para que? Para reger uma casa, o que é que tem? Ela administra alguma coisa? Não! Enquanto que a câmara de vereadores só tem 31 milhões de 161 milhões. Então não tem aonde empregar o dinheiro, sobra mas não volta. Não há devolução dessa verba, por que? Há o jeitinho político e acontece certas coisas. Ele nem condenou .... ele nem condenou, eu vi isso na própria televisão aqui do Amapá, nem condenou os próprios deputados, porque é muito dinheiro para ser empregado com nada. Então deveria ser no máximo 50 milhões por ano para os 24, não 161, que fosse 61 milhões, mas, como se procede, veja bem o estado como... não vou dizer nem como Amapá, é em todo Brasil isso é de cabo a rabo. O... São Paulo por exemplo, arrecadação se aumentar o que é porcentual a transferência orçamentária é porcentual, se aumentar muito a arrecadação o porcentual será também muito, entendeu? O que acontece o orçamento aqui no estado o que acontece é isso de 5 de bilhões do ano passa a 6 bilhões de um ano para o outro. Quanto aumentou? por isso que está lá em cima e outra coisa os próprios deputados estaduais aqui já gastaram, já diminuiram muito porque senão já isso aí já estava mais de 200 milhões por ano. Eles... esse é um pensamento meu que a própria constituição conduziu esta situação, entende? porque não está lá sente que está sendo roubado está sendo... tá contribuindo para alimentar a Assembleia Legislativa, não é por exemplo, como o Tribunal de Contas, do tribunal de justiça, que tem muita obra fazer quase o mesmo valor é o mesmo valor, entende? O mesmo valor! Eu acho uma aberração e eu quando penso nisso porque alguns estão lá porque? Porque não tiveram compostura, não tiveram prudência, mas culpa para mim

é do que está escrito, para a Assembleia Legislativa. Falta dinheiro para o estado aplicar mais. Isso é um pensamento que é meu.

**CEV-AP:** Seu Adolpho, a gente agradece, se o senhor quiser falar mais alguma coisa o senhor fique à vontade. Mas a gente agradece muito a sua contribuição, o senhor esclareceu algumas coisas pra gente, deu a sua perspectiva, confirmou outras que em depoimentos que a gente já tinha tomado. Então a gente fica muito agradecido ao senhor por ter ajudado neste trabalho

**Adolpho Nery:** Olha eu fui ... o que eu posso afirmar, eu não vejo outro acontecimento, para desenvolver. Eu digo assim, eu fui um observador aqui no Amapá, por exemplo na época que eu vivia aqui todo tempo eu conheço tudo, até mesmos crimes terríveis do Amapá, porque eu vim para cá com 8 anos e observei, cheguei através de uma embarcação nessa eu vi quando era moleque eu vi naufragar, no meu pressentimento ia naufragar. Chamava a Lancha Amapá, inclusive foi uma Lancha que o governo Janary Nunes mandou construir, inclusive dois iates. Araguari e Itaguari eram as embarcações que traziam, as pessoas para vir povoar a nossa terra aqui cheio de intempéries como malária, aqui tinha muita malária. Eu tive 5 malária quando era garoto e uma delas eu cheguei a ter 42 graus de febre e o remédio que eu tomei... já está desenganado, com a vela na mão, e o remédio que eu tomei foi um chá de eucalipto, entende? Aquele chá ... desculpem a expressão “chá de beco”, porque eu já estava... quando terminaram de aplicar, eu só fiz asneira verde, curou de uma hora para outra. Entende, chá de eucalipto. Se eu pudesse dizer para quem tem malária, queira e se curar definitivamente, porque ela fica aqueles vírus qualquer coisa, entende? Então aconteceu isso comigo. Eu talvez porque uma senhora chegou com a minha mãe ela chorando, já desenganado, e então uma velhinha, já que está acontecendo isso, a senhora não queria que eu fosse buscar umas coisas eucalipto e fizesse um chá para ele aí o que aconteceu na hora mamãe concordou eu tive isso é 10 horas da manhã quando era meio-dia eu estava olhando as pessoas passarem na porta da boca tirou tudo que era de malária sabe, evacuou tudo aí eu quando encontro pessoas que tiveram malária sempre fica resíduos dessa malária e depois volta se pegar uma outra ferrada né então que tomem o chá de eucalipto, da maneira que eu tomei e eu fiquei bom, agora não sei se só o chá né ... diga-se no regrador, né antigamente existiam regrador aí deram e eu fiquei feliz da vida porque isso era 10 horas e 12h já tava olhando as pessoas que passaram. Bonzinho, aí depois no dia seguinte mais um e acabou e hoje em dia não tenho resquício de malária nenhum graças a deus.



**Grupo Responsável:** Comissão Estadual da Verdade do Amapá

**Tema:**

**Depoente:** Carmorzinha

**Duração do depoimento:** 1h02min

**Dia:** 20/03/2014

**Transcrição:** Haynan Araújo

**CARMORZINHA TAVARES:** *“Eu sou CARMORZINA TAVARES DE LIMA, eu sou viúva o poeta ISNÁ FILHO e irmã do LUIS MESSIAS TAVARES, que foram duas pessoas que sofreram coma ditadura de 64 e posteriormente em 73 com o engasga-engasga. Era casada com ISNÁ, tive 3 filhas. O que eu posso dizer que essa, essa relação ela trouxe conseqüências gravíssimas psicológica em cima das pessoas que sofreram, alguns conseguiram superar os traumas e o outros não conseguiram superar os traumas, até porque ficaram estigmatizados, ficaram estigmatizados porque era comunistas, eram revolucionários e muita gente tinha até medo de, de se aproximar. Por exemplo, a família do seu Jorge Ribeiro. Essa família das que eu conheci, foi a que mais sofreu, porque ele era padeiro, tinha, aí espalharam que ele envenenava o pão e ele não conseguia mais vender o pão, ele foi a falência, tempos depois ele teve que ir pra Belém, quer dizer, houve conseqüências gravíssimas, né, e a gente vai, vai vivendo, né?! (Risos).”*

**Comissão Estadual da Verdade:** **Você pode falar pra gente um pouquinho do que você lembra. Você não tava ainda com o ISNÁ na época da prisão dele de 64, né?!**

**CT:** *“Não, eu não estava, eu era uma criança, ele era mais velho do que eu 11 anos. Em 64 eu vivenciei assim, porque meu irmão foi preso e quem levava comida pra eles na Fortaleza, por exemplo, o meu irmão era, era eu. O ISNÁ não tinha mais, não tem parentes, ele não tem parentes, ele era filho único, era mãe dele que levava, a professora WALQUIRIA LIMA .”*

**CEV:** Ela era irmã dele?

**CT:** *“Mãe. Professora WALQUIRIA LIMA, né?! Que tem hoje o conservatório (...)”*

**CEV:** **O ISNÁ não conversar com a senhora sobre o que aconteceu na primeira prisão dele em 64?**

**CT:** *“A primeira prisão a principio foi, eles, eles ficaram em celas que pingava a água, né e ficaram alguns dias até sem se alimentar, depois as famílias foram, por exemplo, a minha mãe procurou ajuda do Tenente Charone que na época morava próximo de casa, pra que ele pudesse facilitar a entrada da comida, né! E assim, as famílias procuravam aqueles, aquelas pessoas que tinham influencia na polícia e que poderiam ajudar nessa integração família e preso. E depois conseguiram que aí todo mundo levava comida, toda família, cada família levava a comida pro seu, pra pessoa que tava presa.”*

**CEV:** **A senhora levava do Luis Messias.**

**CT:** *“Eu levava a do Messias, do meu irmão.”*

**CEV:** **Você não conhecia o ISNÁ?**

**CT:** *“Não. Eu conhecia assim, mas era uma criança, uma adolescente. Já não... 12 anos. E a minha mãe sofreu muito. Em consequência disso em 65 ela faleceu.”*

**CEV:** **Mas aí o seu irmão foi preso por quê?**

**CT:** *“Porque era comunista (risos), como eles diziam, né?! Na verdade ele foi presidente da UECSA, ele foi presidente da UECSA. Então todo movimento estudantil era, na época começou a ser considerado como comunistas, como revolucionários. Foi ele que fundou, que conseguiu a casa da, a Casa do Estudante aqui no Amapá, porque vinha estudantes de outros municípios estudar aqui em Macapá, né, ensino médio que nos municípios não havia. Foi ele que, que, na gestão dele que foi criada a casa do estudante, ele era presidente da UECSA.”*

**CEV:** **Como era o nome completo dele?**

**CT:** *“Luis Messias Tavares. Eles passaram 84 dias, eu acho, presos.”*

**CEV:** **Preso na Fortaleza?**

**CT:** *“Na Fortaleza.”*

**CEV:** **E ele era filiado a algum partido, a senhora sabe?**

**CT:** *“Não me lembro o partido que ele era filiado. Não era comunista, porque nem havia né esse partido comunista aqui no, eu acho que nem havia isso.”*

**CEV:** **E ele freqüentava reuniões?**

**CT:** *“Não, as reuniões de estudante, né, só de estudante. Na época assim, a pessoa muito acomodada, tava, tava em paz. Quando as pessoas achavam que tava alguma coisa*

*errada que poderia melhorar, eles já eram considerados fora do parâmetro, e dentro desse, desse fora do parâmetro. Ou era da direita ou era da esquerda. Não havia meio termo, né?! E ele por questionar, por pleitear direitos, ele já foi jogado praquela banda da, da minoria da esquerda. Ele não era do sindicato, porque também foi muita gente presa no sindicato dos estivadores. Na época eu me lembro, seu Chico, seu Chico Diab o, **Lerruge**, professor Lerruge apanho muito, é, o Chaguinha, seu Periquito, o Ribeiro. O Ribeiro logo depois de 64, ele era da polícia, ele era da guarda territorial. O Ribeiro depois de 64 foi embora, alguns, né, levantaram vôo. Aí, eram muitos assim, se a gente parar pra pensar talvez eu recorde a nome de todos.”*

**CEV: Foram de Macapá?**

*CT: “Alguns que foram embora de Macapá, como o Ribeiro que era da guarda territorial, aí ele perdeu o emprego, né, não tinha...”*

**CEV: Ele perdeu o emprego?**

*CT: “Perdeu. O meu irmão era agente de policia, ele perdeu o emprego, também foi demitido. Na época assim, foi um terror. (...). Teve um senhor ‘Pororoca’, que eles fizeram o Pororoca andar de datilografia, porque disseram que ele tinha roubado a máquina. Botaram ele, a máquina de datilografia na cabeça, ele rodou ali a Feliciano Coelho com aquela, com aquela máquina na cabeça.”*

**CEV: Quem era o seu Pororoca, você lembra o nome dele?**

*CT: “Não sei o nome dele, sei que era Pororoca, como ele era conhecido aqui em Macapá, seu Pororoca e foi demitido. Perdeu.”*

**CEV: Ele trabalhava onde, a senhora não sabe?**

*CT: “Não sei, não sei.”*

**CEV: Ele chegou a ser torturado o seu irmão, em 64?**

*CT: “Olha, tortura física eu não sei te dizer, até porque ele poupava a minha mãe, porque a minha mãe sofria muito, né! A gente sabe que assim, que eles ficavam num local úmido, aí não deixavam dormir logo a princípio, faziam barulho, agora espancamento eu não posso dizer, porque eu não me lembro e eu só sei o que...”*

**CEV: Seu pai era vivo?**

*CT: “Meu pai era vivo. Meu pai e a minha mãe.”*

**CEV: E a sua mãe era do lar?**

*CT: “Era do lar e meu pai comerciante.”*

**CEV: E ele também sofreu por causa disso?**



**CT:** *“Sofreu um pouco, né, porque as pessoas tinham muito pré-conceito. Não é como hoje que a bandidagem anda solta, né, ninguém tem pré-conceito contra um bandido. Mas antigamente se tinha, e eles eram considerados assim na sociedade como persona não grata, né, não se aproximavam, não... Mas as conseqüências maiores foi da minha mãe, que com isso ela adoeceu e em 65 ela faleceu.”*

**CEV: Ela faleceu de que?**

**CT:** *“Ela teve um câncer.”*

**CEV: É, e aí depois quando o seu irmão foi pra Belém, ele foi em decorrência disso?**

**CT:** *“Não. Sim, aí ele, aqui depois que ele solto... Ele trabalhava com um tio meu que era dono de comercio, minha família quase toda era comerciante, né, o Inácio Serra que é dono da casa Ribamar. Ele também já tava concluindo o ensino médio, aí ele foi pra Belém fazer faculdade. Passou né, na UFPA. E aí foi estudar e aí ele não voltou mais.”*

**CEV: Lá, você sabe se ele se envolveu como algum movimento lá em Belém?**

**CT:** *“Não. Assim diretamente, não sei.”*

**CEV: Mas nunca mais foi preso?**

**CT:** *“Não, não. Nunca mais foi preso. Só a turma em Macapá que foi preso. Na verdade chegaram a nos dizer um dia na casa da tia WALQUIRIA, que o engasga-engasga de Macapá era uma estratégia pra ser criada a Polícia Militar de Macapá. Que havia um projeto da criação da Polícia Militar que não foi aprovado, porque Macapá era uma cidade ordenada, não tinha necessidade. Então, esse levante na época, havia as guerrilhas, Marabá, né, então criaram esse movimento todo porque até hoje não tem uma prova de que alguém tivesse sido engasgada, nenhum mulher foi engasgada, a não ser uma que o marido aproveitou a onda (risos), aí engasgou, mas prova mesmo assim concreta, real, não existe. Então 64 mais ou menos é isso, muito pouco, só o nome das pessoas que a gente convivia, né?!”*

**CEV: Fale um pouquinho pra gente como foi que vocês se conheceram, depois como ele se envolveu no movimento.**

**CT:** *“Ah, ta! Ele, o ISNÁ era amigo do Fernando Ribeiro que é filho do seu Jorge Ribeiro, do Alexandre e ele era um homem da noite, né?! E devida essa relação que o Fernando depois casou com a minha irmã, aí ele começou a frequentar a minha casa, e a gente se conheceu, namorou (risos), e deu o que deu, né?! (Risos).”*

**CEV: Ficou em família, né?!**

**CT:** *“Ficou em família, né?! E ele vivia preso, o ISNÁ, vivia preso porque ele tomava umas pinga e ele ia lá pra frente da casa do governador, aí ele esculhambava o governador.”*

**CEV: Qualquer governador ou tinha algum particular?**

**CT:** *“Não lembro. Eu sei que era assim. Na casa do governador, ele revoltado chegava lá e xingava, né, dizia as verdades dele, aí e polícia vinha e prendia, aí lá a tia WALQUIRIA tirava, era assim. Mas, na verdade ele não tinha, o que eles, toda aquela juventude lutava, que a gente lutava, eles participavam e questionavam e conversavam muito. Lá em casa era, digamos assim, um centro de, um ponto de encontro. Lá em casa era o ponto de encontro onde eles iam discutir sobre cultura, poesia, o Peixe freqüentava, quem dava o nome para os quadros do Peixe era o ISNÁ, o Peixe pintava, o ISNÁ ia pra lá ficava olhando e sugeria os nomes, então quer dizer era o ponto de encontro e aonde se discutia direitos. O que tava errado, o que ta certo, o que poderia melhorar, quem não estava fazendo nada, quer dizer, não era uma revolução, era uma... Acho que o que hoje faz a comissão dos direitos humanos, procura dar direitos aqueles que não tem voz. E muitos se acomodavam e o ISNÁ não se acomodava, ele gritava, ele não tinha medo, ele era muito destemido. Ele gritava, falava, ele ia assim em qualquer lugar e abria a boca. Nós, no dia do lançamento do livro dele ‘Poemas para um amor cigano’...”*

**CEV: Você tem esse livro?**

**CT:** *“Eu só tinha dois exemplares, e eu emprestando pro pessoal fazer trabalho na Universidade, não me devolveram, não sei se vou encontrar.”*

**CEV: Um livro de poemas?**

**CT:** *“Um livro de poemas. Ele assim, ele disse que ia publicar o livro, ia fazer o lançamento do livro. Tia WALQUIRIA encomendou todo o coquetel, tudo pronto, aí e policia veio e disse que ele não lançar aquele livro, tava censurado e ele disse que ia. Aí foi pra gráfica.”*

**CEV: Que ano foi isso?**

**CT:** *“Eu acho que 75, não lembro.”*

**CEV: Depois do engasga?**

**CT:** *“Foi, depois do engasga. Aí tudo pronto pro lançamento, coquetel e tudo. Quando dá quatro horas da tarde a Polícia Federal chega lá na gráfica do Periquito, toda armada. Parece assim que iam prender uma quadrilha. Todo mundo correu, né, e levaram todos os livros. E uma das filhas do seu Periquito, ele tinha uma gráfica, ele morava, a gráfica dele era ali na Eliezer Levy, onde é uma igreja. Uma das filhas dele correu e escondeu, o que ela pode*

*pegar e jogou dentro do forno do fogão da casa dela, da casa deles (...). Eles levaram todo, todo o livro dele, toda a produção dele. Mesmo depois da anistia, ele entro com recurso na polícia federal pra rever o livro, né, aí disseram que o cupim tinha, tinha dado. Eu sei que extraviaram todos os volumes do livro dele, foi um prejuízo imenso na época. Mas, passado uns meses, ele foi na frente da polícia federal e disse, ‘você prenderam, mas eu ainda fiquei com livro. Tem livro meu nos Estados Unidos, tem livro meu na França’.*”

**CEV: Era verdade?**

**CT:** *“Era verdade. Porque aqueles vinte que tinham ficado, ele deu pra amigos, né, e foi embora.”*

**CEV: Não prenderam ele de novo?**

**CT:** *“Não, não prenderam mais. Era assim, né, ele era muito teimoso. Mas ele sofreu muito com as conseqüências de tudo isso. Ele foi delegado, o ISNÁ foi delegado de polícia.”*

**CEV: Quando foi essa época de delegado?**

**CT:** *“Eu já era casada, eu acho que de...”*

**CEV: Vocês casaram quando?**

**CT:** *“Nós casamos em 73, logo depois do engasga-engasga.”*

**CEV: Então quando ele foi preso, a senhora era noiva...**

**CT:** *“Era noiva, era noiva dele. Ainda passei uma noite lá na Fortaleza. Me levaram uma noite, mas não fizeram nada.”*

**CEV: Passou uma noite inteira lá?!**

**CT:** *“Uma noite inteira. Me pegaram no IETA, que eu estudava no IETA, aí me levaram pra Fortaleza.”*

**CEV: Lhe pegaram na sala de aula?**

**CT:** *“Não, quando eu sai do IETA, me pegara no IETA.”*

**CEV: Falaram o que pra senhora?**

**CT:** *“Só me disseram que eu pra mim comparecer que tinha um delegado, não sei quem que queria falar comigo. Aí já vem a notícia pro meu pai. Nesse tempo, aí minha mãe já não tava mais, só meu pai, e todo mundo assim angustiado. Porque em 64 quem ia pedir notícia, pegar informação de quem tava preso, já ficava lá e por alguns interrogavam, né. Então as pessoas já tinham medo de ir perguntar. Porque quando você ia perguntar, eles entendiam que você tinha alguma relação. Aí quando foi, passei a noite toda sem dormir, sentada lá numa sala, e eles preso, eu não tive contado com eles porque eles estavam numa, eles estavam naquelas celas né (...). E eu estava nesse prédio, mas lá pra trás ali próximo da*

igreja. Tem uma capelinha, uma sala assim, bem lá naquela sala. Não aparecia ninguém pra perguntar nada pra mim, só diziam que não era pra mim dormir, que era pra eu esperar que eles vinham. Eu fiquei lá a noite todinha. Quando foi já de madrugada, apareceu uma pessoa, eu não lembro quem era. Aí perguntou com quem ele conversava, quem era os amigos dele, o que é que ele falava, e quando foi sete horas da manhã, eu fui pra casa. Meu pai já tava assim, quase infartando, porque ele já tinha sofrido na pele o que o Messias tinha passado, né. 84 vai pra lá não volta mais, ninguém tem notícias. Então, eu só passei uma noite lá pra ver como era a Fortaleza. É fria. (Risos), é fria. Aí em 73, no engasga-engasga, levaram todas as pessoas que estavam supostamente eram comunistas, que moravam aqui foram presas. O filho do Seu Jorge, o Alexandre foi baleado, o rapaz tava dormindo, aí quando vê aquela confusão todinha, engasga-engasga, correu pra cá e ele se levantou e correu pro quintal pra ver o que era, aí atiraram na perna dele. Quando ele foi preso pra Belém, que eles foram presos, foram pra Belém, ele foi baleado, e só foi socorrido de lá da bala, lá, em Belém. Foram amarrados, quando em 73, eles foram amarrados com, com, invés de colocarem algemas, colocaram arames. Eles foram no avião transportados com arames no braço.”

**CEV: Na época do engasga.**

**CT:** “Na época do engasga.”

**CEV: E o que mais fizeram com eles?**

**CT:** “Olha num, assim, eu acho que era muito tortura psicológica, a humilhação, tortura moral. De espancamento assim, eu não posso afirmar.”

**CEV: Seu ISNÁ quando voltou não lhe contou nada sobre tortura física?**

**CT:** “Não. Aqui, eles davam aqueles supapos né, que eles costumam dá, mas assim, dá choque, essas coisas, eu acho que não. Até porque as vezes eles tinham vergonha né de contar e até não contava pra gente não ficar tão, tão chocada, né?! Na verdade quem tava ali, eles queriam resguardar quem tá fora da família, porque já ta sofrendo por ele está preso, e se eles fossem se queixar do sofrimento que tava passando, imagine quem tava fora como é que ia ficar, não é?! Então era assim, se sofriam espaçamentos, eram, preferiam silenciar pra que a família que ta aqui fora, não sofrer mais.”

**CEV: Você falou o quê que seu esposo trabalhava (...)**

**CT:** “Ele, depois que nós chegamos em 73, não. A gente foi pra Belém depois de 73. Em 76 nós fomos pra Belém fazer faculdade, né?! Eu fiz pedagogia, ele fez direito.”

**CEV: Já casados?**

**CT:** “Já casados.”

**CEV: Depois de toda essa confusão...**

**CT:** *“Depois de toda essa confusão. É. Aí, quando voltamos em 80, mais ou menos, ele foi trabalhar... 81 ele trabalhou como delegado, aqui. E eu lembro que ele saiu porque ele não aceitou uma combinação que queriam fazer. Queriam, eu não sei quem era, eu sei que era gente grande do coisa, que ele preferia me resguardar pra eu não saber...”*

**CEV: Quem era o governador na época?**

**CT:** *“Não, não, não, não lembro.”*

**CEV (...)**

**CT:** *“83, 84...”*

**CEV: Ele já tinha sido formado...**

**CT:** *“Já tava trabalhando, foi quando ele foi demitido.”*

**CEV: Aí alguém apareceu fazendo...**

**CT:** *“Queriam que ele botasse como delegado... Botaram uma quantidade de droga no carro de alguém, né?! E levaram essa pessoa pra lá, pra delegacia. E ele não aceitou fazer o flagrante porque foi uma casinha pronta. E eu não sei quem era a vítima, não posso dizer quem era a vítima, porque eu não sei.”*

**CEV: E a pessoa que sugeriu, você não lembra?**

**CT:** *“Não. Era gente do poder, era gente do poder né, que estava no poder na época.”*

**CEV: E teve consequência essa negação dele?**

**CT:** *“Teve, a demissão dele.”*

**CEV: E depois que ele foi demitido, como foi que vocês tinham renda?**

**CT:** *“Eu.”*

**CEV: Como professora?!**

**CT:** *“Como professora, eu trabalhei na secretária de promoção social, e, e ele vendia os livros dele.”*

**CEV: Vocês tinham filhos?**

**CT:** *“Tínhamos, temos três filhos.”*

**CEV: Mas nessa época já existiam?**

**CT:** *“Já, já. Nós fomos estudar, eu já estava com duas filhas. Aí já no ultimo ano, eu tive, 79 eu tive a terceira filha.”*

**CEV: E lá em Belém, vocês se mantinham como, vocês trabalhavam lá?**

**CT:** *“Nós tínhamos uma bolsa de estudante, a minha sogra, mãe dele era viva, ela mandava uma ajuda de custo pra nós. E meu pai na época também já tava, já tinha ido a*

*falência, né, o que ele podia mandar era muito pouco pra mim, muito pouco. E aí de comerciante ele passou, passou a ser garapeiro. A gente chamava garapeiro aquele que vendia caldo de cana, né, com caldo de cana com pão... Pouco que ele tinha ele mandava pra gente. Então a gente subsistia nessa, nessa situação. Assim eu como muitos. O Jamil que hoje, que foi procurador, o Odilardo era da nossa época, Olivar Cunha, o que foi contemporâneo nosso também, o Mira, que foi da justiça, né! Enfim, e nós nos ajudávamos lá em Belém, um ajudava o outro grupo.”*

**CEV: Como é que era o vínculo dele de delegado como Estado? Ele era concursado?**

*CT: “Não, nesse tempo não havia muito concurso não. Era tipo cargo, contrato administrativo, né?! Até porque não tinha muita gente pra trabalhar aqui em Macapá, a gente ia buscar de fora. Era, você contratava e ficava lá. Não era concurso, não tinha muito concurso não.”*

**CEV: E depois desse período que ele saiu da polícia, ele foi fazer o que?**

*CT: “Ah, foi fazer poemas.”*

**CEV: Na época do engasga-engasga, ele trabalhava?**

*CT: “Não, não. Ele não trabalhava.”*

**CEV: Como foi que ele conseguiu esse contrato sendo delegado, acusado na época do engasga-engasga?**

*CT: “Eu acho que talvez com a mudança do governo da época, né!”*

**CEV: A senhora não lembra, né, quem era o governador?**

*CT: “Eu não sei se já era o Barcellos.”*

**CEV: Em 81?**

*CT: “82 era Barcellos.”*

**CEV: Mas na época que ele foi indicado pelos militares.**

*CT: “Mas eu acho que era o Barcellos. (...). Era, porque os governadores eram indicados.”*

**CEV: Eram chamados delegados da União, não eram governadores porque O Amapá ainda era um território.**

*CT: “É, mas eram denominados governadores.”*

**CEV: Era na verdade governadores.**

*CT: “É, o único assim que não foi tão militar foi o Nova da Costa, porque nós tivemos o Ivan Noé, todos eram militares.”*

**CEV: Nova da Costa foi antes do Barcellos.**

**CT:** *“Foi, antes do Barcellos.”*

**CEV: Não, foi depois...**

**CT:** *“Não, foi depois!”*

**CEV: Nova da Costa depois. Ele vai suceder o Barcellos. Mas ela ta certa também porque depois...**

**CT:** *“Na eleição, volta como eleito já, como estado.”*

**CEV: (...). Participou de algum movimento que se dizia comunista de pinchar as paredes, de escrever frases... Não?**

**CT:** *“Não. A revolução deles era uma revolução cultural.”*

**CEV: Ele era do Clã do Laguinho, também?**

**CT:** *“Era. (...). Eles era muito amigos. Fernando Canto, é, João de Deus, Manoel Bispo ficou depois mais assim, mais da cultura.”*

**CEV: Por que?**

**CT:** *“As pessoas vão tendo família, vão tendo mais temor pela família.”*

**CEV: Eu quero entender o que tanto esses militares temiam como esse grupo?!**

**CT:** *“Eles não temiam. Eles queriam a polícia militar aqui. E a única forma da policia militar vir, era mostrar que Macapá era um lugar de, de guerrilhas . Eles colocaram como se eles fossem guerrilheiros, que na verdade não eram.”*

**CEV: A senhora lembra o nome de algum desses militares que fizeram isso, esse movimento todo?**

**CT:** *“Não. (...). Não é difícil não de saber, talvez eu encontre alguma coisa lá dele escrito. Porque o, o, o Josemir era da PM, era da, da polícia na época, ele era do SNI, ele tinha muita informação. Havia o SNI, né, na época aqui (...). O Josemir era, eu não sei o sobrenome dele, mas ele era filho da professora Doroti. (...). Ele era do grupo do poder.”*

**CEV: (...). Tem alguém da família dele aqui, do seu Josemir, será?**

**CT:** *“Não sei se ainda existe.”*

**CEV: Ele ainda ta vivo.**

**CT:** *“Tá, ta. Mas ele sabe de muita coisa viu?! Ele sabe de muita coisa, porque ele era do poder, ele era do poder.”*

**CEV: (...). Seu Josemir já estava desde 64 aqui?**

**CT:** *“64 não, 73. (...). O Tenente Charone ele era, ele era da, ele era da polícia né. Porque aqui havia só Polícia territorial né, a Guarda Territorial, né. Então, era as pessoas*

*que a gente chamava polícia era muito respeitada. Ele, ele foi uma pessoa assim, que ele foi mais... Ele foi uma das pessoas mais brandas até por conhecer a família de quem tava ali, ele foi bem mais brando com os que tavam presos em 64.”*

**CEV: Mas tinha pessoas truculentas assim...**

*CT: “Tinha, tinha. Muitos. Porque o poder, ser PM já era um poder e com essa autoridade de 64 o poder cresceu. Eles deixaram de ser só um representante de poder, o poder quadruplicou, eles podiam tudo. Você não podia falar. Se você reclamasse você ia preso. Era, era a lei do cala boca, ficar a boca calada. E as pessoas que tavam próximo de você tinham medo de se aproximar. Porque se você é considerada comunista e eu ando com você, eu vou ser comunista. Até isso, você começa a, a ter uma separação social, você tem uma separação social. Poucas pessoas ficaram assim depois de 73, só aqueles amigos mesmo fieis ficaram junto com o ISNÁ, formavam aquele grupo. Mas muitos que freqüentavam a nossa casa, que se diziam, eram poetas, e eu também não condeno até porque quem tem família tem medo. Era uma coisa assim, não é como hoje que se você pega uma pancada você vai na televisão, você vai no rádio, você reclama, você passa no email, todo mundo sabe, e aí você consegue agrupar um grupo de pessoas pra te defender ou pra dá uma opinião favorável a você. Naquela época não tinha. Até “a voz católica” foi fechada, um jornal, tinha um jornal né, “a voz católica”, passou um tempo fechada. Então pra você vê, o poder, o poder era muito grande, o poder era muito grande. Era massacrante, você não tinha pra quem reclamar, você ia reclamar pra quem?! Tinha que ficar calada e baixar a cabeça. Quanto mais você quisesse falar mais repressão você sofria.”*

**CEV: E antes de 64 não era assim o Amapá? Você não lembra também né, que você era muito pequena.**

*CT: “Olha, antes de 64 era, era muito calmo, calmo, calmo assim de, de... Havia a polícia, a guarda montada. Porque aqui, quando nós chegamos, eu cheguei aqui em 61, nove horas a usina dava o sinal que ia apagar a luz. (...). Então nove horas ela dava o sinal, então nove horas a luz ia embora. Ninguém deveria ta mais nas ruas, até porque fica tudo escuro, todo mundo ia pra lamparina. E quem patrulhava a cidade por ser pequena era a guarda territorial montada a cavalo, né, isso eu lembro.”*

**CEV: E depois de 64, como é que ficou?**

*CT: “Olha ficou, ficou camuflado as coisas, todo mundo silenciou, todo mundo com medo. Assim, uma minoria que tinha coragem de, de dizer que tava errado. Ninguém tinha assim um, um, até eu acho que pela dificuldade do acesso cultural, né, não é como hoje que todo mundo que tem um conhecimento do que acontece fora, que você tem leitura. Eram*



*poucas as pessoas dada a leitura, a conhecimento, a se preocupar com o social. Eu acho que 80% ou 70% tava preocupado na sobrevivência sua e da sua família, o social ficava muito, muito distante. Então aquele grupo menor que se preocupava não só com a sua sobrevivência, mas com os direitos sociais que deveriam ser eleitos eram poucos, aí você começa a incomodar.”*

**CEV: Lá em Belém seu marido tinha um grupo lá, que se reuniu pra questionar?**

*CT: “Sim, eles... Mas era assim um grupo de conversar, né! De questionar, em Belém. Porque eles eram assim. Época do Jamil que é lá do Laguinho, que agora é procurador aposentado, Odilardo Silva que é delegado, eu acho que é delegado ainda, o Mira, o Fernando e mais um grupo, Olivar, Eles tinham, tinham um grupinho lá. Eles se reuniam sábado...”*

**CEV: Mas em Belém?**

*CT: “Lá em Belém. Porque nós estudávamos todos em Belém, e a conversa que se tinha em Macapá, foi levada pra lá.”*

**CEV: Não tinha Universidade aqui na época...**

*CT: “Não tinha Universidade aqui. E aí quando foi, foi todo mundo pra lá, continuava-se a discussão do que é certo do que é errado, do que poderia melhorar.”*

**CEV: Mas lá eles não iam em nenhuma reunião partidária, nada?**

*CT: “Não. Eu desconheço.” (...)*

**CEV: Tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar pra gente. Como é que você se sente hoje assim, fazendo um resgate contando essa história?**

*CT: “Eu acho que se as coisas tivessem ocorrido de uma maneira... Porque quem ta fora não acha... Mas eu acho que foi muito trágico, muita vidas, muitas famílias teriam tido outros rumos. Assim muitas historias teriam sido diferentes. Então, assim, é... Por exemplo, meu irmão, 25 anos, quando ele surtou, não teve jeito. A coisa que ele se lembra era só da prisão. Então ele teve um AVC, ele surtou, não teve psicólogo, não teve neurológico, não teve nada.”*

**CEV: Qual foi o diagnostico que foi dado?**

*CT: “Ah, ficou. E ele era engenheiro, se formou a engenheiro florestal, trabalhava na “CA” em Belém, ele foi supervisou da CA, tinha um cargo e de repente, e ficou assim. Não serviu, apagou toda a memória dele recente, o arquivo dele apagou, apagou e ele não conseguia mais constituir um arquivo novo. Ele ficou só com o arquivo antigo. Se você conversasse com ele hoje, amanhã você voltava a conversar com ele, ele não lembrava que você tinha conversado com ele. Agora tudo do passado ficou.”*

**CEV: Ele era casado, tinha família?**

**CT:** *“Era casa casado, tem família. E, assim, muitas, muitas histórias teriam sido diferentes, não teriam tido esse, esse rumo, e só quem passou por isso, sabe. Agora a gente tem, tem que superar, tem que passar, a vida continua.”*

**CEV: Esse documento é muito importante exatamente, histórias como a que senhora viveu elas não voltam a se repetir e as atuais gerações elas não sabem disso, parece coisa de filme (...). Pensam até que não é verdade, porque os militares eles tentam não contar muito a história.**

**CT:** *“Ah é! Quando eles voltaram de, de, eles foram todos presos no quartel em Belém, né, em 73. Passaram 20, 23, 24 dias presos lá.”*

**CEV: Lembra se o Gurgel foi junto com eles?**

**CT:** *“Foi... É, o Gurgel era do engasga-engasga, o Gurgel. Tinha muita gente assim, eu lembrava, eu lembro o nome de todo mundo, só que, de repente né, sempre falha o do Gurgel, tava no meio, era do grupo.”*

**CEV: Ele se reunia?**

**CT:** *“Não, não. O Gurgel é assim, porque ele falava muito no rádio, botava a boca no trombone. Então esse também passava a ser um comunista. Era assim, como eu disse pra você, quem...”*

**CEV: Não era do grupo de intelectual, poeta, como era o ISNÁ.**

**CT:** *“É, não era. Mas, ele era daquele grupo que ia pro rádio e, e falava. Ninguém que, nada que incomodasse, que mexesse com esse poder, né, estava salvo ou de uma forma ou de outra. Ou uma revolução intelectual, ou cultural, ou de qualquer forma que incomodasse o poder, eles seriam colocados como personas não gratas.”*

**CEV: Carmorzinha, aquele grupo do Laguinho, nessa época eles foram presos em Belém também ou eles só ficaram aqui?**

**CT:** *“Eu não sei se o Fernando foi (...). Porque o Fernando era novinho ainda, ainda tava (...). O Odilardo foi. Odilardo morou uma época conosco também na nossa casa quando ele ainda, a Ducelina, antes da Duce ter o bebê eles moraram lá em casa conosco.”*

**CEV: Seu ISNÁ tinha contato com o Chaguinha?**

**CT:** *“Tinha. Eram muitos amigos. Inclusive quem acolheu ele quando eu separei dele (risos), foi o Chaguinha.”*

**CEV: A casa do ISNÁ era como se fosse aquele bairro da França que ali se encontra poetas, jornalistas, escritores...**

**CT:** *“Era ponto de encontro, a minha casa era ponto de encontro. (...). Ah, ele criticava. As pessoas que escreviam tinham, dava assim, uma importância muito grande a crítica dele. Porque não prestava, não prestava. poeta Galego, não é?!”*

**CEV:** **Ele chegou a ser preso, o poeta Galego?**

**CT:** *“Eu acho que foi.”*

**CEV:** **Quem é o poeta Galego?**

**CT:** *“Ele foi, ele foi assassinado, né?”*

**CEV:** **É, ele foi assassinado pelo irmão de criação.**

**CT:** *“Morava lá no Trem. Tem muita gente assim, se eu parasse antes assim pra fazer uma relação, mas eu não sabia o quê que ia acontecer aqui. (...). Era muita gente que freqüentava a minha casa.”*

**CEV:** **Você ainda mora nessa casa?**

**CT:** *“Eu moro no, eu moro no mesmo... Eu moro aqui na Alvorada, mas, aqui também. Eu morei com a minha sogra (...). Então ali era passagem pra ir pro Macapá Hotel, né, então quando dava seis horas o povo começava a descer aí já ia parando lá em casa, parando. Quando dava assim umas oito horas eles desciam, aí tinha o Trapiche. Quando eles tavam querendo beber a cuba libre deles, levavam a vitrola, colocavam em cima, se a maré tava seca colocava em cima das árvores, do tronco de árvores e lá eles ficavam batendo papo, conversando sobre cultura, sobre todos os problemas.”*

**CEV:** (...) **Era exatamente onde tem aquele coqueiro, o mais isolado, a casa do ISNÁ era do lado. Tinha a casa da dona Joana, era a tia Joana que alugava.**

**CT:** *“Não, é praça agora, é a praça, bem em frente a TOP, era ali, nós morávamos ali. E ali onde é o Museu, era a polícia.”*

**CEV:** **Joaquim Caetano.**

**CT:** *“Ali quando prendiam o ISNÁ, levavam pra lá, então tinha um porão, aí ele gritava, porque ele tinha uma voz pra berrar, ele barrava de lá, a tia WALQUIRIA ouvia. Aí coitada, ela ia chorando, ia atrás do Pithicov. Pithicov era um advogado que tinha aqui, ou atrás do Cícero Bordalo pra ir tirar ele de lá. Mas ele passava uma semana, tomava umas pinga e ia lá... (Risos). E quando vinha, não era só em 70. 73 foi esse terror todo, né, mas toda vez que vinha um presidente da república aqui, eles saíam recolhendo todo mundo, todos. Na época que chegava, ‘lá vem o presidente da república’, vem uma autoridade, aí a polícia passava recolhendo eles. Subversivos era a palavra usada. ‘Prende os subversivos.’”*

**CEV:** Quando a gente ouviu o Celio, ele falou que quando o Chaguinha esteve na casa dele, um senhor chamado Paulo, que ninguém conhece, falou alguma coisa pra ele que isso abalou muito ele emocionalmente e que logo em seguida ele veio ter um AVC. Vocês recordam de alguém com esse nome Paulo, na roda dessas pessoas?

**CT:** *“Paulo, não! Mas, antigo ou novo?”*

**CEV:** Acho que antigo. (...). Foi na época que o Chaguinha morreu, era um casal. Chegou a hora do Paulo e a esposa dele, conversaram com ele, ele ficou muito abatido depois dessa conversa e logo depois ele teve um AVC, morreu...

**CT:** *“Não, o único Paulo que eu conheço que era assim do grupo, mas que, não, não do grupo antigo, mas que tava iniciando na carreira poeta, né, na poesia, é o Paulo de Tarso, que conheceu o ISNÁ, mas o ISNÁ já era bem madura e o Paulo de Tarso novinho, já... Assim, porque as pessoas que escreviam procuravam ele, procuravam a orientação dele. Mas o Paulo de Tarso era bem novo, bem novo mesmo, já tava já (...). Depois dessa, já não, o Paulo de Tarso é dessa, dessa onda da Direita aqui dos Direitos Humanos, né, que não tem já essa repressão.”*

**CEV:** Quais era os livros e musicas que ele gostava de ler, seu ISNÁ, você lembra?!

**CT:** *“Olha ele gostava de músicas, Jimmy Hendrix, John J. Uma francesa que canta parece a Elis Regina. Eles Regina, Raul Seixas, Caetano Veloso, Chico Buarque.”*

**CEV:** Alguma música marcou o movimento deles?

**CT:** *“Talvez a do Caetano, ‘Irene’. ‘Irene, Irene, Irene...’*

**CEV:** E a música de vocês, qual era?

**CT:** (Risos). *“Não sei, tinha tantas (risos).”*

**CEV:** Escrevia, costuma escrever poesias pra você, você tem?

**CT:** *“Muitas. Não, porque, era, eram as crônicas.”*

**CEV:** (...). Tá publicado, ta?

**CT:** *“Tem. Tem ‘Marabá Azul’, né, e tem ‘Rosas para a madrugada’. Aqui, ‘Rosas para a madrugada’, foi, foi, foi publicada. ‘Marabá Azul ta pronto, tava pronta pra ser publicada, que o CAPIBERIBE ia conseguir na, na gráfica pra, pra, pra ser impresso pela gráfica do Diário. E aí, quem estava formatando, porque ele não usava computador, o ISNÁ não usava computador, então ele só usava a máquina datilografia. E quem ficou depois que ele faleceu, quem ficou de... Aí o CAPI saiu do Governo, aí...”*

**CEV:** É uns que ta com o Fernando?

**CT:** *“Estava com o Paulo, tava com Paulo. Não sei se, se ele passou pro Fernando.”*

**CEV: Mas chegou a publicar ‘Marabá Azul’?**

**CT:** *“Marabá Azul publicou. ‘Poemas para um amor cigano’, que no dia do lançamento levaram, a polícia, a polícia recolheu. Eu tinha dois exemplares, eu vou ver se. Eu emprestei pra umas pessoas que tava fazendo trabalho da, do TCC da Unifap e não me devolveram, mas é fácil. (...). Ele tem um, eu tenho um pasta dele da época que ele foi preso, em 64, que ele escrevia nas, nas... As carteiras de cigarro nesse tempo não era de papelão, era de papel, aí então ele consegui uma, uma permissão pra entrar uma caneta, aí ele escrevia as memórias. Então esse livro, ele, ele, ele estava pensando em fazer o lançamento. Era ‘Memórias de um Cárcere’.”*

**CEV: E tem esse registro?**

**CT:** *“De que ele foi preso em 64?”*

**CEV: Não, não, esse, essa escrita, essa memória dele.**

**CT:** *“Tenho, tenho, uma parte eu tenho. (...). Aí foto eu tenho muito. Eu tenho assim, escrito no, ainda nas carteiras de cigarro. (...). Aí ele vem as datas que ele escreve.”*

**CEV: (...). Mas é importante que tenha, que faça parte da memória, né, das pessoas que viveram, sofreram... (...). Mas esse material que ele escreveu durante o tempo que ele tava preso é importante demais que fosse a memória dele. Pode ter alguns dados interessantes aí. (...). Ele escrevia sobre o que ele tava vivenciando lá...**

**CT:** *“Eu vou fazer uma busca, porque muita coisa se perde, muita coisa se perde.”*

**CEV: Ele escrevia pro jornal?**

**CT:** *“Ele escreveu pra Folha do Norte, ele escreveu na Voz Católica...”*

**CEV: Em publicações da Voz Católica deve ter poemas dele, crônica.**

**CT:** *“Eu tenho alguns recortes ali...”*

**CEV: (...). E a gente vai montar um memorial lá na Fortaleza, e aí a gente já pode ta colocando essas coisas. (...). Pro povo não esquecer o que aconteceu. Parece assim, quem não viveu, parece assim que não é verdade aquela situação.**

**CT:** *“Não sabe... (...). A Benigna participava de algumas reuniões de, de, ela escreve, era uma poeta, ela é poeta. (...). Acho que as poesias dela ta na gaveta. Ela, ela é poeta também. (...). É porque poucas pessoas conseguem, poucas pessoas assim conseguem ter essa tenacidade de permanecer poeta e viver como poeta. A vida não nos dá essa oportunidade. Nós temos, nós temos a fazeres, nós temos responsabilidades, nós temos compromissos, né?! Alguém vai ter que sustentar a casa, e a poesia não sustenta. (Risos). (...). O Rai Cunha. O Rai era mais do grupo de poeta, o Rai não chegou a ser preso, mas eram dos grupos. Na época de*

*64 a 73 quem não era da poesia que foi preso também, foi o professor Lerrugi. (...). Ah, mas eles inventavam muita história, gente do seu Jorge. Em 73 tava a época de usar peruca, né, então a esposa dele tinha peruca, a filha dele tinha peruca.”*